



# REVISTA PORTUGUESA DE HISTÓRIA DA COMUNICAÇÃO

---

JANEIRO . 2017 . NÚMERO 0

---

Só o conhecimento aprofundado da história permite identificar continuidades e ruturas essenciais à compreensão das sociedades contemporâneas.



**SOPCOM**

Associação Portuguesa  
de Ciências da Comunicação

Grupo Trabalho  
História da Comunicação

## | FICHA TÉCNICA |

Revista Portuguesa de História da Comunicação

Número 0 (zero)

ISSN: a adquirir

Site: <http://www.revistahc.sopcom.pt/index.php>

Contacto: [revistaphcsopcom@gmail.com](mailto:revistaphcsopcom@gmail.com)

## | EDITORA |

Patrícia Teixeira

Investigadora do CIC.Digital

## | DATA |

Janeiro de 2017

## | LOCAL |

Porto

## | ORGANIZAÇÃO |

Coordenação do Grupo de Trabalho de História da Comunicação da SOPCOM

Coordenador – Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa e CIC.Digital)

Vice-coordenadora – Patrícia Teixeira (CIC.Digital)

## | NOTA EDITORIAL |

Todos os textos, referências e imagens são da responsabilidade dos autores dos artigos.

É permitida a reprodução da totalidade ou de partes desta revista. A republicação de artigos nela incluídos noutras publicações depende, no entanto, da autorização dos autores.

## | CONSELHO EDITORIAL |

Alberto Pena – Universidad de Vigo

Ana Cabrera – Instituto de História Contemporânea

Ana Paula Goulart – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ana Regina Rego Leal – Universidade Federal do Piauí

Aline Strelow – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Antonio Hohlfeldt – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Antonio Laguna – Universidad de Castilla-La Mancha

Carla Baptista – Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Francisco Rui Cádima – Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Helena Lima – Universidade do Porto

Jaume Guillaumet – Universitat Pompeu Fabra, Barcelona

Jorge Pedro Sousa – Universidade Fernando Pessoa e CIC.Digital

Josep Lluís Gómez – Universidad de Valencia

Maria Inácia Rezola – Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa

Marialva Barbosa – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Patrícia Teixeira – CIC.Digital

Rogério Santos – Universidade Católica Portuguesa

Suzana Cavaco – Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Xosé López – Universidad de Santiago de Compostela

## ÍNDICE

### **Patrícia Teixeira**

Introdução..... 6

### **Alberto Pena-Rodríguez**

Apuntes históricos del *Diario de Noticias* de New Bedford (1927-1973) ..... 10

### **Aline Strelow e Nádia Alibio**

*O Lábaro*: Um jornal literário positivista no Sul do Brasil ..... 27

### **Ana Regina Rêgo e Ranielle Leal**

Carlos Castello Branco e a construção da Anistia no Brasil: a imposição do esquecimento..... 44

### **Antônio Hohlfeldt**

Os médias e o império português nos séculos XIX e XX ..... 61

### **Carla Baptista e Cláudia Henriques**

O caso do Bispo do Porto na imprensa portuguesa (1958-1974): um episódio de resistência dos jornalistas durante o Marcelismo ..... 81

### **Francisco Rui Cádima**

O (des)controlo da Internet: para uma história da *Darknet* ..... 96

### **Jaume Guillamet**

Crisis del periodismo y naturaleza de los medios: El final de un ciclo ..... 108

### **Maria Inácia Rezola**

Emissora Nacional (1974-1975): uma estação do povo, ao serviço do povo ..... 121

### **Rogério Santos**

As audiências como elemento de compreensão das tendências da rádio entre as décadas de 1940 e 1970 ..... 139

### **Suzana Cavaco**

Imprensa portuguesa em busca de um mercado luso-brasileiro (1825-1914) ..... 154

**Xosé López, Ana Isabel Rodríguez Vázquez e Andrea Valencia-Bermúdez**

El Caton Compostelano: 217 anos de publicacións periódicas na Galiza ..... 173

## INTRODUÇÃO

Patrícia Teixeira

[patriciaoliveirateixeira@gmail.com](mailto:patriciaoliveirateixeira@gmail.com)

6

As sociedades contemporâneas vivem hoje centradas no presente e parecem dispensar a memória. O acelerado e constante desenvolvimento de novas tecnologias de informação e de comunicação com que somos confrontados no dia-a-dia, tende a aprofundar o desapareço pela abordagem histórica.

Esta realidade espelha o que se passa no mundo da história da comunicação. Esta tem sido relegada para segundo plano no universo comunicacional e na investigação dos fenómenos comunicacionais. Para que tal tendência se inverta, cabe aos historiadores da área demonstrar a importância da disciplina, a relevância dos seus métodos de pesquisa e a vitalidade e o interesse da investigação em comunicação desde o prisma da história. Cabe a eles mostrar que conhecer o passado é uma forma de compreender o presente e até perspetivar o futuro e, acima de tudo, comprovar que só o conhecimento aprofundado da história permite identificar continuidades e ruturas, essenciais à compreensão das sociedades contemporâneas.

Tendo em conta a inexistência, em Portugal, de revistas científicas arbitradas dedicadas à história da comunicação e a quantidade crescente de investigadores agregados a este campo científico, o Grupo de Trabalho de História da Comunicação da Sopcom considerou ser de extrema importância a criação de uma. Nasceu, assim, a ideia da produção da *Revista Portuguesa de História da Comunicação* (RPHC), agora concretizada num número 0 (zero).

A RPHC funciona, então, sob a responsabilidade direta do GT de História da Comunicação da Sopcom e sob a responsabilidade indireta da direção da Sopcom. É uma revista arbitrada e o seu Conselho Editorial é composto pela editora, pela coordenação do GT de História da Comunicação e por especialistas portugueses e estrangeiros.

A revista procurará juntar periodicamente os historiadores da comunicação para, nas suas páginas, debaterem e defenderem a centralidade da história da comunicação no âmbito das Ciências da Comunicação e para acompanhar a investigação na área.

Este primeiro número, que será um número 0, será editado online e, posteriormente, em versão impressa. Funciona como uma espécie de apresentação à comunidade científica e é composto por artigos da autoria de membros do Conselho Editorial.

O primeiro artigo, "Apuntes históricos del *Diario de Noticias* de New Bedford (1927-1973)", de Alberto Pena-Rodríguez, dá destaque à imprensa portuguesa nos EUA, nomeadamente ao periódico *Diario de Noticias*, publicado em New Bedford (Massachusetts), durante quase meio século, pelas mãos dos emigrantes Guilherme Machado Luís e João Rodrigues Rocha. O estudo desta publicação permite compreender a diáspora portuguesa para a América do Norte, bem

como o desenvolvimento empresarial, a estrutura de negócio e o discurso informativo do *Diário de Notícias*.

Aline Strelow e Nádia Alibio exploram a segunda metade do século XIX no sul do Brasil, no que à imprensa literária diz respeito. As autoras dedicam-se especificamente ao estudo do jornal *O Lábaro*, periódico positivista que circulou entre 1880 e 1881 em Porto Alegre, sob a égide do português Joaquim José de Azevedo Júnior. O artigo *O Lábaro: Um jornal literário positivista no Sul do Brasil* vai, assim, dar-nos conta do quotidiano de uma cidade, destacando os seus acontecimentos culturais e fazendo notar a presença da literatura sob as mais variadas formas.

Em *Carlos Castello Branco e a construção da Anistia no Brasil: a imposição do esquecimento*, Ana Regina Rêgo e Ranielle Leal procuram fazer-nos compreender, a partir do olhar e das narrativas do jornalista Carlos Castello Branco (Castellinho) na sua *Coluna do Castello*, as negociações e imposições que tiveram como lugar espacial e temporal o conturbado contexto social e político da década de 1970, no qual se instala a Lei da Anistia no Brasil (publicada em 28 de agosto de 1979). Assumindo a consciência do protagonismo do processo comunicativo na construção discursiva do contexto histórico, as autoras concluem que a referida lei tem servido de proteção a criminosos que, sob a tutela do Estado, cometeram atrocidades contra a população brasileira. Assumem igualmente parece a amnistia e o esquecimento parecem andar de mãos dadas no Brasil, impedindo que a memória e a verdade sejam restauradas e que a justiça seja cumprida, permitindo que a negação da ditadura e de seus crimes venha à tona e se torne bandeira política na contemporaneidade.

Antonio Hohlfeldt apresenta o artigo *Os médias e o império português nos séculos XIX e XX* e nele propõe um paralelismo entre a história de Portugal, nomeadamente das suas colónias, e a história dos seus media, mostrando que, quando o país atingiu a maturidade para o pleno exercício da democracia e do próprio jornalismo, perdeu os rumos de sua história e iniciou o seu declínio.

*O caso do Bispo do Porto na imprensa portuguesa (1958-1974): um episódio de resistência dos jornalistas durante o Marcelismo* é a leitura que Carla Baptista e Cláudia Henriques sugerem. Neste artigo, as autoras analisam a cobertura jornalística que foi feita ao regresso do exílio de D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto entre 1952 e 1982, a partir da análise de documentação depositada nos arquivos Salazar, PIDE/DGS, Marcelo Caetano e Direcção Geral dos Serviços de Censura. Por conseguinte, procuram articular as dinâmicas de cobertura jornalística das diferentes fases do “caso Bispo do Porto”, focando especialmente o noticiário produzido em 1969, com as transformações ocorridas no campo do jornalismo.

O artigo de Francisco Rui Cádima, *O (des)controlo da Internet: para uma história da Darknet*, faz-nos transitar para o século XXI e procura dar-nos uma imagem do que é a “Darknet” (segundo palavras de Cádima, um espaço sem regras nem lei, em que a navegação

internáutica se torna uma imersão no desconhecido, ou mesmo uma aventura perigosa nas zonas mais obscuras da Internet), expondo simultaneamente os seus perigos e algumas das suas virtudes. O autor chama também a atenção para um dos efeitos que este “descontrolo” da Internet pode ter: a “ciberguerra” que está a assombrar o modo clássico de se gerirem as relações políticas e económicas no mundo global em que vivemos.

De Espanha chega até nós o artigo de Jaume Guillamet, *Crisis del periodismo y naturaleza de los medios: El final de un ciclo*, onde nos é oferecida uma análise ao fenómeno de mudança que se viveu/vive no jornalismo, fruto do efeito das tecnologias digitais e da Internet no sistema de meios de comunicação social, efeito este que já se faz sentir desde finais do século XX. Esta transformação, apelidada também de “fim de ciclo”, é observada pelo autor à luz da relação entre a crise do jornalismo e a natureza dos meios.

Guillamet completa a sua investigação com uma breve consideração, a título de exemplo da mudança de que fala, do caso do jornalismo na Catalunha.

Maria Inácia Rezola centra-se no período da Revolução Portuguesa do 25 de Abril para mostrar e analisar as mudanças ocorridas na Emissora Nacional (um dos palcos do início das operações militares da data) nos anos de 1974 e 1975 e mostrar como estas contribuíram para um conhecimento mais profundo deste período. Consciente de que a Revolução de Abril marcou um ponto de viragem no jornalismo e nos meios de comunicação social, a autora recorda que os diferentes medias da época foram alvos de variadas tentativas de controlo por parte de diferentes forças políticas e palco de violentas lutas que acabaram por contribuir para o agravamento da tensão política desses momentos. Por este motivo, Maria Inácia Rezola apelida os meios de comunicação de “atores políticos” e de “peça central do processo revolucionário”.

Em *As audiências como elemento de compreensão das tendências da rádio entre as décadas de 1940 e 1970*, Rogério Santos analisa os estudos de audiência sobre rádio durante três décadas (1940-1970) e dá conta de uma evolução que vai de pesquisas informais a inquéritos quantitativos. O autor refere que estes estudos, apesar de terem sido realizados durante o regime ditatorial e, conseqüentemente, com a opinião pública muito condicionada, foram muito importantes, nomeadamente para as agências de publicidade e produtos e serviços anunciados na rádio, mas também na emergente televisão.

Suzana Cavaco apresenta a investigação intitulada *Imprensa portuguesa em busca de um mercado luso-brasileiro (1825-1914)* e nela procura dar conta das oportunidades e constrangimentos que se colocavam a empresas jornalísticas que em Portugal pretendessem explorar o mercado luso-brasileiro, no período temporal que se seguiu ao reconhecimento da independência do Brasil por Portugal. Para tal, a autora procura compreender o fenómeno periodístico invocador do Brasil, alinhando-o no panorama da imprensa portuguesa em geral e enquadra o tema de estudo no contexto da emigração e no contexto das relações entre



Portugal e o Brasil. Com este estudo, Suzana Cavaco visa contribuir para uma melhor compreensão da imprensa portuguesa, enquanto negócio sujeito a diversos constrangimentos, nomeadamente o reduzido mercado leitor.

O último artigo publicado neste número da vem assinado por Xosé Lopez, Ana Isabel Rodríguez Vázquez e Andrea Valencia-Bermúdez e tem por título *El Catón Compostelano: 217 anos de publicacións periódicas na Galiza*. Nele, os autores comunicam-nos a origem tardia do jornalismo na Galiza, cabendo a primazia de primeiro periódico ao *El Catón Compostelano*, semanário dirigido por Francisco del Valle Inclán e publicado na cidade de Santiago, que é alvo de estudo nesta investigação.

São onze os artigos que compõem este número 0 (zero) da *Revista Portuguesa de História da Comunicação*. A sua qualidade é inegável, o interesse que despertam também e os momentos de boa leitura estão garantidos a quem dispensar uns momentos para “folhear” esta publicação.

---

**Alberto Pena-Rodríguez**

---

**Apuntes históricos del *Diario de Noticias* de New Bedford (1927-1973)**

---

10

**Apuntes históricos del *Diario de Noticias* de New Bedford (1927-1973)**

**Some historical notes on New Bedford's *Diario de Noticias* (1927-1973)**

Alberto Pena-Rodríguez (Universidad de Vigo)

[alberto@uvigo.es](mailto:alberto@uvigo.es)

**Resumen**

El *Diario de Noticias*, publicado en New Bedford (Massachusetts) durante casi de medio siglo, fue probablemente el más importante periódico de la historia del periodismo portugués en los Estados Unidos de América. Fue un proyecto periodístico vinculado a dos destacados empresarios inmigrantes, Guilherme Machado Luis y João Rodrigues Rocha, que marcaron su evolución histórica y los convirtieron en un símbolo y faro de la cultura lusófona en América. Su significación como materia de estudio y fuente de información sobre la diáspora portuguesa en Norteamérica es muy relevante. Por medio de un análisis cualitativo, este artículo aborda algunos aspectos interesantes sobre el desarrollo empresarial, la estructura de negocio y el discurso informativo del *Diario de Noticias*.

**Palabras clave:** Prensa, Periodismo, Inmigración, Portugal, Estados Unidos.

**Abstract**

The *Diario de Noticias*, published in New Bedford (Massachusetts) over almost half century, was probably the most important Portuguese newspaper in the United States. It was a journalistic project linked to two outstanding immigrant businessmen who marked its historical evolution and turned it into a symbol and a lighthouse of the Lusophone culture in America. Its signification as a subject of study and an information source about the Portuguese diaspora in North America is very relevant. By means a qualitative anlysis, this article deals with the enterprise development, the business structure and the informative discourse of *Diario de Noticias*.

**Keywords:** Press, Journalism, Immigration, Portugal, United States.

## Introducción

El *Diario de Notícias*, fundado en New Bedford (Massachusetts, Estados Unidos) el 3 de enero de 1927, ha sido probablemente el mejor periódico de la historia del periodismo en portugués en Estados Unidos y una referencia fundamental en la historia de la inmigración lusa y la expansión de su lengua y cultura en América, sobre la que ya se han editado algunos estudios relevantes (Almeida, 2010; Warrin, 2010; Holton & Klimt, 2009; Williams, 2007; Mendonça, 2007; Barrow, 2002; Baganha, 1994; o Pap, 1981, entre otros). Con la excepción del pionero abordaje realizado por Rui Antunes Correia en su tesis inédita de maestrado (2004), parte de cuyos contenidos fueron publicados en forma de capítulo en la obra de Holton y Klimt (2009), ningún estudio especializado ha tenido en cuenta la relevancia de esta cabecera de gran significación en la historia de la prensa portuguesa, que merece ser estudiada de manera monográfica en estudios más extensos. A pesar de su enorme valor como fuente histórica y objeto de estudio específico, gran parte del acervo periodístico y documental del *Diario de Notícias* permanece todavía inexplorado.

La mayoría de las aproximaciones historiográficas publicadas sobre la prensa portuguesa en Estados Unidos son, de hecho, todavía escasas y dispersas, (Pena-Rodríguez, 2015a y 2015b; Ponte, 2014; Gomes, 1995; Pap, 1987; Knowlton, 1960, entre otros). Sin embargo, hoy se conoce que el fenómeno de la prensa inmigrante portuguesa en Estados Unidos ha tenido una gran relevancia, tanto por el volumen en la producción de títulos periodísticos como por la calidad de los mismos. Según los últimos datos disponibles, desde la publicación del *Jornal de Notícias* en Erie (Pennsylvania) en 1877, los inmigrantes portugueses editaron más de un centenar y medio de publicaciones periódicas en 10 Estados diferentes de Estados Unidos, principalmente en Massachusetts y California (Pena-Rodríguez, 2015a).

Aunque se hace una descripción basada en técnicas cualitativas, el abordaje que se realizará a continuación sobre el *Diario de Notícias* se basa, esencialmente, en el estudio de aspectos institucionales y datos relevantes de carácter biográfico que influyeron en la evolución histórica del periódico. El artículo no pretende hacer un análisis riguroso sobre los contenidos del periódico, ni tampoco elaborar un relato sobre la representación de determinados acontecimientos históricos en sus páginas. Su objetivo fundamental es apuntar algunos datos históricos relevantes de carácter aproximativo que complementen las aportaciones previas de Correia y ayuden a trazar una radiografía académica sobre esta cabecera informativa.

Si se tienen en cuenta los años de edición de su predecesor, *A Alvorada*, que dejó de editarse cuando se inició el *Diario de Notícias*, su publicación se extiende durante más medio siglo, entre 1919 y 1973. Ambos periódicos fueron fundados por el empresario procedente de la isla Terceira (Azores) Guilherme Machado Luiz. El *Diario de Notícias* publicó abundantes y variados

contenidos sobre la comunidad luso-americana, casi sin interrupciones en su edición,<sup>1</sup> con una clara y manifiesta defensa del idioma y los signos identitarios y culturales de Portugal. Este fue el compromiso fraterno con su audiencia, que transformó en bandera durante su prolongada existencia. En 1966, cuando se resistía a desaparecer en su lucha por sobrevivir, apeló al sentido patriótico de los portugueses publicando anuncios con el siguiente mensaje: “Se é português e sente a necessidade de que o ‘Diário de Notícias’ viva, indique-nos novos assinantes”.

El *Diário de Notícias* no sólo se convirtió en un faro de la cultura y la lengua portuguesa en territorio norteamericano, sino en uno de los más sólidos agentes de dinamización política, económica y cultural de la diáspora lusófona en Nueva Inglaterra y la mayor parte de la costa Este donde había presencia portuguesa. El *Diário de Notícias* fue, de hecho, más que un periódico. Podría decirse que fue, simbólicamente, una escuela, un hogar, un espejo, un soplo de libertad y, ante todo, un sueño realizado. Fue una escuela para muchos inmigrantes que deseaban aprender a relacionarse con el entorno socio-económico norteamericano, que querían comprender cuáles eran las claves de la nueva sociedad; y también lo fue para los que siendo hijos de los inmigrantes sintieron la necesidad de aprender el portugués, los valores de la cultura de sus padres y forjar su nueva identidad luso-americana. Fue un hogar porque el *Diário de Notícias* era la ventana que unía de forma diaria a los inmigrantes con sus raíces, con sus vecinos en sus localidades de origen, con los que compartían no sólo una idiosincrasia común, sino también un interés real por la vida política y el progreso de su país. Fue también un espejo porque, más que ningún otro medio de comunicación, el diario era el reflejo de todo lo que ocurría en la colonia, y publicaba de forma sistemática artículos y cartas de los inmigrantes que hacían saber a sus coterráneos su opinión sobre decenas de asuntos que les preocupaban en cada momento. Y, por supuesto, fue un soplo de libertad porque en su largo período de edición, prácticamente coincidente con el de la dictadura portuguesa, entre 1926 y 1974, durante el que se impuso una férrea censura de prensa, el *Diário de Notícias* fue un símbolo y un adalid de la libertad de expresión. Aunque sufrió también las presiones del Estado Novo e incluso experimentó escoras ideológicas y cierta docilidad política en algún momento, fue un medio esencialmente independiente y libre (Correia, 2009). El *Diário de Notícias* llegó a convertirse en ciertas etapas en un medio hostil para la dictadura, un periódico que sólo podía circular en Portugal de forma clandestina. Algunas cartas de sus lectores al otro lado Atlántico llegaron a testimoniar la persecución de la policía política, que consideraba subversivos a los que leían este periódico (Correia, 2004: 157-158).<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Tan sólo en el tramo final de su existencia, dejó de publicarse algunos días, concretamente los sábados y domingos entre el 27 de noviembre de 1971 y el 19 de octubre de 1973.

<sup>2</sup> Correia transcribe el testimonio de Antonio Santos, un suscriptor del periódico en Nueva Inglaterra que envía una carta de un lector de Portugal, en la que narra cómo la policía política

En sus páginas tuvieron cabida todas las corrientes políticas, los debates más apasionados y los colaboradores más diversos que formaban parte de la colonia. Pero si algo fue de verdad el *Diario de Noticias*, por encima de cualquier consideración teórica, fue un sueño hecho realidad, tanto para los que buscaban en sus páginas cada día un nuevo aliento periodístico que los reconfortase emocionalmente leyendo noticias sobre Portugal en su propio idioma, como para los que tomaron la decisión de arriesgar su capital y apostar por un proyecto empresarial audaz. Tanto los lectores como sus propietarios y periodistas, hicieron que se cumpliera un sueño colectivo y que todos ellos, a su vez, pudieran conocer como otros compatriotas portugueses se abrían camino en territorio norteamericano, como cumplían sus sueños individuales en los más diversos trabajos cotidianos y actividades. Sobre ellos, el *Diario de Noticias* informaba con sentido comunitario y, en ocasiones, cuando algún inmigrante luso destacaba especialmente en algo, incluso con orgullo patriótico. Es verdad que todos los periódicos coloniales, de una u otra manera, aderezaban su discurso editorial con una retórica patriótica y melancólica en algunos momentos, sobre todo cuando lo que se pretendía era reivindicar algún logro común o el éxito particular de algún inmigrante en Estados Unidos. Pero el caso del *Diario de Noticias* era diferente, básicamente por tres razones. Porque su nivel de difusión, su repercusión pública, y su prestigio e influencia fueron enormes.

### **Alcanzar el sueño americano haciendo periodismo en portugués**

En la historia del *Diario de Noticias* hay dos figuras verdaderamente singulares, caracterizadas por un gran espíritu de superación y capacidad de iniciativa empresarial, que encarnan el prototipo del *self made man*: Guilherme Machado Luiz y João Rodrigues Rocha. El primero de ellos fue su fundador y primer dueño, pero ambos fueron sus propietarios y creadores de la estrategia comercial y periodística del diario durante largos períodos. Fueron los artífices del proyecto periodístico, de su larga existencia y del éxito del periódico, aunque con experiencias e inquietudes vitales diferentes. De algún modo, ambos vieron cumplido su sueño americano en la edición del *Diario de Noticias*.

Guilherme Machado Luiz fue uno de los empresarios portugueses con más patrimonio y poder en Nueva Inglaterra, donde creó a inicios del siglo XX una próspera agencia de negocios que ofrecía servicios financieros, seguros y venta de pasajes para los inmigrantes. Guilherme M. Luiz encontró en los medios de comunicación un aliado fundamental para la promoción de sus actividades empresariales. Pronto descubrió que los periódicos en portugués eran los mejores soportes para hacer llegar su mensajes comerciales a sus potenciales clientes en la colonia. A inicios de siglo, la llegada masiva de portugueses a New Bedford para trabajar en la industria textil aumentaron sensiblemente las posibilidades de negocio del empresario portugués, que

---

había encarcelado a un padre de familia por haber leído el *Diario de Noticias*. La referencia del artículo es la siguiente: António Santos. "Pela Nossa terra- Na Ilha de X é-se preso por ler o 'Diario de Noticias'". *Diario de Noticias*, nº 5790, 27 de mayo de 1938, p. 5.

decidió crear, con un sentido estratégico, su propio periódico (*A Alvorada*) para hacer campañas publicitarias de sus servicios, especialmente de los pasajes que él mismo comercializaba en nombre de la Compagnie Française de Navigation a Vapeur Cyprien Fabre & Compagnie (más conocida como *Fabre Line*) y Transportes Marítimos do Estado (entre cuyos barcos estaba el buque "Mormugão"), para las que trabajaba como "steamship agent". En el caso de la *Fabre Line*, ejercía su representación general para los puertos de New York y Boston.<sup>3</sup> También desarrollaba una importante labor como intermediario financiero entre los inmigrantes portugueses y sus familias en Portugal. Su trabajo, fundamentalmente, consistía en recoger, directamente en las casas de los luso-americanos, las cantidades monetarias que aquellos deseaban enviar a sus familiares. Por tanto, tenía un extenso conocimiento de toda la comunidad lusa en Nueva Inglaterra, pues recorría cada localidad de forma periódica y sistemática. La información que poseía sobre la situación de la colonia era exhaustiva. Además de la situación económica de muchas familias, conocía el paradero de muchos inmigrantes, que eran localizados por sus familias a través de su intermediación. Su contacto directo con las redes de la inmigración y su influencia mediática, lo hicieron más competitivo frente a las numerosas compañías de transporte marítimo que entonces operaban entre Estados Unidos, Azores y el continente europeo.<sup>4</sup>

Según la detallada descripción realizada por Correia (2004: 28), que recogió el testimonio de algunos de sus familiares y personas próximas, Guilherme M. Luiz nació el 4 de junio de 1879 en Angra do Heroísmo (isla de Terceira).<sup>5</sup> Llegó a New Bedford el 24 de febrero de 1893 para trabajar en la industria textil, como muchos de sus compatriotas inmigrantes. Hasta 1909, trabajó como "loom-fixer" en la fábrica de Dartmouth, ocupándose de verificar la calidad del hilo que se producía. Después, opta por dedicarse a la comercialización de pasajes y la transferencia de capitales financieros entre Portugal y Estados Unidos. Aún siendo consciente de sus enormes limitaciones para desarrollar una empresa periodística, pues no sabía leer ni escribir cuando llegó a Estados Unidos, Guilherme M. Luiz funda el diario *A Alvorada* en enero de 1919, tras la compra del semanario del mismo nombre al reverendo protestante Francisco Gaetano Borges da Silva, que enseguida se convierte en un éxito.

---

<sup>3</sup> En 1933, la *Fabre Line* promocionaba en el *Diario de Noticias* varias rutas entre Nueva York y Portugal en los buques "S.S. Sinaia" y "S.S. Rochambeau". En el año 1933, uno de los itinerarios del "S.S. Sinaia" hacía la ruta de New York a Lisboa, con parada en Providence y en Horta. Desde allí, la compañía tenía programada una transferencia de los pasajeros de las otras islas en "vapor de carreira" el mismo día de llegada del barco. Véase: *Diario de Noticias*, 10 de agosto de 1933, p. 4.

<sup>4</sup> *Diario de Noticias*, nº 14663, 23 de noviembre de 1965, pp. 1 y 2.

<sup>5</sup> Según los datos de Rui Antunes Correia, Guilherme Machado Luiz se casó con Maria Trigueiro, originaria de Oporto, que falleció durante la epidemia de 1919. Contrajo matrimonio en segundas nupcias con Maria Mercês Maciel Luiz, que era hermana de Manuel y Joaquim Maciel, ambos trabajadores del *Diario de Noticias*. Vivió hasta los 96 años y falleció en 1982.

La fuerte demanda de informaciones relacionadas con Portugal y con la vida en la colonia, así como la necesidad de promocionar los negocios portugueses, hicieron que Guilherme M. Luiz decidiese refundar su proyecto periodístico. Reunió a la asamblea de la empresa propietaria, la Alvorada Publishing Company, Inc., para aprobar el lanzamiento del *Diario de Noticias* a partir de enero de 1927.<sup>6</sup> Era de facto la continuación de *A Alvorada*, pero con un proyecto más ambicioso y profesional que lograría convertirse en el referente periodístico de la comunidad luso-americana durante más de cuarenta años. Las intenciones de Guilherme Machado Luiz con este nuevo producto periodístico las describía así el que fuera fundador y director del *Luso-Americano* de Newark, Vasco Jardim:

“(…) Para Guilherme Luiz pouco lhe interessava que o nome do seu quotidiano fosse este ou aquele. O seu maior desejo era que o jornal entrasse em muitas casas, fosse um órgão noticioso para os milhares de leitores espalhados por todas as parcelas do território americano. E não se enganou este homem de reduzidos conhecimentos literários. Se o fosse o diário teria tido uma vida mais ampla e proveitosa para o seu esforço e persistência. Mesmo assim, o diário foi o jornal de mais anos de existência em New Bedford (…).”<sup>7</sup>

Sin embargo, el acusado descenso de inmigrantes durante la década de 1930, la crisis económica americana, el aumento del precio del papel y de impuestos hicieron que el *Diario de Noticias* perdiera la rentabilidad inicial. Esta circunstancia y la probable falta de interés directo por los negocios periodísticos, hicieron que Guilherme M. Luiz decidiera venderlo el 8 de junio de 1940 al cónsul de Portugal en Providence, José Agostinho de Oliveira, que se convierte en su director inmediato.<sup>8</sup> Poco antes de fraguarse la venta, el embajador de Portugal en Washington, João de Bianchi, en un oficio enviado a Salazar el 20 de octubre de 1938 en el que explica la importancia propagandística del *Diario de Noticias*, se refiere a su dueño como un importante empresario de la colonia venido a menos:

“O único diário, e por isso o mais importante periódico, é o ‘Diário de Notícias’ de New Bedford, que pertence o Sr. Guilherme M. Luiz, o banqueiro por excelência das transferencias dos emigrados portugueses; agente das passagens para e de Portugal e Ilhas; negociante noutros ramos, o que tudo lhe angariou, nos bons tempos, uma boa fortuna, hoje muito dizimada até pelos processos que procurou

<sup>6</sup> *A Alvorada*, nº 2337, 31 de diciembre de 1926, p. 1.

<sup>7</sup> *Luso-Americano*, 28 de octubre de 1989, p. 31.

<sup>8</sup> Véase el editorial del *Diario de Noticias*, nº 6402, 8 de junio de 1940, p. 1.

utilizar para enriquecer, alguns dos quais foram levados ao conocimiento desse Ministério.”<sup>9</sup>

Sea por su empeño personal en mantener un diario en lengua portuguesa en Estados Unidos, por la influencia pública que le otorgaba, o porque era un instrumento necesario para sus otros negocios, el caso es que Guilherme M. Luiz siguió editando el *Diario de Noticias* a pesar de las pérdidas que le ocasionaba durante toda la década de 1930 (Correia, 2004: 32-34). “(...) Foi uma aventura dispendiosa que me tem custado os olhos da cara (...)”, decía él mismo un año antes de ponerlo en venta.<sup>10</sup> En el último número como dueño del periódico, el *Diario de Noticias* hace público el cambio de propiedad y dirección reconociendo la tarea desarrollada por Guilherme M. Luiz a lo largo de sus más de veinte años, sumando la etapa de *A Alvorada*:

“(...) Se nos Estados Unidos se mantem, há vinte e dois anos um jornal diário publicado em lingua portuguesa, deve-se-o, sem dúvida, á admirável perseverança e a admirável tenacidade do sr. Guilherme M. Luiz. Nunca é de mais repetir que foi com sacrificios de toda a sorte que ele, como nenhum outro português, soube manter sempre aceso o amôr da terra que lhe foi mãe, comunicando, atravez da letra redonda, aos seus compatriotas essa elevada e nobre virtude. Para com ele e, de resto, para com todos aqueles que assim procedem, Portugal tem a saldar uma divida de gratidão. (...)”<sup>11</sup>

Guilherme M. Luiz era un hombre hecho a sí mismo, de convicciones republicanas, socio del Clube Republicano Português de New Bedford. No era un hombre de cultura intelectual, pero tenía una gran visión de negocio y capacidad de iniciativa.<sup>12</sup> Poseía un carácter tenaz y condescendiente al mismo tiempo que lo convirtió en defensor de los intereses de los portugueses en territorio norteamericano, llegando a financiar el viaje de decenas de sus compatriotas que se instalaron en New Bedford. Sus acciones filantrópicas le otorgaron gran popularidad en la colonia, hasta el punto de ser conocido con el apodo de “o pai do português”. En su proyecto empresarial, adquiriría también la Livraria Colonial, con sede en el mismo edificio en el que se ubicaba la redacción del *Diario de Noticias*, donde se vendían obras de autores clásicos traducidos al portugués, diccionarios, mapas de Portugal y manuales de

<sup>9</sup> Arquivo Histórico Diplomático (AHD). Embajada de Portugal en Washington. Caja 36. Oficio nº 250 (proc. 40/38) del embajador, João de Bianchi, al ministro de Negócios Estrangeiros, 20 de octubre de 1938.

<sup>10</sup> *Diario de Noticias*, nº 6152, 11 de agosto de 1939, p. 1.

<sup>11</sup> “À Colonia Portuguesa e, em particular aos Amigos e Leitores do ‘Diario de Noticias’”. *Diario de Noticias*, nº 6402, 8 de junio de 1940, p. 1.

<sup>12</sup> Según el testimonio prestado a R. Antunes Correia por Manuel Calado, jefe de redacción del *Diario de Noticias* entre 1949 y 1973. Véase la nota a pie de página nº 36 del trabajo de Correia (2004).



lengua inglesa demandados por los inmigrantes. En sus frecuentes viajes a Portugal traía cargamentos de libros para proveer al mercado local norteamericano (Correia, 2004: 30-31). Guilherme M. Luiz falleció el 25 de noviembre de 1965 a la edad de 87 años. El *Diario de Noticias* recordó a su fundador con una semablanza en primera página el día de su funeral. El que fuera su primer editor y yerno, António Vieira de Freitas, recordó el coraje que mostró en la fundación del periódico: "(...) É possível que sem a sua audácia, sem o seu temperamento, não teria sido lançado o alicerce que serviu de base ao 'Diário de Notícias'. É apenas por isto, mesmo que nada mais tivesse feito em toda a sua vida, e descontadas as suas limitações humanas, a Comunidade Portuguesa de América tem para com Guilherme Machado Luiz uma grande dívida de gratidão. E todos nos, seus continuadores, assim o sentimos na sua partida."<sup>13</sup> El gobierno portugués reconoció su labor concediéndole en 1944 la "Ordem de Santiago".<sup>14</sup> La influencia que le otorgó particularmente el *Diario de Noticias* convirtieron a Guilherme M. Luiz en una figura respetada e incluso venerada en New Bedford, como muestra simbólicamente el siguiente poema que dedica "Ao Diário de Notícias" el poeta de la colonia António Batalha el 31 de enero de 1940:

"Sucessivos annos já passaram, afinal,  
Que revelas novidades, sem malicias;  
Por isso mereces as nossas caricias,  
Digno propagador da voz de Portugal!

Não ha na America, nenhum outro jornal,  
Que na leitura nos dê, tantas delicias;  
Como tu, bello, "Diário de Noticias",  
Aráuto da nossa lingua, sem teres rival!

Que tua'voz se prolongasse por muitos anos,  
Foi esforço, que o teu impulsionador quiz;  
Fazendo sacrificios mais que humanos.

Felicitemos pois, não haja mais enganós,  
O benemérito, Guilherme Machado Luiz;  
Que entre a Colónia, honra os Lusitanos!"<sup>15</sup>

<sup>13</sup> *Diario de Noticias*, nº 14663, 23 de noviembre de 1965, p. 1.

<sup>14</sup> *Diario de Noticias*, nº 7684, 14 de agosto de 1944, p. 1. "Medalhas por atacado". Citado por Correia en la nota nº 41 (2004: 31).

<sup>15</sup> *Diario de Noticias*, nº 6294, 31 de enero de 1940, p. 4.

Poco después de que el cónsul de Providence, José Agostinho Oliveira, comprase el *Diario de Noticias*, João Rodrigues Rocha, tras su etapa como editor de *O Independente*, adquiere parte de la propiedad de la empresa editora del diario con los ahorros que había ido acumulando en sus diferentes puestos. En 1942, José A. Oliveira es presentado en las páginas del periódico como “publisher” y João R. Rocha como “editor and field manager”. Pero finalmente en 1943, tras desembolsar \$6000 a su socio, João R. Rocha se hace con la propiedad íntegra del *Diario de Noticias*, convirtiéndose en “publisher & general manager”.<sup>16</sup>

João Rodrigues Rocha fue otra de las grandes figuras periodísticas de la colonia. Nacido el 25 de enero de 1899 en Ponte de Lima, emigró con 13 años a Brasil y llegó a Estados Unidos en 1920. Su primer trabajo fue como barrendero de una fábrica en Cambridge, hasta que logró abrir una pequeña tienda de ropa, que decidió vender cuando ahorró el dinero suficiente para iniciar su carrera como periodista y editor de publicaciones periódicas. Para defender mejor sus intereses en territorio norteamericano, optó por nacionalizarse en 1926. Su primera cabecera fue el magazine *Revista Portugal-América Portuguesa*, publicada en Cambridge entre 1926 y 1929. Tras su cierre, se convierte en el “circulation manager” del *Diario de Noticias*, puesto que ocupa hasta junio de 1932. Cuando abandona el diario, se hace propietario del semanario *O Independente*, que dirige durante varios años, entre 1933 y 1940.<sup>17</sup> “João R. Rocha foi a surpresa do jornalismo português no estrangeiro”, según Vasco Jardim, que elogió su perseverancia y capacidad profesional:

“(…) De empregado de balcão a jornalista vai uma grande distância. Depois de ter falhado com a revista e “vivido” com “O Independente”, Rocha despe o casaco, enrola as mangas da camisa e às seis horas da manhã começa a luta na Redacção do jornal. (...) João Rocha, mesmo sem saber nada de artes gráficas, conquistou uma posição frutuosa. Antes de suspender a publicação do diário, pagou todas as contas e enviou a todos os assinantes alguns milhares de dólares das assinaturas pagas adiantadamente. Ninguém se gabou de lhe comprar a empresa em quanto ele estava nos últimos dias da sua vida. (...)”<sup>18</sup>

A lo largo de su carrera, João R. Rocha publicó centenares de artículos y realizó entrevistas a personalidades de relevancia histórica, algunas de forma exclusiva, como la que hizo a António de Oliveira Salazar para su periódico el 2 de mayo de 1958, cuyo titular de portada fue “O Dr.

<sup>16</sup> *Portuguese Times*, 16 de noviembre de 1989, p. 22.

<sup>17</sup> Ferreira Mendes Portuguese-American Archives at Umass Dartmouth (FM-PAA/UMD), MC 100/PAA. “João Rocha papers”. “Biographical note”.

<sup>18</sup> *Luso-Americano*, 28 de octubre de 1989, p. 31. “Capítulo 7”.

Oliveira Salazar manifestou vivo interesse pelos portugueses da América”.<sup>19</sup> Trató de mantener siempre un estrecho contacto con las autoridades políticas norteamericanas, con las que mantuvo una relación de respeto mutuo. En su archivo personal, donado a los Ferreira Mendes Portuguese-American Archives de la University of Massachusetts Dartmouth, figuran telegramas y cartas de varios políticos, tanto del partido Demócrata como Republicano. Mantuvo correspondencia, entre otros, con el senador Ted Kennedy. Incluso el presidente electo de Estados Unidos, Richard Nixon, le envió una carta autografiada personalmente el 2 de diciembre de 1968, en la cual, reconociendo su liderazgo dentro de la comunidad luso-americana, le pide que le proponga nombres de personas cualificadas que pudiesen trabajar para su gobierno.<sup>20</sup>

Consciente de su valor histórico, cuando dejó de publicar el *Diario de Noticias*, una de las primeras cosas que João R. Rocha hizo fue donar una colección del periódico a la biblioteca principal de la Southeastern Massachusetts University (SMU), institución precedente de la actual UMass Dartmouth, la más completa que hoy existe sobre la cabecera que le perteneció y editó durante 33 años.<sup>21</sup> Posteriormente, donaría también otros documentos personales y sobre la historia de la comunidad luso-americana, que hoy forman parte de la colección de los Ferreira Mendes Archives en la citada institución universitaria. El 3 de noviembre de 1975, la SMU le brindó un almuerzo de homenaje junto a su familia.<sup>22</sup> João R. Rocha falleció en febrero de 1977 en su residencia de Dartmouth. El propietario del *The Standard Times* le envió una carta a su esposa en la que expresaba que su obra “(...) on behalf of Portugal and the Portuguese people of our area will be remembered for many years to come. (...)”.<sup>23</sup>

### **La transformación de un proyecto de éxito: de *A Alvorada* a *Diario de Noticias***

El *Diario de Noticias* heredó la infraestructura, el equipo periodístico y tipográfico, la sede en el número 93 de Rivet Street,<sup>24</sup> las ediciones en varias ciudades de la Costa Este y la línea editorial de *A Alvorada*. Incluso el director, António Vieira de Freitas Jr., que se mantuvo en su puesto hasta 1940, era el mismo. Se trataba, por tanto, de la reinención de un proyecto periodístico con el objetivo de aumentar el número de lectores y fidelizar los suscriptores. Sin embargo, técnicamente deben ser considerados dos periódicos independientes. No sólo porque

<sup>19</sup> *Diario de Noticias*, nº 11.749, 2 de mayo de 1958, pp. 1 y 6.

<sup>20</sup> FM-PAA/UMD. MC 100/PAA: “João Rocha papers”. Carta de Richard Nixon a João R. Rocha, 2 de diciembre de 1968.

<sup>21</sup> Idem. “João Rocha Papers”. Carta de Gerard J. Gagne, “acquisitions librarian”, a João R. Rocha, 7 de noviembre de 1973.

<sup>22</sup> Idem. “João Rocha papers”. Carta de Donald E. Walker, presidente de la Southeastern Massachusetts University a João R. Rocha, 27 de octubre de 1975.

<sup>23</sup> Idem. “João Rocha papers”. Carta de Gerald T. Tache, “president and Publisher” de *The Standard Times* a Mrs. Mary Mello Rocha, 8 de marzo de 1977.

<sup>24</sup> El *Diario de Noticias* disponía de oficinas en otros lugares: En Fall River (Massachusetts): 10 Bedford Street; y en Newark (New Jersey): 78 Jefferson Street.

cambia su título, sino por otras razones importantes. Porque hubo cambios sustanciales en el diseño tipográfico, los contenidos, la planificación comercial o incluso (a partir de 1940) en la propiedad de la empresa (The Portuguese Daily News Publishing Company) y en su filosofía empresarial, entre otros aspectos. En su primer número, por ejemplo, haciendo constar que se trataba del sucesor de *A Alvorada*, el *Diario de Noticias* advierte a los lectores de Fall River que, debido a la gran audiencia que tenía en la ciudad su título anterior, se sustituiría la página habitual que *A Alvorada* dedicaba a aquella localidad por una edición especial.<sup>25</sup>

Subtítuloado "The Portuguese Daily News", a partir de la década de 1950 comienzan a aparecer algunos anuncios y artículos periodísticos en inglés, que se van incorporando progresivamente a sus contenidos. Sin embargo, el portugués fue la lengua oficial y principal del *Diario de Noticias* hasta sus últimos años. Utilizó varios reclamos comerciales en su cabecera. Inicialmente, se colocaba la frase: "Two thirds of the homes of 35.000 Portuguese in New Bedford and of 30.000 of Fall River are daily visited by the Newspaper". En 1939, el periódico utiliza un nuevo lema: "The only Portuguese Daily Newspaper publisher in the United Status". Y en 1960, se adorna también con el eslogan "America's only Daily Publisher in Portuguese". Su formato experimentaría cambios diversos a lo largo del tiempo, aunque su tamaño tendió a ser tabloide, ilustrado con fotografías y grabados, y un número de páginas variable, entre 8 y 16 de media. En sus espacios publicitarios se publicaron miles de anuncios de decenas de comercios, instituciones e inmigrantes de la colonia que pretendían hacer llegar sus mensajes a sus compatriotas, muchos con una gran calidad creativa. El *Diario de Noticias* apelaba periódicamente a los lectores para que leyeran los anuncios y compraran los productos de los comerciantes que patrocinaban el periódico para garantizar su supervivencia.<sup>26</sup>

João R. Rocha fue uno de artífices del crecimiento y difusión del periódico (Correia, 2004: 45). Durante su etapa como representante comercial, entre 1929 y 1932, fue el responsable de la "campanha de expansão" del *Diario de Noticias*.<sup>27</sup> Como agente especial para la expansión y crecimiento del diario de New Bedford, João R. Rocha realizó varios viajes, el primero de ellos entre septiembre de 1929 y enero de 1930, que lo llevó a decenas de núcleos de población con inmigrantes de origen luso en los Estados de Nueva Inglaterra, en los que consiguió establecer una red de 62 corresponsales al servicio del periódico, que se ampliaría a los Estados de Nueva York, New Jersey y Pennsylvania. Al igual Guilherme M. Luiz, recorrer las principales ciudades con población portuguesa en sus viajes de negocios, le permitió a João R. Rocha

<sup>25</sup> "O 'Diario de Noticias' em Fal River". *Diario de Noticias*, nº 1, 3 de enero de 1927, p. 1.

<sup>26</sup> "Aos Leitores". *Diario de Noticias*, nº 3461, 24 de abril de 1931, p. 1.

<sup>27</sup> En relación con esta campaña puede leerse el artículo: "A nossa campanha de expansão". *Diario de Noticias*, nº 928, 20 de enero de 1930, p. 1.

tener un conocimiento privilegiado sobre la situación de la colonia en la Costa Este y una relación directa con sus figuras más destacadas.<sup>28</sup>

Además de varios miles de suscriptores que recibían vía postal el periódico, a finales de la década de 1930 el *Diario de Noticias* disponía de 80 puntos de venta distribuidos por siete Estados. En Massachusetts, el diario se vendía en 56 lugares distribuidos en diez localidades: Fall River, Lowell, Plymouth, Framingham, Holyoke, Boston, Cambridge, Peabody y Gloucester y New Bedford, que era la ciudad donde más se difundía el diario, con 41 puestos de distribución. En Rhode Island había 13, situados en diferentes lugares de Bristol, River Point, Providence y Pawtucket. En Connecticut 6: en Waterbury, New Haven, Hartford y New Britain. En New Jersey, 3: en Newark, Hudson y Carney's Point. En Pennsylvania, también 3: South Bethlehem, Philadelphia y Hallerton. En New York se distribuía en Brooklyn y Manhattan; y en Illinois en Prospect Heights. La tirada del *Diario de Noticias*, son variables. En las décadas de 1930 y 1940, la tirada oscilaba entre los 9.000 y 10.000 ejemplares; y entre 1950 y 1970, la media de las tiradas se estabilizó entre 10.000 y 15.000 copias, con algunas ediciones de hasta 20.000 ejemplares (Correia, 2004: 43-48).

Cuando João R. Rocha se hace con la propiedad y dirección del *Diario de Noticias*, nombra como editor a António A. Cacella, hermano del padre José Cacella, fundador de *O Portugal* y *A Luta* en New York City, y Manuel Calado asumirá el puesto de redactor-jefe. En 1950, además de las personas citadas, el equipo del diario estaba integrado, entre otras, por António A. Costa, António Santinho, Álvaro D. Carreiro y José V. Carreiro, como linotipistas; João Alves, estereotipia; Luciano Mota, jefe de las oficinas; José Luiz, jefe de distribución en New Bedford; Simão C. Tenreiro, redactor; Frank Cavanaugh, jefe de publicidad; Laura Alves, contabilidad; Raimundo Luiz y Ronald Correia, envío y distribución.<sup>29</sup> Durante 1960, António A. Costa asumió también funciones como redactor.

### **Una escuela de periodismo para la inmigración luso-americana**

Aunque los puestos se fueron renovando a lo largo de la historia del periódico, João R. Rocha hereda el *Diario de Noticias* con una redacción y un equipo de tipógrafos consolidado. Era una especie de pequeña escuela familiar del periodismo luso-americano, que se había ido forjando desde la creación de *A Alvorada*. Una de sus figuras más emblemáticas en sus primeros años, entre 1927 y 1935, fue el brillante periodista republicano Domingos Ferreira Martins, que se incorporó al *Diario de Noticias* como redactor principal tras el cierre del consulado de Portugal en Bristol (R. Island), donde ocupaba el puesto de cónsul desde octubre de 1925, tras ocupar la representación diplomática de Portugal en Valladolid (España).<sup>30</sup> D. Ferreira Martins escribió

<sup>28</sup> Arquivos Nacionais Torre do Tombo (ANTT). Arquivo Oliveira Salazar (AOS), CO/PC-12-D, cx. nº 661. Carta confidencial de João R. Rocha a António Ferro, 18 de febrero de 1939.

<sup>29</sup> *Diario de Noticias*, nº 9610, 27 de diciembre de 1950, p. 6.

<sup>30</sup> *Diario de Noticias*, nº 4939, 8 de agosto de 1935, p. 1.

decenas de artículos de opinión y editoriales con un original estilo periodístico cimentado sobre una retórica perspicaz, inteligente y cargada de ironía. Fue un firme defensor de los principios democráticos, de convicciones republicanas y contrario al Estado Novo.<sup>31</sup>

En su nómina de articulistas, estuvieron intelectuales y políticos portugueses de gran prestigio, como el ex ministro republicano João Camoesas, el escritor José Rodrigues Miguéis o el director del Secretariado de Propaganda Nacional de Portugal (SPN), el escritor António Ferro. También colaboraron con el diario el dirigente de la Aliança Liberal Portuguesa Manuel Moutinho, el que fuera director de la Casa de Portugal en New York, el periodista Gil Stone, o el vice-cónsul de Portugal en Providence, Manuel Caetano Pereira. Pero hubo muchos más, entre los que se podrían citar a Laertes de Figueiredo, Quirino de Souza, el padre Alves Correia, Martha de Mesquista da Câmara, Frank Torres, Josefina do Canto e Castro, Antero de Albuquerque, Manuel P. Melo, Raul Alves Loureiro, João M. Tavares, Francisco Rebelo, Antonio Maria Freitas, Augusto Gil, Leal Furtado, Paes de Aguiar, y autores que firmaban con seudónimos, como Onix, Argus, Lanceta o Ignotus. Tras el alias de Ignotus, se encontraba el que fue periodista y editor de *A União Portuguesa* de California, José Trinidad Salgueiro. Además de las firmas más conocidas o populares, el *Diario de Noticias* contó también con decenas de colaboradores, la mayoría lectores del propio periódico, que querían ver alguna creación literaria o periodística publicada en sus páginas, o que simplemente pretendían persuadir a los inmigrantes respecto a algún asunto relacionado con la colonia.

Las secciones informativas del *Diario de Noticias* tenían cuatro ejes temáticos fundamentales: noticias sobre Portugal, sobre la colonia luso-americana, informaciones internacionales y asuntos relacionados con la sociedad estadounidense. Muchas de las informaciones de carácter internacional eran elaboradas a partir de los despachos de agencias de noticias o crónicas publicadas por otros periódicos. Aunque con escasez de recursos y limitaciones, la cobertura periodística que el *Diario de Noticias* realizó de muchos hechos noticiosos relevantes a nivel nacional o internacional fue muy completa, más extensa y profesional que la de algunos diarios de referencia en Lisboa en el mismo período, con la característica fundamental de no haber sido visado por los Serviços de Censura de la dictadura.

En sus crónicas y reportajes sobre la realidad política portuguesa, su discurso periodístico intentaba hacer una demostración de máxima independencia; ofreciendo, en ocasiones, dos versiones confrontadas sobre un mismo asunto en la misma edición, particularmente cuando se analizaban temas polémicos. El *Diario de Noticias* trataba de seguir el modelo profesional del periodismo norteamericano, asumiendo sus valores y defendiendo la libertad de prensa, de

---

<sup>31</sup> “O Diário de Noticias está de luto. Faleceu o brilhante jornalista Ferreira Martins, redactor principal deste jornal, que foi um ornamento do jornalismo português”. *Diário de Noticias*, nº 4940, 8 de agosto de 1935, pp. 1 y 8. Tras un ataque al corazón que lo dejaría inválido, Ferreira Martins falleció el 7 de agosto de 1935. Según el perfil biográfico del diario, Domingos Ferreira Martins nació en Lisboa el 20 de julio de 1879, hijo de Vicente Ferreira Martins y de Angélica Martins. Estaba casado desde 1911 con Aida Paes Martins.

expresión y pensamiento como derechos fundamentales de una sociedad democrática.<sup>32</sup> Con absoluta libertad, publicaba sus contenidos en diversos géneros, con variedad de temas y de interpretación crítica sobre los acontecimientos a partir de una metodología informativa que respetaba el derecho del lector a expresarse y a quejarse en sus páginas cuando lo estimara preciso, siempre que lo hiciera con un lenguaje serio, respetuoso y revelara a la dirección del periódico su identidad.

Entre todos los temas y apartados que publicó el *Diario de Noticias* en su casi medio siglo de existencia, hay dos secciones que por la frecuencia de publicación y permanencia, debieron tener una gran repercusión y popularidad entre los inmigrantes: la sección editorial, en la que el periódico emitía su opinión acerca de cualquier tema relevante de la actualidad a través de artículos redactados de forma anónima por algunos de sus periodistas, y el folletín literario por episodios, que ya había alcanzado un gran éxito en *A Alvorada*. El *Diario de Noticias* continuó con esta popular tradición periodística editando, entre otras muchas, las siguientes novelas seriadas: "Os exploradores da desgraça" y "O poder dos humildes", de A. Contreras; "Os milhões do criminoso" y "As mulheres de bronze", de Xavier de Montepin; "A tortinegra do moinho", de E. Richebourg; "Maria da Fonte", de Rocha Martins; "Os dois garotos", de Pierre Decourcelle; o "Margarida, a mártir", de Lorenzo Bassi.

Los artículos editoriales, en general, sirvieron de orientación para una gran mayoría de inmigrantes, a los que aportaba un conocimiento avanzado sobre muchos asuntos que preocupaban a la comunidad luso-americana. En ellos, se hacía con frecuencia pedagogía sobre el funcionamiento de las instituciones, sobre los derechos y deberes de los inmigrantes en el contexto americano, y se estimulaba su pensamiento crítico y su compromiso con un proyecto de desarrollo personal y colectivo ligado a la defensa de los intereses portugueses. Son centenares los editoriales que analizan, interpretan, argumentan y critican la realidad social, política, económica y cultural en diferentes momentos históricos. Algunos parecen manifiestos políticos en apoyo de sus compatriotas;<sup>33</sup> otros se asemejan más a informes políticos;<sup>34</sup> los hay que son una especie de lamento;<sup>35</sup> reflexiones filosóficas, antropológicas o literarias sobre asuntos diversos;<sup>36</sup> los que dan consejos sanitarios;<sup>37</sup> los que debaten sobre las organizaciones fraternales;<sup>38</sup> los que expresan su opinión política sobre asuntos electorales;<sup>39</sup>

<sup>32</sup> Editorial "Imprensa!". *Diario de Noticias*, nº 4773, 21 de enero de 1935, p. 2

<sup>33</sup> "John B. Nunes, um político português da velha guarda". *Diario de Noticias*, nº 12.102, 11 de septiembre de 1959, p. 1

<sup>34</sup> "Equilíbrio nas contas em nos espiritos". *Diario de Noticias*. Secção de New Jersey, 25 de noviembre de 1931, s. p.

<sup>35</sup> "Camisas e mais camisas". *Diario de Noticias*, 23 de junio de 1933, p. 2.

<sup>36</sup> "Espírito Latino". *Diario de Noticias*, 21 de agosto de 1929, p. 2.

<sup>37</sup> "Coisas praticas". *Diario de Noticias*, 28 de mayo de 1931, p. 2.

<sup>38</sup> "Fraternidade". *Diario de Noticias*, 2 de junio de 1930, p. 2.

<sup>39</sup> "As eleições de 13 de Fevereiro". *Diario de Noticias*, nº 9038, 4 de febrero de 1949, pp. 1 y 2; "Os emolumentos consulares". Idem, 16 de marzo de 1935, p. 2.

las relaciones ibéricas;<sup>40</sup> de carácter conmemorativo;<sup>41</sup> sobre el problema de la emigración;<sup>42</sup> de temas religiosos;<sup>43</sup> educativos;<sup>44</sup> económicos o bancarios;<sup>45</sup> relacionados con la solidaridad inmigrante;<sup>46</sup> en respuesta a sus detractores;<sup>47</sup> semblanzas de inmigrantes;<sup>48</sup> consideraciones sobre la paz en el mundo,<sup>49</sup> etc. Y también se publicaban editoriales que reconocían el éxito de algún luso-americano o glorificaban algún avance relevante en el seno de la colonia.<sup>50</sup> El *Diario de Noticias* afirmaba su posición crítica respecto a aquellos temas en los que creía era su deber moral actuar como portavoz de la colonia. Asumía su liderazgo público enfrentándose, a veces, a las propias autoridades diplomáticas de Portugal, de las que esperaba la máxima responsabilidad.<sup>51</sup>

### A modo de conclusión

El *Diario de Noticias* debe ser considerado como un medio de comunicación de referencia en el estudio de la historia de la prensa de la inmigración portuguesa en América. Tanto por la profusión de noticias y reportajes sobre Portugal y la colonia luso-americana y la profundidad intelectual con la que abordaba cada asunto de la actualidad política, económica y social, el periódico es una fuente de indudable valor histórico. Su decisiva contribución a la expansión del idioma y la cultura portuguesa en Estados Unidos, su papel como creador de opinión y como protector de los intereses colectivos de la colonia en Nueva Inglaterra, lo convierten en una de las instituciones más importantes de la historia de la diáspora lusa en Norteamérica. Su modo de hacer periodismo, basado en la pluralidad informativa y en el fomento del debate público en torno a los asuntos más preocupantes para los inmigrantes, son rasgos que distinguieron y prestigiaron su discurso periodístico.

En cierto modo, el *Diario de Noticias* es la plasmación del cumplimiento de un sueño americano colectivo en la diáspora luso-americana, que encontró en su páginas una conexión cultural y espiritual con sus orígenes nacionales, un medio de información esencial para cohesionar y representar a la colonia portuguesa y defender sus intereses dentro de la sociedad americana.

### Bibliografía

- 
- <sup>40</sup> "Portugal e o problema ibérico". *Diario de Noticias*, nº 8160, 27 de marzo de 1946, pp. 1 y 6.
- <sup>41</sup> "O Dia de Colombo". *Diario de Noticias*, 11 de octubre de 1929, p. 2.
- <sup>42</sup> "Aspectos da emigração". *Diario de Noticias*, 24 de enero de 1933, p. 2.
- <sup>43</sup> "Uma industria muito explorada". *Diario de Noticias*, 16 de octubre de 1929, p. 2.
- <sup>44</sup> "Os 'leadres' e as escolas na colonia". *Diario de Noticias*, 19 de septiembre de 1931, p. 2.
- <sup>45</sup> "O problema bancario e o valor da nota". *Diario de Noticias*, 16 de marzo de 1933, p. 2.
- <sup>46</sup> "Solidariedade colonial". *Diario de Noticias*, 10 de agosto de 1933, p. 1.
- <sup>47</sup> "Um Homenzinho". *Diario de Noticias*, 17 de febrero de 1929, p. 2.
- <sup>48</sup> "John Filipe de Sousa". *Diario de Noticias*, 8 de marzo de 1932, p. 2.
- <sup>49</sup> "A 'paz' no mundo". *Diario de Noticias*, 2 de marzo de 1933, p. 2.
- <sup>50</sup> "Os Portugueses fora da Casa". *Diario de Noticias*, 22 de septiembre de 1930, p. 2.
- <sup>51</sup> "A missão dos diplomatas na America". *Diario de Noticias*, 22 de marzo de 1929, p. 2.



- ALMEIDA, Onésimo T. (2010): *O Peso do Hífen. Ensaio sobre a experiência luso-americana*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- BAGANHA, Maria Ioannis B. (1990): *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*, New York, Garland Publishers.
- BARROW, Clyde W. (ed.) (2002). *Portuguese Americans and Contemporary Civil Culture in Massachusetts*. North Dartmouth: Tagus Press, Center for Portuguese Studies and Culture-University of Massachusetts Dartmouth.
- CORREIA, Rui Antunes (2004): *Salazar em New Bedford. Leituras Luso-Americanas do Estado Novo*, Lisboa, Universidade Aberta, 2004. (Tese orientada pela Prof. Maria Filipa Palma dos Reis).
- CORREIA, Rui Antunes (2009): Salazar in New Bedford: Political Readings of *Diário de Notícias*, the only Portuguese daily newspaper in the United States. In: HOLTON, Kimberly Dacosta & KLIMT, Andrea (eds). *Community, Culture and The Makings of Identity. Portuguese-Americans along Eastern Seaboard*, North Dartmouth, Tagus Press, Center for Portuguese Studies and Culture-University of Massachusetts Dartmouth:227-247.
- GOMES, Geoffrey L. (1994-1995): The Portuguese Language Press in California: The Response to American Politics, 1880-1928. *Gávea-Brown. A Bilingual Journal of Portuguese American Letters and Studies*, vols. XV-XVI, Jan. 1994-Dec.1995: 5-90.
- KNOWLTON, Edgar C. (1960): The Portuguese Language Press in Hawaii. *Social Process in Hawaii*, 24: 89-99.
- MENDONÇA, Duarte Miguel Barcelos (2007): *Da Madeira a New Bedford. Um capítulo ignorado da emigração portuguesa nos EUA*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- PAP, Leo (1987): The Portuguese Press. In: MILLER, Sally (ed.). *The Ethnic Press in the United States. A Historical Analysis and Handbook*, Wesport (Conn.), Greenwood Press, 1987: 291-302.
- PAP, Leo (1992): *The Portuguese Americans, Boston (Mass.)*, Portuguese Continental Union of USA.
- PENA-RODRÍGUEZ, Alberto (2015a): A prensa portuguesa nos Estados Unidos de América. Unha aproximación histórica. In: PENA, Alberto, MESQUITA, Mário y VICENTE, Paula (coords.). *Emigración e exílio nos Estados Unidos de América. Experiencias de Galicia e Azores*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 2015: 211-261.
- PENA-RODRÍGUEZ, Alberto (2015b): El *Portuguese Times* y la Revolución de los Claveles en Portugal. In: GALINDO, Juan Antonio García et al. (coords.). *El estatuto del acontecimiento (1)*, Rennes, Press, Imprimés, Lectures dans l'Aire Romane-Université Rennes 2, 2015: 263-277.
- PONTE, Lusa (2014): Percursos Identitários na Diáspora Açoriana: o Jornal "Açores-América" (1903). *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, vol. 3.1: 221-246.

WARRIN, Donald (2010): *So Ends This Day. The Portuguese in American Whaling, 1765-1927*, North Dartmouth, Tagus Press, Center for Portuguese Studies and Culture-UMass Dartmouth.

WILLIAMS, Jerry (2007): *In Pursuit of Their Dreams. A History of Azorean Immigration to the United States*, North Dartmouth, Tagus Press, Center for Portuguese Studies and Culture-University of Massachusetts Dartmouth.

---

**Aline Strelow e Nádia Alibio**

---

***O Lábaro: Um jornal literário positivista no Sul do Brasil***

---

27

***O Lábaro: Um jornal literário positivista no Sul do Brasil***<sup>52</sup>

***O Lábaro: A positivist literary newspaper in Southern Brazil***

Aline Strelow (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)<sup>53</sup>

[alinstrelow@terra.com.br](mailto:alinstrelow@terra.com.br)

Nádia Alibio (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)<sup>54</sup>

[alibio.nadia@gmail.com](mailto:alibio.nadia@gmail.com)

**Resumo**

No Sul do Brasil, a segunda metade do século XIX foi de efervescência cultural e literária – jornais dedicados ao tema se proliferavam, tornavam-se porta-vozes dos movimentos da época e respondiam aos anseios da sociedade letrada que começava a tomar corpo. Neste artigo, que é parte de uma investigação mais abrangente sobre a história da imprensa literária no Rio Grande do Sul no período, temos como objeto de pesquisa o jornal *O Lábaro*, periódico literário de viés positivista que tinha como proprietário o jovem imigrante português Joaquim José de Azevedo Júnior, natural de Póvoa do Varzim. Essa folha circulou na capital da província, Porto Alegre, entre os anos de 1880 e 1881.

A fundamentação teórica tem como base a História Cultural. Metodologicamente, partimos do modelo proposto por Robert Darnton para o estudo dos impressos, contemplando o circuito comunicacional que envolve o jornal – suas materialidades, atores envolvidos e relação com a

---

<sup>52</sup> Versão revista e ampliada de trabalho apresentado no GT Historiografia da Mídia, integrante do 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul 2014.

<sup>53</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fabico/UFRGS). Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Realizou pós-doutorado em Comunicação na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Editora da Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM).

<sup>54</sup> Estudante de Jornalismo da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fabico/UFRGS). Foi bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) durante a realização deste trabalho.

sociedade. A análise mostra um jornal voltado ao cotidiano da cidade, com destaque para os acontecimentos da sua vida cultural – o carnaval, diferentes eventos sociais e, com especial relevo, o teatro. A literatura está presente de formas variadas, como poemas, crônicas, contos e, é claro, o gênero que fazia grande sucesso à época: o romance-folhetim.

Os textos publicados, em especial os artigos que ocupam as primeiras páginas, iniciando pela capa, demarcam a vinculação do jornal com uma ideia de progresso atrelada aos ideais positivistas e republicanos. Se não pode ser caracterizada como uma folha positivista em sua essência, já que o espaço aos textos literários, sem posicionamento político e filosófico definido, predominam, os artigos publicados deixam clara a intenção de se posicionar, mesmo que o êxito dessa empreitada possa ser questionado.

**Palavras-chave:** História da Imprensa; História do Jornalismo; Imprensa literária no Rio Grande do Sul; Positivismo no Rio Grande do Sul.

### **Abstract**

Southern Brazil had a period of cultural and literary uproar in the second half of the 19th century, when newspapers dedicated to literature bloomed, became heralds of the time's movements, and answered to the demands of a newly formed intellectual society. In this article, which is part of a broader investigation on the history of literary press in Rio Grande do Sul at the time, our research object is the newspaper *O Lábaro* (The Banner), a positivism-biased literary periodical, owned by the young Portuguese immigrant Joaquim José de Azevedo Júnior, who was born in Póvoa do Varzim. The newspaper was issued in the province capital, Porto Alegre, between the years 1880 and 1881.

Our theoretical foundation is based on Cultural History. Methodologically, we use the model proposed by Robert Darnton for the study of press, which contemplates the communication circuit that involves the newspaper - its materiality, the characters involved and its relationship with the society. The analysis shows a newspaper concerned with the city's everyday life, highlighting its cultural events – carnival, social gatherings, and, above all, theatre. Literature is present in several forms, such as poems, chronicles, short stories, and, of course, the genre that was a hit at the time: the roman-feuilleton.

All texts published, especially those that came on the first pages, starting on the cover, pinpoint the newspaper's connection to an idea of progress linked to positivist and republican ideals. If it cannot be typified as a positivist periodical in its essence, because of the ample space given to literary texts with no definite political or philosophical position, the articles it published make its intention of adopting a position quite clear, even if with questionable success.

**Keywords:** History of the Press; History of Journalism; Literary press; History of Portuguese-Brazilian Journalism; Positivism in Rio Grande do Sul.

### **A construção de uma metrópole**

Porto Alegre, capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no extremo Sul do Brasil, vivia um período de efervescência na segunda metade do século XIX. Nas ruas da cidade, moças recatadas e homens bem vestidos transitavam a caminho dos bailes, das *soirées*, das peças de teatro, das sociedades literárias e científicas. Os cidadãos que compunham a elite econômica e intelectual da época sonhavam com uma metrópole do progresso, aquela que viria a ser considerada a *sala de visitas do Rio Grande do Sul* (Bakos, 1998). Os bondes puxados por mulas ainda eram uma novidade no início da década de 1880. O desejo de uma urbe ideal, baseada na ordem e no progresso, reconfigurou o mapa do município e esse discurso de modernização tinha como espaço privilegiado os jornais da época. Pesavento (1994) descreve o cenário:

Ruelas, becos, linhas tortas? Velhos prédios, cortiços e porões infectos? Bota abaixo e viva a linha reta, a rua ampla, deixando entrar a luz do dia. As preocupações arquitetônicas com a estética e a funcionalidade do espaço urbano juntavam-se aos cuidados morais e aos preceitos higiênicos. Como podia uma família passear tranquilamente pela cidade, se era a todo o momento obrigada a deparar-se com cenas escandalosas que se davam nos inúmeros becos que infestavam Porto Alegre? (Pesavento, 1994: 139).

Assim como o Rio de Janeiro, capital brasileira à época, mas considerando as diferenças de escala entre as duas cidades, Porto Alegre também passaria a valorizar as marcas da renovação urbana. A transformação de uma parte do município gera o que Pesavento (2002) chama de *sensação de ser metrópole*. As mudanças nas esferas política, social, econômica e cultural que se iniciam no século XIX se inspiram nas ideias de modernização, cuja origem remonta ao iluminismo ilustrado do século XVIII, à Revolução Industrial e à Revolução Francesa (Bellomo, 2003). “No século XIX, o positivismo de Comte desenvolveu bastante a ideia do progresso contínuo, expresso na bandeira brasileira, e com o tempo a ideia de progresso se confundiu com a ideia de modernidade”, explica Bellomo (2003: 21).

Influenciado pelas ideias positivistas, o jornal *O Lábaro*, nosso objeto de estudo, direcionava-se às elites instruídas da época. O grupo republicano e positivista era constituído, de acordo com Pesavento (2008), por jovens cultos, radicais em suas posições e embalados pelos desejos de progresso e modernização – sonhavam com Paris, Rio de Janeiro e Buenos Aires.

“São todos bacharéis, médicos, engenheiros, filhos de proprietários rurais de origem luso-brasileira, que se unem aos empresários do comércio e da indústria vindos do mundo colonial-imigrante, de origem predominantemente alemã e italiana”, salienta a autora (2008: 10). Seriam eles os novos donos do Rio Grande do Sul que, juntos, passariam a racionalizar a produção e a reorganizar a sociedade. No caso de *O Lábaro*, o proprietário era o jovem imigrante português Joaquim José de Azevedo Júnior, natural de Póvoa do Varzim.

A transição da monarquia para a república no Brasil, que tem como marco o 15 de novembro de 1889, se deu diante de um processo de desescravização. A abolição, cuja lei foi assinada em 1888, teve como paralelo a entrada no país dos imigrantes estrangeiros: “Há um grupo social onde os valores de uma antiga sociedade, personificada pelos barões da terra e pelos marqueses da guerra, fazem frente aos usos e novos princípios norteadores da vida, trazidos por uma burguesia emergente, tanto rural como citadina”, explica Pesavento (2008: 9).

Trata-se, no entanto, de um progresso cheio de paradoxos, passos adiante e retrocessos. A Porto Alegre que se projetava construir no início da década de 1880, período em que circula *O Lábaro*, embora distante apenas alguns anos da assinatura da *Lei Áurea*, apartava os negros dos espaços reservados à *boa sociedade*. A eles, restavam os becos de chão batido, espaços compartilhados entre escravos, prostitutas e praças.

Mas os confrontos entre diferentes ideias começavam a aparecer. De um lado, o passado gaúcho de um complexo agropastoril latifundiário e militarizado. De outro, uma elite intelectual que já se articulava para pegar o “trem do progresso” e se alinhar com o centro do país e da Europa. O processo de urbanização se arrastou lento durante o século XIX. A partir da década de 1880, a capital da província começava a acompanhar o ritmo do processo industrial, o crescimento demográfico da cidade também aumentava pela entrada de imigrantes italianos e alemães no Rio Grande do Sul. A cidade ia se expandindo ao passo que novos arraiais eram criados. Novas ruas, quarteirões, prédios iam aumentando o espaço urbano de Porto Alegre. Uma nova classe burguesa formada por luso-brasileiros e impulsionada por imigrantes reivindicava asfaltamento, novas vias, linhas de bonde e estradas de ferro para ascender e expandir seus negócios; a necessidade de um sistema de comunicação eficiente também era imprescindível para o comércio (Pesavento: 2008). Essa elite também queria se divertir, assim, os espetáculos de ópera e teatro, as touradas, as corridas de cavalos, e as sociedades literárias eram as atividades culturais dessa população urbana.

### **A história cultural e o circuito da comunicação**

Partimos da concepção de que nossa relação com o passado se dá por meio das narrativas. A história, como ensina Paul Veyne (1998), não é apenas uma série de acontecimentos, mas a narração dessa série de acontecimentos. Este artigo integra o projeto de pesquisa *Imprensa literária no Rio Grande do Sul no século XIX – Textos e contextos*, no qual nos propomos a

estudar os periódicos que circularam no período no estado, reservando à literatura espaço privilegiado em suas páginas. Pretendemos compreender os significados plurais dos textos que circulavam na sociedade da época e como os leitores se relacionavam com eles.

Ao estudarmos a história da imprensa, construímos nossa pesquisa em torno da questão discursiva, da produção de subjetividades, dos liames culturais e das relações de poder na sociedade (Barbosa, 2005: 105). Como alerta Darnton (2010: 45), os jornais devem ser lidos em busca de informações a respeito de como os acontecimentos eram interpretados pelas pessoas da época, não como fontes confiáveis dos acontecimentos em si.

A abordagem metodológica da pesquisa tem como base o modelo proposto por Darnton (2010: 127) para o estudo dos impressos. Tal modelo parte da premissa básica de que é necessário um esforço do pesquisador para enxergar o objeto como um todo, entender o ciclo comunicacional que lhe dá vida. “As partes não adquirem seu significado completo enquanto não são relacionadas com o todo”, explica (2010: 126). O que o autor sugere é uma análise do circuito comunicacional que envolve o objeto – ou seja, suas materialidades, os atores envolvidos e sua relação com a sociedade. “É preciso desvendar quem escrevia nesses periódicos, que estratégias esses impressos empregavam para buscar um público mais amplo – ou seja, apelos, valores e estratégias evocadas no seu discurso -, como funcionavam essas empresas e de que forma os textos chegavam ao público”, esclarece Barbosa (2005: 104).

### **Culto às letras na segunda metade do século XIX**

Segundo Damasceno Ferreira (1975: 13), desde a metade do século XIX, uma elite intelectual reunida em sociedades literárias estava implicada, na província, em difundir e produzir o culto às letras numa época em que o livro ainda era um artigo de luxo. Nesse contexto, o primeiro jornal literário a ser publicado no Rio Grande do Sul foi *O Guayba*, em 1856.



Figura 1: Capa da edição de 19/10/1856.

Essas folhas eram, então, o meio de circulação da literatura, além da filosofia e da crítica. Apesar de a maioria ter como característica a efemeridade, as publicações desempenharam papel de destaque na divulgação de ideias e na formação de um público leitor, ávido por cultura. É essa geração, articulada em torno das folhas e grupos, que vai descobrir o Rio Grande para a vida literária, explorar a rico filão de seus costumes, hábitos e tradições. O estado de espírito romântico, já no ocaso em outras regiões do Brasil, serviu de estímulo e forneceu os modelos necessários (Cesar, 1971: 171). Esses grupos se preocupavam não só com a produção literária, mas também com princípios sociais e políticos. Assim, organizavam-se em sociedades, como a Partenon Literário, criada em 1868. "A iniciativa da criação de tal sociedade coubera a um grupo de jovens e representou então o primeiro esforço bem sucedido de agremiar, aqui, homens de inteligência", salienta Cesar (1971: 175). Entre os membros, estavam Apolinário Porto Alegre, Carlos von Koseritz, Caldre Fião e Múcio Teixeira. As mulheres também estavam presentes, representadas por Luciana de Abreu, Amália dos Passos Figueirôa, Luisa Azambuja e Revocata dos Passos Figueiroa de Melo. O diretor de *O Lábaro*,





Azevedo Júnior, era membro da sociedade, como veremos adiante.

## O cotidiano desenhado nas páginas de um jornal

A primeira edição de *O Lábaro* circulou no dia 10 de outubro de 1880. O jornal apresentava-se como uma folha literária e científica e era dirigido por Joaquim José Teixeira de Azevedo Júnior, responsável, na cidade, pelo lançamento dos periódicos *O Caixeiro* (1873-1879), *O Colibri* (1877-1878) e *O Contemporâneo* (1886-1888). Foi também colaborador do jornal *O Mercantil*, na tipografia do qual *O Lábaro* era impresso. Eram quatro páginas de texto, sendo 2\$000 a assinatura trimestral para o interior e 2\$5000 para o exterior (Damascebo Ferreira: 1975). O pagamento, como assinalam as capas, deveria ser adiantado. A distribuição era feita aos domingos, embora haja o registro de atrasos por conta do excesso de trabalho na tipografia.

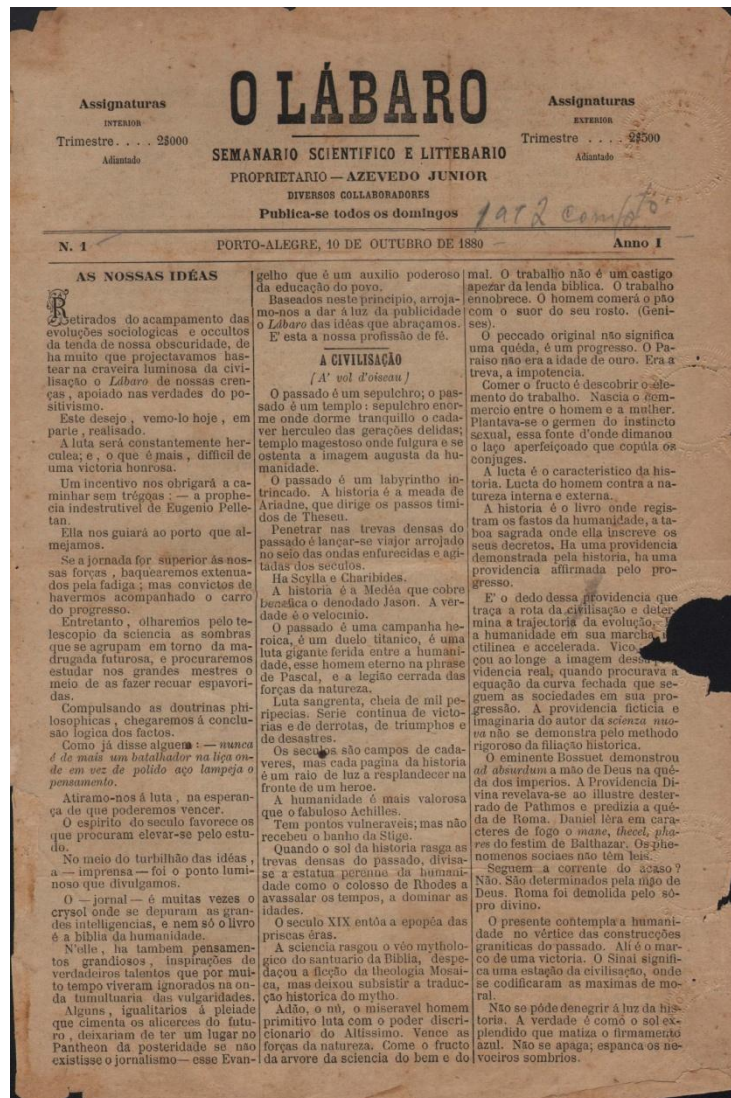


Figura 2: Capa da edição de 10/10/1880.

No primeiro número, o texto de abertura anuncia a filiação ao positivismo e destaca a importância da atividade jornalística para a difusão de ideias ao povo:

Retirados do acampamento das evoluções sociológicas e occultos da tenda de nossa obscuridade, de ha muito que projectavamos hastear na craveira luminosa da civilização o *Lábaro* de nossas crenças, apoiado nas verdades do positivismo. Este desejo, vemo-lo hoje, em parte, realizado. (...)

Como já disse alguém: - *nunca é de mais um batalhador na liça onde em vez de polido aço lampeja o pensamento*. Atiramo-nos á luta, na esperança de que poderemos vencer. O espirito do seculo favorece os que procuram elevar-se pelo estudo. No meio do turbilhão das idéas a - imprensa - foi o ponto luminoso que divulgamos. O - jornal - é muitas vezes o crysol onde se depuram as grandes intelligencias, e nem só o livro é a biblia da humanidade.

N'elle, ha tambem pensamentos grandiosos, inspirações de verdadeiros talentos que por muito tempo viveram ignorados na onda tumultuaria das vulgaridades. Alguns, igualitarios á pleidade que cimeta de alicerces de futuro, deixariam de ter um lugar no Pantheon da posteridade se não existisse o jornalismo - esse Evangelho que é um auxilio poderoso da educação do povo. Baseados neste principio, arrojammo-nos a dar á luz da publicidade o *Lábaro* das idéas que abraçamos. É esta a nossa profissão de fé. (As nossas idéas. 10 de outubro de 1880, *O Labaro*, ano I, nº 01)<sup>55</sup>

De acordo com a análise de Damasceno Ferreira (1875), embora Azevedo Júnior pretendesse orientar o jornal conforme os preceitos positivistas, a folha não teria chegado a isso, nem mesmo poderia ser classificada como uma publicação científica. Para ele, seria, inclusive, uma publicação literária de nível inferior, se comparada com outras folhas do mesmo gênero da época, como *O Guayba*, *Revista do Partenon Literário*, *Revista Literária*, *O Mecenas*, entre outros títulos. "Sem recursos de cultura capazes de emprestar essa feição a seu jornal, a rigor é *O Lábaro*, como outras tantas publicações locais, um simples periódico literário e apreciável presença nas esferas intelectuais da Província e ao qual deram colaboração vários nomes da época, alguns já feitos, outros de estreantes promissores", afirma.

O autor reconhece, entretanto, a presença do positivismo, mesmo que esporádica, em textos do jornal, que estariam ali "a fim de justificar sua condição de publicação, além de literária, científica e... positivista (...). A verdade, porém, é que, como já se assinalou, nas colunas d'O

<sup>55</sup> Mantivemos a grafia original das palavras.

*Lábaro* predominam as criações de caráter apenas literário, raramente encontrando-se ali artigos (...) e muito menos estudos científicos ou ensaios filosóficos” (Damasceno Ferreira, 1975: 127). Destaca, ainda, o espaço destinado a autores brasileiros e portugueses, em contraste com outros periódicos do gênero que limitavam seu espaço a nomes da província.

Os textos publicados, no entanto, em especial os artigos que ocupam as primeiras páginas, iniciando pela capa, demarcam a vinculação do jornal com uma ideia de progresso atrelada aos ideias positivistas e republicanos. Se não pode ser caracterizada como uma folha positivista em sua essência, já que o espaço aos textos literários, sem posicionamento político e filosófico definido, predominam, os artigos publicados deixam clara a intenção de se posicionar, mesmo que o êxito dessa empreitada possa ser questionado.

Como referido, destacam-se em *O Lábaro* diferentes gêneros literários. O poema e o romance-folhetim estão presentes em praticamente todas as edições. A crônica e o conto também têm seu lugar nas páginas do jornal. Em relação ao folhetim, vale destacar a publicação completa de *Um drama social*, do chileno Alberto Blest Gana, traduzido pessoalmente pelo proprietário Azevedo Júnior. A crítica de teatro também está presente - as peças, os diretores, as atuações e o comportamento do público são analisados, com fina ironia, por autores protegidos por pseudônimos - Frantz, Bibi e Kpadocio, entre outros. Por vezes, o jornal dedica uma coluna especialmente à crítica teatral, intitulada *Theatrices*. Na maioria das edições, no entanto, ela se encontra na coluna *Notas a lápis*, miscelânea de assuntos da sociedade letrada local. Além do teatro, estão lá as notas sociais, a cobertura dos jantares, das corridas de cavalo e as brigas intermináveis entre redatores de *O Lábaro* e seus congêneres em periódicos como *O Telefone* e *O Conservador*.

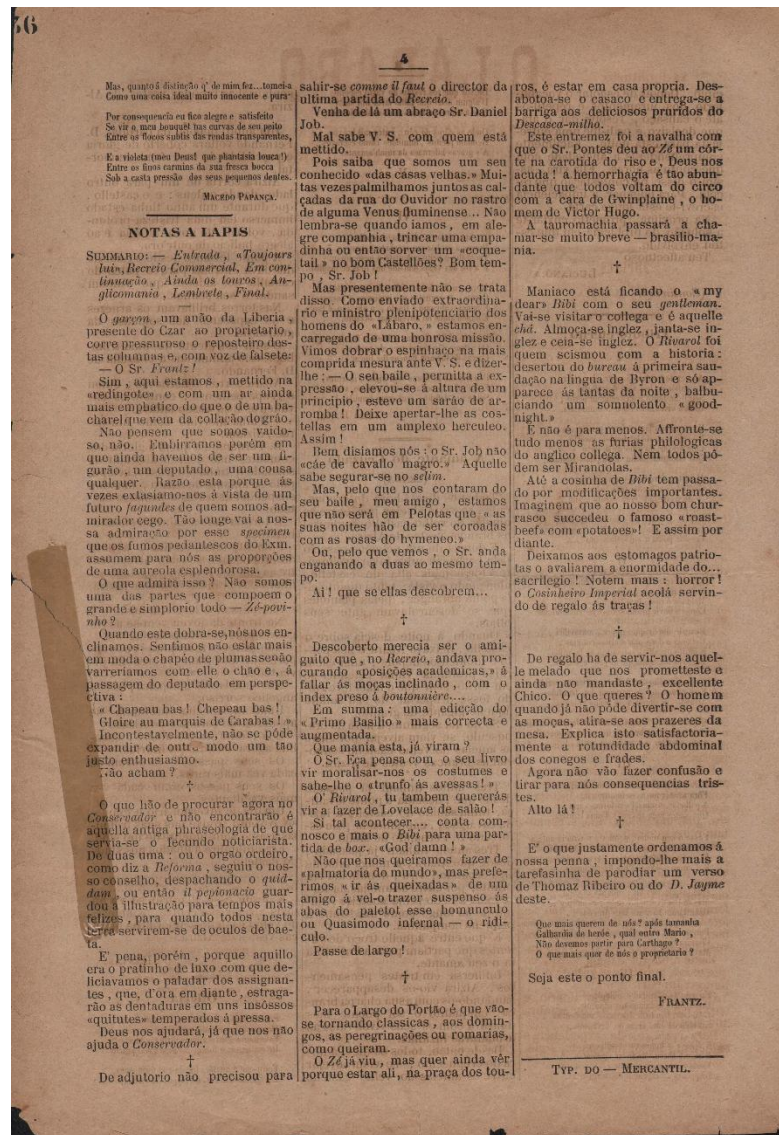


Figura 3: Coluna Notas a lápis, 05/12/1880.

Pode-se dizer que, na coluna *Notas a lápis*, *O Lábaro* experimenta o jornalismo da época, através da interpretação e relato dos acontecimentos. Trata-se, não há dúvida, de um jornalismo opinativo, marcado, como dito há pouco, pela ironia, mas também pelo humor e pelo chiste. A esses elementos é dedicada ainda a coluna *Bimbalhadas - Verdades que parecem mentiras*, que dissecava a vida pública local e faz graça do próprio periódico, como podemos verificar na edição de número 22 (05/06/1881):

Verdades que parecem mentiras (...) Considerar monumentos de oratoria os discursos proferidos pelos inteligentes deputados provinciales. (...)

O nosso jornal ser o melhor que se publica em Porto Alegre.<sup>56</sup>

<sup>56</sup> Mantivemos a grafia original das palavras.

A cobertura do carnaval, da agenda do Theatro São Pedro e do Teatro das Variedades, a resenha de livros doados pela *Livraria Americana*, a crítica ao conservadorismo, tendo como alvo direto os jornais concorrentes, representam um esforço para narrar o presente da época, para marcar uma posição diante da realidade e para lançar ideias para o futuro.

### **O Lábaro de Azevedo Júnior**

O proprietário de *O Lábaro*, Joaquim José de Azevedo Júnior, era um homem da imprensa. Sobre ela, escreveu:

(...)

A deusa imaculada, a triunfante imprensa,  
Aquele que relata os feitos dos heróis  
E faz da escuridão, da noite mais intensa  
Um mar de viva luz mais clara que a dos sóis<sup>57</sup>.

Escritor, tradutor, poeta e jornalista, encontrou nos periódicos literários o espaço para mostrar sua arte e também suas opiniões. Foi dono de alguns jornais, colaborador de outros, publicou livro. Português, natural de Póvoa do Varzim, não há consenso quanto a sua data de nascimento. Segundo Martins (1978: 57), seria 17 de outubro de 1860. Damasceno Ferreira (1975: 72) diz que, em 1873, Azevedo Júnior contava 15 anos - teria nascido, então, em 1858. Vaz (2006) parte da certidão de óbito do jornalista que indica o nascimento em 1856 - assim, teria, no máximo, 17 anos ao dirigir seu primeiro jornal, *O Caixeiro*, em 1873, e 24 ao criar *O Lábaro*, em 1880. Embora o dado possa surpreender o leitor contemporâneo, o início aparentemente precoce nas lides da imprensa não consistia em raridade.

Azevedo Júnior teria passado a residir em Porto Alegre ainda criança. Sua carreira nos impressos teria iniciado em 1873, com *O Caixeiro*, que circulou até 1879. Nesse período e nos anos que se seguiram, colaborou com bom número de jornais locais, como *O Mercantil*, grande defensor da causa abolicionista, *O Telefone*, periódico literário destinado à *distração dos leitores*, como disse Damasceno Ferreira (1975), *Álbum de Domingo* e *O Colibri*, também literários.

Em 1877, estaria à frente desse último - embora sua direção não fosse declarada (Damasceno Ferreira, 1975), Vaz (2006), em estudo sobre os imigrantes portugueses no Brasil, salienta essa função. Certo é que, entre os anos de 1880 e 1881, dirigiu *O Lábaro*. Era membro da Sociedade Partenon Literário, grupo com atuação importante na província, "quer pelo que realizou como entidade de fins culturais, quer pelo que fizeram individualmente os seus

---

<sup>57</sup> Trecho do poema *A imprensa*, traduzido para o português contemporâneo por Vaz (2006).

agremiados, cujos nomes passaram a capitanear a vida mental do Rio Grande”, como explica Cesar (1971: 172). Ao arrolar os nomes em evidência no Partenon, o autor não esquece de Azevedo Júnior. Como explica, eram, em essência, quase todos liberais e republicanos, salvo raras exceções. Aparecem já os futuros positivistas rio-grandenses, que entrariam em choque com os velhos liberais da monarquia. Azevedo Júnior estaria entre eles. A Sociedade Partenon Literário foi criada em 1868, 12 anos antes de *O Lábaro*. Possuía uma revista mensal, de mesmo nome, instituiu aulas noturnas gratuitas, lutou bravamente pela abolição da escravatura, procurou libertar a mulher de certos preconceitos da época, criou uma biblioteca, entre outras relevantes ações que influenciaram a vida cultural provinciana.

As ideias defendidas por *O Lábaro*, em muitos momentos, dialogam com os preceitos da Sociedade Partenon Literário. A atenção ao teatro é outra característica comum. E a trajetória de Azevedo Júnior, que também foi membro da Sociedade Dramática Particular Luso-Brasileira, nos ajuda a compreender melhor o amplo espaço dedicado ao tema pelo jornal.

Findada a experiência de *O Lábaro*, Azevedo Júnior lançou o livro *Frisos de Luz*, impresso na Tipografia de *O Mercantil*. A obra reúne poemas do autor, alguns inclusive publicados em *O Lábaro*, e consiste no único livro conhecido de sua autoria. Em seguida, dirigiu *O Contemporâneo*, de sua propriedade, lançado em 1886. A publicação consegue se manter até 1888, mas o estado de saúde de Azevedo se torna grave e a publicação foi interrompida. No mesmo ano, ele morre de tuberculose (FERREIRA, 1975: 146 e 147).

### **A vida cultural da província em notas a lápis**

A vida que emerge das páginas de *O Lábaro* convida a uma análise qualitativa, baseada em uma leitura exaustiva de seus textos, considerando, é claro, nosso distanciamento temporal. Tendo como base o circuito da comunicação, nossa escolha metodológica para a abordagem dos textos foi a análise de conteúdo qualitativa, inspirada em Bardin (1977). Catalogamos todas as edições disponíveis para pesquisa no acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa<sup>58</sup>, que compreendem a coleção completa do jornal. Ao todo, são 497 textos, publicados em 58 edições, ao longo dos anos de 1880 e 1881. Os exemplares analisados foram digitalizados e estão disponíveis para acesso via Internet na página de nosso projeto de pesquisa: [www.ufrgs.br/jornaisliterarios](http://www.ufrgs.br/jornaisliterarios).

*O Lábaro* circulava semanalmente, aos domingos, com quatro páginas. A capa reservava espaço a um artigo, de autoria de nomes locais ou de personalidades brasileiras e portuguesas, como Castro Alves, Guimarães Júnior, Lauro Sodré, José do Patrocínio, Brazílio Machado, Teófilo Braga e Fagundes Varela. Havia também espaço para a tradução de originais estrangeiros, em especial franceses. Merece menção o romancista Victor Hugo, que não

---

<sup>58</sup> O Museu Hipólito José da Costa é uma instituição da Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Seu acervo de jornais reúne mais de 3 mil títulos. Ao todo, são mais de 50 mil exemplares. Informações podem ser obtidas no site [www.museudacomunicacao.rs.gov.br](http://www.museudacomunicacao.rs.gov.br).

apenas tem seus textos publicados, como aparece citado em muitos desses artigos de capa, por conta de suas ideias e de sua defesa do progresso.

A capa trazia, ainda, a seção *Livro de registros*, onde são mencionados os títulos de periódicos enviados para a equipe do jornal, os convites recebidos - para jantares, peças de teatro, bailes, etc. Era uma coluna reservada à comunicação entre o jornal, seus leitores e parceiros. Exemplifica isso a edição de número 6 (14/11/1880), na qual a redação agradece o convite enviado pela *Philarmônica de Porto Alegre*, mas informa que, infelizmente, não será possível comparecer ao concerto. De modo contundente, o *Livro de registros* é utilizado para cobrar os assinantes inadimplentes. Isso porque a estratégia do jornal era enviar continuamente as edições para leitores que não as solicitaram - aqueles que não desejassem pagar, deveriam devolver os números na tipografia. É claro que muitos, mesmo não querendo pagar, não devolviam as edições e recebiam a cobrança da assinatura. Os conflitos decorrentes dessa estratégia não ficavam nos bastidores, mas eram divulgados na capa. Por vezes, eram cobranças gerais, como a publicada nesse mesmo número 6: "A certos assignantes: - Olhem que vocês são mesmos umas ingenuas creaturinhas. Se não lhes apparecesse a visita do cobrador, continuariam a receber o periodico"<sup>59</sup>. Mas havia cobranças mais diretas, como a que aparece no número seguinte (21/11/1880): "Aos Srs. A. P. F., J. M. e J. F. S. P. - Então suas senhorias só depois de receberem o 4º numero é que se lembraram que não queriam ser assignantes? Ora, meus amigos, isso só dando-lhes uma resposta que é muito conhecida. Enfim, tomamos nota e ficamos conhecendo-os"<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> Mantivemos a grafia original das palavras.

<sup>60</sup> Mantivemos a grafia original das palavras.

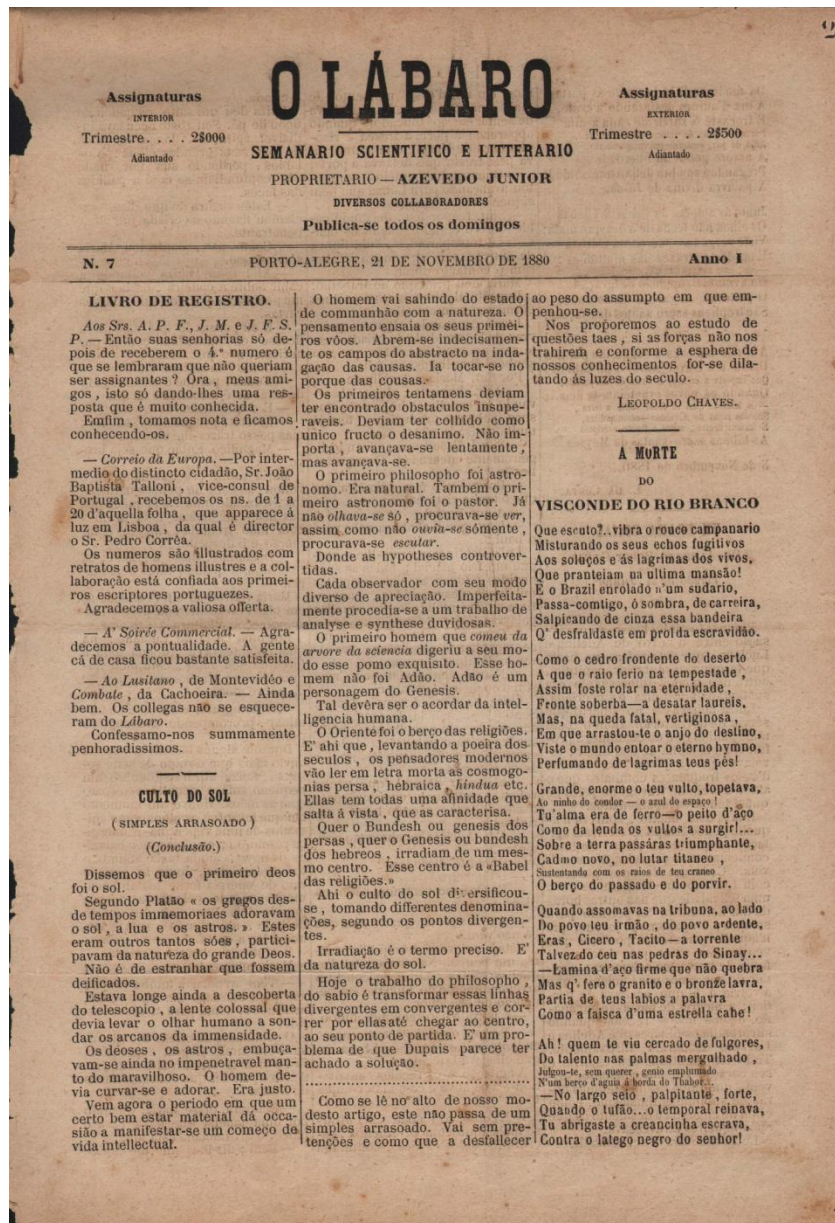


Figura 4: Coluna Livro de Registro, 21/11/1880.

Como já identificamos em outros jornais literários da época (Strelow, 2016), embora houvesse textos soltos, é clara a preocupação demonstrada em organizar o conteúdo, dividindo-o em seções, algumas delas com grande assiduidade nas páginas. No caso de *O Lábaro*, destaca-se a seção *Notas a lápis*, assinada por diferentes pseudônimos. A coluna já aparece na primeira edição do jornal, destacando o aniversário de seis anos da Sociedade Dramática Luso-Brasileira, a qual era integrada pelo proprietário Azevedo Júnior. São objeto de comentários do autor o drama *Lucia Dedier* e a comédia *Polacos e Russos*, encenadas em comemoração à data. "É este um dos dramas que tem sido representados satisfatoriamente por esta



sociedade, que conta em seu grêmio moços de reconhecida vocação para o teatro”<sup>61</sup>. A coluna informa que Azevedo Júnior recitou uma poesia, saudando a Sociedade. É possível que o texto seja de sua própria autoria, embora não possamos afirmá-lo com certeza.

No mesmo número, sob o pseudônimo Frantz, o colunista discorre sobre a visita de Bibi a Balduino Röehrig, fotógrafo estabelecido na cidade desde a década de 1860. Bibi teria ido ao atelier de Röehrig, situado então à Rua da do Rosário, em busca de um retrato em daguerreótipo:

O Sr. Balduino Röhrig polidamente recebeu-lhe a visita, escutou-o e momentos depois assestava contra elle aquella machina exquisita, invenção de Daguerre.

O caso é que nós, que estávamos presentes, vendo o Sr. Balduino cobrir-se com o tal panno preto e confundir-se com o seu *ganha pão* -, recuamos espavorido. Vejam o que são impressões da meninice. Julgamos estar ali perto de um *boi-tatá* ou cousa parecida<sup>62</sup>.

O daguerreótipo chegou em Porto Alegre em 1853, com o fotógrafo italiano Luiz Terragno. Röehrig teria se instalado na década seguinte, primeiro à Rua de Bragança, depois na Rua da Praia e, por fim, na Rua do Rosário. Conforme Damasceno Ferreira (1974: 14), era um artista bastante conceituado e em cujo atelier se faziam retratos conforme todos os sistemas conhecidos à época, inclusive os de chapa inteira, coloridos a óleo ou aquarela. O daguerreótipo era uma de suas especialidades. A fotografia, a exemplo do que ocorreu em outros lugares, popularizou, em Porto Alegre, a arte do retrato. Os preços cobrados, de acordo com o mesmo autor (p. 4) eram acessíveis, de 4\$000 para cima, de modo que não haveria pessoa, por pobre que fosse, que não pudesse ter a satisfação de guardar para o futuro agradáveis recordações de suas idades, parentes e amigos.

Na edição de número 9 do segundo ano do jornal (27/02/1881), são publicadas as *Notas carnavalescas*, uma cobertura bastante entusiasmada dos festejos do período na capital da província, com foco no ensaio da *Sociedade Esmeralda*. “Esteve esplendido o ensaio burlesco, que esta distincta e sympathica sociedade iniciou os seus festejos deste anno”<sup>63</sup>, afirmou o colunista, sob o pseudônimo Mephistopheles. Ele acompanhou o grupo pelas ruas da cidade, passando pela Bragança e voltando pela Rua da Igreja, e destacou as críticas bem-humoradas à Exposição Brasileira-Alemã, que se realizou em outubro daquele ano.

O carnaval já era, naquele momento, um dos grandes eventos culturais da cidade. E não só da aristocracia, com seus bailes e desfiles, como ainda do povo, com suas máscaras, seus guizos e, sobretudo, com suas ativas estuchas e bisnagas (Damasceno, 1974: 56). Segundo o autor,

<sup>61</sup> Mantivemos a grafia original das palavras.

<sup>62</sup> Mantivemos a grafia original das palavras.

<sup>63</sup> Mantivemos a grafia original das palavras.

em 1881, a festa porto-alegrense já se equiparava com a que se realizava no Rio de Janeiro. Os maiores bailes públicos ocorriam no Theatro São Pedro e no Teatro Variedades. Os bailes da Sociedade Esmeralda, da Germânia e dos Venezianos eram os mais luxuosos. No ano de 1881, "o povo, mais que nunca, se entrega de corpo e alma aos prazeres do entrudo, dos desfiles alegóricos e das reuniões dançantes", afirma (1974: 60).

Ensaia-se, nas colunas de *O Lábaro*, um jornalismo literário e cultural voltado ao cotidiano, ao dia-a-dia da cidade, com especial destaque para sua vida cultural. A sociedade letrada nascente encontrava nos periódicos dessa linha um espaço de construção, de contato com as coisas da literatura, do teatro e da cultura, de um modo geral. As coberturas de eventos sociais são fartas. Chama a atenção que os textos de *O Lábaro* estão, em sua maioria, endereçados às leitoras, mas seus personagens e fontes são predominantemente masculinos. Elas liam e escreviam, mas ainda não eram notícia.

### **Bibliografia**

- BAKOS, Margaret Marchiori Bakos (1998): Marcas do positivismo no governo municipal de Porto Alegre, *Estudos Avançados*, 12 (33): 213-226.
- BARBOSA, Marialva (2005): Jornalismo impresso e a construção de uma memória para a sua história. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sônia Virgínia (org.): *Comunicação, acontecimento e memória*, São Paulo, Intercom.
- BARBOSA, Marialva (2007): Meios de comunicação e história: um universo de possíveis. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves. *Mídia e memória: A produção de sentidos*, Rio de Janeiro, Mauad X.
- BARDIN, Laurence (1977): *Análise de conteúdo*, Lisboa, 70.
- CERTEAU, Michel de (2010): *A escrita da história*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- CESAR, Guilhermino (1971): *História da literatura do Rio Grande do Sul: 1737-1902*, Porto Alegre, Globo.
- DAMASCENO FERREIRA, Athos (1975): *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*, Porto Alegre, UFRGS.
- DAMASCENO FERREIRA, Athos (1970): *O carnaval porto-alegrense no século XIX*, Porto Alegre, Livraria do Globo.
- DARNTON, Robert (1995): *O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução*, São Paulo, Companhia das Letras.
- FRANCO, Sérgio da Costa (2000): *Gente e espaços de Porto Alegre*, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS.
- FRANCO, Sérgio da Costa (1983): *Porto Alegre e seu comércio*, Porto Alegre, Associação Comercial de Porto Alegre.
- HOHLFELDT, Antonio (2003): *Deus escreve direito por linhas tortas: O romance-folhetim dos*

jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900, Porto Alegre, EDIPUCRS.

LE GOFF, Jacques (2003): *História e memória*, Campinas, Unicamp.

LOURO, Guacira Lopes (1994): Porto Alegre - finais do século 19: normalistas e moças bem comportadas. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*, Porto Alegre, UFRGS, UNISINOS, ULBRA.

MARTINS, Ari (1978): *Escritores do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituição Estadual do Livro.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (2008): Fronteiras da desordem: violência e sensibilidade do sul do Brasil, final do século XIX. *Sociabilidades, justiças e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)*, Porto Alegre, UFRGS.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (1997): *Exposições Universais, espetáculos da modernidade do século XIX*, São Paulo, Hucitec.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (2008): Por uma história cultural da imprensa. *Alceu – Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)*, Vol. 2, nº 1.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (2010): Múltiplas formas de contar uma história. *Alceu – Revista do Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)*, Vol. 10, nº. 20.

RÜDIGER, Francisco (2003): *Tendências do jornalismo*, Porto Alegre, UFRGS.

STRELOW, Aline (2016): Primórdios da imprensa literária no Rio Grande do Sul – A história do jornal O Guayba. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação – Intercom*, v. 39, nº 2.

VAZ, Artur Emilio Alarcon (2006): *A lírica de imigrantes portugueses no Brasil Meridional (1832-1922)*, Tese de doutorado em Literatura Comparada (UFMG). Disponível em [http://repositorio.furg.br:8080/bitstream/handle/1/2250/A%20l%C3%ADrica%20de%20imigrantes%20portugueses%20no%20Brasil%20meridional%20\(1832-%201922\).pdf?sequence=1](http://repositorio.furg.br:8080/bitstream/handle/1/2250/A%20l%C3%ADrica%20de%20imigrantes%20portugueses%20no%20Brasil%20meridional%20(1832-%201922).pdf?sequence=1).

Acesso em 17/01/2014.

VEYNE, Paul (1998): *Como se escreve a história*, Brasília, UNB.

---

Ana Regina Rêgo e Ranielle Leal

## Carlos Castello Branco e a construção da Anistia no Brasil: a imposição do esquecimento

---

**Carlos Castello Branco e a construção da Anistia no Brasil: a imposição do esquecimento**

**Carlos Castello Branco and the construction of Amnesty in Brazil: the imposition of oblivion**

Ana Regina Rêgo (Universidade Federal do Piauí-Brasil)  
[anareginarego@gmail.com](mailto:anareginarego@gmail.com)

Ranielle Leal (FAMECOS-PUC-RS-Brasil)  
[ranileal29@gmail.com](mailto:ranileal29@gmail.com)

### Resumo

O presente artigo procura visibilizar os resultados parciais de análises realizadas pelos investigadores do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação-NUJOC vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI, com a participação de pesquisadores associados pertencentes a outras instituições, configurando um trabalho em rede e colaborativo. O projeto de pesquisa a que se vincula o texto que ora apresentamos possui como objeto investigativo principal, as narrativas de Carlos Castello Branco em sua *Coluna do Castello* veiculada no *Jornal do Brasil* entre 1963 e 1993. Nesse panorama, o foco desta investigação centra-se nas narrativas que trazem à tona os contextos que culminaram com a promulgação da Lei da Anistia no Brasil gestada no governo do General Ernesto Geisel e publicada em 28 de agosto de 1979 já no governo do Presidente João Batista Figueiredo, sob a forma da Lei 6.683/79. A ideia é tentar compreender a partir do olhar e das narrativas do jornalista Castellinho, as negociações e imposições que tiveram como lugar espacial e temporal o conturbado contexto social e político da década de 1970, no qual se instala a referida lei. Nesse panorama as autoras do texto assumem, portanto, a consciência do protagonismo do processo comunicativo na construção discursiva do contexto histórico em que vários eventos culminaram com o acontecimento aqui pautado. No mesmo percurso, compreende-se que a Lei

da Anistia que terminou por se impor como instrumento de silenciamento e perdão para a sociedade brasileira, não atendeu aos anseios de nenhuma das partes envolvidas nos dolorosos processos subterrâneos dos bastidores do poder que ganharam corpo em nosso país nos anos da ditadura civil-militar. Ao contrário, a referida lei tem servido de proteção para criminosos que sob a tutela do Estado, cometeram atrocidades contra a população brasileira e que recentemente tiveram suas práticas reveladas e comprovadas pelas investigações da Comissão Nacional da Verdade. Assim é que anistia e esquecimento parecem andar de mãos dadas no Brasil, impedindo que a memória e a verdade sejam restauradas e que a justiça seja finalmente cumprida, permitindo, por outro lado, que a negação da ditadura e de seus crimes venha à tona e se torne bandeira política na contemporaneidade. Para embasar a compreensão teórica sobre o processo de silenciamento recorreremos ao pensamento de Ricoeur (2012) que nos esclarece sobre as aproximações entre anistia e amnésia, assim como, sobre as construções de silenciamentos a partir do poder do Estado. Por outro lado, a metodologia analítica possui caráter qualitativo e se embasa também no pensamento de Paul Ricoeur (2010) e sua Teoria da Ação Narrativa em que propõe o círculo hermenêutico que estrutura os momentos de pré-figuração, configuração e refiguração da ação narrada.

**Palavras-chave:** Lei da Anistia; Esquecimento; Ditadura Civil-Militar; Coluna do Castello.

### **Abstract**

This article seeks to make visible the partial results of analyses carried out by researchers from the Center for Research in Journalism and Communication-NUJOC, linked to the Graduate Program in Communication of the Federal University of Piauí (UFPI), with the participation of associated researchers from other institutions, setting up a collaborative work chain. The research project that links the text presented here has as main investigation object the narrative of Carlos Castello Branco in his column conveyed in the "Jornal do Brasil" (Brazil's newspaper) between the years 1963 and 1993. In this scenario, this research focuses on narratives that bring out the context that led to the promulgation of the amnesty law in Brazil gestated in the government of General Ernesto Geisel, but published on August 28, 1979 already in the government of President João Batista Figueiredo in the form of the Law 6,683 / 79. The idea is try to understand the negotiations and impositions which occurred in the same spatial and temporal space as the troubled social and political context of the 1970s, when the previous law was published. Therefore, this article's authors became aware of the massive role of the communicative process in the discursive construction of the historical context in which various events culminated with the event here mentioned. In the same way, it is understood that the Amnesty Law which had ended up working as a silencing and forgiveness instrument for the Brazilian society did not meet the aspirations of any of the parties involved in the

painful underground processes of power behind the scenes that had been gaining life in our country in the years of the civil-military dictatorship. On the contrary, this law has served as protection for criminals under state supervision, who committed atrocities against the population and recently had their practices developed and proven by the investigations of the National Commission of Truth. So it seems like amnesty and forgetting go hand in hand in Brazil, preventing memory and truth from being restored and justice from being finally fulfilled, thus, allowing the negation of the dictatorship and its crimes come to light and become political statement nowadays. To support the theoretical understanding of the silencing process we used the views of Ricoeur (2012), which introduce us to the time polemizes the similarities between amnesty and amnesia, as well as on the construction of “silence policies” from state power. On the other hand, the analytical methodology has qualitative characteristics and also underlies the thinking of Paul Ricoeur (2010) and his Theory of Narrative Action in which he proposes the hermeneutic circle that structures pre-figuration, configuration and refiguration moments of the narrated action.

**Keywords:** the Amnesty Law; Forgetfulness; Civil-Military Dictatorship; Castello’s Column.

## Introdução

É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares e outros diplomas legais. (LEI 6.683/79. LEI DA ANISTIA, Artigo 1º).

Sabe-se que no dia 31 de março de 1964 um acontecimento político de grandes proporções, causado por eventos sociais e políticos que se avolumavam desde o princípio da década, irrompeu a normalidade e provocou grandes cismas na aparente passividade brasileira que formava uma fina camada na superfície social da nação. Este acontecimento modificou radicalmente o futuro de uma democracia recente e frágil. Alguns eventos anteriores<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> Dentre os eventos formadores vale destacar a deposição de Vargas em 1945 seguida da criação e/ou reordenação dos partidos políticos que ocupariam a cena política até 1964, tais como: União Democrática Nacional- UDN, Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, Partido Comunista Brasileiro-PCB e Partido Social Democrata-PSD. A renúncia de Jânio Quadros, eleito pela UDN

impulsionadores de contextos confluentes para o que se desenrolaria naquele dia, podem ser elencados como constituintes e até deflagradores do golpe militar e/ou civil-militar, ao qual nos referimos no presente texto.

O jornalismo agiu como coadjuvante no processo e esteve majoritariamente ao lado dos que clamavam por uma intervenção no governo de João Goulart. Dessa confluência de forças nasceu um estabelecimento político que se prolongaria até a década de 1980 e, no qual medidas arbitrárias e crescentes terminaram limitando os poderes civis, cerceando as liberdades, coibindo as manifestações políticas e culturais e direcionando a opinião do povo brasileiro para um consenso forjado em torno de como se deveria pensar o país (RÊGO, 2014: 2).

Os Institutos IPES-Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e IBAD-Instituto Brasileiro de Ação Democrática, ambos criados com o intuito de combater um pensamento comunista, são apontados como maestros influentes na orquestração do discurso pró-intervenção militar no governo de Goulart. Naquele momento o povo brasileiro encontrava-se dividido. Os trabalhadores apoiando João Goulart e suas propostas de reformas sociais, enquanto que as classes sociais mais abastadas e o empresariado apoiavam os udenistas e defendiam ferrenhamente o que acreditavam ser o melhor para a democracia brasileira, que em seu ponto de vista, se encontrava ameaçada pelas proposições do Presidente.

Nesse ínterim, os meios de comunicação mantinham posições similares e quase uniformes, principalmente, a partir de janeiro de 1964 quando ambos os lados começaram a se movimentar ostensivamente rumo ao rompimento que parecia inevitável. A maioria dos jornais regionais acompanhava os veículos de projeção nacional e replicava seus discursos, apoiando a necessidade de uma intervenção no governo central, com conseqüente deposição do Presidente Goulart. De certa forma, formou-se um forte consenso em prol de uma conjuntura que se julgava então necessária para manutenção do modelo de democracia que se defendia para o país.

Todavia, o consenso inicial se desintegrou a partir do momento em que os anseios dos que apoiaram o golpe não foram atendidos e que, em grande medida, se decepcionaram. Os mecanismos de sedução, assim como, os de coerção foram então utilizados para manutenção do consenso, sobretudo, a partir de dezembro de 1968 com a publicação do Ato Institucional de nº 5, ainda no governo de Costa e Silva. Entretanto, foi no governo de Médici que as

---

em 1960 e a manobra que impediu que João Goulart assumisse o governo em agosto de 1961, com a imposição de instauração de um regime parlamentarista. O plebiscito que devolveu o cargo de Chefe de Governo a Jango. Os movimentos de aproximação que João Goulart realizou em direção à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, à China e a Cuba. As propostas sociais transformadoras como reforma agrária e desapropriação das refinarias particulares, dentre outras. E, principalmente, o cenário geopolítico polarizado e protagonizado pelos Estados Unidos e União Soviética, assim como, a íntima ligação dos militares brasileiros com o poder político ao longo de todo o século XX.

perseguições, a tortura e o cerceamento das liberdades chegaram a níveis impensáveis, contraditoriamente, o discurso emanando pelo governo e transmitido pelo jornalismo, se referia a um governo civil-militar democrático.

No final do governo Geisel iniciaram as negociações para um possível retorno à democracia, na sequência o General Figueiredo, pressionado por uma conjuntura política bem diferente dos anos sessenta, terminou por promulgar a Lei da Anistia. Não a anistia desejada pelo povo, nem tampouco a defendida pelos militares, mas a que se mantém até hoje como uma mão imperiosa para o esquecimento.

Algum tempo depois a anistia como dada em 1979 começou a ser veementemente contestada pela sociedade. Esse momento coincide com a restauração da democracia no Brasil e com o reconhecimento dos crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante os governos militares. Entretanto somente no Governo da Presidente Dilma Rousseff foi criada a Comissão Nacional da Verdade em 2011, através da Lei 12.528. A CNV tinha como objetivo desvelar as verdades escondidas; contudo, na presente investigação nos deteremos ao contexto em que a lei da Anistia foi promulgada.

Como bem afirma Certeau (2011: 351) para se chegar a História é preciso morrer fazendo nascer a escrita.

Ela não se prova senão graças ao sistema de um saber. Ela se conta. A "fantasia" que a receita não está autorizada por um lugar próprio, mas é tornada necessária pela dívida que, para ela, significa nome. Constrói-se a partir do nada (nichts: não tenho nada a perder) e da obrigação (não te esquecerei). Deixando de ser o discurso que dá a coisa ou que sustenta um lugar, o texto se torna ficção. O que aparece assim é o discurso analítico, trabalhado pela divisão, capaz de articular a história dia-logal da transferência, no decurso do qual o analista é "chamado pelo paciente para um lugar onde ele não está", e devedor deste lugar estrangeiro do qual recusa apropriar-se.

Nesse sentido parte-se de uma inquietação que tem como propósito fazer pensar sobre a institucionalização do esquecimento imposto ao povo brasileiro pelo regime civil-militar e pelos governos subsequentes que não revogaram a já referida lei.

Nesse cenário é que procuramos na presente investigação científica, abordar a narrativa jornalística de Carlos Castello Branco focada nas movimentações que ocorreram no final da década de 1970, em prol da anistia política e do esquecimento de muitos crimes institucionais que foram empurrados para os espaços escuros da memória, formando lacunas, que talvez nunca sejam preenchidas completamente. Desse modo, parte-se da premissa de que no discurso de Castellinho encontramos vestígios do debate ocorrido, assim como, de sua posição



frente à decadência da ditadura civil-militar no Brasil. O processo teórico-metodológico de cunho qualitativo da presente investigação firma-se no pensamento de Paul Ricoeur (2010), que nos guia no processo analítico.

Este texto está distribuído em três partes integradas dialogicamente. Na primeira, abordamos a anistia e o esquecimento no Brasil, na segunda trazemos uma discussão teórico-metodológica sobre o processo da *narrativa* como proposto por Ricoeur (2010), que nos embasa na parte seguinte onde analisamos a narrativa de Castellinho na *Coluna do Castello* no *Jornal do Brasil*, no período analisado.

### **Anistia e Esquecimento no Brasil**

Alguns historiadores e especialistas na ditadura civil-militar consideram o governo de Ernesto Geisel como o momento em que se iniciou uma abertura lenta e gradual, em contraposição, ao governo de Emílio Garrastazu Médici considerado os *anos de chumbo*. Todavia, no governo Geisel ainda houveram mortos e desaparecidos, pelo menos até 1976. Em 1977 o Congresso chegou a ser fechado por alguns dias e após um breve período de tensões e negociações, foram mantidas as eleições indiretas para governadores de Estado e se iniciou uma reforma no Poder Judiciário.

O fato é que enquanto o Brasil tentava respirar após o Governo de Médici com a ascensão de Geisel ao poder, um novo ciclo de repressão teve início em 1975. Os militares através dos organismos de inteligência continuaram a perseguição implacável ao Partido Comunista Brasileiro-PCB e foi exatamente durante as ações de repressão ao PCB, naquele ano, que o jornalista Vladimir Herzog foi preso, torturado e morto nas dependências do Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em São Paulo. A morte do jornalista repercutiu na sociedade brasileira abalando mais ainda a imagem do governo e o Presidente Geisel passa a agir junto ao Comando do Exército objetivando flexibilizar as perseguições.



Figura 1 - Jornalista Wladimir Herzog (suicídio forjado)<sup>65</sup>

As pressões sociais em prol de uma abertura do regime tornaram-se mais fortes e ganharam fôlego. Em 1976 Geisel iniciou um discurso de preparação do Brasil para a democracia. Todavia, apesar do discurso governamental, o período foi marcado pela disseminação de uma espécie de "terrorismo" de direita encampado por militares insatisfeitos com a possibilidade de deixar o comando do país.

Em verdade, a repressão continuaria após o início do processo de abertura. Ainda em 1976 ocorreram atentados contra a Associação Brasileira de Imprensa- ABI e contra a Ordem dos Advogados do Brasil-OAB. Dois anos depois, mais atentados. Dessa vez, contra jornais e universidades, além de pessoas e até mesmo bancas de revistas, que eram incendiadas todos os dias. Os atentados terroristas praticados pela extrema direita ainda aconteceriam pelos

---

<sup>65</sup> Em 25 de outubro de 1975 o Destacamento de Operações de Informação- Centro de Informações de Defesa Interna-DOI-CODI com sede em São Paulo informou ao Serviço Nacional de Informações- SNI em Brasília que o jornalista Wladimir Herzog havia cometido suicídio. O laudo pericial de morte atestava o suicídio, embora todas as provas em contrário estivessem postas. A morte do jornalista obteve repercussão na época e ainda durante a Ditadura, em 1978, a Justiça Federal responsabilizou o Governo pela morte do jornalista, entretanto, nada foi feito e nem mesmo a certidão de óbito foi retificada.

A reconciliação com o passado só veio com a Comissão Nacional da Verdade que recomendou ainda em 2012, que a Justiça retificasse o registro de óbito de Wladimir Herzog; o que aconteceu em setembro daquele ano, quando o juiz da 2ª Vara de Registro Públicos do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a mudança no do atestado, passando a constar que sua morte se deu em decorrência de lesões corporais e maus-tratos sofridos nas dependências do DOI-CODI em São Paulo e não por suicídio, como declararam os militares quando de sua morte.

anos seguintes até 1981, quando ocorreu a tentativa de atentado ao Pavilhão Rio Centro, que terminou não dando certo, pois a bomba explodiu antes da hora, ainda no carro dos militares que haviam programado o ataque.

Todo esse cenário de instabilidades e de pressões políticas e sociais que refletiam não só as negociações vigentes no cenário geopolítico mundial e da América Latina, mas também, a insatisfação do povo brasileiro; levou os militares pressionados, a buscarem uma saída honrosa para deixar o poder.

Nesse ínterim, iniciaram as negociações para retorno ao país de líderes políticos que haviam sido exilados; por outro lado, ocorreu um enfraquecimento da censura prévia e o jornalismo passou a trabalhar de forma mais autônoma.

Ainda em 1978 os jornais passaram a divulgar relações com nomes de torturadores, na época cerca de 200 nomes foram divulgados. Muitos anos depois e após os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade o número de militares torturadores subiu para mais de 1.500. A divulgação da relação de torturadores ainda no final da década de 1970 provocou uma reflexividade pública negativa concernente à imagem do governo. A grande massa começou a descobrir os podres do regime.

A Lei da Anistia surgiu nesse panorama como uma ação concreta que deveria refletir a “boa vontade” do corpo de militares que ainda se encontrava no aparelho do poder. Em verdade, foi muito mais uma manobra governamental para não perder apoio da opinião pública e manter-se no poder por mais alguns anos, do que propriamente, uma ação de benevolência, até porque a fórmula adotada previa anistia para torturados e torturadores, mas não previa anistia para os que se enquadravam em crimes de terrorismo, conforme o que ditava o Sistema Nacional de Informações- SNI e as crenças dos militares.

O debate em torno da anistia perduraria por mais de dois anos. Parte do governo tinha em mente o fracionamento da oposição com a volta de exilados políticos de siglas partidárias distintas. Por outro lado, a ala mais dura dos militares não concordava com a proposição da anistia e contra ela lutou, pois em seu entendimento seria colocar o país novamente à mercê dos “comunistas”.

Em 1978 uma campanha pela anistia ganha as ruas encampada pelos familiares de presos políticos e pelos movimentos sociais. Esse movimento desejava uma *anistia ampla e irrestrita*. A Lei 6.683/1979, ainda hoje polêmica, propunha a anistia aos crimes políticos e correlatos, com a possibilidade de anistiar torturadores e assassinos que estavam a serviço das forças armadas.

Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade pediu a punição de cerca de 100 militares ainda vivos e implicados em crimes contra os direitos humanos. Por outro lado, a CNV concluiu que mais de 400 pessoas foram torturadas e/ou mortas pelo regime militar, sendo que o número não é conclusivo, uma vez que muitos documentos foram extraviados, alguns propositalmente.

Todavia, em face da lei da Anistia muitos dos culpados não serão julgados uma vez que seus crimes apesar de imprescritíveis são considerados políticos e, portanto, encontram-se no escopo da referida lei, cuja validade foi mantida pelo Supremo Tribunal de Justiça em 2010.

A manutenção da Lei da Anistia não permite que os culpados por muitas atrocidades sejam julgados, o que vem de encontro ao pensamento de Ricoeur para quem os abusos da memória possuem seu correspondente nos abusos do esquecimento. No caso da Lei da Anistia de 1979 temos uma lei que trabalha em prol do esquecimento. Como afirma Ricoeur (2012: 459) essa correspondência acontece, sobretudo, quando formas institucionais de esquecimento se estabelecem, a exemplo da anistia que trabalha em linha tênue com a amnésia.

A lei da Anistia promulgada em 28 de agosto de 1979 concedeu “perdão” a todos os que entre 1961 e 1979 tenham cometido crimes políticos, aos que tiveram seus direitos cassados, aos funcionários públicos, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais punidos por Atos Institucionais anteriores. A referida lei perdoou ambos os lados da mesma forma. Segundo Ricoeur a anistia põe fim a desordens políticas tais como processos revolucionários, guerras civis, etc., de forma intencional pelo poder institucional com vista a se restaurar a paz cívica.

Mas a anistia, enquanto esquecimento institucional, toca nas próprias raízes do político e, através deste, na relação mais profunda e mais dissimulada com um passado declarado proibido. A proximidade mais que fonética, e até mesmo semântica, entre anistia e amnésia aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação de memória que, como veremos mais adiante, na verdade a afasta do perdão após ter proposto sua simulação (Ricoeur, 2012:460).

A anistia institucional se aproxima desse modo, da amnésia, passando por cima dos processos que poderiam levar ao perdão, uma vez que se nega o direito de conhecer a verdade, enterrando o passado. No caso brasileiro, tanto dos perseguidos, como dos que em nome de um regime constituído, praticaram iniquidades, constituindo o que Ricoeur descreve como amnésia comandada. Nesse caso “[...] a memória privada e coletiva seria privada da salutar crise de identidade que possibilita uma reapropriação lúcida do passado e de sua carga traumática” (RICOEUR, 2012:462).

A implantação de uma anistia que impõe a todos os lados envolvidos no conflito um certo perdão estatal uniforme, não colabora para que erros do passado não sejam mais cometidos, uma vez que ninguém foi julgado, muito menos os culpados condenados. A necessidade de conhecimento da verdade se torna então imperiosa, pois como bem afirma Ricoeur, só pode haver perdão se houver o conhecimento de quem praticou os crimes, só se pode chegar a paz, quando o sentimento de justiça se instala.

Para o autor mencionado a anistia institucional se põe para a sociedade como um processo que reflete os abusos do esquecimento, cuja linha divisória com a amnésia é de fácil ultrapassagem, “[...] trata-se principalmente da anistia e, de modo mais marginal, do direito de graça, também chamado de graça anistiante” (Ricoeur, 2012: 459). E ressalta que a anistia institucional possui em si o objetivo de corresponder a uma intenção de “terapia social emergencial”, que objetiva a utilidade mas se afasta da verdade.

A anistia concebida e implantada pelo regime civil-militar no final da década de 1970 foi construída em um processo de negociação entre os atores do poder no Brasil na época. Rastros desse processo foram lançados para o público através das narrativas midiáticas que acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos e procuravam traduzir para o público as intenções dos que comandavam o país. Adiante nos dedicaremos à narrativa de Castellinho, mas antes procuraremos compreender o processo de construção da narrativa.

### **O processo da *Narrativa* sob a perspectiva de Ricoeur**

Embora Carlos Castello Branco tenha atuado no ambiente jornalístico posto por Benjamin (2012) como não sendo um lugar ideal para o desenvolvimento de uma boa narrativa e, ainda considerando que Ricoeur (2010) não se debruçou sobre esse ambiente ao trabalhar sua teoria da ação narrativa; mesmo assim, consideramos pertinente trazermos Ricoeur e sua perspectiva sobre a narrativa para ampararmos a presente pesquisa, embora, de modo não aprofundado, visto não dispormos de espaço suficiente.

Paul Ricoeur em sua obra *Tempo e Narrativa* lança a proposição de que “o tempo só se torna humano na medida em que está articulado de maneira narrativa; em contraposição, a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal” (Ricoeur, 2010: 09, v.1). Nesse estudo o autor mencionado procura aproximar as obras de Aristóteles, *Poética*, e Santo Agostinho, *Confissões*; interligando assim, linguagem e ação, a partir de dois autores, cujas obras não coincidem temporalmente, e justifica esta escolha afirmando que ambos são de grande importância para a formulação do Círculo Hermenêutico que propõe, pois, possibilitam duas entradas ao referido círculo, já que enquanto um inquire sobre a natureza do tempo sem se preocupar com a estrutura da narrativa, outro, constrói sua teoria na intriga dramática sem considerar as implicações do tempo (Ricoeur, 2010: 10, v. 1).

O círculo entre narrativa e temporalidade em que as aporias da experiência do tempo são apresentadas e confrontadas é apresentado no primeiro volume da obra mencionada. Nesse momento o autor ao apresentar o Círculo Hermenêutico reivindica que os paradoxos da experiência do tempo em Agostinho não devem nada a análise da intriga realizada por Aristóteles e vice-versa e é nesse contexto que o autor propõe as *mímesis* I, II e III como momentos formadores do círculo proposto e essenciais para compreensão do processo narrativo.

Em *mímesis I*, estabelece-se o estágio de uma pré-compreensão do mundo ação, uma prefiguração de suas estruturas inteligíveis, de seus recursos simbólicos e de seu caráter temporal. Já *mímesis II* seria o momento da configuração do mundo e que segundo Ricoeur, seria um momento de mediação entre um antes e um depois de uma configuração. Nessa fase acontece a configuração textual onde a intriga construída ganhará uma narrativa configurante. *Mímesis III*, por sua vez, é o momento da refiguração a partir do olhar do leitor, como também, é o hiato de intersecção entre a ação e o mundo configurado pela ação narrativa (Ricoeur, 2010).

A primeira entrada para o Círculo Hermenêutico posto, como dito, se dá, segundo Ricoeur (2010) pelas aporias do tempo agostiniano, para quem o tempo é muito mais interno do que cósmico, a segunda entrada por outro lado, acontece pela *Poética* de Aristóteles, que diferentemente do tempo de Agostinho, se considera o tempo em que as intrigas acontecem de forma lógica. Nesse sentido o autor realiza o movimento de se apropriar das noções aristotélicas de *mythos* e *mímesis*. Sendo o primeiro considerado uma categoria da narrativa, algo como uma imitação criadora da ação humana, configurada na ação narrada.

Como dito, Paul Ricoeur não desenvolveu seus estudos sobre narrativa no ambiente comunicacional ou jornalístico, todavia estudos que procuram interligar seu pensamento ao campo da comunicação são cada vez mais frequentes.

Desse modo, pensamos com outros autores tais como Barbosa (2006) e Leal (2014) que o fato do campo jornalístico ter como objeto de observação e ação, o mundo social, com o qual necessita se manter em permanente contato e em observação, com vistas a configurá-lo se colocando potencialmente em *mímesis II*; o torna um espaço ideal para a proliferação de narrativas sociais. O jornalismo é assim, um campo de mediação entre a ação e a história narrada, que se utiliza de uma composição da intriga com vistas a tornar o mundo inteligível ao público.

Os textos de Carlos Castello Branco na Coluna do Castello veiculados no Jornal do Brasil entre (1963 e 2003) se configuram, em nosso entender, como uma possibilidade de aproximação entre o pensamento de Ricoeur e a narrativa jornalística, que embora, opinativa, também trazia em suas entranhas uma narrativa, muitas vezes metafórica de um mundo não tão fácil de configurar, haja vista, o momento de cerceamento das liberdades de impressão e expressão e a censura prévia instalada.

No próximo item nos propomos a apresentar e dialogar sobre a narrativa de Castellinho concernente ao momento de debate sobre as negociações e instalação da Lei da Anistia no Brasil no final da década de 1970.

### **A Anistia e o Esquecimento na narrativa de Carlos Castello Branco**

No ambiente jornalístico e no que concerne ao *dever de esquecimento*<sup>66</sup> é necessário ponderar que há momentos e são muitos, em que o jornalismo trabalha em prol do esquecimento de forma intencional. Nesse contexto, muitas vezes, a instituição que tem como dever, ou como injunção de um dever, a informação de relevância social, trabalha em prol de uma construção de quadros da memória que podem ser abusivos e/ou deturpados.

A maioria dos meios de comunicação atuantes durante os anos dos governos militares, sobretudo, os que sofreram censura direta e prévia, ou mesmo, os que praticaram autocensura terminaram construindo discursos que desviavam a atenção do público, levando-o para distante do que realmente acontecia nos bastidores do poder, porém e ao mesmo tempo, muitos jornalistas tentavam driblar as imposições dos censores e através de metáforas e outros mecanismos tentavam passar vestígios de uma realidade cinza que muito distava das maravilhas propagadas pela comunicação institucional do governo e/ou dos meios de comunicação cooptados.

Carlos Castello Branco<sup>67</sup> foi uma das exceções no cenário jornalístico durante o regime militar e, embora sua trajetória o coloque como adepto ao movimento que culminou com o golpe em 1964, ele terminou se afastando do pensamento vigente nos governos militares subsequentes, sobretudo, a partir de 1968, quando a ditadura ganhou contornos mais duros no Brasil. O fato é que embora Castellinho tenha sido preso diversas vezes, raramente deixou de publicar sua coluna no *Jornal do Brasil*, que teve periodicidade diária mesmo no período ditatorial. Muitos atribuem a manutenção permanente da coluna e a própria forma de narrar e até mesmo denunciar atos de violência do governo; à amizade que Castellinho nutria com alguns militares que ocupavam cargos no poder. Outros atribuem à necessidade que o governo tinha de manter uma imagem democrática frente à sociedade, e, nada imageticamente mais democrático do que a preservação de algum tipo de liberdade de expressão. A *Coluna do Castello* lhes dava esse fôlego de civilidade em um universo de iniquidades.

No final da década de 1970, Castellinho já escrevia de forma mais livre e não era tão constrangido como nos anos anteriores. Acompanhou cada passo das negociações que levaram à promulgação da Lei da Anistia. Muitas vezes se colocando como alguém que no passado

---

<sup>66</sup> A ideologização da memória, e todas as espécies de manipulações da mesma ordem, tornaram-se possíveis através das possibilidades de variação que o trabalho de configuração narrativa dos nossos textos oferece. As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente no trabalho de configuração: evitamento, evasão, fuga (Ricoeur, 2010).

<sup>67</sup> Carlos Castello Branco foi um jornalista brasileiro que nasceu em Teresina-Piauí em 1920 e ainda jovem foi estudar em Belo Horizonte, onde ganhou gosto pelo jornalismo, tendo trabalhado em alguns veículos dos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Fez a cobertura da campanha de Jânio Quadros para a Presidência e no governo de Jânio assumiu a Secretaria de Imprensa. Em 1963 inicia sua coluna no *Jornal do Brasil* que perduraria até poucos dias antes de sua morte em 1993. Para maiores informações consultar: <http://www.carloscastellobranco.com.br/>

defendeu a “Revolução”, mas que tentava convencer os militares ainda no poder de que era chegada a hora de retornar à democracia.

O seu modo de configurar o mundo o tornou um dos maiores comentaristas políticos brasileiros de todos os tempos. O acesso às fontes certas o levou a observar a ação prefigurada em muitos momentos, de modo único, fazendo-o traduzir quase sempre sem erros os caminhos percorridos pelos embates políticos; configurando um mundo e traduzindo-o ao público. Assumindo sua responsabilidade pela ação narrada.

Nesse ínterim, o modelo de anistia que se pretendia instalar já era então conhecido e nem o Presidente, nem os militares e civis de seu governo estavam dispostos a negociar com os setores que consideravam subversivos. Em 1979 os ânimos estavam acirrados e inúmeras greves eclodiram em território nacional, principalmente no ABC paulista. Nesse panorama, o debate sobre a lei da Anistia mantinha em pauta não só o perdão ao passado, mas procurava monitorar a complexa conjuntura que se formava.

Sobre a concepção de anistia que o governo tinha em mente, Castello Branco procura traduzir o que pensavam os governantes. Sua narrativa dúbia tanto afaga o Governo como alerta o povo para o modelo proposto. Em verdade, o jornalista deixa o leitor livre para interpretar, visto que pode usar de sua imaginação criativa e ponderar sobre os argumentos postos na ação narrada pelo autor no momento da configuração narrativa.

A anistia já está devidamente conceituada pelo Governo. As linhas gerais do projeto estão assentadas pelo Presidente da República. Falta apenas a decisão quanto a data do envio da mensagem e do projeto ao Congresso Nacional. O General Figueiredo é o juiz da oportunidade, pois ele parece entender que a sucessão de greves, em escala bem maior do que a prevista, desaconselha a atender reivindicações que iriam liberar para atuar no processo político alguns agitadores. Os serviços oficiais de informação estão convencidos de que notórios comunistas estão infiltrados nos movimentos de greve ou os suscitando. O Governo não pretende se opor às greves, mas deseja reduzir ao mínimo a interferência do fator político, do aliciamento subversivo infiltrado, segundo se alega, nas concentrações de trabalhadores. Essa é a razão principal pela qual o Governo não determinou ao Ministro da Justiça que redija o projeto e a mensagem, preparando-os para mandá-los ao Congresso.

Sendo ampla, a anistia não será, portanto, irrestrita. Não visando a pessoas, as restrições visam a entidades e movimentos e procuram preservar o interesse do Governo de continuar a combater a subversão e a corrupção. Não é difícil, portanto, definir o conceito de anistia assentado pelo Governo (Coluna do Castello, A Anistia na sua essência, *Jornal do Brasil*, 22 abr. 1979).



Essa ideia de anistia parcial e que contemplaria ao mesmo tempo militares, políticos, professores e cidadãos que de alguma forma haviam combatido a ditadura, assim como, militares que praticaram atos de violência em nome do governo, não deveria atingir a todos uniformemente, o caso de cada líder político de oposição era tratado com muito cuidado pelo Governo.

O conhecimento das ações a partir de informações privilegiadas e de uma capacidade analítica extraordinária do cenário político vigente, fazem com que o jornalista, aqui analisado, consiga configurar a ação abordando em poucas linhas todo um ambiente que seria implicado pelo modelo de anistia a ser implantado. Sua rápida narrativa consegue abranger as possibilidades díspares que se colocavam no momento da ação posta. O contexto se configura através de suas linhas discursivas que procuravam dotar o momento de um sentido especial que seria traduzido ao público.

Ora, pelas melhores informações, o Governo não só resistirá às pressões para beneficiar com medida crimes chamados de sangue, praticados por motivos políticos, como, para contornar o debate, postulará fórmulas genéricas de anistia política ampla de modo a silenciar setores da oposição que a ela poderiam se opor. Não há fórmulas conhecidas para impedir que a anistia política beneficie determinadas pessoas ainda assimiláveis pelo regime. Não há construção jurídica capaz de impedir que a anistia política beneficie não só os Senhores Leonel Brizola e Miguel Arraes, como até mesmo o Senhor Luís Carlos Prestes. Sabe-se que a ideia de abranger essas personalidades numa providência de ordem geral é ainda repelida por setores das Forças Armadas, notadamente do Exército. Não há, contudo, do ponto de vista jurídico, alternativa válida para impedir que a anistia política alcance aquelas personalidades. Pelo menos uma delas, o Senhor Brizola, deverá ser bem-vindo à convivência política na medida em que da sua presença poderá decorrer o aceleração da desagregação das oposições (Coluna do Castello, Anistia como preliminar, *Jornal do Brasil*, 18 maio 1979).

Nesse panorama é que conseguimos visualizar o lugar de observador privilegiado que Castello Branco ocupava como jornalista que cobria o poder em Brasília desde o início da década de 1960. Essa posição ímpar lhe oportunizava acompanhar de muito perto a movimentação e as ações correntes nos espaços do poder. Assim é que observando de um lado, o Governo que estudava a concepção de anistia que melhor lhe convinha, e de outro, acompanhando os

partidos políticos que se articulavam em torno de uma anistia ampla e irrestrita<sup>68</sup>; que o jornalista conseguia construir uma narrativa que trazia para seus leitores diários, normalmente, os pares da política e do jornalismo, uma visão dos passos vindouros. O próprio contexto político que se desenhava, passava pela criação discursiva de Castello. Seu poder de persuasão era então explorado de forma intencional pelos políticos que a ele tinham acesso e que por meio dele se pronunciavam a população.

Importante, no caso, foi o pronunciamento do atual e do futuro líder da bancada do MDB na Câmara, Srs. Tancredo Neves e Freitas Nobre. Tal como facilmente se podia prever, eles entendem que seu Partido, sem prejuízo de manter-se fiel à tese da anistia ampla e irrestrita, não poderá negar apoio a um projeto do Presidente da República concedendo o benefício da anistia à maioria das pessoas punidas por delitos políticos. Seria um contra senso recusar o bom e insistir no ótimo. [...]. A posição do Governo é intransigente no que se refere à anistia de pessoas condenadas pela prática de atos terroristas, entre os quais se incluem assaltos com morte ou ferimento. Disse-nos o General Figueiredo que não iria estimular, mediante uma anistia indiscriminada, que criminosos comuns assaltassem empresas e alegassem em seguida que o faziam por inspiração política (Coluna do Castello, *Jornal do Brasil*, 29 jan. 1979).

Em agosto de 1979 quando de sua instituição, a anistia causou insatisfação inclusive nos meios militares inconformados com a ideia de libertação e de perdão aos presos políticos, uma vez que as forças armadas se consideravam responsáveis e teriam trabalhado duro para impedir que o país se tornasse "comunista". Muitos militares, certos de que haviam trabalhado em prol da nação, temiam que os seus esforços caíssem no esquecimento.

A sucessão de pronunciamentos militares, ocorrida nos últimos dias, deve ter um objetivo especial, qual seja oferecer uma compensação moral ao aparelho de segurança e repressão no momento em que o Presidente da República sanciona o projeto de lei aprovado pelo Congresso concedendo anistia a grande número de presos políticos. Essa certamente a intenção, que transparece das últimas declarações do chefe do Estado-Maior do Exército, a quem coube expressamente assegurar aos que "evitaram a comunização do Brasil" que "eles não serão esquecidos pelo desassombro com que cumpriram as missões".  
[...]

---

<sup>68</sup> A Anistia ampla e irrestrita como pretendida por alguns partidos políticos, não conseguiu aprovação, em grande parte, em face da oposição radical do próprio Presidente Figueiredo.

Como os generais estão apoiando os esforços do Presidente da República, é razoável que se perceba nos seus sucessivos pronunciamentos apenas a intenção de abortar reações internas nas corporações sob seu comando (Coluna do Castello, Por que falam os militares, *Jornal do Brasil*, 30 ago 1979).

Como visto, Castello Branco procurou dar voz aos dois lados, observando e configurando o mundo que vivenciava e observava. No momento político analisado no presente texto, a narrativa de Castellinho já não se posicionava favorável ao regime civil-militar como no primeiro ano da ditadura (1964), entretanto, embora procurasse apontar problemas e caminhos nas entrelinhas, mantinha uma postura de respeito com o movimento do golpe, que para ele, ainda era compreendido como uma “revolução”.

### **Ilação**

Analisando a narrativa de Carlos Castello Branco no contexto de concepção da Lei da Anistia, verificamos que desde então, a lei já nasceu com o intuito de preservar a reputação de um regime de exceção e nunca teve como intenção se aproximar da verdade.

Os partidos de oposição que ora se reestruturavam foram obrigados a concordar com o modelo imposto sob pena de não conseguirem nenhuma anistia na época. As consequências a adesão ao acordo de “paz” proposto e imposto pelo governo, foi que a maioria dos crimes cometidos em nome do Estado foram relegados ao esquecimento, fazendo com que a memória coletiva de nossa nação ficasse fragmentada e com que as feridas abertas durante o regime ditatorial nunca fosse completamente fechadas.

O pior talvez seja a manipulação da memória histórica que impede que nosso povo visualize e compreenda o processo traumático pelo qual passou e, sobretudo, compreenda que é preciso se precaver contra ações similares que podem nos levar ao mesmo caminho.

Em dezembro de 2014 quando da entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade a temática da anistia voltou à pauta do público e da mídia. A CNV pediu a revogação parcial da Lei da Anistia em dezembro de 2014, embora nem todos os seus membros concordassem com a proposição. A ONU-Organização das Nações Unidas também propôs que o Brasil criasse nova legislação e revogasse a referida lei, objetivando dar início a julgamentos ainda não possíveis porque esbarram na referida legislação e seu perdão incondicional a atos contra a vida humana.

A ideia seria proporcionar que a verdade realmente viesse à tona e pudesse guiar as ações da justiça, a exemplo do que foi feito na Alemanha, Argentina, Chile e outros países.

A CNV foi taxativa em seu documento final ao afirmar que todos os Presidentes da República durante os regimes militares foram responsáveis pelos crimes cometidos contra os direitos

humanos. Além deles, a CNV responsabiliza também os ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, como também os chefes do Serviço Nacional de Informação (SNI).

A revogação da lei permitiria que além do encontro com a verdade houvesse um encontro com a justiça.

Por fim, ressaltamos que a narrativa de Castelinho nos coloca frente a rastros sobre as negociações que levaram o governo brasileiro a adotar o modelo de anistia já exposto, um modelo que impôs o esquecimento a toda a nação.

### **Bibliografia**

BARBOSA, Marialva (2006): O filósofo do Sentido e a Comunicação. *Conexão – Comunicação e Cultura*, UCS, Caxias do Sul, v. 5, n. 9: 139-149.

BARBOSA, Rui (2004): *A imprensa e o dever de verdade*, São Paulo, Ed. Papagaio.

BENJAMIN, Walter (2012): *Obras Escolhidas I: Magia e Técnica. Arte e Política*, São Paulo, Brasiliense.

CERTEAU, Michel (2011): *A Escrita da História*, Rio de Janeiro, Forense.

GOULART, Ana Paula (2014): Entre Memória e Esquecimento. In: RÊGO, Ana Regina, QUEIROZ, Teresinha e MIRANDA, Marcela, *Narrativas do Jornalismo e Narrativas da História*, Lisboa, Media XXI.

LEAL, Bruno Souza (2014): Quando uma notícia é parte da história: as mídias informativas e a identidade narrativa. *E-compós*, Brasília, v.17, n.3.

LE GOFF, Jacques (2003): *História e Memória*, Campinas, Ed. UNICAMP.

RÊGO, Ana Regina (2014): A ditadura militar no Jornalismo: uma abordagem a partir do conceito de lugar de memória. *Revista Brasileira de História da Mídia*, vol. 3, nº 2: 21-32.

RICOEUR, Paul (2012): *A memória, a história, o esquecimento*, Campinas, UNICAMP.

RICOEUR, Paul (2010): *Tempo e Narrativa*, V. 1, 2, 3, São Paulo, Ed. WMF Martins Fontes.

SWESSON, Lauro Joppert (2014): *A revogação da lei da Anistia: um paradoxo*. <<http://www.ipla.com.br/editorias/sociedade/a-revogacao-da-lei-de-anistia-um-paradoxo.html>>. (30.01.2014).

TODOROV, Tzvetan (2008): *Los abusos de la memoria*, Barcelona, Paidós.

---

**Antônio Hohlfeldt**

---

**Os médias e o império português nos séculos XIX e XX**

---

61

**Os médias e o império português nos séculos XIX e XX**

**The media and the Portuguese Empire of XIX and XX 's centuries<sup>69</sup>**

Antonio Hohlfeldt (Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

[a\\_hohlfeldt@yahoo.com.br](mailto:a_hohlfeldt@yahoo.com.br)

**Resumo**

O artigo propõe um paralelismo entre a história de Portugal e a história dos média em Portugal, mostrando que, quando o país atinge a maturidade para o pleno exercício da democracia e do próprio jornalismo, perdeu os rumos de sua história e inicia seu declínio. O texto parte de pesquisa bibliográfica e de análise comparativa, procurando realizar uma síntese deste processo.

**Palavras-chave:** história do jornalismo; jornalismo Português; jornalismo comparativo; teoria do jornalismo; jornalismo e democracia.

**Abstract**

We propose a parallelism between the Portuguese History and the history of his press. We believe that when the country is sufficient mature to the democracy's exercise and his journalism, he is in decadence. The text is based on bibliography research and comparativism. We trie a sintesis of this process.

**Key words:** journalism history; Portuguese journalism; comparative journalism; theory of journalism; journalism and democracy.

---

<sup>69</sup> Texto originalmente apresentado ao GP História do Jornalismo, no XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, 2 a 5 de setembro de 2014. O texto foi revisto a partir dos debates suscitados.

## Introdução

Para pensar-se as relações entre os médias e a formação, o desenvolvimento e a crise do império português, toma-se o termo *média* na sua mais larga acepção. Neste sentido, considera-se o livro – manuscrito ou impresso – tanto quanto a imprensa informativa (em especial, o jornal e a revista), o rádio, o cinema, a televisão, a internet, etc., como *médias*, na medida em que, como ensina Juliana Pereira de Souza, *médias* são todos e quaisquer *meios de informação e de comunicação*, ou seja, instrumentos tecnológicos que servem para a difusão de mensagens (Souza, 2010: 816).

Pode-se afirmar, pois, que uma história dos médias portuguesas e, mais tarde, a história dos médias presentes nas antigas colônias de expressão portuguesa (Trigo: 1981) deve ser pensada a partir da própria história cultural, econômica, política e literária portuguesas, ao mesmo tempo em que deve acompanhar a evolução de outras tecnologias, dentre as quais as de transporte, além da história dos descobrimentos e colonização lusitanos, que se refletem em suas relações internacionais.

Este texto é uma tentativa de visão de conjunto, tanto no que se refere à história dos médias em terras lusitanas e de suas antigas colônias, quanto dessa história de expansão e naturais choques de interesses junto a outras nações que se formaram após a emergência de Portugal e de Espanha, notadamente a Inglaterra, a França, a Holanda e a Bélgica contemporâneos, além, evidentemente, de movimentos autóctones independentistas que se formam no decorrer dos séculos, inclusive dos processos de colonização, como no caso do Brasil, pioneiramente, e das colônias asiáticas e africanas, sucessivamente.

Parte-se do pressuposto de que os movimentos da expansão marítima de Portugal geraram reflexos na literatura – quer a manuscrita, quer a impressa – pois ela será imediatamente *exportada* para as terras recém descobertas e, ao inverso, sofrerá influência e inspiração das viagens marítimas para suas novas criações. Este complexo processo encontra-se amplamente estudado, ainda que não necessariamente sob o foco da abordagem que aqui se intenta, mas é aqui tomado como conhecido (Judice: s/d; Barreto: 1983; Casa do Infante: 1988).

Este artigo busca estudar o desenvolvimento da imprensa, especialmente a informativa, em paralelo com essas novas conquistas portuguesas, focalizando as generalidades de seu processo, tal como se concretizaram em cada território para, enfim, vencida a etapa das emancipações e independências, registrar-se algumas observações a respeito dos demais médias.

Contextualizando-se a história do império português e a dos médias, tal como eles surgem, desenvolvem-se e interferem na vida cotidiana, política e cultural deste império, pode-se afirmar que eles se disseminam no decorrer do processo de expansão e dominação lusitanos, como consequência do surgimento do prelo, mas quando a imprensa informativa propriamente

dita começa a se popularizar, Portugal já experimenta certo declínio, inclusive tendo sofrido a anexação pela coroa espanhola (1580), de que se livrará apenas a partir de 1640.

É neste processo de retomada da própria história lusitana que a imprensa informativa se estruturará, primeiro através do *Mercúrio Português* e, depois, sucessivamente, o “efêmero e insignificante” *Mercúrio da Europa* (1689), a que se seguirá a *Gazeta* (de que apenas duas edições se conhecem, de agosto e outubro de 1704). Mas será no dia 10 de agosto de 1715 que, enfim, surgirá uma publicação verdadeiramente *jornalística* em Portugal, a *Gazeta de Lisboa*, responsabilidade de António Correia de Lemos, impressor de livros. O periódico circulará até o período pombalino, quando será suspenso, e seu editor preso. No reinado de Dona Maria I, o jornal reaparece, com o mesmo nome, verdadeiro jornal oficial do governo lusitano, somando cerca de 1500 exemplares diários, mais os suplementos semanais, a partir de 1778 (Tengarrinha, 2013: 83 e seguintes).

Quando ocorre a invasão francesa de 1808, a *Gazeta* passa a ser editada pelos invasores franceses, enquanto seu até então editor, Frei Tibúrcio José da Rocha, desloca-se, com a frota da Família Real (Laranjeira, 2011), para o Brasil, vindo a ser o editor responsável pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, que se passaria a publicar a partir de 10 de setembro de 1808, primeiro semanal e, logo na segunda semana, bi-semanalmente, nas quartas-feiras e sábados (Hohlfeldt, 2008). A *Gazeta de Lisboa*, a partir de 14 de junho de 1809, torna-se publicação diária (Rodríguez, 1994: 354).

A permanência dos franceses em território português faz surgir uma primeira *imprensa do exílio*, que se traduz na publicação de jornais, em língua portuguesa e, na maioria dos casos, por editores lusitanos, em países estrangeiros, neste momento, por óbvio, principalmente na Inglaterra. É o caso do *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa (1º de junho de 1808 a 1º de dezembro de 1822), intelectual nascido no Brasil, na então província do Rio Grande do Sul. Costa era filho de portugueses, estudou também na Província Cisplatina (atual Uruguai) e depois formou-se em Direito, em Coimbra, tornando-se embaixador de Portugal nos Estados Unidos. Ao retornar, foi preso pela Inquisição, acusado de ser filiado à maçonaria. Depois de três anos de prisão, consegue fugir para Londres, onde, a partir de 1808, publicaria o jornal, tema que se retoma abaixo (Rizzini, 1988; Hohlfeldt, 2007). Naquele momento, surgiram jornais a favor e contra a invasão francesa<sup>70</sup>.

Depois da revolução de 1820 e, sobretudo, com a primeira constituição de Portugal, de 1822, houve verdadeira explosão de novos jornais em Portugal, ao mesmo tempo em que começaram a aparecer algumas publicações em colônias como a Índia Portuguesa (*Gazeta de*

---

<sup>70</sup> É preciso ter-se em conta que Portugal e Espanha sofriam as agruras da Inquisição, extremamente repressora nestes países. Assim, não é de surpreender que, para alguns intelectuais liberais, o domínio francês fosse menos opressor que o controle duplamente exercido, eclesiástico e real, pelas autoridades espanholas e lusitanas. Veja-se, a propósito, o filme “As sombras de Goya” (2005), de Milos Forman, com roteiro de Jean-Claude Carrière, também editado em livro (2007).

Goa, 1821) e em Macau (China – *Abelha da China*, 1822), sem se falar no Brasil que, com os episódios do Dia do Fico e, enfim, com a independência (1822), experimentara uma notável expansão de sua imprensa.

### **Proibição e obrigação de criação da imprensa nas colónias**

Há duas questões que merecem atenção de quem estude a história dos médias e as antigas colônias portuguesas. A corte, desde logo, proíbe a existência de prelos nas colônias, ao contrário daquilo que será praticado pela Espanha que, desde a primeira metade do século XVI, permite que os padres jesuítas instalem prelos na Cidade do México e em Lima, respectivamente. Portugal, ao contrário, interdita os prelos, gerando inclusive processos e condenações a quem eventualmente detenha algum equipamento semelhante, mesmo que autoridade administrativa lusitana, além de destruir todos os equipamentos. No entanto, sabe-se que houve duas exceções, Goa e Macau. Racionalmente, pode-se interpretar este comportamento como uma adequação prática a uma situação diferenciada daquelas colônias: ao contrário do que ocorria na África e na América do Sul (Brasil), cujas sociedades eram ágrafas, em Goa e em Macau havia sistemas lingüísticos escritos, bastante complexos e múltiplos. Sabe-se, inclusive, que muitos dos primeiros livros publicados em Goa não foram em idioma lusitano, mas em idioma nativo (Gracias, 1880; Cunha, 1923; Rangel, 1957; Lopes, 1971). Remanesce, contudo, uma dúvida: por que o comportamento diverso da Espanha, se, afinal, tanto no México quanto nas colônias da América do Sul, suas populações também não possuíam línguas escritas, ao menos, com sistemas fonéticos como o ocidental, mas apenas faladas? Talvez uma resposta esteja contida na compreensão diversa do fenômeno, como se pode depreender do registro que Alejandro Pizarroso Quintero faz:

Em Espanha, a primeira disposição legal que de maneira indirecta se ocupou da impressão foi em uma Carta dos Reis Católicos, datada do dia de Natal de 1477, com a qual se isentava o impressor e o mercador de livros Teodorico Alemão do pagamento de uma alcavala, do almoxarifado e de outros impostos, dado que o seu comércio e actividade 'redundavam em honra e vicariedade de nossos reinos e dos naturais deles' (Pizarroso Quintero, 1994: 54).

Este episódio poderia ser fortuito, mas outro documento, dos mesmos reis, de 1480, reitera essa perspectiva, quando se lê:

Considerando os Reis (...) quanto era proveitoso e honroso que a estes seus Reinos se trouxessem livros de outras partes, para que com eles se fizessem homens letrados (...); por fim ordenamos e mandamos, que além da dita franquia (...) não



se peçam, nem paguem, nem levem almoxarifado, nem dízima de portagem, nem nenhuns outros direitos pelos nossos almoxarifados, dizimeiros, portageiros ou quais quer outras pessoas (...) que de todos os direitos e dízimas e almoxarifados sejam livres e francos os ditos livros, e que pessoa alguma ou peça ou leve...” (Pizarroso Quintero, 1994: 54).

A segunda questão diz respeito à reviravolta produzida pela corte portuguesa a partir do artigo 13º do decreto de Sá da Bandeira, de 7 de dezembro de 1836, ordenando que as administrações coloniais passassem a editar *boletins oficiais* em suas respectivas regiões. O modelo adotado, pelo que se lê na consulta a tais boletins pioneiros, foi o da *Gazeta de Lisboa*. Por que tal reconsideração tão radical por parte da Rainha Dona Maria II, filha de Dom Pedro I (brasileiro) ou Dom Pedro IV (português)? A hipótese que se pode levantar é que o encadeamento de acontecimentos produzidos a partir da invasão de Portugal pela França (1808), o deslocamento da Família Real para o Brasil, seu retorno – em 1821 – e a independência da antiga colônia, em 1822, ainda que permanecendo vinculada a um membro da Família Real portuguesa, Dom Pedro I (do Brasil)/Dom Pedro IV (de Portugal), serviu como alerta e incentivou a nova política, além do fato, é evidente, dos novos tempos liberais que então sopraram no país (Hohlfeldt, 2008; Hohlfeldt, 2013). Esta é a leitura que José Tengarrinha também faz, numa rápida alusão ao que denomina “o despertar da questão africana”, em sua obra já clássica (2013). Tengarrinha mostra que o Ministro Sá da Bandeira, ainda quando secretário de Estado da Marinha e Ultramar, preocupava-se em fazer editar, mensalmente, o *Memorial Ultramarino e Marítimo*, a partir de março de 1836, publicação pioneira, pois, sobre as questões das colônias, com extensa e ampla matéria sobre aquelas terras longínquas, publicação esta que era distribuída junto às principais autoridades políticas e administrativas, inclusive entre os membros das duas câmaras, oficiais civis e militares, tanto no continente quanto no Ultramar (2013: 502 e seguintes).

Como consequência dessa liberalidade, começam a se publicar os primeiros jornais na Madeira: na ilha do Funchal, *A Flor do Oceano* (15 de novembro de 1834 a 22 de outubro de 1840) e nos Açores, como o *Sentinela Constitucional nos Açores* (Angra, 16 de março a 26 de agosto de 1835)<sup>71</sup>. O processo culmina, como se disse, em dezembro de 1836.

---

<sup>71</sup> Observe-se que os títulos *Sentinela...* espalharam-se por algumas colônias, como o Brasil e em Portugal. Quem teria iniciado esta série de publicações teria sido Cipriano Barata, um médico brasileiro liberal, nascido em 1762 e falecido em 1838, diplomado por Coimbra. O primeiro jornal que editou foi o *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* (abril de 1823). Deputado eleito à Constituinte, negou-se a participar dela por considerá-la ameaçada pelas tropas de Dom Pedro I. Preso, editou desde a prisão *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco atacada e presa na Fortaleza do Brum por ordem da Força Armada e Reunida* (1824), com o que foi transferido para a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, no Rio de Janeiro. Continuando a editar seus jornais, foi sucessivamente transferido de prisões, até ser libertado, em 1830. Ao voltar para Pernambuco, publicou imediatamente *A Sentinela da Liberdade na*

José Júlio Gonçalves faz a transcrição completa do aludido documento, destacando o artigo 13º, que nos interessa, e onde se lê:

Artigo 13º - Debaixo da Inspeção de cada Governo Geral se imprimirá hum Boletim, no qual se publiquem as Ordens, Peças Officiaes, Extractos dos Decretos Regulamentares enviados pelo respectivo Ministerio dos Governos do Ultramar, bem como notícias maritimas, preços correntes, informações Estadisticas [sic], e tudo o que for interessante para conhecimento público.

Artigo 19º - Fica revogada toda a legislação em contrario. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar o tenha assim entendido e faça executar” (Gonçalves, 1964).

Como mostra Júlio de Castro Lopo (1964), antes e depois deste decreto, começaram a aparecer publicações nas então colónias portuguesas: na Índia Portuguesa, *Gazeta de Goa* (Nova Goa, 1821) e *Chronica Constitucional de Goa* (Nova Goa, 1835) e, enfim, o *Boletim do Governo do Estado da Índia* (Nova Goa, 1837); em Macau, o *Boletim do Governo de Macau, Timor e Solor* (Macau, 1838); em Cabo Verde, em 1842 (Cidade da Praia); em Moçambique, o *Boletim Official* surgiu em 1854; em São Tomé e Príncipe, em 1857; e na Guiné, em 1880 (Lobo, 1964). Quebrava-se, pois, a interdição e abria-se uma nova era para todas as então colônias, porque, como já observei em outro momento, dada a permissão e – mais que isso - a ordem para que se publicassem os boletins oficiais, precisou-se estabelecer em cada colônia um prelo e uma instituição responsável, uma Imprensa Nacional (Hohlfeldt, 2009). Neste caso, foi necessário constituir-se um estabelecimento específico, chamado, aos moldes de Lisboa, que passou a editar o boletim mas que, logo, era procurado para imprimir outros jornais que não aquele oficial, boa parte dos quais não alinhados à política oficial portuguesa. Foi assim, por exemplo, com Moçambique, só para citar um exemplo, o que geraria uma crise político-administrativa e quase colocava todo o processo por terra.

Vencidos estes primeiros momentos, contudo, de fato esta imprensa oficial passou a imprimir, não apenas o jornal oficial, quanto outras publicações, o que leva Júlio Castro Lopo a considerar uma periodização para tal imprensa (ele se refere apenas à imprensa angolana, mas pode-se estender, como o fiz, a toda a imprensa colonial de expressão portuguesa): os dois primeiros períodos são distinguidos, justamente, pela existência de uma imprensa oficial e, depois, uma imprensa independente que, gradualmente, tratará de constituir inclusive

---

*Guarita do Quartel-General de Pirajá*. O *Sentinel da Liberdade* teve múltiplas designações, conforme as situações enfrentadas por Barata. Sua teimosia inspirou outros jornais, em todo o Brasil, e também se refletiu em publicações em todo o universo colonial de expressão portuguesa, como aqui se documenta (Sodré, 1966; Vianna, 1945).

outros prelos para as suas publicações. Surgiu, assim, o que já se chamou de *imprensa colonial de expressão portuguesa*:

A *imprensa colonial* tem a ver com toda aquela produção realizada nas mais diferentes colónias de Portugal, e neste sentido se incluiria o Brasil, não importando se produzida por autóctones ou por portugueses localizados naquelas colónias. Ela é *colonial*, não porque ideologicamente defenda o colonialismo ou a colonização, mas porque ela se realiza neste contexto de colonização, traz uma referência espacial, sociocultural e política, mesmo após a concessão da chamada autonomia administrativa e financeira das colónias, que ocorre depois da Revolução de 1910, que estabelece a república em Portugal. Ela já não será mais colonial, contudo, após o 25 de abril de 1974, com a independitização das antigas colónias.

Quanto à *expressão portuguesa*, é porque ela traduz, para a língua portuguesa, o ponto de vista original do nativo ou daquele ali adaptado ou com aquela região identificado. Não se pode referir, assim, com esta designação, uma literatura ou imprensa caboverdeana expressa em dialeto das ilhas, ou nas diferentes línguas nativas de Angola, Moçambique ou de Goa. Define-se, deste modo, com clareza, o objeto de estudo: a imprensa produzida nas colónias portuguesas que se divulgou em língua portuguesa, exclusivamente (Hohlfeldt, 2009: 147-148).

Deve-se registrar, igualmente, que, se em Goa, por exemplo, ou em Moçambique, foram muitos os jornais escritos em línguas nativas<sup>72</sup>, também circularam, em diferentes momentos, periódicos escritos em inglês, graças às proximidades geográficas e económicas existentes entre algumas dessas colónias portuguesas e as demais colónias que as circundavam. Nestes casos, pode-se considerar, seja a questão de valorização de idiomas nativos, seja a necessidade de apresentar uma versão *portuguesa* de acontecimentos que interessassem diretamente àquelas comunidades, mas que envolvessem seus vizinhos<sup>73</sup>.

Na verdade, a questão da colonização entrava na pauta de preocupações, não apenas de Portugal, quanto de outras nações europeias, como a Inglaterra, a França, a Alemanha e a Bélgica, pelo menos. Daí, não ser surpreendente que, no movimento gerado por todos esses ventos liberais, que incluíram inclusive a abolição da escravatura nas colónias portuguesas, surgissem jornais destinados a informar, em Portugal, sobre o movimento comercial e a potencialidade agrícola e industrial das colónias, como ocorre com *O Investigador* (Lisboa,

---

<sup>72</sup> Não é objetivo deste estudo, mas registre-se a situação curiosa a ser pesquisada: se os povos africanos, de modo geral, não possuíam línguas escritas, como Angola e Moçambique, dentre outras colónias de então, publicaram páginas inteiras em alguns desses idiomas?

<sup>73</sup> Isso é mais notável quando da I Grande Guerra, sobretudo depois que Portugal passou a fazer parte ativa do conflito.

1837) ou *O Industrial* (Lisboa, 1837), o que incluía o Brasil, como bem observa Tengarrinha, não obstante a antiga colónia já se tivesse tornado independente (2013: 542).

A história sobre como a imprensa e os demais médias se implantaram e desenvolveram em cada antiga colónia é um estudo que ainda se encontra em processo. De modo geral, podemos encontrar um autor mais vinculado a cada uma das maiores e principais colónias, como Angola (Júlio de Castro Lopo), Moçambique (Ilídio Rocha) ou Goa (do pioneiro José António Ismael Gracias ao mais recente, António dos Mártires Lopes), além de autores portugueses que se preocuparam com o assunto e trataram de abordá-lo evidentemente sob a ótica metropolitana, como é o caso do já mencionado José Júlio Gonçalves.

### **A imprensa nas colónias**

Pode-se distinguir as histórias individuais da imprensa – que é praticamente a única média existente ao longo do século XIX a chegar até as colónias – mas existe, nestas histórias, aspectos em comum que aqui se destaca: de um lado, a questão da periodicidade desta história e, de outro, as características propriamente ditas desta imprensa.

A proposta de Júlio Castro Lopo, antes mencionada, em relação a Angola, pode ser estendida às demais colónias, com a vantagem de não trabalhar com datações, mas, sim, com tendências e características:

- a) imprensa oficial ou *oficiosa*, da data de criação dos respectivos *boletins oficiais* até o surgimento de um jornal que gozasse de maior distanciamento da autoridade política e administrativa da colônia;
- b) imprensa livre, da data de criação desses jornais com maior autonomia, até o aparecimento de jornais em que a atividade jornalística fosse considerada, em sentido estrito, como profissionalizada;
- c) imprensa profissional, a partir do momento em que o jornal se torna a referência para a sobrevivência de seu diretor, editor ou redator (em alguns casos, tudo isso ao mesmo tempo) e onde, em geral, o jornal se imprime a partir de uma gráfica própria que também edita outros periódicos e/ou realiza serviços gráficos para terceiros, garantindo sua independência financeira.

Do mesmo modo que, em Portugal, mas com consequências mais amplas, uma história dessa imprensa, escrita nos dias de hoje, deverá considerar um quarto período, vinculado aos acontecimentos posteriores ao 25 de abril de 1974, porque daí em diante desdobraram-se e se concretizaram os projetos independentistas das colônias, com consequências mais do que evidentes, ao mesmo tempo em que se multiplicaram as médias. Contemporaneamente, todas as antigas colónias apresentam um panorama mediático tão avançado quanto os grandes

centros internacionais, inclusive com acesso à web<sup>74</sup> e oferta de serviços de rádioemissão e televisão digitais, o que não significa, necessariamente, a democratização dos médias, eis que tal contexto tem muito mais a ver com a política do que com a comunicação, em si.

Uma observação atenta aos jornais que então circulavam e os processos dialogais por eles possibilitados nos revela o seguinte conjunto:

1. é comum o envio dos exemplares das primeiras edições a um determinado conjunto de habitantes, provavelmente aqueles que constavam como alfabetizados, mais ou menos possuidores de bens e capazes de se interessar por um jornal. A prática era acompanhada de notas naquelas primeiras edições em que se rogava que quem não quisesse assinar o periódico, favor devolvesse-o à redação. Por consequência, a não-devolução implicava na aceitação do mesmo e na emissão do boleto de cobrança, *a posteriori*; a prática, evidentemente, implicava sérios riscos de calote, fato que é registrado por muitas publicações;
2. registro do aparecimento de congêneres, não apenas na própria colônia quanto nas demais colônias ou metrópole, sobretudo se fossem jornais ligados a um mesmo grupo partidário, por exemplo. Isso significa que os jornais de então mantinham um forte intercâmbio, o que se confirma pela observação do ponto seguinte: os jornais noticiavam a suspensão de circulação dos colegas e, por vezes, até a existência de processos (policiais, administrativos ou censoriais)<sup>75</sup>, condenações ou absolvições;
3. intenso e contínuo trânsito dos jornais entre as colônias e destas com a metrópole: é comum a citação e a transcrição de artigos de uns jornais pelos outros, seja os coloniais, referindo outros jornais coloniais, seja referindo a imprensa da metrópole e, muitas vezes, sendo por ela referida e transcrita também. Dependendo do jornal metropolitano que fizesse a transcrição, certamente o fato seria motivo de orgulho para a publicação colonial;
4. isso implica, assim, também, na constituição de um campo específico de circulação, para aquém do círculo de leitores leigos e gerais – no campo da política partidária ou dos grupos administrativos, por exemplo – que a publicação buscava alcançar. Os jornais se liam entre si e se criticavam. Pode-se mesmo dizer que o jornal que não mantivesse uma constante polêmica com outras publicações era um jornal de menor importância no contexto de imprensa de então;
5. envio obrigatório dos exemplares, para depósito, às bibliotecas do Porto e de Lisboa, advindo daí a possibilidade de se fazer consulta a essas publicações;
6. o lançamento de novos títulos em substituição aos anteriormente suspensos ou proibidos é procedimento comum. Assim, quando um jornal é impedido de circular, imediatamente a instituição editorial lança um novo título; e este novo título assume assinantes, compromissos financeiros e linha editorial do jornal anterior;

<sup>74</sup> Há problemas quanto a preços e velocidade, tanto quanto a questão da centralidade da propriedade das empresas que oferecem tais serviços.

<sup>75</sup> No jargão da época, as *querelas*.

7. menos que oposição à condição colonial em si, os jornais das colónias, de modo geral, exercem uma constante crítica às companhias de administração a que a Metrópole entregava os territórios, as chamadas *companhias majestáticas*. Assim, instituições como o Banco Ultramarino Português, a Cia. de Moçambique, a Cia. Nacional de Navegação, dentre outras, são algumas das instituições que mais claramente descontentam as populações coloniais, pela alegada má qualidade de seus serviços. Apesar dos nomes, elas são todas formadas por capital estrangeiro, especialmente inglês ou alemão. Em consequência, são também as mais visadas pelas publicações;

8. multiplicam-se os períodos de censura ao longo da história desses jornais, na maior parte das vezes por questões externas ao próprio contexto colonial; por exemplo, a instalação da república; a tentativa de golpe e reconstituição da monarquia; a I Grande Guerra, etc. Evidentemente, a instituição do Estado Novo se reflete de imediato na exigência de uma censura prévia constante, que se expressa através de carimbos ou dizeres impressos: “visado pela censura”, em toda e qualquer publicação. Curiosamente, essa censura, de modo geral, não interfere diretamente nas questões locais ou regionais, de modo que falar mal da limpeza da cidade; criticar a companhia de administração; cobrar melhor desempenho dos serviços postais, de modo geral, não é motivo para a intervenção da censura, nem mesmo depois de 1926; tudo isso mudará, contudo, a partir de 1934, quando o Estado Novo salazarista se instala, de fato, em Portugal. Outro tipo de censura muito comum é a censura local, a partir de uma empresa que domina certo território ou de autoridades temporárias, que criam desafetos entre as populações locais, autóctones ou não;

9. as dimensões dos periódicos em geral é a do tablóide, tal como o conhecemos hoje, mas com infinitas variações nas dimensões exatas; os jornais em geral circulam com quatro páginas, sendo que a última é dedicada à publicidade (há exceções: alguns jornais de Goa possuem apenas uma folha; alguns periódicos de Angola ou Moçambique chegam a oito páginas); de modo geral, os jornais são semanais, definem-se como informativos e noticiosos (embora haja aqueles que sejam políticos, e neste caso ligam-se claramente a um partido ou a um candidato e, em geral, são fundados pouco antes de uma campanha eleitoral, desaparecendo quase que em seguida;

10. a partir das primeiras décadas do século XX, há exigências de registro prévio da publicação, identificação do seu administrador e do seu editor e, a partir de um determinado momento, exige-se mesmo um título universitário para o responsável pelo jornal, o que gerará inúmeros problemas para muitas folhas. O título universitário não precisa ter nenhuma relação com a função jornalística: assim, boa parte dos novos diretores serão farmacêuticos (Rocha, 2000: 131 e seguintes), pelo simples fato de que poderiam ter seu título em Goa. Esta medida permitiu um drástico controle censório sobre boa parte da imprensa colonial de expressão portuguesa até os acontecimentos de 1974.

Os primeiros quatro itens não são características apenas do jornalismo colonial, mas de todo o jornalismo do século XIX. De qualquer modo, isso evidencia um intenso intercâmbio de leitura entre a metrópole e as colônias, ou entre elas mesmas. O fato de o Brasil ter-se tornado independente antes das demais colônias, do mesmo modo que concretizou a república até mesmo antes da metrópole, transforma o país e suas publicações em espécie de modelo e referência: em datas como a de independência do país sul-americano, ou a da proclamação da república, os jornais coloniais costumam registrar tais efemérides, de certo modo, utilizando-as como modelos a serem seguidos pelas próprias colônias.

Para se compreender todo este processo, é fundamental ter-se em mente as condições de produção e de circulação dos jornais, tanto na segunda metade do século XIX quanto nas primeiras décadas do século XX, notadamente até o surgimento do rádio e sua disseminação, ao longo da década de 1920.

Todo o papel vinha da metrópole, em navios que passavam algumas semanas no mar. Imagine-se as condições em que este papel chegava aos continentes africano ou asiático. O papel desembarcado era em parte utilizado pelos jornais, mas conforme as partidas da matéria-prima, poderia variar significativamente: dentro do padrão ideal do jornal tablóide, há diferentes medidas. Além disso, o papel utilizado pelos jornais também pode ser bastante diferente, ora dentro daquela característica a que hodiernamente se chama *papel imprensa*, ora folhas extremamente finas, o que fazia com que as páginas impressas vazassem de um lado para o outro, às vezes até mesmo impedindo a leitura da página impressa. Havia também épocas em que chegava apenas papel colorido, o que dificultava a impressão. Depois de impresso, o responsável pela publicação deveria enviar um exemplar para a Biblioteca Pública Municipal do Porto, que os colecionou ao longo de décadas, o que possibilita as pesquisas hoje em dia desenvolvidas<sup>76</sup>.

De modo geral, os jornais não indicam suas tiragens – há uma exceção quanto a *O Emancipador*, em todas as variantes de seu título – mas devem ser poucos, talvez algumas centenas, apenas, o que se pode deduzir a partir do alto percentual de analfabetismo das colônias, quer pelas notícias de fechamento e/ou falência de jornais por falta de pagamento. Por outro, considerando-se que a *Gazeta do Rio de Janeiro*, nos seus primeiros anos de circulação, não ultrapassou um milhar de assinantes, deve-se concluir que a importância e a eventual influência de uma publicação sobre a opinião pública se dá através de dois processos

---

<sup>76</sup> Nem sempre as condições de guarda dessas coleções são as ideais: alguns zelosos administradores resolveram *racionalizar* a guarda de tais exemplares, reunindo-os segundo suas dimensões físicas, em grandes volumes encapados, em que jornais que nada têm a ver uns com os outros acabam reunidos aleatoriamente. Em outros casos, o papel sofreu enorme deterioração, de modo que, ao se pegar em uma dessas folhas, ela se atomiza entre os dedos. Enfim, em muitos casos, os jornais acabam sendo guardados com dobras em suas páginas, o que provoca o corte do pedaço de papel em que se encontra impressos, parte esta que, muitas vezes, acaba perdida, dificultando e/ou inviabilizando a consulta eventualmente pretendida.

não excludentes<sup>77</sup>: a) leitura pelas elites que reproduzem tais idéias; b) leitura em voz alta, por parte de um leitor alfabetizado, para públicos analfabetos, não obstante, interessados em novidades, sobretudo as político-partidárias, em especial quando em períodos eleitorais, ou sobre escândalos que, invariavelmente, eclodiam naquelas sociedades<sup>78</sup>. Assim, encontramos notícias sobre listas eleitorais ou relatos cotidianos como o anúncio de um cidadão, recém-divorciado, alertando que, a partir daquela data, não responde mais despesas da ex-esposa. Nos espaços do *expediente* dos jornais<sup>79</sup>, encontramos alguns registros que evidenciam as dificuldades para a publicação e a circulação dos periódicos nessas distantes terras: o menino da oficina que, ao atravessar a rua, derruba a página, já composta. Como o jornal deverá ser recomposto, letra a letra, ele circulará com atraso; o jornal que deixa de circular porque os únicos dois tipógrafos saíram para as brincadeiras do carnaval e não voltaram mais para o trabalho; a reclamação do jornal de que, por desavenças político-partidárias, a administração dos correios e/ou da via férrea vem atrasando ou perdendo os exemplares a serem entregues ao leitor que habita o interior da província, etc. Isso tudo, sem se falar das *querelas*, processos movidos pelas autoridades contra os responsáveis pelas publicações: se condenados (e quase sempre o eram), os editores podiam ser multados, presos na própria cidade ou enviados para outros territórios<sup>80</sup>. Trata-se de uma prática comum que se encontra registrada nas páginas do jornal é a transferência do diretor e/ou editor, se ele fosse funcionário público, para um outro território, inviabilizando o jornal.

Há situações de censura direta ou indireta, ainda antes da República, ou depois dela, que chegam a ser ridículas ou cômicas, na observação dos dias de hoje. Por exemplo, o jornal *O Emancipador*, que circulou entre 1919 e 1937, pertencia a um sindicato de trabalhadores. Quando seu editor/diretor foi transferido para outro território, o jornal passou quase um ano circulando com seu título modificado a cada semana: é que a lei, se exigia o editor/diretor com título universitário, permitia que um *número único*, como se dizia então, circulasse sem atender a esta exigência, do que se valiam os responsáveis pela publicação para editarem,

---

<sup>77</sup> José Júlio Gonçalves, em seus inúmeros trabalhos a respeito da *informação* nas antigas colônias, refere constantemente o problema do plurilinguismo; o analfabetismo e a falta de poder aquisitivo por parte dos nativos e habitantes desses territórios, quando analisa as pequenas tiragens e a abrangência reduzida dos periódicos coloniais (Gonçalves, 1964; 1965; 1966; 1966).

<sup>78</sup> As observações originais sobre tais processos são registradas por Marialva Barbosa (2007; 2013), a propósito da imprensa brasileira ao longo do século XIX e podem ser certamente generalizadas para a imprensa das demais colônias de expressão portuguesa, inclusive os nativos desses territórios, que enfrentam o duplo desafio de, às vezes, nem falarem português, muito menos, lê-lo.

<sup>79</sup> O *expediente* é o espaço institucional, quase sempre na primeira das quatro páginas do periódico, em que a redação conversa com seu leitor e explica suas práticas e rotinas.

<sup>80</sup> Os diretores/editores de boa parte dessas folhas, ou eram funcionários públicos – administrativos ou militares que, em boa parte, opunham-se ao sistema monárquico ou, depois da implantação da República, alinhavam-se a partidos de oposição, em nível nacional ou local.



semanalmente, o mesmo jornal, mas sob denominações diversas, como *Emancipado*, *A Voz do Emancipador*, *O Emancipador do Operariado*, *O Emancipador dos Grevistas*, e assim por diante (Rocha, 2000: 125 e seguintes; Hohlfeldt, 2008).

Uma outra história exemplar é a do *Eco do Nyassa*, que circulou entre 1919 e 1923, no território do Niassa, a nordeste de Moçambique, administrado pela Cia. do Niassa, de origem inglesa. Essas *companhias majestáticas*, que recebiam territórios ou serviços como concessão do governo português, que não tinha como ocupar ou atender através de seus funcionários a boa parte dos territórios coloniais, tornavam-se quase que autônomas em relação à administração lusitana, inclusive quanto à aplicação da Justiça, quer por omissão, quer por conivência das autoridades portuguesas. Neste caso, a companhia não gostou do surgimento do jornal, dirigido por Francisco Leite Pereira, que tinha posições críticas sobre a mesma. Assim, o editor jamais alcançou a autorização para a impressão e circulação do jornal, ainda que tenha circulado ao longo de quase quatro anos, como se indicou. O curioso é que, para todos os efeitos, o jornal *não existia*, pois não fora autorizado, mas seu diretor era constantemente processado e condenado e o próprio Judiciário publicava seus editais no periódico... (Hohlfeldt, 2010).

Não se pode esquecer, enfim, a importância que a imprensa teve para o surgimento, a divulgação e a nacionalização das literaturas nacionais, conforme salienta Francisco Noa:

Qualquer tentativa para rastrear o percurso da literatura moçambicana sem passar um olhar circunstanciado pelas páginas da imprensa que a alimentaram, a divulgaram e consagraram é, à partida, cometer uma profunda falsidade histórica (Noa, 1996: 237 apud Macêdo et Maquêa, 2007: 13).

É a mesma perspectiva adotada por Carlos Ervedosa, por exemplo, quando indica o jornal *A Civilização da África Portuguesa*, de 1866, de Luanda, criação de Urbano de Castro e Alfredo Mântua, como o primeiro espaço dedicado à criação literária daquela colônia. O jornal existiu durante apenas 3 anos, resultou em seus diretores serem presos, mas abriu caminho para a literatura: a esta publicação, seguiu-se, em 1878, um primeiro jornal com título em língua nativa, o *Mukuarimi* (1878) que, em português, significa *linguareiro, falador, maldizente...* Outro português, Alfredo Trony, bacharel em Direito por Coimbra, publicou, em folhetins, na imprensa lisboeta, a *nova Nga Muturi*, descoberta só quase um século depois, hoje editada em livro, em Portugal<sup>81</sup>. Em Luanda, ele fundou e dirigiu o *Jornal de Loanda*, que dirigiu até sua morte, em 1904. Gradualmente configurava-se uma consciência nativista, com o aparecimento de jornais como *O Brado africano* (Hohlfeldt, 2010) e o nativo *Muen'exi* (1889). Toda uma primeira geração de escritores, dentre prosadores e poetas, vai-se constituindo através das

<sup>81</sup> Trata-se das Edições 70, de Lisboa.

páginas de publicações periódicas, até se chegar à segunda geração, logo nos albores do século XX e, dali em diante, aos demais nomes referenciais, como o de Luandino Vieira (Macêdo et Chaves, 2007)..

Moçambique, “devido à situação no Índico que envolveu uma antiquíssima ligação à Ásia Ocidental e ao Islão, anterior à presença portuguesa, queda um tanto excêntrico a esta constelação atlântica” (Apa; Barbeitos et Dáskalos, 2003: 17). Não obstante, sua imprensa propiciou também o aparecimento dos primeiros escritores, inclusive João Albasini, por exemplo, mulato editor de *O Brado Africano* que, em 1924, pouco antes de sua morte, publica o livro de poemas *O livro da dor*, único que produziu, mas que abre os caminhos para outros estreados, como o fundador José Craveirinha, que haveria de marcar toda a literatura de seu país, até o nome contemporâneo de Mia Couto (Macêdo et Maquêa, 2007).

Cabo Verde goza de uma situação à parte: sendo uma nação que se constituiu artificialmente, pois no arquipélago não havia habitantes humanos até a chegada dos portugueses, no século XV, recebeu colonizadores brancos e escravos negros. Da mescla, surgiu uma cultura e uma nacionalidade que se expressa no *criolle*. Mais que isso, a riqueza desta literatura oral acabou influenciando forte e positivamente a criação literária escrita, desde a chamada geração de *Claridade* – *Revista de Arte e Letras* (1936). Observe-se que já se está a falar do século XX, antecipado pelo poeta Jorge Barbosa, que editava, um ano antes, a coletânea *Arquipélago* (Santilli, 2007). A revista cumpria a função estratégico-cultural de redescobrimto de uma identidade: talvez, na linha de Benedict Anderson, uma *comunidade imaginada* (1983).

Reafirma-se, pois, aqui, as estreitas relações entre o jornalismo e a literatura, existentes desde, pelo menos, o Romantismo: o jornalismo permite a sobrevivência profissional do escritor e, ao mesmo tempo, divulga sua obra, popularizando-a.

### **Outros médias**

A partir do final do século XIX, a imprensa informativa vai conviver com outros médias que vão surgindo no Velho Continente e acabam por chegar nas colônias. É o caso do telégrafo, mas principalmente do cinema. A partir dos anos 1920, será a vez do rádio.

No caso do telégrafo, este aparelho vai agilizar a recepção das informações oriundas da metrópole: são raros, contudo, os jornais que podem tê-lo em suas redações. Também a maior parte das administrações coloniais não dispõem desta tecnologia, restrita a algumas empresas internacionais que se transformam, então, em fontes informativas dos jornais que, por seu lado, retransmitem as novidades a seus leitores.

No caso do cinema, os jornais ocupam-se fielmente em antecipar os filmes a serem projetados nas salas já existentes nas cidades, em especial nas capitais provinciais, como Luanda ou Lourenço Marques. Na medida em que a imprensa alcança novas conquistas, como o clichê de imagens, os cinemas passam a publicar *reclames* de suas atrações nas páginas dos jornais e,

já nos anos 40, chegamos à edição de revistas especializadas na Sétima Arte. De modo geral, o cinema foi introduzido, enquanto *lanterna mágica*, em Angola, logo nos primeiros anos do século XX (Gonçalves, 1964: 74), graças aos sacerdotes missionários; em Bissau, em 1929 (Gonçalves, 1966: 113), ao mesmo tempo que em Cabo Verde; em Moçambique, enfim, por volta de 1910, bastando que se consultem, para confirmá-lo, os jornais da época, e não apenas em Lourenço Marques, a capital. Tais jornais publicam semanalmente a programação dos cinemas de então, como o Varietá, o Gil Vicente (que era, também, teatro) e o Scala:

Os italianos instalados em Lourenço Marques, Pietro Bufa Buccelato, empreiteiro, e Angelo Brussoni, comerciante, inauguram na Rua Araújo a sala Varietá, em 16 de julho de 1910 (.,..) o rinque de patinagem do Varietá é modificado, com a construção, no primeiro andar, duma sala onde se podem realizar espetáculos cinematográficos. Daí ma transformá-lo num teatro, é um outro passo(...) Em 1913, Manuel Augusto Rodrigues abre o seu novo teatro em Lourenço Marques. Os habitantes portugueses da cidade pedem-lhe para encontrar para a sua sala um nome adequado. Como bom patriota português, escolhe o nome de Gil Vicente (Convents, 2010: 54 e 55).

O Varietá é um cinema-teatro com 1083 lugares, enquanto o Gil Vicente possui 872 poltronas, números mais do que razoáveis para a época.

O rádio teve sua introdução decidida quase que como um caso de manutenção da independência e da autonomia das então colónias de expressão portuguesa. No caso de Moçambique, os habitantes costumavam ouvir as emissoras que emitiam desde o Transvaal (hoje África do Sul), em idioma inglês e sob perspectiva diversa daquela que interessava ao governo lusitano. Assim, em 1933 foi fundado o Grémio dos Radiófilos que daria, posteriormente, origem à Rádio Clube Moçambique. Após a independência, a programação da emissora foi inteiramente reformulada, mas a Rádio Clube continua sendo a principal emissora nacional, emitindo em vários idiomas nativos e buscando cobrir o mais possível o território nacional (Gonçalves, 1965: 110 e seguintes).

Em Angola, terá sido provavelmente a Rádio Clube de Angola (1938) a pioneira (Gonçalves, 1964: 77). Em Cabo Verde, a introdução das emissões radiofônicas se deu mais tarde, em 1945, graças à Rádio Clube de Cabo Verde (Gonçalves, 1966: 187); um ano antes, ocorrera o início das transmissões da Emissora da Guiné (Gonçalves, 1966: 116); já em São Tomé, o rádio começou em 1925, graças à instalação de um cabo submarino, em funcionamento desde 1886, mas só em 1949 surgiu a Rádio Clube São Tomé: fica claro, para o pesquisador, que em boa parte desses territórios, o surgimento do rádio tem a ver com a II Grande Guerra e

referia-se à criação de salvaguardas para a auto-defesa dos territórios por parte das autoridades portuguesas.

É interessante, em todo o caso, verificar-se o quanto o rádio acabou se aproximando e auxiliando à imprensa em sua missão informativa, tornando-se, muitas vezes, sua fonte primeira, ao mesmo tempo em que era divulgado por essa mesma imprensa: houve, inclusive, publicações impressas especializadas, como a *Rádio Clube* (1935) e a *Q.R.V* (1938), etc. (Gonçalves, 1965: 125-126; Hohlfeldt, 2013). O que, nestes estudos, diz respeito a Moçambique, pode ser generalizado para as demais antigas colónias, com o destaque para o papel estratégico que o rádio representou, ao longo das guerras de independência, nos anos 1970, para todos aqueles grupos revolucionários que atuavam, quer em Cabo Verde e Guiné Bissau, quer em Angola ou em Moçambique.

A televisão, por seu lado, começou em décadas recentes: de modo geral, este processo se deu apenas após a independência das antigas colónias, eis que a legislação portuguesa garantia à RTP – Rádio Televisão de Portugal o monopólio de transmissões para todo o país e suas colónias (consideradas territórios ultramarinos do país, pela legislação salazarista). Em Moçambique, a televisão surgiu enquanto Televisão Experimental de Moçambique (1981), que hoje emite nacionalmente através de satélite; em Angola, a partir de 1975: os estudos para a instalação da emissora, contudo, vinham desde 1973: após a independência, trocou-se a expressão *portuguesa* por *popular*, como melhor convinha ao novo status da nação; em Cabo Verde, passou a funcionar apenas em 1984; a de Guiné Bissau, em 1988, e assim por diante. Boa parte dessas emissoras, como é o caso de Angola, já vem buscando a digitalização, inclusive com o auxílio tecnológico, dentre outros, do Brasil.

A presença da RTP África, que é um canal específico da Rádio Televisão de Portugal para o continente africano, emite desde Lisboa mas mantém equipas nos territórios do continente negro: volta e meia, contudo, suas equipas enfrentam episódios de censura, suspensão de atividades ou até mesmo pura e simples proibição, como vem ocorrendo com a emissora em Guiné Bissau, depois de um recente golpe de estado.

A difusão da imprensa pelas colónias de expressão portuguesa não impediu que o antigo império fosse gradualmente dizimado, desde os acontecimentos de 1891 a 1894, em que Portugal não conseguiu concretizar o almejado *mapa cor de rosa*, unificando suas colónias de costa a costa, através da aproximação entre Angola e Moçambique. Mas certamente foi e tem sido a imprensa, mais que qualquer outro média, que garantiu certa unidade linguística a essas antigas colónias, não na mesma proporção e nem com a mesma eficiência que ocorreu com o Brasil, certamente, mas com um resultado bastante significativo e alentador, se considerarmos que o português é o idioma oficial de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, Timor e tantos outros territórios de antigas colónias. Bem ou mal, e bem depois da queda do sistema colonialista que a ditadura salazarista tentou manter em vão, a comunidade

lusófona é a quinta maior comunidade do mundo, com mais de 250 milhões de falantes, sendo idioma oficial de nove nações, o que constitui hoje em dia a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

### **Bibliografia**

- ANDERSON, Benedict (1989): *Comunidades imaginadas*, São Paulo, Cia., das Letras.
- APA, Livia, BARBEITOS, Arlindo e DÁSKALOS, Maria Alexandre (2003): *Poesia africana de língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Lacerda.
- BARBOSA, Marialva (2007): *História cultural da imprensa brasileira – 1800 – 1900*, Rio de Janeiro, Mauad.
- BARBOSA, Marialva (2013): *História da comunicação no Brasil*, Petrópolis, Vozes.
- BARRETO, Luís Filipe (1983): *Descobrimientos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BRANDÃO, Fernando de Castro (1995): *História da expansão portuguesa (1367-1580) – Uma cronologia*, Odivelas, Heuris.
- BRITO, Bernardo Gomes (1735-1736): *História trágico-marítima*, Rio de Janeiro, Lacerda Editores-Contraponto.
- CARRIÈRE, Jean-Claude (2007): *Os fantasmas de Goya*, São Paulo, Cia. das Letras.
- CASA DO INFANTE (1988): *A rota do Cabo. Descobrimientos e colonização africana*, Porto, Câmara Municipal da Cidade do Porto.
- CONVENTS, Guido (2011): *Os moçambicanos perante o cinema e o audiovisual. Uma história político-cultural do Moçambique colonial até a República de Moçambique – 1896-2010*, Maputo, Afrika Film Festival.
- CUNHA, António Maria da (1923): *A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa*, Nova Goa, Imprensa Nacional.
- EVERDOSA, Carlos (1979): *Roteiro da literatura angolana*, Lisboa, Edições 70.
- GONÇALVES, José Júlio (1964): *A informação em Angola - Alguns subsídios para o seu estudos*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- GONÇALVES, José Júlio (1965): *A informação em Moçambique. Contribuição para o seu estudo*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- GONÇALVES, José Júlio (1966): *A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- GONÇALVES, José Júlio (1966): *A informação nas Províncias do Oriente. Elementos para o seu estudo*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- GRACIAS, José António Ismael (1880): *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII. Apontamentos histórico-bibliográficos*, Nova Goa, Imprensa Nacional.
- GUIRADO, Maria Cecília (2001): *Relatos do descobrimento do Brasil*, Lisboa, Piaget.

- HOHLFELDT, Antonio; OLIVEIRA, Samir Rosa de (2007): "Bicentenário da imprensa brasileira: Reavaliação de Hipólito José da Costa, diretor e editor do Correio Braziliense", Aracaju, Universidade Federal de Sergipe - Comunicação apresentada ao 5º Encontro Anual da SBPJor.
- HOHLFELDT, Antonio (2008): "Correio Braziliense e Gazeta do Rio de Janeiro: Comparações e influências". *Estudos em Jornalismo e mídia*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Volume 5, nº 2: 11-26.
- HOHLFELDT, Antonio (2008): "Imprensa colonial de expressão portuguesa: Primeira aproximação", Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/Intercom.
- HOHLFELDT, Antonio (2008): "Comunicação e cidadania: O caso exemplar de O Emancipador, de Moçambique". *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, ESPM, vol. 14, nº 5: 13-32.
- HOHLFELDT, Antonio (2009): "Imprensa das colônias de expressão portuguesa: primeira aproximação". *Comunicação & Sociedade*, São Paulo, Universidade Metodista de São Paulo, n. 51: 135-154.
- HOHLFELDT, Antonio e CARVALHO, Caroline Corso de (2010): "Eco do Nyassa: Exemplar história de um jornal de resistência em Moçambique". XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul.
- HOHLFELDT, Antonio e GRABAUSKA, Fernanda (2010): "Pioneiros da imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão". *Brazilian Journal Research, Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo*, Vol. 6, nº 1: 195-214.
- HOHLFELDT, Antonio (2013): "Rádio e imprensa: Como as duas mídias se encontraram e se fortaleceram em Moçambique". Conferência Internacional Império Português, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- JÚDICE, Nuno (sem data): *A viagem na literatura portuguesa* (Instituto Português do Livro e da Leitura).
- LARANJEIRA, Álvaro Nunes (2011): "Arquebiografia do pioneiro da imprensa no Brasil: Nas pegadas de Frei Tibúrcio". *Revista FAMECOS- Mídia, Cultura e Tecnologia*, Porto Alegre, Famecos-PUCRS, V. 18, nº 3: 765-781.
- LOBO, Júlio de Castro (1964): *Jornalismo de Angola - Subsídios para a sua história*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola.
- LOPES, António dos Mártires (1971): *Imprensa de Goa*, Lisboa, Comissariado do Governo para os Assuntos do estado da Índia.
- LOUREIRO, Rui Manuel (1996): "Religiosos ibéricos em demanda das Índias". In: VENTURA, Maria da Graça M. (Org.) *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*, Lisboa, Colibri.
- MACÊDO, Tania e MAQUÊA, Vera (2007): *Literaturas de língua portuguesa. Marcos e marcas*, Angola, São Paulo, Arte & Ciência.
- MÚRIAS, Manuel (1940): *História breve da colonização portuguesa*, Lisboa, Ática.

- NOA, Francisco (1996): Da literatura e da imprensa em Moçambique. In: RIBEIRO, F. e SOPA, A. (Orgs.) *140 anos de imprensa em Moçambique: Estudos e relatos*, Maputo, AMOLP.
- PIMENTEL, Maria do Rosário (1996): Aspectos do relacionamento intercultural no expansionismo português. In: VENTURA, Maria da Graça M. (Org.) *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*, Lisboa, Colibri.
- QUINTERO, Alejandro Pizarroso (1994): *História da imprensa*, Lisboa, Planeta.
- RANGEL, Jaime (1957): *A imprensa em Goa*, Bastorá, Tipografia Rangel.
- RIZZINI, Carlos (1988): *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil – 1500-1822*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- ROCHA, Ilídio (2000): *A imprensa de Moçambique – História e catálogo – 1854-1975*, Lisboa, Livros do Brasil.
- RODRÍGUEZ, Alberto Pena (1994): História do jornalismo português. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso, *História da imprensa*, Lisboa, Planeta.
- SANTILLI, Maria Aparecida (2007): *Literaturas de língua portuguesa. Marcos e marcas*, Cabo Verde, São Paulo, Arte & Ciência.
- SARAIVA, António José e LOPES, Óscar (1975): *História da literatura portuguesa*, Porto, Porto Editora – Livraria Arnado – Emp. Lit. Fluminense.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1966): *A história da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SOUSA, Jorge Pedro (2007): *A génese do jornalismo lusófono*, Porto, Universidade Fernando Pessoa.
- SOUSA, Jorge Pedro (2013): *Jornalismo em Portugal no alvorecer da modernidade*, Lisboa, Media XXI.
- SOUSA, Jorge Pedro; LIMA, Helena; HOHLFELDT, Antonio e BARBOSA, Marialva (Orgs.) (2014): *A history of the press in the portuguese-speaking countries*, Porto, Media XXI.
- SOUZA, Juliana Pereira de (2010): Mídia. In: MELO, José Marques et alii, *Enciclopédia INTERCOM de comunicação*, São Paulo, INTERCOM.
- TENGARRINHA, José (2013): *Nova história da imprensa portuguesa das origens a 1865*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- TRIGO, Salvato (1981): *Luandino Vieira, o logoteca*, Porto, Brasília.
- TRIGO, Salvato (1977): *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa*, Porto, Brasília.
- VENTURA, Maria da Graça M. (Org.) (1996): *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*, Lisboa, Colibri.
- VIANNA, Hélio (1945): *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

WAGNER, Klaus (1996): Descubrimientos e imprensa. In: VENTURA, Maria da Graça M. (Org.) *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*, Lisboa, Colibri.



---

**Carla Baptista e Cláudia Henriques**

**O caso do Bispo do Porto na imprensa portuguesa (1958-1974): um episódio de resistência dos jornalistas durante o Marcelismo**

---

**O caso do Bispo do Porto na imprensa portuguesa (1958-1974): um episódio de resistência dos jornalistas durante o Marcelismo**

**The Oporto Bishop case in the Portuguese press (1958-1974): a resistance episode from journalists during Marcelo Caetano rule**

Carla Baptista (FCSH – Universidade Nova de Lisboa / CIC.Digital)  
[carlamariabaptista@gmail.com](mailto:carlamariabaptista@gmail.com)

Cláudia Henriques (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias / CIC.Digital)  
[claudia.henriques@sapo.pt](mailto:claudia.henriques@sapo.pt)

**Resumo**

Este artigo analisa a cobertura jornalística do regresso do exílio de D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto entre 1952 e 1982. A divulgação pública de uma carta a que D. António chamou um “pró-memória”, destinada a preparar uma audiência apazada com o presidente do Conselho, abriu um conflito com Salazar e ditou o seu afastamento compulsivo do país, em 1959. O Bispo, que nunca renunciou à governação da diocese nem foi afastado pela Santa Sé, retomou as suas funções em 1969, durante o mandato de Marcelo Caetano. O regresso colocou fim ao silêncio que durante dez anos rodeou a sua figura e acrescentou à natureza política e religiosa do processo uma dimensão jornalística singular. A partir da análise de documentação depositada nos arquivos Salazar, PIDE/DGS, Marcelo Caetano e Direcção Geral dos Serviços de Censura, procuramos articular as dinâmicas de cobertura jornalística das diferentes fases do “caso Bispo do Porto”, focando especialmente o noticiário produzido em 1969, com as transformações ocorridas no campo do jornalismo.

**Palavras-chave:** Igreja Católica; Estado Novo; Bispo do Porto; Jornalismo; Censura.

## **Abstract**

This article analyses the press coverage about the return from exile of D. António Ferreira Gomes, bishop of Oporto between 1952 and 1982. The unauthorized wide spreading of a private letter of D. António to Salazar, aimed to prepare a future audience, opened a conflict with the regime and determinates the expulsion from the country in 1959. The bishop returned from exile in 1969, under the new rule of Marcelo Caetano and as a result of some political openness. The intense press coverage ended the ten years silence around this case, adding a journalistic dimension to an event that is mostly studied under the frame of the history of religion. Through the analysis of documentation kept in the archives of PIDE (former political police) and the General Directorate of Censorship, we will articulate the dynamics and trends of the different press coverage phases with the transformations taking place in the journalistic field during the transitional period of Marcelismo.

**Keywords:** Catholic Church; New State; Oporto's Bishop; Journalism; Censorship.

## **Exílio e regresso do Bispo do Porto: dez anos de história**

O caso do Bispo do Porto é um dos episódios mais marcantes das relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo, no período correspondente à última década de governação salazarista. Embora esteja bem documentado por investigações anteriores (Cruz, 1998; Matos, 1999; Barreto, 2003; Revez, 2009; Simpson, 2014), a sua natureza complexa e abrangente, envolvendo as vertentes religiosa, diplomática e política, tem permitido, a cada nova indagação, a revelação de aspectos inéditos. Apesar de a imprensa ser, nos trabalhos citados, uma fonte de informação importante, nenhum dos investigadores anteriores a elegeu como objecto principal da pesquisa. É isso que nos propomos fazer neste artigo, numa perspectiva comparativa (entre os diversos jornais) e transdisciplinar (cruzando a história do jornalismo com a história social e política do país).

A análise de peças jornalísticas oriundas de uma multiplicidade de fontes, desde jornais regionais, nacionais, clandestinos e estrangeiros, bem como de materiais depositados nos arquivos, relativos a matérias que nunca foram publicadas, ou sofreram mutilações graves devido à acção da Censura, acrescenta enorme riqueza ao olhar sobre este caso. A investigação já realizada reforça a centralidade deste longo processo para o entendimento das relações entre imprensa e poder durante a fase final do salazarismo e o início do marcelismo. Iremos concentrar a análise no "epílogo", situado entre 1969 (regresso do exílio) e 1974 (fim da ditadura do Estado Novo).

O percurso de D. António Ferreira Gomes entre 1958 e o 25 de Abril acompanha as mudanças mais significativas que ocorreram nas relações entre o poder e a imprensa, na transição do

salazarismo para o marcelismo. No final da década de 60 do século XX, os jornalistas portugueses estavam mais politizados, eram maioritariamente hostis ao regime, praticavam menos a autocensura e procuravam explorar todas as histórias potencialmente incómodas para o governo. O regresso de um bispo exilado por ter desafiado Salazar era uma dessas histórias. A análise comparada dos materiais de imprensa publicados em 1958 e em 1969 demonstra como o alinhamento ou o controle editorial dos jornais existente no primeiro período já não existia em 1969. Em Julho de 1959, a saída para o exílio, a pretexto de uma viagem “em gozo de férias” que o próprio supunha ser temporária e que veio a durar dez anos, foi totalmente silenciada pela acção da censura. O quadro hegemónico que permitiu “apagar” do espaço público, sem explicações oficiais, o bispo que presidia à diocese mais importante do país, em termos do número de católicos praticantes, já não se verifica em 1969.

Entre Setembro de 1958 e Outubro de 1959, ocorreu, nas palavras de Luís Salgado Matos (1999), uma “campanha de imprensa” usada como instrumento político contra D. António Ferreira Gomes. Em 1969, verificou-se o oposto: uma campanha de imprensa contra o regime e, mais particularmente, contra a censura à imprensa. Na primeira fase, foram mobilizados os jornais oficiais, designadamente o *Diário da Manhã*, órgão oficial da União Nacional e *A Voz*, diário monárquico e católico. A posição do diário *Novidades*, propriedade da União Gráfica e jornal oficioso do Episcopado, revestiu-se de alguma ambiguidade. Numa disputa que Salazar radicalizou, multiplicando as iniciativas diplomáticas junto da Santa Sé no sentido de forçar a saída do Bispo e resistindo a todas as tentativas de conciliação que emanaram da hierarquia religiosa, o Patriarcado ficou dividido: entre a lealdade e a proximidade ideológica com o regime e o imperativo de salvaguardar a autonomia da igreja em matéria tão sensível como o afastamento de um prelado.

O jornal *Novidades*, dirigido pelo padre Avelino Gonçalves mas sob influência directa do Cardeal Patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, comportou-se, neste caso como nos restantes episódios de maior tensão que emergiram entre a Igreja e o Estado Novo (designadamente, as críticas de sectores católicos relacionadas com presos políticos, guerra colonial e direitos políticos), da forma habitual: registando e silenciando. Embora não tenha sido eco da indignação que a decisão de exilar D. António Ferreira Gomes provocou em muitos dos seus apoiantes, em 1969 o *Novidades* é amistoso com o bispo e fornece detalhes informativos preciosos para entendermos o contexto diplomático complexo em que ocorre a retoma integral de funções na diocese do Porto (uma operação que obrigou a afastar D. Florentino de Andrade Silva, Bispo Auxiliar do Porto desde 1954, nomeado Administrador Apostólico entre 1959 e 1969).

No seu livro de memórias<sup>82</sup>, o padre Luís de Azevedo Mafra, antigo assistente de movimentos de Acção Católica no tempo do Cardeal Cerejeira, sintetiza a atitude dominante da Igreja: "O *Novidades* poderia satisfazer o 'establishment' católico; não satisfazia, porém, os que queriam mais objectividade, independência e renovação. No aspecto político, seguia a linha conformista, senão apoiante do regime, da Igreja portuguesa. Era o que muitos católicos, inclusivamente padres, por esse país fora apreciavam."<sup>83</sup>

Este caso é exemplar do pragmatismo que Salazar imprimiu às relações do Estado com a Igreja Católica (Cruz, 1998; Simpson, 2014). O Vaticano estava consciente desta posição, como atesta a "informação confidencial" de Ramiro Valadão, deputado da União Nacional, para o presidente da comissão executiva do partido único, João Pinto da Costa Leite, em 28 de Fevereiro de 1958, transmitida dias depois a Salazar. Valadão actua como informador e dá conta de uma conversa privada mantida com um muito céptico Monsenhor Luigi Gentile, auditor da Nunciatura em Lisboa: "Monsenhor pensa sobre Salazar que raramente o católico influenciou o estadista – foram 30 anos de opressão antes de 1926, seguidos de 30 anos de omissão."<sup>84</sup> A catolização formalmente consagrada em 1940 com a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário entre Portugal e a Santa Sé foi gradual e cautelosa. A estratégia de Salazar visava tanto a eliminação dos obstáculos políticos herdados da I República (o sentimento laico e anticlerical) como a preservação do poder do Estado contra quaisquer influências, designadamente a religiosa. Uma das pedras de toque da sua governação, que está na base do conflito com o Bispo do Porto, foi impedir a politização da Igreja e garantir que a militância religiosa permanecia estritamente espiritual.

O sucesso desta estratégia dependia da neutralização do conflito institucional ou, pelo menos, da sua invisibilidade na esfera pública. O controlo da imprensa, bem como de outros espaços de debate e reflexão susceptíveis de gerar visões diferentes, revelou-se um instrumento fundamental da política de informação do Estado Novo. Nem sempre foi possível garantir a total opacidade dos assuntos, mas os mecanismos discursivos de que Salazar dispunha para afastar os adversários (não falamos aqui da violência exercida pela polícia política) sempre foram eficazes. Um deles era, precisamente, a mobilização dos jornais oficiais (*Diário da Manhã*) e oficiosos (*Diário de Notícias*), bem como da *Emissora Nacional* e da *RTP*, seja pela campanha panfletária, seja pelo silenciamento, contra as vozes discordantes.

Em 1969, o inesperado aconteceu: aquilo que Salazar mais temia, e Marcelo Caetano prolongou como princípio – o escândalo público –, aconteceu. A mediatização em torno do retorno do Bispo tornou impossível o apagado retomar de funções desejado pelo chefe de

---

<sup>82</sup> MAFRA, Luís de Azevedo (1997): Lisboa no tempo do Cardeal Cerejeira: um testemunho, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa.

<sup>83</sup> Citado pelo jornalista António Marujo em artigo do jornal Público, disponível em <https://www.publico.pt/sociedade/jornal/catolicos-sustentaram-o-estado-novo-132493>.

<sup>84</sup> AOS, PC-51-1, Caixa 564, Pasta 1.

governo. Embora Marcelo Caetano tenha cedido às pressões de católicos influentes e próximos do regime, permitindo a vinda do prelado, como aliás de outros exilados (entre eles, Mário Soares, Maria Lamas, António H. de Oliveira Marques, António José Saraiva), a correspondência depositada no seu arquivo pessoal demonstra como esperava que D. António fosse discretamente para Fátima, aguardando serenamente, e longe do Porto, as diligências da Santa Sé, uma vez que o acordo do Governo com a Santa Sé, a atestar a destituição de D. Florentino, aguardava formalização: “V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> Revm.<sup>a</sup> pode vir para Fátima, como deseja, quando quiser. Peço-lhe porém que não se dirija ao Porto enquanto a Santa Sé não resolver a situação do Administrador Apostólico.”<sup>85</sup>

D. António entrou em Portugal a 18 de Junho de 1969, atravessando a fronteira do Caia, vindo de Salamanca, onde passara os últimos dias (alojado em instalações católicas na aldeia de Alba de Tormes) aguardando o levantamento da interdição de entrada. Dirigiu-se efectivamente para Fátima, com hospedagem prevista na Casa das Dominicanas. Mas “aterrou” em cheio em pleno retiro espiritual do Episcopado português, um encontro que reunia o Cardeal Patriarca de Lisboa, arcebispos, bispos residenciais e bispos auxiliares, cuja data não ignorava, embora não tenha sido possível apurar se premeditou a vinda para nele poder participar. Em Fátima é aguardado por vários jornalistas, entre os quais Mário Ventura Henriques, do *Diário Popular*, e Luís Rosa Duarte, de *O Século*, sendo entrevistado e fotografado. No dia 20 de Junho os jornais noticiam o regresso do bispo na primeira página. As notícias geram uma onda mediática, com praticamente todos os jornais generalistas, em particular os sedeados no Porto (sobretudo *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro*) a acompanharem de forma emotiva o reencontro com a família, amigos e paroquianos na aldeia natal de Milhundos, perto de Penafiel. O frenesim em torno do bispo é contínuo. Podemos dizer que esteve sempre sob dois holofotes até 1974: o da PiIDE, que continuava a segui-lo, a espiar-lhe a correspondência e a produzir relatórios semanais sobre a sua rotina; e o dos jornalistas, que acompanhavam as suas actividades (homilias, palestras, reuniões), na esperança de novas declarações bombásticas.

A análise dos arquivos da Censura relativos ao bispo do Porto não deixa dúvidas sobre o zelo com que as tentativas de contar a sua história anteriores a 1969 foram manietada pelos censores. Este quadro permite lançar a seguinte interpelação: se, na sua essência, os termos da relação entre regime e imprensa não se tinham alterado, quais são os factores que ajudam a explicar a inédita mobilização dos jornais, que representou um desafio à Censura?

### **Um caso nascido e criado pela imprensa**

---

<sup>85</sup> AMC, Caixa 29, Correspondência/ Igrejas/ D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, n.º 5 [Carta de Marcelo Caetano a D. António Ferreira, datada de 12/06/1969]

O “pró-memória” de 13 de Julho de 1958, que D. António faz divulgar antes da audiência com Salazar, enviando cópias para os padres diocesanos, ocorre num momento traumático para o Estado Novo: o pós “terramoto delgadista” (Rosas, 2012: 236), para usar uma expressão de Fernando Rosas que caracteriza o susto que o regime apanhou com as eleições presidenciais de 1958, disputadas entre o candidato oficial, almirante Américo Tomás, e o candidato da oposição, general Humberto Delgado. Além deste *timing* sensível, a longa missiva continha matéria explosiva já que o Bispo interpela Salazar acerca da possibilidade de um futuro movimento (não chega a dizer partido) político católico:

Tem o Estado qualquer objecção a que a Igreja autorize, aconselhe e estimule os católicos a que façam a sua formação cívico-política, de forma a tomarem plena consciência dos problemas da comunidade portuguesa, na concreta conjuntura presente, e estarem aptos a assumir as responsabilidades que lhes podem e devem caber, como cidadãos católicos?;

Tem o Estado qualquer objecção a que os católicos, se assim o entenderem e quando entenderem, iniciem o mínimo de organização e acção políticas, a fim de estarem aptos, nas próximas eleições legislativas ou quando julgarem oportuno, a concorrer ao sufrágio, com programa definido e com os candidatos que preferirem?<sup>86</sup>

A opinião pessoal de D. António sobre o regime (não era um simpatizante, é duvidoso que tenha chegado a ser um opositor) não motivou o seu afastamento. O que Salazar temia e não podia tolerar era o risco que ele representava de alavancar um movimento político católico de oposição, algo que já existira no passado – através do Centro Católico Português, onde Salazar chegou a ser eleito deputado, por Guimarães, em 1921, embora tenha sido um “deputado absentista” (Barreto, 2013) –, e era uma vontade latente em muitos dos leigos membros da sucessora Acção Católica Portuguesa. Não tendo nunca chegado a responder formalmente às perguntas do Bispo do Porto, Salazar espalhou de forma determinante a sua mensagem pelas autoridades eclesiais portuguesas e romanas: o Estado Novo estruturava-se pela Constituição de 1933, como estado corporativo, com um único partido político.

A proliferação de cópias do “pró-memória” por todo o país, bem como o uso de alguns excertos em meios de comunicação clandestinos (*Avante*, *Rádio Portugal Livre*, *Rádio Voz da Liberdade*) e jornais ligados à oposição no exílio, como o *Portugal Democrático* (Brasil), o *Diário de Notícias* de New Bedford (Estados Unidos) ou a meios católicos progressistas (*Informations Catholiques Internationales*, *Catholic Herald*, *Catholic Times*), são a prova de

---

<sup>86</sup> GOMES, António Ferreira: Pró-Memória (Carta a Salazar), Porto, Fundação Spes, p. 15. Disponível em: <http://www.fspes.pt/PaginadaNet/CartaaSalazar.pdf>

que tanto os movimentos oposicionistas como Salazar avaliaram o potencial de risco representado pelo Bispo do Porto. A oposição pretendeu instrumentalizá-lo, utilizando frases de homilias em material de propaganda (Imagem 1) e colando-lhe uma imagem de militante que dificilmente encaixava no perfil progressista, mas conservador, de D. António Ferreira Gomes. Salazar decidiu eliminá-lo e, tendo demorado vários meses e empregado múltiplas diligências diplomáticas nesse sentido, acabou por consegui-lo no dia 24 de Julho de 1959, quando o Bispo sai do país, por "sugestão" do enviado do Vaticano, para só regressar volvidos dez anos.

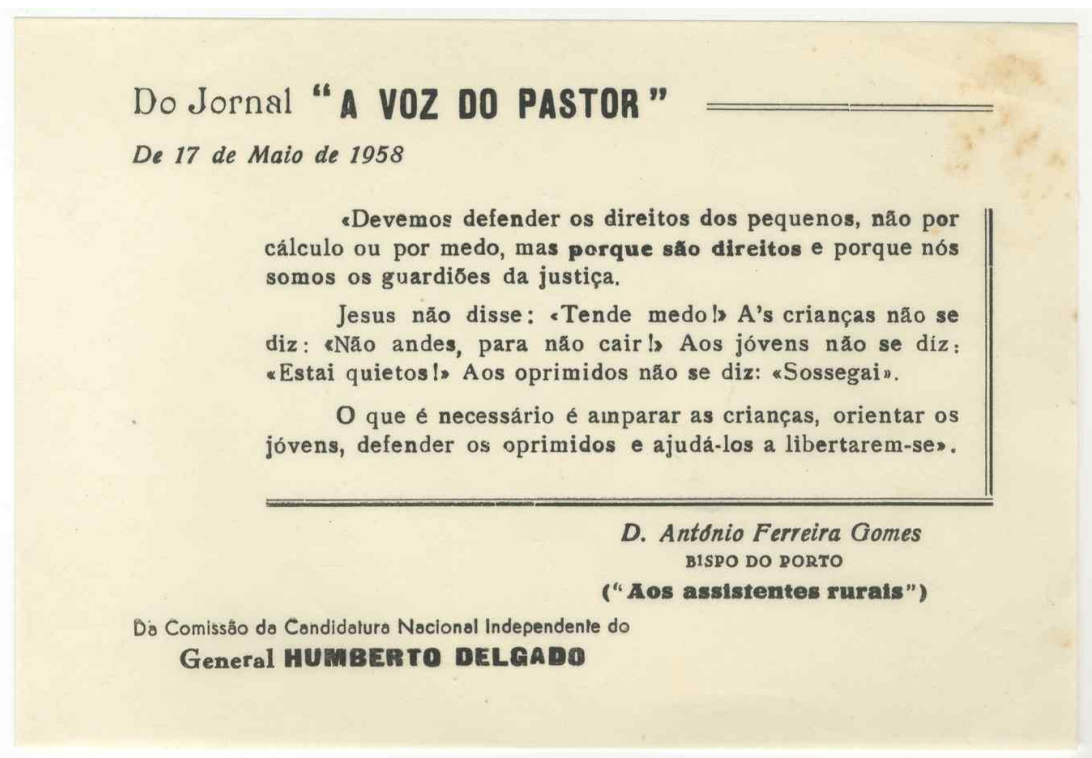


Imagem 1 - Folheto de propaganda da candidatura de Humberto Delgado, com excerto de uma homilia do Bispo do Porto. Fonte: Fundação Mário Soares (<http://casacomum.org>)

O regresso do bispo do Porto começa a ser noticiado por alguns jornais estrangeiros a partir de 1968, como o *Le Monde* e o *Observer*, sinal de que rumores nesse sentido circulavam no meio jornalístico e foram reforçados com a publicação, pelas agências noticiosas, da notícia sobre a audiência em Roma com o Papa Paulo VI, no dia 20 de Fevereiro de 1969. A informação foi censurada em Portugal mas, para os jornalistas mais atentos, ficou claro que algo se começara a mover. Raul Rego, na altura redactor do *Diário de Lisboa*, foi um dos que mais se envolveu (e também mais sofreu) com a história do Bispo. Tendo visitado D. António em Alba de Tormes no dia 1 de Maio de 1969, acompanhado pela mulher e por Mário Soares e a filha, escreveu

três artigos sobre essa viagem, talvez para tentar dispersar a atenção da censura: dois eram sobre a história e a beleza paisagística da região de Alma de Tormes e foram publicados. O terceiro, posto em prova de página no dia 10 de Maio de 1969 e intitulado “O caso do senhor bispo do Porto”, foi cortado.<sup>87</sup> Raul Rego reflecte sobre este episódio no seu *Diário Politico* (1974: 33):

No dia 20 [de Maio], no “Diário de Lisboa”, saiu o retrato de D. António Ferreira Gomes na primeira página, e a notícia do seu regresso, e o resumo do seu caso. Duas colunas de prosa. Somente tal notícia foi cortada pela censura, após a saída do jornal... na última edição, já nem o retrato nem muitos pormenores da informação eram autorizados. Mas o facto é que a notícia, o retrato, foram uma bomba que rebentara as costuras à prisão censória. E tanto foi assim que jornais do Porto, “Diário Popular”, “O Século” e outros, saíram no dia 21 e seguintes com fotografias e reportagens (...). A notícia estalara e não havia como trancá-la.

### **Um caso contado pelos arquivos e pelos jornais**

Este artigo, parte de uma investigação mais vasta que se situa no campo dos media, analisa a produção jornalística sobre o “caso Bispo do Porto”, cruzando-a com documentação de arquivo, designadamente os fundos documentais Arquivo Oliveira Salazar (AOS), Arquivo Marcelo Caetano (AMC), Arquivo PIDE/DGS e Arquivo do Secretariado Nacional da Informação (SNI).

Os arquivos pessoais de Salazar e Caetano são fundamentais para a contextualização e apuramento cronológico dos acontecimentos e, não menos importante, para entender a mundividência dos dois chefes de Governo sobre o caso. A afronta pública do Bispo do Porto foi central o suficiente para que Salazar organizasse um vasto processo documental, intitulado “Atitude de D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, nas eleições presidenciais e no período post-eleitoral”. Também Marcelo Caetano conservou correspondência trocada com o Bispo e com sacerdotes da diocese do Porto defensores do seu regresso a Portugal, que nos permite perceber os bastidores do regresso de D. António Ferreira Gomes e as expectativas que a subida ao poder de Caetano suscitara no sentido de uma abertura política, de que a vinda do Bispo do Porto seria um indício importante.

As vicissitudes da história custodial da documentação nem sempre são benéficas para a investigação. Isso revelou-se particularmente notório aquando da pesquisa de documentação no Arquivo do SNI relativamente à censura de que foram alvo os jornais portugueses ao tratarem deste caso. São poucas as provas de jornais submetidos à censura prévia, da responsabilidade da Direcção Geral dos Serviços de Censura, depositadas no Arquivo Nacional

---

<sup>87</sup> PIDE, CI (1), Processo 3953.



da Torre do Tombo. À dispersão e fragmentação destes conjuntos documentais, essenciais ao esclarecimento das relações entre o poder e o campo jornalístico no Estado Novo, junta-se a quase ausência de circulares, normativas ou correspondência relativas aos procedimentos utilizados por este organismo na censura à imprensa, em geral, e muito particularmente no que foi instruído para o caso do Bispo do Porto.

Pela sua abrangência temporal (1958-1974) e pelo que contam, mas também pelos obstáculos com que a investigação em torno da insuficiência dos acervos da Direcção dos Serviços Censura se deparou, voltámos o nosso olhar para os processos elaborados pela polícia política do regime sobre D. António. No total são quatro processos, dois pertencentes aos Serviços Centras da PIDE/DGS, um emanado da Delegação de Coimbra e outro proveniente da Delegação do Porto. Estes processos, intactos no seu conteúdo, contextualizadores, rigorosos no escrutínio de todos os passos dados pelo Bispo e de quem o defendia ou lhe era próximo – só possível pela teia de informadores existente e pelo recurso sistemático à devassa da correspondência privada –, ofereciam-nos uma vantagem adicional. Neles consta uma exaustiva colecção de recortes de imprensa nacional, estrangeira e clandestina. Neste cuidado arquivo noticioso da PIDE está a visão do caso por parte de quem tem na posse todos os dados e, por defeito, a informação desconhecida do comum dos cidadãos, que teria inevitavelmente uma visão truncada, parcial e controlada da “história”.

A partir dos recortes de imprensa incluídos nos quatro processos do Bispo na PIDE, bem como dos artigos jornalísticos referenciados em correspondência, fizemos um levantamento da imprensa que abordou o “caso” entre 1958-1974, complementado com a consulta de fontes hemerográficas. Ensaámos uma primeira abordagem, de natureza quantitativa, às 252 peças jornalísticas que recenseámos, que permitisse apurar: o número de artigos publicados, comparando a imprensa portuguesa com a estrangeira, a distribuição das peças jornalísticas por país de publicação, as cidades portuguesas de implantação da imprensa mais activas na cobertura noticiosa, e quais os títulos de imprensa que mais publicaram sobre o caso do Bispo do Porto. Apresentamos alguns resultados em seguida.

### **Tendências da cobertura noticiosa**

O “caso Bispo do Porto” começa a ser noticiado em Setembro de 1958, na sequência da publicitação do “pró-memória” pela imprensa brasileira (*O Estado de São Paulo*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil*). Em Portugal, é *A Voz*, diário católico e monárquico muito conservador que, numa ofensiva contra o Bispo e a sua carta, inaugura a mediatização do caso. O primeiro pico mediático ocorre em 1959 (44 peças noticiosas), com o exílio anunciado de D. António Ferreira Gomes, efectivado em Julho. Este fôlego noticioso é repartido pela imprensa nacional e estrangeira, mas com a saída do prelado a informação dada pelos jornais portugueses é residual e incompleta. O curso do caso é interrompido na imprensa, sem que as

palavras “ausência”, “saída” ou “exílio” jamais sejam pronunciadas, à excepção do que é veiculado pela imprensa clandestina. Em 1960 a imprensa estrangeira mantém-se atenta e segue os passos de D. António fora de Portugal, mas em 1961, e até 1967, este é um assunto invisível, tanto do ponto de vista nacional como internacional.

Depois de um longo silêncio, em 1967 é feita uma referência ao Bispo no *Diário da Manhã*, dando conta da presença de D. António Ferreira Gomes na sagração do Bispo de Nampula em Roma. Mas são os jornais internacionais que, a partir de 1968, reintroduzem o caso na paisagem mediática, especulando sobre o regresso do bispo a Portugal, no contexto da ascensão ao poder de Caetano. É o caso do *Observer*, com o elucidativo título “Exile bishop may return to Portugal”, de dois jornais das comunidades portuguesas no estrangeiro (o *Luso Canadiano*, em Montreal, e o *Portugal Democrático*, em São Paulo) e, já em 1969, do *Le Monde*, que fazem sucessivos anúncios do retorno do Bispo do exílio.

A imprensa portuguesa, contrariamente aos jornais estrangeiros, não dá quaisquer ecos do fim do exílio de D. António. O caso só ressurge nas páginas dos jornais portugueses no momento em que é consumado o regresso do Bispo do Porto a Portugal, com *A Capital* a tomar a dianteira no dia 19 de Maio, seguida pela maioria dos jornais diários no dia 20 (*Diário de Lisboa*, *Diário Popular*, *O Comércio do Porto*, *Jornal de Notícias*, *O Século*, *Novidades*). A palavra “regresso” surge agora nas primeiras páginas dos jornais portugueses, sem que alguma vez a saída imposta do bispo tenha sido divulgada. Não admira que a maior parte dos artigos (70) se situe no ano de 1969 (o regresso). O volume noticioso sofre, depois de 1969, um decréscimo progressivo, atingindo valores ínfimos em 1971. No entanto, D. António Ferreira Gomes é uma personalidade que não sai da agenda mediática uma vez regressado a Portugal. Ele continuará a ser presença nos jornais, nomeadamente em Janeiro de 1974, devido à homília do Dia da Paz que, indirectamente, remete para a contestação à guerra colonial (Gráfico 1).

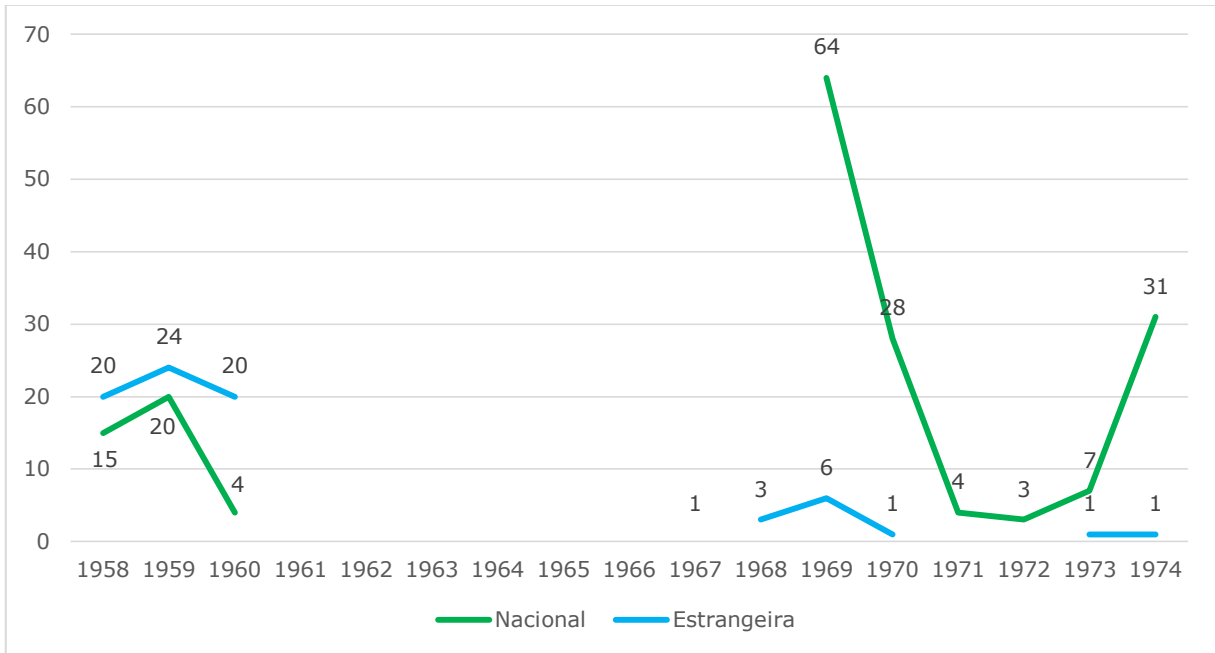


Gráfico 1 – Número de artigos publicados na imprensa nacional e estrangeira

Na divulgação deste caso, além do protagonismo da imprensa portuguesa, o Brasil teve um papel relevante (Gráfico 2). Em parte devido às publicações do *Portugal Democrático*, jornal da oposição fundado por portugueses exilados em São Paulo, mas essencialmente devido ao destaque que a imprensa brasileira (*Diário de Notícias*, *Última Hora* ou *O Estado de São Paulo*) conferiu ao incómodo político e ao embaraço religioso que o bispo do Porto provocou. Também a imprensa francesa se destacou, sobretudo a cobertura feita pelo *Le Monde*.

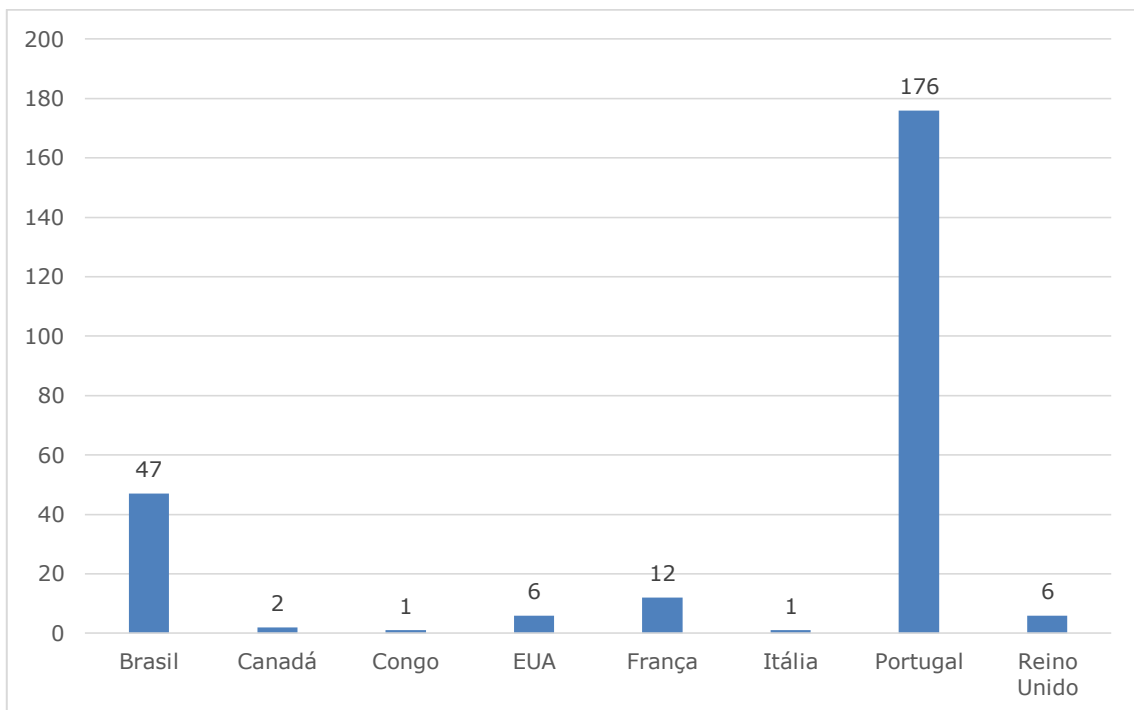


Gráfico 2 – Distribuição dos artigos por país de publicação

Em Portugal, o “caso Bispo do Porto” revelou-se, essencialmente, um assunto dos jornais das duas grandes cidades do país, com Lisboa a liderar a cobertura noticiosa (108 artigos), seguida da imprensa com implantação no Porto (48 artigos), geograficamente mais próxima do Bispo e da sua diocese (Gráfico 3).

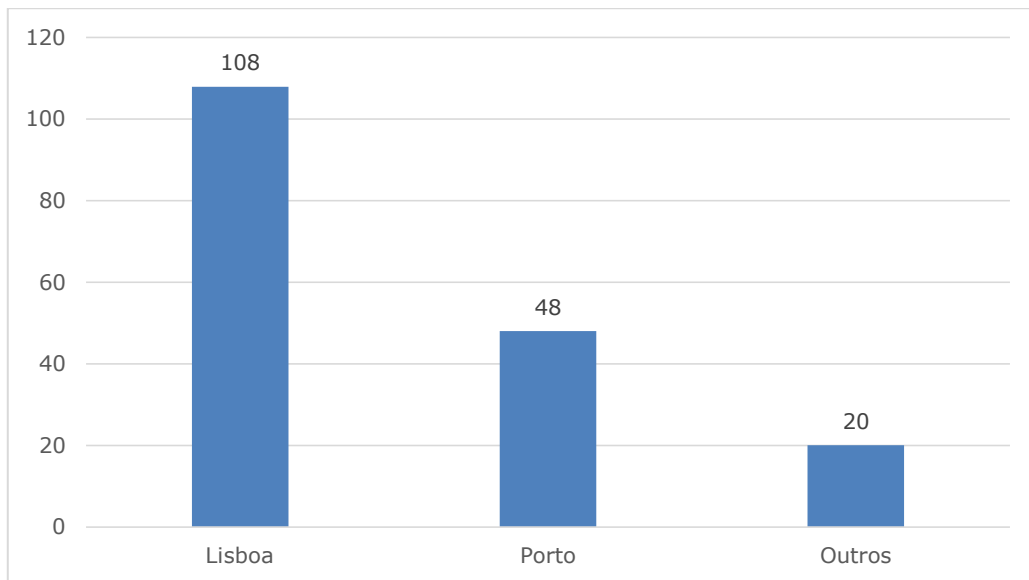


Gráfico 3 – Distribuição por cidades em Portugal

Considerados apenas os jornais de Lisboa e Porto, são o *Diário de Lisboa* e *A Capital* que mais noticiam este caso. Em terceiro lugar está *A Voz*, que assumiu a liderança na campanha contra o Bispo aquando da polémica do “pró-memória”. *O Comércio do Porto* e *o Jornal de Notícias* têm um especial papel após o regresso de D. António Ferreira Gomes. O enraizamento destes jornais no Norte do país, e em especial na cidade do Porto, ditam uma proximidade física em relação ao Bispo que, jornalisticamente, é aproveitada. Segue-se, ainda na cidade do Porto, *O Primeiro de Janeiro* e, em Lisboa, *O Diário Popular* e *O Século* (Gráfico 4).

Entre os jornais de grande tiragem merecem destaque o *República* e o *Diário de Notícias* pela indiferença jornalística com que trataram o regresso do Bispo a Portugal e a subsequente entrada na diocese do Porto. Por razões ideológicas contrárias, e contrastando com os outros diários que transportam estes acontecimentos para as primeiras páginas, o oficioso *Diário de Notícias* e o republicano e laico *República* vão dissolvê-los no interior, em notícias breves. No caso do *Diário de Notícias* nem sequer o regresso do bispo ao país, depois de uma década de exílio, é noticiado. Da chegada do prelado a Portugal, que os outros jornais anunciam a 20 de Junho, os leitores do *Diário de Notícias* só saberão quando D. António, resolvidos os impasses oficiais, chega ao Paço do Porto. Ou seja, quinze dias depois.

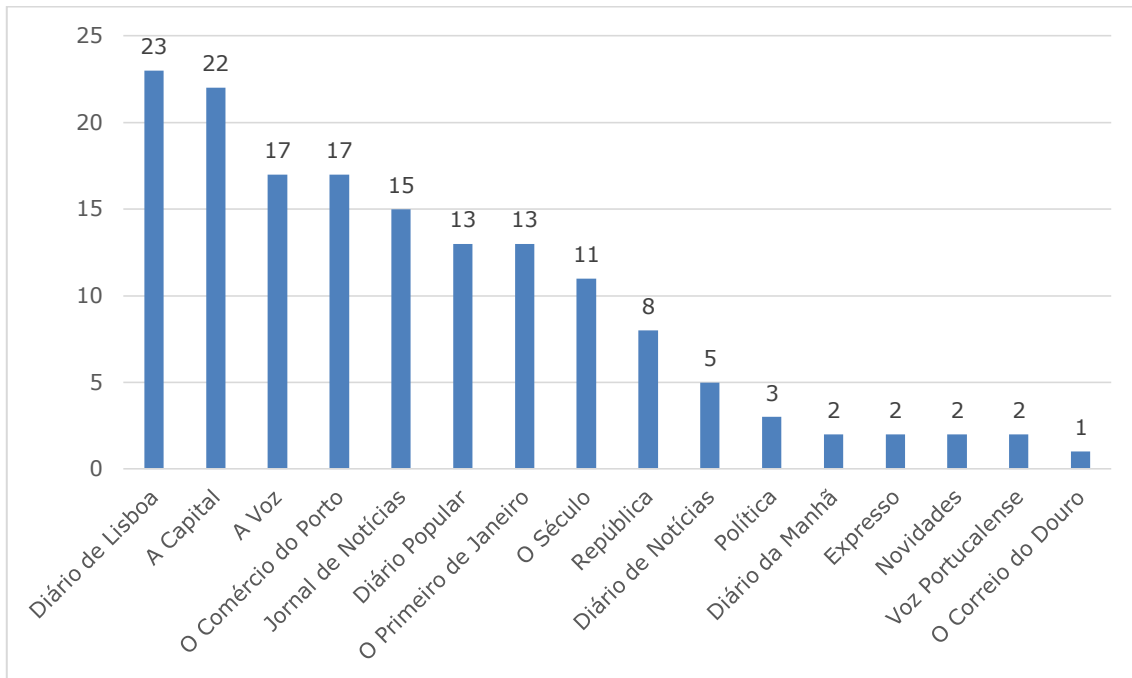


Gráfico 4 – Distribuição dos artigos por títulos (Lisboa e Porto)

### **Nota final: Transformações na imprensa em tempo de ditadura**

A análise de imprensa feita ao caso do bispo do Porto demonstra como o campo jornalístico se moveu ao longo dos dez anos que este processo atravessa. O final da década de 60 do século XX coincide com uma série de transformações na paisagem humana e política das redacções (Correia, Baptista, 2007) com reflexos numa cobertura mais audaz e interventiva. O movimento de profissionalização, rejuvenescimento e crescimento que o sector dos jornais vive neste período reforçou o poder e a autonomia dos jornalistas, mesmo se permaneciam praticamente intactas as peias impostas pela censura. A ida dos jornalistas para Fátima, na “espera” do bispo, bem como as múltiplas reportagens e entrevistas que o transformaram numa personagem mediática, representou um desafio inédito às restrições que os censores mantinham sobre as notícias relativas ao prelado. É também ilustrativo da força que o jornalismo pode ter num contexto de rarefacção e controle de informação já que, como bem notou Raul Rego, uma vez publicadas

, as notícias sobre D. António Ferreira Gomes tornaram-se “uma bomba”.

### **Bibliografia**

#### **Fontes de Arquivo**

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo Marcelo Caetano (AMC)

Arquivo Oliveira Salazar (AOS)  
Arquivo PIDE/DGS  
Arquivo SNI – Direcção Geral dos Serviços de Censura

Fundação Mário Soares  
Projecto Arquivístico Casa Comum. <http://casacomum.org>

### **Publicações Periódicas**

A Capital  
A Voz  
Diário de Lisboa  
Diário de Notícias  
Diário Popular  
Jornal de Notícias  
O Comércio do Porto  
O Primeiro de Janeiro  
O Século  
República

### **Referências Bibliográficas**

- BARRETO, José (2000): O caso do Bispo do Porto em arquivos do Estado – notas de uma investigação em curso. *Profecia e Liberdade em D. António Ferreira Gomes – Actas do Simpósio*, [Lisboa], Ajuda à Igreja que Sofre: 119–145.
- BARRETO, José (2003): *Oposição e resistência de católicos ao Estado Novo*. [https://www.academia.edu/6804362/Oposiçã e resistência de católicos ao Estado Novo](https://www.academia.edu/6804362/Oposiç%C3%A3o_e_resist%C3%AAncia_de_cat%C3%B3licos_ao_Estado_Novo) (13/11/2016).
- BARRETO, José (2013): *O deputado absentista – Salazar e o parlamento em 1921*. [https://www.academia.edu/10375312/O deputado absentista Salazar e o parlamento em 1921](https://www.academia.edu/10375312/O_deputado_absentista_Salazar_e_o_parlamento_em_1921) (13/11/2016).
- CORREIA, Fernando e BAPTISTA, Carla (2007): *Jornalistas – do ofício à profissão*, Lisboa, Caminho.
- CRUZ, Manuel Braga da (1998): *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Bizâncio.
- FERREIRA, Manuel de Pinho (2004): *A Igreja e o Estado Novo na obra de D. António Ferreira Gomes*, Porto, Universidade Católica Portuguesa/Fundação Spes.
- GOMES, António Ferreira: *Pró-Memória (Carta a Salazar)*, Porto, Fundação Spes. <http://www.fspes.pt/PaginadaNet/CartaaSalazar.pdf> (13/11/2016).

MAFRA, Luís de Azevedo (1997): *Lisboa no tempo do Cardeal Cerejeira – um testemunho*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa.

MATOS, Luís Salgado de (1999): A campanha de imprensa contra o bispo do Porto como instrumento político do governo português (Setembro de 1958-Outubro de 1959). *Análise Social*, vol. XXXIV, n.º 150: 29–90.

REGO, Raul (1974): *Diário Político*, Lisboa, Arcádia.

REVEZ, Jorge (2009): *Os "Vencidos do Catolicismo": militância e atitudes críticas (1958-1974)*, Lisboa, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/7212> (13/11/2016).

ROSAS, Fernando (2012): *Salazar e o poder – a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta-da-china.

SIMPSON, Duncan (2014): *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, Lisboa, Edições 70.

---

**Francisco Rui Cádima**

---

**O (des)controlo da Internet: para uma história da *Darknet***

---

96

**O (des)controlo da Internet: para uma história da *Darknet***

**The (un) control of the Internet: for a history of Darknet**

Francisco Rui Cádima (FCSH – Universidade Nova de Lisboa)

[frcadima@fcsch.unl.pt](mailto:frcadima@fcsch.unl.pt)

*"The Darknet is nothing more than a mirror of society. Distorted, magnified, and mutated by the strange and unnatural conditions of life online"*

Jamie Bartlett

*"Isto não é só o Wild West, isto é a Sodoma e Gomorra dos tempos modernos"*

Jake Wallis Simons

*"Todos nós fomos ficando desiludidos quanto à pura democratização da informação e da tecnologia. (O Tor) está a refletir a vida mais de perto, com as suas luzes e as suas sombras."*

Bill Buchanan

**Resumo**

O início do século XXI está a ser marcado, em boa parte, por algo que tem ainda um grau de invisibilidade e de imprevisibilidade acentuado. É já iniludível que no contexto da geopolítica internacional um fator disruptivo complexo, que designaremos genericamente por "ciberguerra", está de certa forma a ensombrar o modo clássico de gerir as relações políticas e económicas no mundo global, diluindo por vezes o próprio conceito de "nação". Um dos "alfobres" deste conflito sem rostos, onde parte desta ameaça se esconde, é justamente a "Darknet". Procuraremos dar neste texto uma imagem dos seus enormes perigos, mas também, paradoxalmente, de algumas das suas virtualidades.

**Palavras chave:** Internet, darknet, cibercrime, terrorismo, regulação da rede.



## Abstract

The beginning of the 21st century is being largely marked by something that still has a high degree of invisibility and unpredictability. It is already unavoidable that in the context of international geopolitics a complex disruptive factor, generally referred to as "cyberwar", is in a way overshadowing the classic way of managing political and economic relations in the global world, sometimes diluting the very concept of "nation". One of the breeding grounds of this faceless conflict, where part of this threat is hidden, is precisely "Darknet." We will try to give in this text an image of its enormous dangers, but also, paradoxically, of some of its virtualities.

**Keywords:** Internet, darknet, cybercrime, terrorism, net regulation.

O descontrolo da rede na sua área visível não se compara em nada com o que se passa na sua zona "subterrânea" profunda – referida habitualmente como *Darknet* ou *Dark Web* – um espaço sem regras nem lei, em que a navegação se torna uma imersão no desconhecido, ou mesmo uma aventura perigosa nas zonas mais obscuras da Internet. E o facto é que, por isso mesmo, quer na opinião pública em geral<sup>88</sup>, quer nalguns círculos políticos de governação, há quem peça o fim desta espécie de "buraco negro" da rede. Uma grande sondagem divulgada em 2016 pela IPSOS, realizada para o *think tank* canadiano CIGI - The Center for International Governance Innovation, abrangendo cerca de 24 mil pessoas consultadas em 24 países concluía, através de 70% das opiniões expressas, pela necessidade de encerrar esta rede de crime que é, por assim dizer, a mãe de todos os perigos e mercados negros na Internet.

Uma primeira questão que se coloca é saber se esta opinião generalizada no plano global colide ou não com a questão da privacidade na rede e a defesa dos direitos humanos, sobretudo onde os direitos de cidadania são perseguidos por regimes autocráticos ou mesmo pelas ditaduras mais totalitárias. Num segundo momento, convirá apurar se entre o "deve" e o "haver", isto é, entre os benefícios implícitos do sistema e os conteúdos criminosos que o inundam, se se justifica ainda assim a defesa e a manutenção da *Darknet* como excrescência horrenda, paraíso da pedofilia e dos mercados negros, do *malware* e de *botmasters*, do *hacking* e da contrafação de documentos e identidades, mas necessária e vital porque da sua existência e da existência da rede que a acolhe – a "Deep Web", dependerá também, por assim dizer, o princípio da privacidade e do anonimato na rede, de base política, científica ou meramente individual, pessoal. E em terceiro lugar – a manter-se tudo tal como está –, que

---

<sup>88</sup> Clara Barata (2016). "Sondagem diz que 70% dos cidadãos querem fechar a dark net". *Público* online, 29/03/2016. <https://www.publico.pt/tecnologia/noticia/sondagem-diz-que-70-dos-cidadaos-quer-fechar-a-dark-net-1727470>.

fazer então do ponto de vista societal, qual o debate a estabelecer, ou o conhecimento específico que é necessário passar aos internautas neste novo contexto. E, sobretudo, qual o tipo de vigilância e de controlo legal que os países e a comunidade internacional devem aprofundar para combater essa invisível *Darknet* que se está a espalhar pela rede como uma espécie de mancha de óleo...

### **História e *media***

Começamos por um breve enquadramento histórico, para procurar melhor situar o complexo fenómeno. A *Darknet* surge, já neste século XXI, quando investigadores da Marinha norte-americana procuram construir uma rede que lhes possibilite total invisibilidade e total secretismo no acesso à rede e aos diversos *websites*, tendo desde início objetivos claramente institucionais e de segurança interna, por assim dizer.

Paul Sylverson, matemático da Universidade do Indiana e colaborador da Marinha norte-americana para a construção da "rede anónima" está verdadeiramente na origem do projeto uma vez que consegue autonomizar a nova rede do sistema aberto da World Wide Web. Em Agosto de 2004 Sylverson anuncia em San Diego, no Simpósio de Segurança Usenix, juntamente com Roger Dingledine e Nick Mathewson, membros do MIT - Massachusetts Institute of Technology que então desenvolviam o projeto Free Haven, aquilo que viria a ser a porta de entrada para a rede-sombra: o Tor - The Onion Router um *browser* destinado a todos os que pretendem não só entrar na *Darknet*, como para todos os que preferem navegar anónimos. Na prática, o Tor encripta os dados do utilizador, não sendo possível identificar a origem ou o IP do internauta. Segundo o próprio Sylverson, o objetivo estratégico da investigação "era permitir aos funcionários do Governo americano visitarem *websites* públicos para reunir informação sem que ninguém soubesse que a Marinha estava à procura daquelas coisas".<sup>89</sup>

Um tanto paradoxalmente, para que o modelo funcionasse, era fundamental que se tornasse popular, isto é, não poderia ficar fechado e circunscrito apenas a funcionários do Estado, dado que dessa forma a rede e os seus utilizadores seriam mais facilmente identificados.

É criado então o Tor, hoje com mais de 150 milhões de *downloads*, segundo se estima. Mas, outro aspeto paradoxal nesta questão é uma certa esquizofrenia que existe nas autoridades americanas relativamente ao Tor. Se, por um lado o financiam, por outro lado atacam-no, como no caso da NSA, procurando detetar e identificar utilizadores-alvo, bloquear *websites*, etc. Ou como no caso do FBI, que detém *software* malicioso para rastrear e infetar determinados sites e os seus visitantes, como tem sido o caso, nomeadamente, em matéria de comércio de droga e de pornografia infantil. Bill Buchanan, especialista em segurança

---

<sup>89</sup> Jake Wallis Simons (2014), "A rede secreta". *Público* online ,19/10/2014. <https://www.publico.pt/tecnologia/noticia/a-rede-secreta-1673221>. Acedido em 2/4/2016.

eletrónica da Edinburgh Napier University compreende esta estranha duplicidade do governo norte-americano:

“Eles continuam a ter de monitorizar as ameaças. E mais importante, querem canais secretos para seu próprio uso. Mas, se é para serem quebrados, preferem que sejam eles a qualquer outra pessoa. É assim que se mantêm na vanguarda da tecnologia<sup>90</sup>.”

Ao contrário dos norte-americanos, por exemplo na Rússia, Putin parece não desejar nenhum tipo de confusão nesta matéria. Terá inclusive um prémio de quatro milhões de rublos para quem conseguir fazer implodir esta rede.

A primeira grande vaga de *disclosures* emergem também na *Darknet* com a Wikileaks. Julian Assange, aliás, defende exatamente que a criptografia é fundamental para a proteção da privacidade do cibernauta de forma a impedir a vigilância dos cidadãos por empresas, órgãos policiais ou pelos próprios governos, tal como sucedia aliás na era analógica, em que se verificava uma inviolabilidade da experiência e da vivência do indivíduo. Para ele, a encriptação tinha naturalmente os dois lados da moeda, mas na sua opinião era fundamental garantir o anonimato e facilitar e incentivar os denunciadores de forma a se expor ou a “abrir” os segredos não divulgados da governação.

Julian Assange começa por ser conhecido como *hacker* no final dos anos 80, então sob o nome Mendax. Fica depois também associado às proto-*darknets*, uma vez que ele próprio dava nome a um personagem designado de “Proof”, membro ativo das listas de discussão *cyberpunk* nos anos 1993-94. Por essa altura, Eric Hughes divulgava “A Cyberpunk’s Manifesto”, onde acentuava exatamente a questão de base:

“Privacy is necessary for an open society in the electronic age. Privacy is not secrecy. A private matter is something one doesn’t want the whole world to know, but a secret matter is something one doesn’t want anybody to know. Privacy is the power to selectively reveal oneself to the world.”<sup>91</sup>

Mais tarde, em 1997, Assange apoia a pesquisa de Suelle Dreyfus quando esta publica a obra *Underground - Hacking, madness and obsession on the electronic frontier*, onde são descritas múltiplas experiências pioneiras neste começo da Internet-sombra. Dreyfus expunha então o seu ponto de partida:

<sup>90</sup> Jake Wallis Simons, op. cit.

<sup>91</sup> “A Cyberpunk’s Manifesto” by Eric Hughes (1993). <http://www.activism.net/cyberpunk/manifesto.html>. Acedido em 11 de Abril de 2016.

"I came upon the brave new world of computer communications and its darker side, the underground, quite by accident. It struck me somewhere in the journey that followed that my trepidations and conflicting desires to explore this alien world".<sup>92</sup>

Essencialmente, a *Darknet* é crime, contém e comercializa os conteúdos absolutamente terríveis do digital, sobretudo no plano da pornografia infantil, do tráfico de órgãos e de estupefacientes, e também, claro, no plano do terrorismo. O tema das "redes negras", apesar daquilo que representam e da impressionante dimensão que atingem, não tem sido suficientemente analisado, por exemplo, nos *media* tradicionais, pelo menos tendo como referência o caso português. Num rápido levantamento dos artigos publicados em Portugal sobre o assunto identificamos muito poucos trabalhos com uma boa contextualização do problema<sup>93</sup>. O artigo de Meruje e Fonseca referia que na altura as estimativas existentes, que reportavam a 2001 e ao estudo da BrightPlanet, apontavam para uma dimensão desta rede 500 vezes maior do que Internet "de superfície", e enumeravam as múltiplas situações que fazem dessa *Web* escondida – e ao fim e ao cabo deste planeta que habitamos, – uma espécie de "aldeia global" do terror e das piores experiências da espécie humana.

### **Deep Web vs. Darknet**

Estamos então a falar de uma "galáxia sem sítio, sem IP, sem morada, sem rasto, onde os motores de busca vulgares não têm acesso. Um mundo onde é possível tudo o que na WWW não é".<sup>94</sup> E onde, através do principal motor de busca, o Google, apenas se consegue chegar a 0,03 por cento da informação disponível online – no total, com referência a dados de 2016, a cerca de 4,66 mil milhões de páginas apenas na internet de "superfície", na "pequena" Web de todos conhecida... Sendo que, em termos de tráfico, estamos por assim dizer na "zettabyte era"<sup>95</sup> da Internet, estimando-se que no final de 2016 o tráfico global da Internet atinja os 1.1 zettabytes e, no final 2019, os 2 zettabytes/ano. Uma referência também para os dados conhecidos sobre as línguas dominantes nos URLs da *deep web* lideradas pelo russo (41.40%) e seguidas do inglês (40.74%). Em português, há apenas 1,25% das páginas, pouco mais do

---

<sup>92</sup> Suelette Dreyfus and Julian Assange (1997). *Underground — Hacking, madness and obsession on the electronic frontier*. Kew: Mandarin/Reed Books Australia. [www.underground-book.net](http://www.underground-book.net).

<sup>93</sup> Vejam-se nomeadamente os trabalhos de Miguel Meruje e Patrícia Fonseca, "Deep web - O mundo secreto da internet", *Visão*, nº 991, de 1/3/2012; de Ricardo Nabais, "Bem-vindos ao submundo da internet", *Sol*, de 16/02/2015; de Luís Pedro Cabral (2015), "Buraco Negro". *Expresso - E, Revista*, 24 de dezembro.

<sup>94</sup> Luís Pedro Cabral (2015), "Buraco Negro". *Expresso - E, Revista*, 24 de dezembro de 2015.

<sup>95</sup> 1 zettabyte são 10<sup>21</sup> bytes, para se ter uma ideia um pouco mais aproximada, um zettabyte equivale a 36 mil anos de vídeo de alta definição.

que foi verificado em catalão (1,12%).<sup>96</sup> Refira-se que esta percentagem muito elevada do russo tem a ver também com a existência de fóruns a que se acede pelo Tor ou pelo I2P (Invisible Internet Project, rede anónima *peer-to-peer*), não relacionados com atividades criminosas.

Convém estabelecer a diferença necessária relativamente à *Deep Web*, que é, essa sim, a grande galáxia na sombra da internet de superfície, também utilizada por redes sociais, universidades, bases de dados, etc., no fundo, uma rede disponível para todos os internautas, mas que não é indexada pelos motores de busca conhecidos – Google, Yahoo, Bing, etc. Mas que é utilizada por exemplo pelo Facebook<sup>97</sup>. Ou pela Web of Science. Ou mesmo pelas mensagens instantâneas. O acesso ou a utilização deste tipo de conteúdos<sup>98</sup> tem, à partida, um carácter essencialmente inócuo. O mesmo não acontecerá com a navegação por áreas e IPs escondidos, apenas acessíveis através do Tor, que para além de ser um *software* de navegação permite basicamente a qualquer utilizador estar *online* de forma segura e anónima. Daí que importe esclarecer se a *deep web* é efetivamente uma plataforma essencial para a privacidade na rede, isto é, se a internet “de superfície” não será suficiente para garantir essa mesma privacidade, ou se haverá, pelo contrário, absoluta necessidade de aceitar essa sua extensão nociva que é a “rede invisível”.

Na verdade, o que está hoje em jogo, pensando nomeadamente no rápido desenvolvimento dessa zona negra que é a *Darknet*, é o que desse submundo criminal está a contaminar a camada de superfície, isto é, a vida das pessoas, a economia, os direitos humanos, etc. Perante a expansão acelerada do *Darknet* são desde logo novos desafios políticos que se colocam, sendo certo que este é um problema de muito complexa gestão, que terá naturalmente importantes implicações pelos efeitos que gera no plano da defesa da privacidade, da segurança, no plano do desenvolvimento e no equilíbrio global das sociedades modernas. Como é referido no relatório do Wilson Center: “*This understandable and legitimate privacy interest in the Deep Web’s anonymity (or at least greater user control over anonymity) does not mean that states should turn a blind eye to the entire Deep Web.*”<sup>99</sup> A questão é, portanto, o que – e como – monitorizar, como controlar algo que se está a tornar num ecossistema “do mal” e que assume dimensões muito preocupantes.

---

<sup>96</sup> Vincenzo Ciancaglini et altri (2015) *Below the Surface: Exploring the Deep Web*. TrendLabs research paper. Irving: Trend Micro, 2015, p. 10.

<sup>97</sup> Lorenzo Franceschi-Bicchierai (2014), “Facebook is now available through Tor for ramped-up privacy”. *Mashable*, October, 31. [http://mashable.com/2014/10/31/facebook-tor/#M\\_8BRSxJUgqc](http://mashable.com/2014/10/31/facebook-tor/#M_8BRSxJUgqc).

<sup>98</sup> How to Access the Deep Net - Working Links to the Deep Web: <https://sites.google.com/site/howtoaccessthedeepnet/working-links-to-the-deep-web>.

<sup>99</sup> Daniel Sui et altri (2015) *The Deep Web and the Darknet: A Look Inside the Internet's Massive Black Box*. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, p. 10. [https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/deep\\_web\\_report\\_october\\_2015.pdf](https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/deep_web_report_october_2015.pdf)

## Terrorismo

As questões relacionadas com o terrorismo estão, obviamente, entre as que maior controlo têm tido por parte dos rastreadores do sistema. Também por isso mesmo, a presença do terrorismo na *darknet* está a tornar-se num fenómeno algo atípico no atual contexto de desenvolvimento da rede invisível.

No que diz respeito à ligação entre a *darknet* e o terrorismo, talvez haja então algumas ideias feitas que não correspondem totalmente à realidade. O que não significa que possa ser diminuída a vigilância. A crer num estudo realizado por Daniel Moore e Thomas Rid<sup>100</sup> concluiu-se que as organizações terroristas não têm estado tão interessadas quanto se imagina em usar os recursos e serviços da rede anónima. Nos últimos anos tem-se assistido, aliás, a um intenso rastreamento e a ataques, quer por parte das principais agências de segurança ocidentais, quer por parte de “kactivistas”, contra as atividades do Daesh na *darknet*.

Em consequência, e também por opção estratégia de estarem mais presentes na internet de superfície, em muitos casos estes grupos radicais e terroristas não usam a *darknet*. Moore e Rid desenvolveram um sistema de rastreio na *web* que lhes permitiu analisar cerca de 300 mil endereços ocultos na rede através do Tor. Verifica-se uma presença esmagadora de conteúdos ilícitos na *darknet*, sendo que os usos mais comuns se concentram nas drogas, financiamento ilícito, pornografia envolvendo violência, crianças e animais. Os autores confirmam, no entanto, uma diminuição da presença do extremismo islâmico nesta rede:

“Jihadis tend to use the internet for at least two general purposes: public-facing activities (propaganda, recruitment and sharing advice) and non-public-facing activities (internal communication, and command and control). The darknet's propaganda reach is starkly limited, not least because novices may be deterred by taking an ‘illicit’ step early on, as opposed to simple, curious Googling. Hidden services, secondly, are often not stable or accessible enough for efficient communication; other platforms seem to meet communication needs more elegantly. Islamic militants do commonly use the Tor browser on the open internet, however, for added anonymity.”<sup>101</sup>

O que significa que em matéria de propaganda e recrutamento os terroristas usam a rede aberta na maior parte das vezes, em particular as plataformas de todos conhecidas como o You Tube, o Twitter ou o Facebook, ou mesmo *websites* em inglês. Veja-se, por exemplo, o caso de uma organização taliban que desenvolveu uma aplicação Android, primeiro na língua local, em *pashto*, e depois em inglês, *app* essa que chegou inclusivamente a estar disponível

<sup>100</sup> Daniel Moore e Thomas Rid (2016) “Cryptopolitik and the Darknet”. *Survival: Global Politics and Strategy*. February–March 2016. Pages: 7-38. Volume: 58.

<sup>101</sup> Daniel Moore e Thomas Rid, op. cit., pp. 21-22.

na Play Store, tendo sido posteriormente removida pela Google. Tratava-se claramente de uma ação de reforço de propaganda *online*, tal como era aliás enunciado pela própria organização, que considerava que a *app* era "*part of our advanced technological efforts to make more global audience*".<sup>102</sup>

A verdade é que o Estado Islâmico tem tido grande capacidade de gerir as redes sociais e *chatrooms* sobretudo para efeitos de recrutamento *online*. É por essa via que tem tido algum sucesso o efeito persuasor da sua estratégia de "agit-prop", tanto no plano local, como no âmbito global, como é aliás bem conhecido no Ocidente. Chegou ao ponto de ter inclusivamente manuais para os seus militantes saberem como despistar as centrais de informação ocidentais enquanto usavam o Twitter.<sup>103</sup> Pode mesmo dizer-se que o IS, segundo especialistas na matéria<sup>104</sup>, domina como nenhum outro grupo extremista as redes sociais. Onde a Al-Qaeda, através dos seus líderes, utilizava as mensagens de vídeo gravadas, divulgadas por vezes várias semanas depois de terem sido gravadas, com um discurso político-religioso enrodilhado e confuso, o Estado Islâmico soube adotar rapidamente uma linguagem de auto-promoção panfletária suportada na "utopia" de uma nova fé e de um novo mundo, com um maior poder de sedução face aos seus frágeis alvos, sobretudo jovens nas margens da sociedade, sem perspetivas algumas de futuro e, portanto, muito sugestionáveis.

### **A ética, o bem e o "apesar de"**

Posto perante a questão ética na rede, Sylverson, o criador do Tor, defendia-se alegando que é sobretudo um cientista e não um político, mas que "no geral, o Tor tem sido uma força do bem",<sup>105</sup> que até na Primavera Árabe teria sido decisivo, por exemplo, segundo Sylverson, em determinado momento a única comunicação que saía do Egipto era justamente através da Tor. Poder-se-ia dizer que também os defensores da privacidade na Internet e os seus principais criadores, de Tim Berners-Lee a Vincent Cerf, têm uma certa condescendência relativamente à rede negra e às suas virtualidades, se é que elas verdadeiramente existem... Cerf, por exemplo, respondendo a uma pergunta de Gina Smith – "What do you regret?" – respondia: "*The fact that the net is abused is something I regret. Then again, there is far more utility than*

---

<sup>102</sup> Daid Z. Morris (2016), "Taliban Launches Smartphone App to Recruit and Spread Propaganda". Fortune online, April 3, 2016. <http://fortune.com/2016/04/03/taliban-launches-smartphone-app/>.

<sup>103</sup> Pierluigi Paganini (2014), "The ISIS has released a manual for its militants, titled 'How to Tweet Safely Without Giving out Your Location to NSA', that explain how avoid surveillance". Security affairs online, November, 3. <http://securityaffairs.co/wordpress/29801/intelligence/isis-twitter-use-manual.html>.

<sup>104</sup> "IS Has 'Mastered Social Media' Like No Other Extremist Group". *Voice of America* online. October 21, 2015. <http://www.voanews.com/content/islamic-state-has-mastered-social-media-like-no-other-extremist-group/3017239.html>

<sup>105</sup> Jake Wallis Simons, op. cit.

*harm in it. We need to make sure we are always emphasizing freedom*".<sup>106</sup> E o próprio J. D. Lasica, no seu livro intitulado precisamente *Darknet*<sup>107</sup> havia sido muito claro relativamente aos obstáculos que o sistema industrial de *media* e *new media* criava à livre circulação de conteúdos, pondo em perigo as liberdades digitais do cidadão. Para Lasica, na "*darknet*" residia toda a esperança e a promessa de futuro na Web:

"Darknet nos alerta que podemos estar avanzando hacia un mundo donde los medios digitales personales acaban siendo bloqueados y controlados por la industria, un futuro donde la red no sirve al usuario sino a los intereses de los conglomerados y multinacionales mediáticas y a la industria discográfica. Cada vez hay más actividad en la Internet abierta que se está viendo empujada a la clandestinidad – hacia la Darknet – si continúa la actual tendencia en contra de la innovación".<sup>108</sup>

Ainda que por outras palavras, o mesmo era dito, sensivelmente na mesma altura, quer por Lawrence Lessig, no seu *Free Culture*<sup>109</sup>, quer por Dan Gillmor, em *We the Media*<sup>110</sup>. Ou um pouco mais tarde por Matthew Hindman, no seu livro *The Myth of Digital Democracy*.<sup>111</sup> Mas a *darknet*, sendo uma rede estratégica para determinados objetivos de segurança – também eles sempre algo obscuros – e para situações que envolvem movimentos políticos clandestinos e dissidentes, sobretudo em países que perseguem os ativistas que lutam pelos direitos humanos, o certo é que, como referimos, alberga na sua pesada sombra tudo o que de pior há ao cimo da Terra. E a dúvida que nos assalta é efetivamente porque é o Estado norte-americano o principal financiador desta mesma rede? Mistério, provavelmente mais perverso ainda do que a própria rede que suporta... Ou, porventura, não tanto, mas uma opção difícil por manter um canal que, em última instância, serve os objetivos geo-estratégicos e políticos dos próprios Estados Unidos. Refira-se no entanto, que as autoridades, no plano global, estão, naturalmente, muito atentas a tudo o que se passa nas *darknets*. Prova disso foi uma das ações mais significativas, ocorrida a 5 e 6 de Novembro de 2014, quando cerca de 400

---

<sup>106</sup> Gina Smith, "Daily Dozen: 12 Questions for Vint Cerf, 'Father of the Internet'". aNewdomain, 8/2/2016. <http://anewdomain.net/2016/02/08/daily-dozen-12-questions-vint-cerf-father-internet/>. Acedido a 2/4/2016.

<sup>107</sup> J. D. Lasica (2006), *Darknet: La guerra de las multinacionales contra la generación digital y el futuro de los medios Audiovisuales*. Madrid: Nowtilus.

<sup>108</sup> J. D. Lasica, op. cit., p. 13.

<sup>109</sup> Lawrence Lessig (2006) *Free Culture - How big media uses technology and the law to lock down culture and control creativity*. NY: The Penguin Press.

<sup>110</sup> Dan Gillmor (2006) *We the Media, Grassroots Journalism by the People, for the People*. NY: O'Reilly Media.

<sup>111</sup> Matthew Hindman (2009), *The Myth of Digital Democracy*. New Jersey: Princeton University Press.



websites e mercados negros do Tor foram fechados pelas autoridades norte-americanas, incluindo o Silk Road 2.0, o Cloud 9 e o Hydra.

Se é um facto que existem já algumas ferramentas legais para o controlo e a monitorização do cibercrime, por exemplo nos Estados Unidos, com o Computer Fraud and Abuse Act (CFAA), o facto é que no plano internacional muito haverá ainda a fazer neste domínio. Quer isto dizer que não há nenhum tratado que integre de forma global o conjunto de problemas e perigos que o cibercrime envolve hoje, designadamente no novo contexto da *Darknet*. Existe, desde 2001, a Convenção de Budapeste sobre Cibercrime, no âmbito do Conselho da Europa, que já prevê um conjunto de penalizações em matéria de pornografia, de propriedade intelectual, etc., mas as questões emergentes, relacionadas com a operacionalidade do sistema de monitorização e controlo, da circulação da informação entre países, e da harmonização jurídica no plano global, quando estão em presença questões de segurança também elas globais, está a tornar-se um obstáculo preocupante quer para o legislador quer para a sociedade em geral. O facto é que as grandes resistências ao aprofundamento do quadro jurídico global têm vindo sobretudo da China e da Rússia, pelo que até agora mantém-se a situação de indefinição: "*international consensus on law and policy regarding cyberwar and cyberespionage is so far elusive*".<sup>112</sup>

## Conclusão

Do que se trata então é de, em primeiro lugar, compreender e estudar o fenómeno, ver qual o seu potencial "legal" e atuar de forma colaborativa e transnacional, reprimindo os grupos e as máfias que gerem as iniciativas e *websites* maliciosos, tal como no mundo físico é reprimida qualquer tipo de atividade criminal ou de comércio ilegal.

A questão é que estamos numa fase em que, muito provavelmente, o controlo da *Darknet* já será tarefa praticamente impossível para o legislador, o regulador e as entidades policiais e de segurança. Como dizia Jamie Bartlett, a *Darknet* "is going mainstream". A ser assim, do que se trata então é de começar, tão cedo quanto possível, a minorar os danos. As principais agências de segurança, nos EUA e no UK, nomeadamente, já estão no terreno há algum tempo. Mas é grande o risco de ver, por exemplo, nações mais suscetíveis de ver interesse comercial na rede negra aproveitarem as suas facilidades, ao invés de investirem na monitorização das suas atividades ilegais.

A falta de colaboração entre Estados, neste âmbito, tenderá a alimentar e a dar cada vez maior força a uma gigantesca bola de neve negra e invisível. Porventura, permitindo que o submundo do crime ganhe pela primeira vez na história do planeta, embora num espaço virtual obscuro, uma ascendência sobre os cidadãos do mundo e o conceito que temos de licitude, a partir, justamente, dos impérios que se vão construindo na *darknet*. E a verdade é

---

<sup>112</sup> Daniel Sui et altri (2015), op. cit., p. 12.

que no plano global nos estamos a aproximar perigosamente, como nunca terá acontecido no passado, da linha que separa o bem do mal.

## Bibliografia

BARATA, Clara (2016): *Sondagem diz que 70% dos cidadãos querem fechar a dark net*. Público online, 29/03/2016. <https://www.publico.pt/tecnologia/noticia/sondagem-diz-que-70-dos-cidadaos-quer-fechar-a-dark-net-1727470>. Acedido a 30 de março de 2016.

BARTLETT, Jamie (2015): "How the mysterious dark net is going mainstream". Conference - TED Global London. Filmed Jun 2015. [https://www.ted.com/talks/jamie\\_bartlett\\_how\\_the\\_mysterious\\_dark\\_net\\_is\\_going\\_mainstream?language=en](https://www.ted.com/talks/jamie_bartlett_how_the_mysterious_dark_net_is_going_mainstream?language=en). Acedido em 7 de abril de 2016.

BARTLETT, Jamie (2015): *The Dark Net*, London, Windmill Books.

CABRAL, Luís Pedro (2015): Buraco Negro. *Expresso – E*, Revista, 24 de dezembro.

CIANCAGLINI, Vincenzo et altri (2015): *Below the Surface: Exploring the Deep Web*. TrendLabs research paper, Irving, Trend Micro, p. 10. [https://www.trendmicro.com/cloud-content/us/pdfs/security-intelligence/white-papers/wp\\_below\\_the\\_surface.pdf](https://www.trendmicro.com/cloud-content/us/pdfs/security-intelligence/white-papers/wp_below_the_surface.pdf).

DREYFUS, Suelette e ASSANGE, Julian (1997): *Underground – Hacking, madness and obsession on the electronic frontier*, [www.underground-book.net](http://www.underground-book.net). First Published 1997, Kew, Mandarin/Reed Books Australia.

FRANCESCHI-BICCHIERAI, Lorenzo (2014): *Facebook is now available through Tor for ramped-up privacy*. Mashable, October, 31. [http://mashable.com/2014/10/31/facebook-tor/#M\\_8BRSxJUgqc](http://mashable.com/2014/10/31/facebook-tor/#M_8BRSxJUgqc). Acedido a 3 de março de 2016.

GILMOR, Dan (2006): *We the Media, Grassroots Journalism by the People, for the People*, NY, O'Reilly Media.

HINDMAN, Matthew (2009): *The Myth of Digital Democracy*, New Jersey, Princeton University Press.

HUGHES, Eric (1993): *A Cypherpunk's Manifesto*. <http://www.activism.net/cypherpunk/manifesto.html>. Acedido em 11 de abril de 2016.

LASICA, J. D. (2006): *Darknet: La guerra de las multinacionales contra la generación digital y el futuro de los medios Audiovisuales*, Madrid, Nowtilus.

LESSIG, Lawrence (2006): *Free Culture - How big media uses technology and the law to lock down culture and control creativity*, NY, The Penguin Press.

MERUJE, Miguel e FONSECA, Patrícia (2012): Deep web - O mundo secreto da internet. *Visão*, nº 991, de 1 de março.

MOORE, Daniel e RID, Thomas (2016): Cryptopolitik and the Darknet. *Survival: Global Politics and Strategy*, February–March 2016, Volume 58: 7-38.

MORRIS, Daid Z. (2016): Taliban Launches Smartphone App to Recruit and Spread Propaganda. *Fortune* online, April 3. <http://fortune.com/2016/04/03/taliban-launches-smartphone-app/>. Acedido a 4 de abril de 2016.

NABAIS, Ricardo (2015): Bem-vindos ao submundo da internet, *Sol*, de 16 de fevereiro.

SIMONS, Jake Wallis (2014): A rede secreta, *Público* online, 19/10/2014. <https://www.publico.pt/tecnologia/noticia/a-rede-secreta-1673221>. Acedido em 2 de abril de 2016.

SMITH, Gina (2016): Daily Dozen: 12 Questions for Vint Cerf, 'Father of the Internet'. *aNewdomain*, 8/2/2016. <http://anewdomain.net/2016/02/08/daily-dozen-12-questions-vint-cerf-father-internet/>. Acedido a 2 de abril de 2016.

SUI, Daniel et altri (2015): The Deep Web and the Darknet: A Look Inside the Internet's Massive Black Box, *Washington, Woodrow Wilson International Center for Scholars*: 10. [https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/deep\\_web\\_report\\_october\\_2015.pdf](https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/deep_web_report_october_2015.pdf). Acedido a 14 de março de 2016.

"How to Access the Deep Net - Working Links to the Deep Web" (s/d). Google sites. <https://sites.google.com/site/howtoaccessthedeepnet/working-links-to-the-deep-web>. Acedido a 24 de março de 2016.

"IS Has 'Mastered Social Media' Like No Other Extremist Group" (2015). *Voice of America* online. October 21. <http://www.voanews.com/content/islamic-state-has-mastered-social-media-like-no-other-extremist-group/3017239.html>. Acedido a 5 de abril de 2016.

PAGANINI, Pierluigi (2014), The ISIS has released a manual for its militants, titled 'How to Tweet Safely Without Giving out Your Location to NSA', that explain how avoid surveillance. *Security affairs online*, November, 3. <http://securityaffairs.co/wordpress/29801/intelligence/isis-twitter-use-manual.html>. Acedido a 28 de março de 2016.

---

**Jaume Guillamet**

---

**Crisis del periodismo y naturaleza de los medios: El final de un ciclo**

---

108

**Crisis del periodismo y naturaleza de los medios: El final de un ciclo<sup>113</sup>**

**Crisis of journalism and the nature of the media: The end of a historical cycle**

Jaume Guillamet (Universitat Pompeu Fabra, Barcelona)

[jaume.guillamet@upf.edu](mailto:jaume.guillamet@upf.edu)

**Resumen**

Los efectos de las tecnologías digitales e Internet en el sistema de medios de comunicación social plantean un cambio de perspectiva en la consideración de la historia del periodismo, que se encontraría al final de un gran ciclo evolutivo iniciado tras la invención de la imprenta en el siglo XV. Al cabo un siglo de pruebas y otros cuatro siglos de historia, la prensa y el periodismo han sido sustituidos en su papel de motores de la industria de la comunicación, ante la hegemonía creciente del audiovisual, los sitios web y las redes sociales, por lo que los investigadores deben afrontar una nueva dimensión del tiempo histórico que afecta al pasado más inmediato.

Al mismo tiempo, la demanda del público, que históricamente había sido el factor de impulso de la industria periodística, ha acabado siendo substituida por el estímulo de la publicidad. Desde mediados del siglo XIX hasta finales del XX, los anunciantes habían ofrecido a la prensa un medio de financiación parcial que permitió su crecimiento industrial en base a poder ofrecer al público un precio venta asequible por debajo del precio de costes. Tras el fraccionamiento del llamado "pastel publicitario" para la financiación conjunta de prensa, radio, televisión e Internet, se ha invertido la relación con los anunciantes. Ahora se trata de ofrecerles productos comunicativos que puedan atraer el máximo de público y audiencias posibles, a costa de su calidad, interés general y función pública.

Este artículo ofrece un análisis de este fenómeno de cambio a la luz de la relación entre la crisis del periodismo y la naturaleza de los medios. Las diferencias entre periodismo impreso y audiovisual, e incluso entre radio y televisión, han condicionado la capacidad de unos y otros

---

<sup>113</sup> Este artículo es una versión traducida, revisada y actualizada del que se publicó con el título "Periodisme i historia, en un canvi de cicle", en la revista catalana *Comunicació. Revista de recerca i anàlisi*, volumen 30 (1) (mayo 2015) p. 9-23.

para adaptarse a la tecnología digital y a las nuevas demandas del público, incluido el deseo de gratuidad cuyos orígenes son muy anteriores a Internet.

Como ilustración de otras repercusiones de las tecnologías digitales en la evolución de la prensa en este final de ciclo histórico, el artículo se completa con una breve consideración del caso del periodismo en Cataluña y la superación técnica de las dificultades para el progreso periodístico de la lengua catalana, históricamente postergada en la formación del sistema comunicativo. La traducción automática proporcionada por la informática y el libre acceso y difusión de la edición digital han derribado las antiguas barreras técnicas e industriales para el pleno desarrollo comunicativo de esta lengua, oficial en dicha región autónoma junto al español tras la transición democrática de los años 1970.

**Palabras clave:** crisis, periodismo, media, ciclo, historia.

### **Abstract**

The effects of the Internet and digital technologies on the system of social media pose a change of perspective when considering the history of journalism, which would bring to an end a great evolutionary cycle that began after the invention of printing in the 15<sup>th</sup> century. After a century of tests and four centuries of history, the press and journalism have been replaced in their role as engines of the communications industry, given the growing hegemony of the audiovisual sector, web sites and social networks, so that researchers must face up to a new dimension of historical time and how it relates to the immediate past.

At the same time, public demand, which had historically been the driving force behind the newspaper industry, has ended up being replaced by the stimulus of advertising. Since the mid-nineteenth century until the late twentieth century, advertisers had offered reporters a means of partial funding that allowed industrial growth based on being able to offer the public a sale price below the affordable cost. After the sharing out of the "advertising pie" and the joint financing of press, radio, television and the Internet, the relationship with advertisers has been reversed. Now it offers communication products that can attract maximum audience and potential audience, at the expense of quality, public interest and public service.

This article provides an analysis of this changing phenomenon in light of the relationship between the crisis of journalism and the nature of the media. The differences between print and broadcast journalism, and even between radio and television, have conditioned the capacity of each other to adapt to digital technology and to the new demands of the public, including their gratuity a debate which is much older than Internet.

In order to illustrate other impacts of digital technologies in the evolution of the press at this end of the historical cycle, the article is completed with a brief consideration of the case of journalism in Catalonia and the technical difficulties for journalists in order for the Catalan

language to progress, historically delayed when building the communication system. Automatic computer translation provided by free access and dissemination of digital publishing has torn down the old techniques and industrial barriers to the full communicative development of this language, official in that autonomous region after the democratic transition of the 1970s

**Key words:** crisis, journalism, media, cycle, history.

### **Texto**

En pocas ocasiones tenemos los historiadores la oportunidad extraordinaria de ser testigos de un cambio de ciclo en los temas que son objeto de nuestra atención, investigación y análisis. Momentos en los que la historia avanza hasta marcar la línea de demarcación ante la experiencia más reciente, en el que el pasado más vivo se convierte de golpe materia que debe ser estudiada con otra perspectiva.

La actividad docente obliga a menudo al investigador a utilizar diferentes criterios para delimitar el objeto de atención de la historia. Cuando los alumnos piden, en ocasiones, cuál es el periodo temporal a utilizar para un determinado ejercicio de investigación sobre el pasado inmediato, el profesor se ve abocado a un ejercicio de flexibilidad. La perspectiva temporal de los hechos varía según la edad y la experiencia. Ante un grupo de alumnos de grado o postgrado nacidos hacia 1990, hay muchos recuerdos personales que el profesor no puede compartir. En mi experiencia en Barcelona, destaca el caso de los Juegos Olímpicos de 1992, tan vivos en la memoria de sus padres y abuelos, que para los jóvenes alumnos son puro pasado. Por ello, una respuesta que utilizo en esos casos es que la historia comienza allí donde termina la memoria.

Ahora, incluso puede ocurrir que la materia histórica a considerar penetre el tiempo de la memoria viva del investigador. Las notas que componen este artículo plantean algunos aspectos de la repercusión de este hecho sobre la investigación en historia del periodismo.

### **La crisis del periodismo.**

Los grandes cambios operados en los últimos años en las tecnologías de la información y de la comunicación y sus efectos sobre el periodismo han producido una aceleración imprevista en la consideración del tiempo histórico. En este contexto, cuando se habla de la posibilidad de la desaparición a corto plazo de los periódicos impresos ante la competencia imbatible de Internet y se alerta de una crisis consecuente e irreversible del periodismo como forma de intermediación informativa, se abre de golpe un abismo sobre las formas de comunicación y cultura maduras a lo largo de cuatro siglos. Al desconcierto creado por el desarrollo vertiginoso y poco controlable de la red digital se añade la consternación por los efectos de

una crisis financiera que agrava mucho la capacidad de supervivencia de los medios de comunicación social, muy especialmente del periodismo. Pone de relieve lo que puede parecer una debilidad intrínseca de lo que ha sido el gran fenómeno de la comunicación social de la edad contemporánea.

La aplicación de Internet en los medios de comunicación se suele fechar en los años 1994-1995, momento de aparición de los primeros diarios digitales y portales informativos, pero la percepción del impacto que su novedad podría tener sobre el periodismo no fue inmediata<sup>114</sup>. En 2002, en la primera historia de los medios que adopta este momento como un límite equiparable a la meta inicial de la invención de la imprenta, el británico Asa Briggs (2002, 347-348) no plantea todavía los efectos traumáticos que la red puede tener sobre el periodismo. No es extraño, aunque pocos años más tarde estos efectos se hagan visibles e irreversibles, con la ayuda inestimable de la caída de la publicidad debida a la crisis financiera detonada en 2008.

No hace más de veinte años de la aparición de Internet y sus efectos se han universalizado con una rapidez extraordinaria, hasta modificar muchos aspectos de las formas de vida social. Apenas son treinta años desde que en 1989 el inglés Tim Berners-Lee ideó la Web World Wide (www) en el centro de aceleración de partículas CERN, bajo los Alpes suizos. La tela de araña global que él concibe y defiende en acceso abierto y gratuito - que no se explicaría sin las aportaciones previas de los estadounidenses Robert Kahn y Vinton Cerf para los protocolos TCP / IP y Lawrence G. Roberts por las técnicas de enrutamiento y localizador de los servidores en las redes de datos-, vale a Berners-Lee una comparación con Gutenberg que Briggs ha recogido de la revista *Time*.

La expansión de la imprenta ideada por este artesano alemán de la acuñación de monedas (hacia 1450) se produjo en un período no mucho más dilatado en la Europa post-medieval, pero hasta la aparición de los primeros periódicos semanales (hacia 1605) hubo de pasar exactamente un siglo y medio. La aceleración de los procesos históricos producida por la revolución industrial ya fue bien visible a finales del siglo XIX. Del telégrafo sin hilos del italiano Giglielmo Marconi (1897) al broadcast del estadounidense Lee de Forest (1906) y las primeras emisoras de radio (1920) pasó apenas un cuarto de siglo. Las primeras emisoras de televisión, primero mecánica por el británico John Baird (1926) y luego electrónica por el ruso Vladimir Zworikyn (1936), vendrían enseguida como una continuación lógica. El estudio comparativo de estos tres grandes procesos de la comunicación impresa, por ondas hertzianas y por la red digital es una cuestión de gran interés para la investigación.

Para el periodismo, la aparición de Internet marca el final de una tercera gran época histórica, la del periodismo industrial o contemporáneo del siglo XX, culminación del proceso iniciado con

---

<sup>114</sup> La revista *Le Temps des Médias* ha publicado un dossier sobre "Histoire de l'Internet. L'Internet dans l'histoire", coordinado por Jérôme Bourdon i Valérie Schafer, número 18, primavera de 2012.

el periodismo artesanal o antiguo de los siglos XVII y XVIII y del periodismo liberal o moderno del siglo XIX (Guillamet 2003b). Los conceptos de épocas y ciclos son construcciones teóricas para el estudio y la comprensión de los procesos históricos, a partir de la consideración de factores tecnológicos, políticos, sociales y profesionales. Este modelo de las tres grandes épocas, que corresponden respectivamente al protagonismo sucesivo de la circulación de las noticias, la iniciativa de los periodistas y la hegemonía de los medios, se agota inevitablemente en los primeros años del siglo XXI<sup>115</sup>.

En todos los momentos anteriores de cambio, tanto los percibidos en cada momento por los contemporáneos como los establecidos a posteriori por los historiadores, ha habido siempre el horizonte de un paso adelante, de una evolución basada en el perfeccionamiento de las formas de edición, impresión, distribución, emisión, comercialización y financiación. Ha existido el horizonte de un proceso de desarrollo de nuevas posibilidades, que potenciaban y multiplicaban las existentes. Las reacciones defensivas de los diarios y las salas de teatro, conciertos y cine ante las novedades de la radio y de la televisión, incluso de la penúltima ante la última, no dejaban de reflejar unas inquietudes razonables por los efectos inmediatos de un ajuste y reparto del negocio.

El horizonte de hoy no es el mismo, especialmente para la prensa y el periodismo que ven amenazada la supervivencia. No es seguro que se consuma la desaparición de los diarios de papel en Estados Unidos anunciada para el 2043, según el pronóstico atribuido a Meyer (2004)<sup>116</sup>, en un clima de derrota para la gran industria periodística, cuando el 24 de agosto de 2004 *The Economist* se preguntaba en portada por la identidad del asesino del diario, "Who killed the newspaper?". Pero aunque esta desaparición no se produzca y que la prensa mantenga espacios propios en el mercado gracias al mantenimiento de públicos minoritarios y dispuestos a pagar unos precios de venta más elevados, el final del gran ciclo histórico de la prensa parece inexorable. Y quizás también del periodismo tal como lo hemos conocido, aunque Internet no es el único factor que interviene en un proceso previo de disolución del periodismo en la industria de la comunicación (Guillamet, 2011 y 2012). Interviene de manera muy significativa el pleno desarrollo informativo del audiovisual, tras la II Guerra Mundial, con

---

<sup>115</sup> He presentado este modelo en Guillamet, (2002) y Guillamet, (2003b) y lo he utilizado en la redacción de Guillamet, (2003a). Sobre el impacto d'Internet, me limito a señalar en esta obra (p. 211-212), la incertidumbre ante el cambio profundo que afronta el concepto mismo de periodismo.

<sup>116</sup> Más allá del título equívoco *The Vanishing Newspaper*, el libro de Meyer es en realidad una propuesta a los editores para reforzar la calidad y la influencia social como vía de futuro para los diarios. La cita del año 2043, en las páginas 15-16, corresponde al cálculo sobre el momento en que la lectura de diarios caería a cero en Estados Unidos en una proyección estadística de un ritmo de descenso medio de 0'95 por año registrado desde 1960. La idea de la desaparición próxima del diario de papel ha ganado adeptos entre los grandes editores europeos, como lo demuestran demostren las frecuentes declaraciones del presidente del grupo español Prisa Juan Luis Cebrián, director fundador que fue del diario *El País*, o un libro reciente de su director adjunto Lluís Bassets (2013).



el mimetismo temático y estilístico que acaba generando en unos diarios que pierden la hegemonía del espacio público y del mercado informativo de una manera bastante clara hacia finales de la década de 1970.

Quizás habría que remontarse al momento de la irrupción de la prensa amarilla, identificado con las manipulaciones informativas de William Randolph Hearst y su contribución en implicar a los Estados Unidos a en la guerra de España en Cuba, en 1898, aunque el momento más visible en la perspectiva histórica sea la introducción del audiovisual. He aquí una pregunta muy sugestiva para la investigación: ¿en qué momento el periodismo tuerce el rumbo de su evolución como fenómeno histórico inspirado en el servicio público para someterse al interés estricto de la comercialidad? La reacción dolida de Edwin Godkin el *New York Evening Post* (Pizarroso, 1994, 442-445) ante los excesos del impetuoso y poco escrupuloso editor del *Journal* anticipa el tono de las que oíríamos en los años 1990 contra las primeras muestras de la llamada televisión-basura: "Es una vergüenza que los hombres puedan hacer tanto daño con el objeto de vender más periódicos".

¿Podemos plantearnos la deriva sensacionalista de la prensa popular en el umbral del siglo XX como el punto de partida de la crisis de valores del periodismo? La descripción por Godkin de unas prácticas periodísticas basadas en la "representación indebida de hechos, la invención deliberada de cuentos calculados para excitar el público y la temeridad desenfrenada en la composición de titulares" es perfectamente aplicable a los tabloides que a lo largo de todo un siglo han sido la vía de acceso a la información y de socialización de la clase obrera británica. Diarios populares que han rozado y traspasado a menudo la línea roja que separa el interés público del mero afán comercial, en una línea que llega hasta el escándalo de *News of the World* y el grupo Murdoch, el verano de 2011. Es un fenómeno menos visible desde las tradiciones periodísticas del sur de Europa que no han contado con la posibilidad de expansión industrial de la prensa hasta el alcance de las clases populares, ni siquiera después del final de las larguísimas dictaduras ibéricas. Debido a los planos diferentes de análisis que, según las tradiciones nacionales, presenta la historia del periodismo, la pregunta que abre este párrafo puede parecer poco pertinente en nuestro ámbito, pero no es menos esencial para la comprensión general de los cambios.

### **La naturaleza de los medios.**

La percepción ibérica de la crisis del periodismo va ligada a la aparición de Internet y de los diarios digitales, pero su análisis y comprensión ha de remontarse a la renovación de la prensa tras el final sucesivo de las dos dictaduras, en 1974 y 1975. El medio siglo anterior había supuesto un paréntesis paralizador, justo cuando el audiovisual imponía de manera creciente su hegemonía en el sistema internacional de medios, desplazando los diarios del papel principal que habían tenido históricamente. En consecuencia, la recuperación del periodismo

liberal en los años de transición acabó siendo un breve canto del cisne de la hegemonía de diarios y revistas ante los efectos rápidos de la rápida democratización y liberalización de la radio y la televisión.

No era un hecho nuevo. La desaparición sucesiva de periódicos que se produjo en Nueva York, en los años posteriores a la huelga de impresores de 114 días del invierno de 1962-1963, ya tuvo que ver, entre otros factores, con la competencia informativa y publicitaria de el audiovisual. De los dieciséis diarios existentes el 1900 y los doce de 1920, sólo quedarían tres: *The New York Times* i els tabloides *The New York Daily News* i *The New York Post* (Talese, 1969: 302-303). En unas conferencias ante el Comité de Relaciones Exteriores, el periodista de *The New York Times* James Reston (1966: 79-98) planteó en 1966 las dificultades de los diarios para retener la inversión publicitaria ante la competencia de la radio y la televisión. En sus memòries, Reston (1991, 46-47) evoca el impacto, ya en los años 1930, de las noticias de la radio sobre los diarios de Nueva York, que reaccionaron poniendo más énfasis en el por qué de las noticias que en el simple relato de los hechos, ya avanzado per las emisoras.

Desde 1936, España había quedado al margen de la evolución general del periodismo a causa de la destrucción de la prensa liberal durante los tres años de guerra civil y de la hibernación posterior de un nuevo sistema de medios sometido al control y la censura absolutos de la dictadura. Ello tendría unos efectos devastadores en el momento del deshielo. Las expectativas de liberación y expansión de la prensa diaria y semanal a la salida del franquismo se frustraron por un cambio repentino de perspectiva, sin que los periódicos tuvieran la oportunidad de vivir una última gran época como la tuvieron en otros países a la salida de la Segunda Guerra Mundial.

Podía parecer, en 1976, que el único problema fuera la reordenación del mercado ante la aparición de nuevas cabeceras y la aceleración de la competitividad derivada de la consecución de la plena libertad de prensa. Se apreciaba como único gran cambio la supresión y substitución de la extensa cadena oficial del Movimiento Nacional franquista -diarios únicos en la mayoría de provincias y fenómeno únicamente comparable con la prensa del partido comunista en la Europa soviética. Sin embargo, la liberalización de la oferta radiofónica, en los primeros años 1980, y el estreno de las televisiones privadas, diez años después, afectaron sustancialmente la atención del público y la contratación publicitaria. En consecuencia, y de manera principal, modificó la disposición hasta el momento exclusiva de los recursos externos de financiación de un producto, el periódico impreso, que se ha de vender necesariamente por debajo del precio de coste. Los pasos sucesivos de concentración empresarial de la prensa y de formación de grupos multimedia acabaron conduciendo a una situación que en algunos aspectos podría ser vista como un oligopolio, en la que los periódicos son sólo una parte de la actividad, no siempre la más importante.

La mirada histórica sobre este proceso universal, con los matices correspondientes a cada situación nacional y local, debe fijarse en un factor que no por evidente no es siempre suficientemente considerado: la diferente naturaleza de los medios. Recordar, ante todo, que ni la radio ni la televisión son medios genuinamente periodísticos, que la función informativa no es aquella a la que más espacio ni recursos se dedican. Ni es la función para la que fueron creados los medios sonoro y audiovisual. Y que de las tres funciones clásicas que se les reconocen, el entretenimiento ha acabado pasando por delante de las otras dos, la información y la formación. Ha terminado, incluso, penetrando a éstas hacerlo con un acento creciente de espectáculo.

La disolución del periodismo en la industria de la comunicación es una consecuencia. Excepto los noticiarios y documentales, la absoluta mayoría de programas informativos de radio y televisión han sido penetrados por los formatos de entretenimiento, con excepciones entre las cadenas públicas, que ya no son las más vistas, ni es seguro que este fenómeno no las acabe también dominando. Lo que sí que ya se está produciendo en algunas estaciones privadas es la orientación de los noticiarios, sobre todo televisivos, hacia temas ligeros o espectaculares, considerados más populares, en detrimento de la información política, social y cultural en el sentido más amplio. Es el penúltimo rebote del efecto 'prime time' que ya en los años 1950 había desplazado hacia horarios de menor audiencia de la televisión estadounidense los programas de actualidad y debate político.

El mimetismo de los periódicos en relación con la televisión ha pasado de la adopción inicial de formas de diseño brillantes y ligeras y temas susceptibles de más reclamo popular a la incorporación posterior de estrellas de la televisión y otros "celebrities" como colaboradores habituales, en detrimento de la figura tradicional del periodista. Este hecho se acentúa en el caso de periódicos ligados empresarialmente a emisoras de radio y televisión que, por otra parte, juegan a explotar las figuras de los periodistas más destacados en actividades no informativas, ligadas al entretenimiento, el espectáculo y a la publicidad.

En relación a la diferente naturaleza de los medios, habría que considerar aquellos aspectos estructurales que sitúan el periodismo en una posición de debilidad e inferioridad.

La gratuidad, en primer lugar. No hay que olvidar que la cuestión de la gratuidad es muy anterior al estallido de la prensa gratuita en torno al cambio de siglo, que mientras no se desinfló también la burbuja publicitaria, a partir de 2008, parecía que debía hacer mucho daño a la que desde entonces ya se conoce como prensa de pago. Los primeros medios gratuitos son la radio y la televisión, gracias a la publicidad y / o la subvención pública que desde los años 1920 se revelan como las únicas formas de financiación de unas emisiones que el público puede captar libremente sin la intermediación de un punto de venta o de una suscripción. Y desde casi un siglo antes, la prensa ya era también un producto parcialmente gratuito en la medida que la publicidad financiaba parcialmente el precio de coste, posibilidad percibida y

aplicada por primera vez en 1836 por los franceses Emile de Girardin y Armand Dutacq en *La Presse* y *Le Siècle*.

Toda la historia del periodismo gira en torno a la posibilidad de poner los periódicos al alcance del público más amplio posible, con los contenidos más interesantes posibles y, como en toda competencia industrial, al precio más bajo posible. Que esta ecuación era de muy difícil cumplimiento ya lo reflexionó el joven Walter Lippmann (2003, 259-263) en su libro pionero sobre la opinión pública en 1922, en plena era de los grandes diarios, tanto bien descrita por Georges Weill (1934, 1994) en su obra aún no superada de historia del periódico como actor fundamental de la era contemporánea. Lippmann, que concebía el periodismo como la investigación que debía nutrir la opinión pública, ya lamentaba que el público no estuviera dispuesto a pagar mucho para estar bien informado, que considerara las noticias como un bien gratuito de la naturaleza comparable a la aire que se respira.

La cuestión de los costes es común al periodismo impreso, sonoro y audiovisual. La elaboración de noticias propias, diferentes de las facilitadas por las agencias mayoristas y los gabinetes de comunicación de gobiernos y empresas u otros representantes de parte, tiene un coste elevado. Lo es para el mantenimiento de corresponsales en el extranjero y para el desplazamiento de enviados especiales, pero no lo es menos para el mantenimiento de cuerpos de redacción formados por periodistas expertos, capaces de tratar las noticias de manera independiente y crítica y de buscarlas más allá de la agenda informativa de gobiernos, empresas y otros actores del espacio público. Por la naturaleza propia de cada medio, estos costes son más altos y de más difícil rentabilización para los diarios.

La accesibilidad, en segundo lugar. La naturaleza del audiovisual permite el acceso directo y universal a la audiencia disponible, sin otra dificultad por parte de ésta que el cambio de canal desde posiciones de máximo confort. La radio tiene un hardware y una logística más simples y la televisión tiene más requerimiento técnicos y humanos, pero ambos son medios de acceso fácil, simultáneo y cambiante, que dan al público múltiples y continuadas posibilidades, además de la variedad de contenidos, la viveza comunicativa y la compañía personal y doméstica. La prensa es un medio distante y pesado, que exige el acto de compra de cada uno de los productos, con un coste añadido de tiempo y transporte y el esfuerzo adicional de la lectura, que redundan en un público más selectivo y reducido.

La relación con la publicidad, en tercer lugar. La dependencia de la prensa en relación con los ingresos publicitarios se acentúa más cuando deja de ser el principal soporte o espacio de inserción. No es solo un aspecto cuantitativo, por la parte más pequeña que le toca del bien llamado "pastel" publicitario. Los medios audiovisuales ofrecen al anunciante registros más vivos, más creativos y más atractivos para el público. La acentuación de la competencia para la captación de ingresos publicitarios acelera la deriva hacia el espectáculo en estilos y contenidos. La publicidad nunca había condicionado tanto la orientación editorial de los medios

por la vía de exigir los públicos más grandes posibles y las máximas audiencias, a costa de un empobrecimiento creciente de la calidad de las programaciones, que contamina también las páginas de los periódicos.

Este fenómeno no es nuevo para la prensa, ya lo había anticipado el amarillismo, que empieza con Hearst y culmina con Murdoch, pero acaba penetrando las páginas de la prensa informativa. Si en el pasado, el éxito de una determinada oferta editorial se traducía en unas determinadas cifras de tirada y difusión que aseguraban una cartera publicitaria suficiente para garantizar la rentabilidad de un diario, el proceso actual es inverso. Se trata de adecuar la oferta editorial a los contenidos que permitan alcanzar la difusión necesaria para obtener unos ingresos publicitarios imprescindibles. La publicidad ha sustituido al periodismo como motor de la industria de la comunicación que ha sido hasta el último cuarto del siglo XX. La disolución del periodismo, como un terrón de azúcar en el café que sería la industria de la comunicación, va impregnando de gusto informativo los nuevos formatos y géneros basados en el entretenimiento y el espectáculo, de acuerdo con la naturaleza de los medios hegemónicos. Como medio viejo basado en la lectura sobre papel, la prensa afronta un futuro incierto donde la cuestión cada vez menos se plantea sobre sus posibilidades de sobrevivir, sino sobre las modalidades y el alcance con el que pueda hacerlo.

Las consideraciones sobre el ciclo histórico que se cierra no excluyen, sino que piden, algún tipo de prospectiva sobre el ciclo que se abre. El historiador siempre tiene algo que decir sobre el futuro. El estudio del pasado para ayudar a comprender el presente ofrece datos que ayudan a interpretar las tendencias de futuro. La experiencia de los primeros años de Internet, en los casi dos decenios transcurridos desde 1994-95, dice algunas cosas significativas, algunas ventajas y desventajas para el periodismo que ya parecen bastante claros. Las desventajas están en la línea de acentuar algunos de los problemas ya expuestos. El más evidente es la reducción del mercado de los periódicos impresos, al tiempo que una clara dificultad de hacer rentables los diarios digitales, debido a la cultura de gratuidad inherente a la red.

Las ventajas están en la línea de superar algunas de las limitaciones históricas de la prensa, como la participación de los lectores, la obtención fácil de noticias lejanas o el acceso mismo a la edición, muy estrangulado en los últimos decenios debido a la fuerte concentración. Aunque no es novedad, por los precedentes de la prensa local y asociativa, la facilidad de creación de blogs y sitios web de particulares abre posibilidades muy interesantes en el llamado periodismo de ciudadano o de participación. No siempre es fácil distinguir el periodista vocacional del comunicador interesado o del espontáneo ocasional. Sin embargo, es una posibilidad inmensa de emisión de informaciones sobre las que el periodismo debería poder pasar después su filtro de valoración, comprobación y contraste. Más allá de las dificultades de financiación que condicionan mucho la posibilidad de un periodismo digital con valor añadido, la red ofrece la

posibilidad de ensayar nuevos formatos transversales, con la inclusión simultánea y permanente de documentos de texto, gráficos y audiovisuales.

### **El caso del doble ciclo histórico del periodismo catalán.**

En este contexto de crisis y de cambio de ciclo, el caso de Cataluña ofrece un ejemplo singular con un doble final de ciclo que afecta también, gracias a la tecnología, a la culminación de un proceso relativo a la consecución del pleno uso ordinario del catalán en la prensa. Ello se ha producido en 2011, año desde el cual todos los diarios nacionales catalanes se dirigen a su público en esta lengua, aunque los dos principales continúen haciéndolo también en castellano, siendo ambas lenguas oficiales en esta autonomía desde la Constitución española de 1978. Las nuevas tecnologías no han sido ajenas a este hecho, ya que ha sido un sistema de traducción automática de textos proporcionado por la informática lo que ha permitido la edición simultánea en castellano y catalán. Ello ha resuelto una aspiración antigua de la sociedad catalana, cuya prensa diaria y semanal se desarrolló principalmente en castellano desde sus orígenes en el siglo XVII, sin que el potente movimiento político y cultural del catalanismo, surgido a fines del XIX, consiguiera revertir más que parcialmente una tradición industrial ya consolidada (Guillamet 2003a: 140-152 y 190-199).

Hasta el primer tercio del siglo XX, la introducción del uso del catalán en la prensa diaria de información general –además de la semanal y mensual especializada en la que se produjo con mayor facilidad– fue obra de los partidos políticos y otros sectores de un movimiento catalanista que abarcó en mayor o menor grado todas las opciones del abanico político. Hasta la II República de los años 1930, la creación de diarios en esta lengua fue obra de personalidades como Valentí Almirall, primer teórico del catalanismo y artífice de *Diari Català* (1879-1881); como Enric Prat de la Riba, fundador del partido catalanista de centro derecha Lliga Regionalista, presidente del primer organismo conjunto de las provincias catalanas – Macomunidad de Diputaciones de Cataluña– y artífice de *La Veu de Catalunya* (1899-1937); o como Lluís Companys, presidente de la autonomía obtenida bajo la II República –la Generalitat de Catalunya (1933-1939)– y artífice de *La Humanitat* (1931-1939), fusilado por Franco tras ser detenido por los nazis en Francia, después de la Guerra Civil, en 1940.

A diferencia de lo sucedido bajo la II República española, el auge de la prensa en catalán no fue la nota característica de la Transición democrática, a partir de 1975, a excepción de la potente recuperación de una extensa red de prensa comarcal protagonizada por las ciudades medianas y pequeñas. No hubo diarios en catalán promovidos por los nuevos partidos catalanistas, con la desaparición general de la prensa de partido tras la Segunda Guerra Mundial, frente a una prensa privada de empresa que se mantuvo en castellano, de forma que los escasos diarios en catalán fueron resultado de iniciativas de origen popular. Mientras, la prensa diaria era objeto de políticas de apoyo y promoción del gobierno autónomo, en plena

crisis de la imprenta tradicional y su substitución per la informática, con el inconveniente de los mecanismos de control y dependencia oficial que de ello de derivó.

La novedad sería la creación de una radio y una televisión públicas de la autonomía obtenida en 1977, hasta que los dos principales diarios de Barcelona procedieron a la doble edición simultánea en castellano y catalán, *El Periódico de Catalunya*, en 1997, y *La Vanguardia*, en 2014. Sumáronse, así, a la oferta exclusiva en esta lengua de otros dos diarios, *El Punt Avui* y *Ara*, creados respectivamente en 1976 y 2014. La traducción simultánea facilitada por la informática salvó lo que parecía ser un obstáculo insalvable para la adopción de la lengua catalana por parte de los principales periódicos, sin tener que incurrir en fuertes inversiones y costosas reformas, además del riesgo añadido de pérdidas de lectores en caso de cambio de lengua, que con las dos ediciones simultáneas no tenían porque producirse.

El fin de ciclo del periodismo impreso tradicional, abocado a las grandes transformaciones exigidas por la revolución digital, se realiza en igualdad de condiciones para la prensa en castellano y en catalán. En Internet, ambas lenguas se enfrentan ahora al reto de las nuevas formas de comunicación que la red permite y exige.

## **Bibliografía**

BASSETS, Lluís (2013): *El último que apague la luz*, Madrid, Taurus.

BRIGGS, Asa y BURKE, Peter (2002): *A Social History of the Media. From Gutenberg to the Internet*, Londres, Penguin Books.

GUILLAMET, Jaume (2003a): *Història del Periodisme. Notícies, periodistes i mitjans de comunicació*, Barcelona, Aldea Global.

GUILLAMET, Jaume (2003b): Por una historia comparada del periodismo. Factores de progreso y atrayendo. *Doxa*, 1: 35-56.

GUILLAMET, Jaume (2011): Prensa: una crisis antiga, llarga i agònica. *Informe de la comunicació en Catalunya 2009-2011*, Barcelona, InCom-Universitat Autònoma de Barcelona: 283-289.

GUILLAMET, Jaume (2012): La disolucion del periodismo. In: CAMPOS FREIRE, Francisco. (coord): *Comunicación y gobernanza en Europa*, Madrid, Editorial Universitas: 239-252.

LIPPMANN, Walter (2003): *La opinión pública*, Madrid, Langre: 259-273.

MEYER, Peter (2004): *The Vanishing Newspaper: Saving Journalism in the Information Age*, University of Missouri.

PIZARROSO QUINTERO, Alejandro (1994): *Historia de la Prensa*, Madrid, Editorial Centro de Estudios Ramón Areces.

TALESE, Gay (1969): *The Kingdom and the Power*, New York - Cleveland, The World Publishing Company.

RESTON, J. (1966): *The Artillery of the Press. Its Influence on American Foreign Policy*, Nova York, Council on Foreign Relations i Harper & Row Publishers.

RESTON, J. (1991): *Deadline. A Memoir*, New York, Random House.

WEILL, Georges (1934): *Le Journal*, París, Editions Albia Michel.

Existe una traducción al castellano de 1994, *El Periódico*. Orígenes, Función y evoluciones de la prensa periódica, México, Limusa.



---

**Maria Inácia Rezola**

**Emissora Nacional (1974-1975): uma estação do povo, ao serviço do povo**

---

121

**Emissora Nacional (1974-1975): uma estação do povo, ao serviço do povo**

**Emissora Nacional (1974-1975): a radio station at the service of the people**

Maria Inácia Rezola (Instituto de História Contemporânea – FCSH/UNL; Escola Superior de Comunicação Social – ESCS-IPL)

[irezola@escs.ipl.pt](mailto:irezola@escs.ipl.pt)

**Resumo**

De acordo com o académico britânico John Street, “é sem surpresa que, quando ocorre um golpe de estado, os rebeldes se dirigem primeiro para as estações de rádio e televisão, para assegurar a sua vitória. É também óbvio que um dispositivo para a subsequente manutenção do controlo é a gestão estrita do fluxo de informação” (Street, 2001: 6-7).

Apesar das suas especificidades, o 25 de Abril de 1974 não escapa a esta regra. Desencadeadas através de duas senhas radiofónicas, as operações militares iniciam-se com a tomada do Rádio Clube Português (RCP), Emissora Nacional (EN) e Radiotelevisão Portuguesa (RTP). Conscientes da sua importância estratégica, os capitães de Abril colocam os meios de comunicação social entre os pontos vitais a tomar no início das operações de derrube da ditadura. Alcançado esse objectivo, o Programa do MFA consignava a liberdade de expressão e a promulgação de uma nova Lei de Imprensa. No entanto, a gestão e o controlo dos órgãos de comunicação social rapidamente se transformam numa prioridade, num país que se agita sob um processo revolucionário que transcende qualquer previsão ou projecto idealizado pelos Capitães.

Tal como acontece noutros domínios da vida nacional, a Revolução de Abril marcou um ponto de viragem no jornalismo e nos *media*. Acentuando a importância do fim da censura e da restauração das liberdades, a tónica dominante das obras publicadas sobre o período incide na ideia da “saturação ideológica” e da “impossível neutralidade jornalística” dos órgãos de comunicação social. Alvo de variadas tentativas de controlo por parte de diferentes forças políticas e palco de violentas lutas que contribuíram para o agravamento da tensão política

desses momentos, os meios de comunicação foram actores políticos e uma peça central do processo revolucionário. Em causa esteve não apenas a luta pela liberdade de expressão e de imprensa como também pela definição do modelo político a implementar (Mesquita, 1994; Figueira, 2007).

Com este artigo propomo-nos contribuir para um aprofundamento do conhecimento do período através de uma análise das mudanças ocorridas na Emissora Nacional nos anos de 1974-1975.

**Palavras-chave:** História dos media; Revolução Portuguesa de 1974-1975; Emissora Nacional; purgas políticas.

### **Abstract**

According to the British academic John Street, "It is no surprise that, when political coups take place, the rebels head first for the radio and television stations in order to secure their victory. It is also obvious that one device for subsequently maintaining control is to manage strictly the flow of information" (Street, 2001: 6-7). Despite its specificities, the 25 of April of 1974 coup is no exception to this rule. Triggered by two radio passwords, the military operations begin with the seizure of Rádio Clube Português (RCP), Emissora Nacional (EN) and Radiotelevisão Portuguesa (RTP). Aware of its strategic importance, Captains' Movement place the media amid the vital points to be taken at the beginning of the Coup d'état. Once the dictatorship was overthrown, the Armed Forces Movement's Program advocated the re-establishment of freedom of expression and information, as well as the enactment of a new press law. However, the management and control of the media rapidly become a priority, in a country shaken under a revolutionary process that transcended any prediction or project idealized by the Captains.

As in other domains of national life, the Carnation Revolution represented a turning point in Portuguese media and journalism. Emphasizing the importance of the end of censorship and the restoration of basic freedoms, the dominant emphasis of published works on the period focuses on the idea of "ideological saturation" and the "impossible journalistic neutrality" of the media. Target of countless attempts of control by different political forces and arena of violent struggles that contributed to the exacerbation of the political tension of these moments, the media were political actors and a centrepiece of the Portuguese revolutionary process. Not only was the struggle for freedom of expression and of the press concerned, but also the definition of the political model to be implemented (Mesquita, 1994; Figueira, 2007).

With this article, we intend to contribute to a deeper knowledge of the period through an analysis of the changes carried out in Emissora Nacional in the years 1974-1975.

**Key-words:** Media History; Portuguese Revolution of 1974-1975; National Broadcast; Political purges.

### Um país em revolução

Enraizou-se na nossa memória colectiva a imagem de que a conquista da democracia e, sobretudo, o 25 de Abril de 1974, foi uma “marcha triunfal”. De facto, nesse dia, em menos de 24 horas, o Movimento das Forças Armadas (MFA) põe termo a uma das mais velhas ditaduras do mundo (1926-1974). No entanto, a rapidez e relativa facilidade com que os jovens capitães levam a cabo a “Operação fim de regime” não nos permitem escamotear os riscos que a mesma encerrava como também o facto de a sua intervenção não se traduzir na imediata instauração de uma ordem democrática. A definição do novo regime ocorre no meio de lutas e violentos confrontos que, sobretudo a partir do Verão de 1975, quase conduziram o país a uma guerra civil. Assiste-se a uma ruptura do sistema, ao colapso da autoridade do Estado e ao desenvolvimento de um processo revolucionário que se prolongará durante quase dois anos.

Existe já um considerável número de estudos que analisa as profundas transformações que se operam no sector da Comunicação Social na sequência do derrube da ditadura. Desde logo, revelando como a imediata abolição da censura deu lugar ao estabelecimento de novos sistemas de controlo, nomeadamente através da constituição, na dependência da Junta de Salvação Nacional, de uma Comissão Ad Hoc para controle da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema (Mesquita, 1988). Depois, demonstrando a “obsessão” de diferentes forças político-militares pelo controlo dos *media*. Os Meios de Comunicação estiveram, desde o primeiro momento, amplamente empenhados na revolução, transformando-se, eles próprios, em activos actores políticos (Figueira, 2007). O “Caso Renascença”, envolvendo a estação radiofónica da Igreja católica, ocupada pelos seus jornalistas é, a este respeito paradigmático, dividindo profundamente a opinião pública nacional (Ribeiro, 2002). O mesmo se deve dizer sobre o “caso República”, cujo impacto transcendeu as fronteiras nacionais na sequência da campanha desenvolvida pelo Partido Socialista (PS), acusando o Partido Comunista (PCP) de pretender tomar o jornal (Rebelo, 1994). A incapacidade do Conselho da Revolução (CR) em gerir a situação, a denúncia de uma escalada mais ampla tendo em vista o controlo dos meios de comunicação e a crise política que o episódio despoleta (crise do IV Governo Provisório), fazem deste um episódio central da revolução portuguesa.

Outro aspecto enfatizado pelos autores que estudam o período é a luta política e influência dos sindicatos e comissões de trabalhadores nas redacções e empresas. Num primeiro momento, os conselhos de administração e de gestão das estações radiofónicas e da televisão, bem como dos principais jornais, foram forçados a afastar-se. Muitas redacções foram depuradas dos elementos tidos como comprometidos com o regime deposto. A 2 de Maio, a comissão de trabalhadores do Rádio Clube Português exige a demissão dos directores. Rodolfo Iriarte, chefe

de redacção, assume o cargo de director interino do jornal *A Capital*, em substituição de Henrique Martins de Carvalho. No dia seguinte, o *Diário de Lisboa* anuncia uma ampla reestruturação que passa pela entrega da gestão jornalística do diário à sua redacção, agora completamente independente da administração da empresa. No Diário de Notícias os trabalhadores mobilizam-se e afastam o director, administradores e outros elementos dos quadros da empresa acusados de conivência e colaboracionismo com a ditadura. Iniciado poucos dias depois do derrube a ditadura, o duro confronto entre a direcção e os trabalhadores de *O Século* leva não apenas ao afastamento do seu director, em Fevereiro de 1975, como ainda à ocupação da redacção (Outubro de 1975). O confronto entre trabalhadores e direcção do *Jornal do Comércio* dá lugar a uma longa greve que, desencadeada a 22 de Agosto de 1974, se arrasta durante meses. Em suma, os meios de comunicação não escapam à agitação e conflituosidade que percorre a sociedade portuguesa durante a revolução.

Com este artigo propomo-nos contribuir para um aprofundamento do conhecimento do período através de uma análise das mudanças ocorridas na Emissora Nacional nos anos de 1974-1975. O tema afigura-se-nos de extrema importância. Desde logo porque a Emissora Nacional fora a estação oficial e um dos meios de comunicação mais poderosos da Ditadura (Ribeiro, 2005; Santos, 2011). Depois porque, acompanhando uma tendência verificada noutros órgãos de comunicação social, ela vai ser palco de profundas convulsões, reflexo das lutas mais amplas que atravessam o país. Como observava no Verão de 1975 o então tenente Álvaro Esteves, ex-adjunto da direcção da estação, a "Emissora Nacional, que durante largos anos foi um dos órgãos mais responsáveis da alienação fascista, é hoje o reflexo da luta que se generalizou" (*A Capital*, 29/8/75).

A pesquisa que desenvolvemos nos arquivos da RTP/EN, complementada com a análise de imprensa da época e entrevistas, permitiu-nos detectar duas linhas de força centrais na evolução da Emissora no período em análise. A primeira traduz-se na preocupação com o estabelecimento de novas normas de funcionamento e de renovação da grelha de programação e constitui, sem lugar a dúvida, uma prioridade depois do derrube da ditadura. Depois, é também necessário assinalar o empenho na renovação dos quadros da estação. A ênfase colocada numa ou noutra vertente não é uniforme ao longo do período em análise, variando de acordo com as mudanças operadas em termos de direcção da Emissora, mas também com os próprios ritmos da revolução. De qualquer forma, desde os primeiros momentos, uma ideia parece inequívoca: a Emissora Nacional era agora uma estação do povo e ao serviço do povo.

### **Colocar a Emissora Nacional ao serviço da Revolução**

Reflectindo sobre a importância da informação radiodifundida no conceito de operação, Otelio Saraiva de Carvalho assinala a relevância das emissoras no plano de operações do 25 de Abril:

“através de comunicados radiodifundidos, podíamos motivar psicologicamente a população para uma adesão ao movimento” (Carvalho, 1977: 315). Como recorda o responsável pelo sector operacional da Comissão Coordenadora do MFA, o facto de não disporem em Lisboa de efectivos suficientes para a tomada de todas as estações de rádio, obrigou-o a centrar a sua atenção “para aquelas cuja potência de emissão as tornasse objectivos verdadeiramente rentáveis. Dentre estas, avultam, obviamente, a Emissora Nacional e o Rádio Clube Português”. Porque, acrescenta,

“Conquistar a «emissora oficial do regime» e silenciá-la, passando a utilizar outra, particular, entretanto também conquistada, parecia-me, do ponto de vista psicológico sobre a população, um golpe excelente. Pela afirmação de força e pela negação de utilização de uma odiosa *his master's voice* que tal acto, simbolicamente, representava” (Carvalho, 1977, p. 315).

Estação particular fundada em 1930, pelo capitão Jorge Botelho Moniz, o Rádio Clube Português não oferecia dificuldades de maior em termos operacionais. Comandado pelo major Costa Neves, o Grupo n.º 10 ocupa o RCP sem incidentes cerca das 3h32. Escolhido para posto emissor do MFA, é aos seus microfones que é lido o primeiro comunicado do posto de comando do MFA pedindo à população que mantenha a tranquilidade (4h26). Diferente se afigurava a situação da sede da Emissora Nacional que dispunha de protecção policial. A missão, entregue a uma força do Campo de Tiro da Serra da Carregueira (CTSC), é levada a cabo com sucesso e comunicada ao posto de comando da Pontinha às 3h50: “Daqui Maior de Lima 18. Informo ocupámos Tóquio sem qualquer incidente”.

Os relatos de que dispomos sobre as horas que se seguiram dão conta das dificuldades iniciais dos ocupantes da Rua do Quelhas em cortar a emissão que, entretanto, tinha passado para os estúdios de S. Marçal (Serejo, 2001). Vencidas todas as resistências, ao início da manhã, já depois de aos seus microfones ser transmitido um comunicado do MFA (8h30), a emissão é cortada. Nada voltaria a ser o mesmo naquela que, durante décadas (1935-1974) fora a emissora oficial do regime.

O ambiente na EN nos dois dias que se seguem à queda da ditadura é de alguma indefinição, pautando-se sobretudo pelo sentimento de liberdade que invadia muitos locutores e outros funcionários. Segundo o Relatório de Acção do Campo de Tiro da Serra da Carregueira (1974), “de um modo geral descontentes com o anterior regime” os funcionários “receberam com alegria e entusiasmo a mudança oferecida pelo Movimento”. Finalmente, a 28 de Abril, a Junta de Salvação Nacional designa uma comissão «ad-hoc» (Comissão Administrativa) para dirigir a Emissora Nacional, iniciativa que, sem dúvida, constitui a primeira mudança de vulto na estação. Integrando três oficiais das Forças Armadas (Delfim de Campos Moura, José Maria de

Azevedo e Adalberto Machado e Moura), esta direcção inaugura uma tendência que se manterá durante todo o processo revolucionário: a ocupação dos cargos directivos da Emissora por militares do MFA.

Activo membro do Movimento dos Capitães, autor do primeiro documento-proposta de cariz político, José Maria de Azevedo destacara-se no processo de elaboração do Programa do MFA. Campos Moura, por seu lado, fizera parte do "grupo de comandos" que procedera ao assalto ao Rádio Clube Português. Um ano mais tarde integraria, conjuntamente com Machado Moura, a 1.ª Comissão Nacional de Eleições, em representação do MFA. Apesar do seu carácter provisório, é no curto mandato desta Comissão Administrativa que se operam as mais determinantes mudanças na EN.

Estabelecendo como prioridade a manutenção da estação em funcionamento, colocando-a ao serviço da revolução, as primeiras ordens de serviço da Comissão Administrativa determinam uma nova orientação para a programação que deveria obedecer aos princípios do Programa do MFA e ao novo poder político. Paralelamente, e uma vez que, conotados com o anterior regime, os principais dirigentes da emissora tinham sido afastados, estipula-se também que os assuntos normais de programação sejam geridos pelos quadros de chefia que se mantinham em funções, ou seja, pelos chefes de repartição e de secção. Segundo as instruções então emitidas pela nova direcção, a sua acção deveria ser desenvolvida com "discernimento e eficiência", orientando o pessoal "para os mesmos objectivos, e não, como anteriormente, meros veículos transmissores de decisão vindas de cima" (AH RTP/EN, OS 2, 30/4/74). À Comissão Administrativa cabia auxiliar e orientar superiormente essas chefias no seu trabalho quotidiano, assim como fiscalizar e aprovar os serviços noticiosos. Cumpre referir que esta intervenção nos *media* estava prevista no programa do MFA onde se determina que, apesar da imediata abolição da censura e do exame prévio, a "necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública" obrigava à constituição de uma Comissão Ad Hoc para controle dos meios de comunicação que funcionaria até à promulgação da nova lei de imprensa. Até à sua constituição, a 25 de Junho de 1974, são criadas comissões ad hoc para cada um dos órgãos.

Em termos de programação, operam-se também as primeiras mudanças, sendo suspensos vários programas conotados com o ideário e princípios da ditadura. Encontram-se neste caso os programas "Rádio Rural", "Ginástica Matinal" ou "A Voz do Ocidente", uma rubrica de propaganda anticomunista, popularizada pelo *slogan* "Aqui, Voz do Ocidente, Rádio Moscovo não fala verdade". Paralelamente determina-se o prosseguimento de programas de grande qualidade que, durante décadas, tinham contribuído para o prestígio da emissora. Desta forma garante-se a transmissão directa e integral dos espectáculos do Teatro Nacional de S. Carlos, dos concertos da Orquestra Sinfónica Nacional "que se realizem à noite e uma excelente

programação de discos de música erudita e de festivais de música, recebidos das principais emissoras da Europa” (*O Primeiro de Janeiro*, 5/5/74).

Finalmente, é pedido aos Centros Regionais que, no prazo de oito dias, apresentem um novo mapa-tipo “de características vincadamente locais”, e o “esboço-padrão” de cada programa que desejarium incluir nesse mapa. A decisão fundamenta-se na ideia de que era necessário “personalizar a programação dos Centros Regionais, que há longos anos se enfeudava aos programas de Lisboa” (AH RTP/EN, OS 5, 6/5/74).

Estes ajustamentos na programação exigiam uma reestruturação da empresa em termos técnicos e humanos, de maneira a responder aos “naturais anseios dos profissionais da EN” de “construção de obra nova, digna e significativa” (AH RTP/RDP, OS 13, 15/5/74). A missão, levada a cabo pela Comissão Administrativa e por um conjunto de profissionais expressamente recrutados para o efeito, traduz-se na constituição de uma nova Comissão Coordenadora de Programas e de uma comissão técnica de apoio à reestruturação. Dirigida por Álvaro Belo Marques, a Comissão Coordenadora de Programas integra elementos com experiência no meio (como Nuno Martins, Manuel Tomás ou Carlos Albino) mas também na imprensa escrita (como Jaime Gama, Eugénio Alves ou José Jorge Letria).

Como resultado das primeiras reflexões desenvolvidas por esta comissão, a 23 de Maio é publicado um esquema orgânico transitório do Serviço de Programas, tendo em vista estrutura-lo de forma a permitir “o desenvolvimento do trabalho radiofónico segundo a orientação estabelecida de emissora aberta e atenta às diversas correntes de opinião e às necessidades de esclarecimento do conjunto da população do país, em correcto equilíbrio” (AH RTP/RDP, OS 25, 23/5/74). A antiga estrutura fortemente vertical e hierarquizada (presidente, direcção, subdirecções), dá lugar a uma estrutura horizontal de cinco serviços (de Programas e Planificação; criativos; informativos; realização; de apoio) encimada apenas pela Direcção de Programa.

Os problemas organizativos e de funcionamento são, no entanto, mais vastos, sobretudo porque a reorganização da Emissora Nacional passava também pelo afastamento de pessoas comprometidas com o anterior regime e pela renovação dos seus quadros. As purgas políticas (*saneamentos*), verificadas em quase todos os sectores da vida nacional e, em particular, nos meios de comunicação social (RTP, *O Século*, *Diário de Notícias*, ...), são particularmente amplas na EN. Depois de uma fase inicial, relativamente tímida, em que se opera o afastamento dos elementos tidos como afectos à Ditadura, inaugura-se um novo momento, de purgas mais amplas, que afecta quase todos os serviços e direcções. Reflexo de uma luta entre grupos portadores de diferentes propostas políticas para o futuro do país, estas purgas alteram significativamente a voz da Emissora.

Os saneamentos na Emissora Nacional são desencadeados imediatamente depois da entrada em funções da comissão administrativa militar. O Relatório de Acção do Campo de Tiro da

Serra da Carregueira (1974), deixara patente que o principal problema se encontrava entre os funcionários superiores que estando “de tal modo influenciados pelos métodos e subserviência anteriores” dificilmente “se adaptarão ao novo estilo que a EN terá de adoptar para bem cumprir a sua missão”. Assim, acusados de comprometimento com o regime deposto, os principais dirigentes da emissora (como o presidente da Direcção, Clemente Rogeiro, e o director de programas, Alberto Represas), são afastados. A primeira leva de saneamentos, de 30 de Abril, conduz também à suspensão de dois chefes de divisão, do director de serviços técnicos e do chefe de repartição da Informação.

Até ao final do seu mandato, a Comissão Administrativa procederá a mais de 70 suspensões incidindo não apenas sobre quadros de chefia (chefes de divisão e de repartição, directores de serviços, intendentes de emissores regionais), mas igualmente sobre órgãos e gabinetes (Conselho de Programas, Conselho Pedagógico, Conselho de Planeamento de Programas, Gabinete de Estudo de Programas, Gabinete de Apoio à Informação, Gabinete de Análise de Programas) e vários correspondentes no estrangeiro. De acordo com as instruções então emitidas, os suspensos devem “fazer entrega completa dos meios de serviço na sua posse e abster-se de entrar em qualquer instalações da Emissora Nacional sem prévio conhecimento e aprovação” da Comissão Administrativa (AH RTP/RDP, OS 4, 2/5/74). Estas suspensões são, no entanto, apresentadas como provisórias, prevendo-se que os suspensos continuem a receber o seu vencimento (Determinação 7, 20/5/74).

A intervenção da Comissão Administrativa é amplamente aplaudida pelos trabalhadores da empresa que, reunidos em Assembleia, a 2 de Maio, acusam os visados de praticarem actos repressivos e censura interna. A partir de então, assiste-se à constituição espontânea de grupos que se propõem auxiliar a Comissão Administrativa na sua acção saneadora. Particularmente activos, os locutores da Emissora Nacional são dos primeiros a organizar-se e a elaborar umas bases que “servirão para o estudo e resolução dos múltiplos problemas com que se têm defrontado”. De acordo com a resolução que então aprovam, sendo a Emissora Nacional um “veículo de informação e cultura do povo e para o povo, e não instrumento de deformação e despolitização das massas”, urgia “promover o saneamento e reestruturação da Emissora Nacional, em particular, de toda a sua programação para que assim seja restituída a voz do Povo português” (*O Primeiro de Janeiro*, 3/5/74).

Cabe referir que, apesar do ímpeto saneador da direcção e dos funcionários, os primeiros saneamentos na Emissora Nacional apresentam algumas particularidades. Desde logo porque várias das suspensões decretadas (12) são anuladas ainda durante o mandato da Comissão Administrativa, deixando patente alguma desorientação, senão mesmo de precipitação.

Com um quadro de pessoal que rondaria os 800 funcionários, as suspensões efectuadas no primeiro mês não deixam de ser significativas, afectando certa de 9% do pessoal da Emissora



Nacional. O número de rescisão de contractos (a pedido do próprio ou por transferência), não é expressivo (5).

O motivo principal para os primeiros afastamentos foi, como referimos, o comprometimento com o regime deposto mas também as práticas profissionais pouco democráticas. No entanto, há excepções a esta regra, destacando-se, neste contexto, o chamado “caso Regala” que se traduz na primeira demissão efectiva. José Eduardo Ançã Regala é demitido na sequência da leitura, aos microfones da EN, a 13 de Maio, de uma notícia apelando à mobilização em apoio da greve do jornal *O Século*. De acordo com a Comissão Administrativa, que contou com o apoio dos coordenadores de informação, a notícia era tendenciosa e geradora de “confusão no público”. O caso provoca a indignação dos trabalhadores de *O Século* e uma onda de solidariedade que mobiliza várias emissoras (RR, RCP e EN) e a redacção do *Expresso*. Segundo este semanário, na Emissora Nacional os saneamentos tinham começado “à esquerda” (*Expresso*, 18/5/74). A emergência de situações deste tipo (que se tornará frequente em fases posteriores da Revolução) obriga-nos a reequacionar o conceito de justiça política quanto aplicado ao caso português dado que não são apenas os indivíduos conotados com o anterior regime que são saneados ou objecto de perseguição.

### **Regulamentar e gerir em revolução (Junho 74- Março 1975)**

A primeira clarificação da situação político-militar, decorrente da publicação da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio, e da definição dos órgãos de soberania do período pré-constitucional, reflecte-se inevitavelmente na Emissora Nacional. Assim, em finais de Maio, a Comissão Administrativa é substituída por uma Direcção presidida pelo tenente-coronel José Guilherme Calvão Borges. Integram a sua equipa Campos Moura e Moreira de Azevedo, que tinham feito parte da comissão administrativa, assim como o major Luís Miguel da Costa Alcides de Oliveira que assume a direcção dos Serviços Técnicos. Mais uma vez, saliente-se, a direcção da Emissora Nacional constituída apenas por militares, facto enfatizado pelo novo presidente ao apresentar-se aos trabalhadores:

“[...] sendo a direcção constituída por militares, ela é garantia de que, durante o seu exercício, a EN, pelo seu carácter nacional, não poderá ser senão um órgão de informação social totalmente integrado no espírito do Programa do MFA, cujo texto é parte integrante da nossa lei constitucional. Por mim posso dizer que já estou a trabalhar inteira e exclusivamente dedicado a esta missão” (*Diário de Notícias*, 19/6/74).

A entrada em funções da nova direcção coincide com a publicação da primeira legislação sobre os saneamentos, onde se destaca o Decreto-lei n.º 277/74, de 25 de Junho. Tendo como

objectivo clarificar algumas situações e criar novos mecanismos para agilizar e ampliar o processo, este decreto estabelece (1) a tipologia de penas a aplicar; (2) a constituição de uma Comissão Interministerial de Saneamento que estudaria e proporia aos ministros as medidas a aplicar; (3) os motivos dos saneamentos (a) “comportamento contrário ao espírito da ordem democrática estabelecida, revelado já depois do dia 25 de Abril”; (b) “a inadaptação do funcionário ao novo regime democrático”; c) “características e qualificações do funcionário que o recomendem para funções diversas das anteriormente exercidas”). Esta legislação, relativamente moderada, é complementada com outros decretos-lei específicos, estabelecendo as regras gerais do processo que vigorarão até ao 11 de Março de 1975.

Neste contexto, a nova direcção da Emissora Nacional estabelece como prioridade a regulamentação dos saneamentos na empresa. De acordo com as normas publicadas a 6 de Julho de 1974, o decreto-lei n.º 277/74 tinha particular significado na Emissora, devido à existência de vários funcionários suspensos e à necessidade de proceder a um aprofundamento do processo. Assim, determina-se (1) dar uma especial atenção ao caso dos funcionários que “tenham tido comprovada actuação” na extinta polícia política (PIDE/DGS) ou nas milícias do regime (Legião e Mocidade Portuguesa); (2) instruir processos aos funcionários já suspensos; (3) possibilitar a realização de denúncias e propostas de saneamento sobre “todo o restante pessoal”. Relativamente a este último aspecto, as instruções da direcção da Emissora Nacional são bastante minuciosas: (a) as denúncias e proposta deveriam ser apresentadas no prazo máximo de 20 dias; (b) devem ser apresentadas por escrito, devidamente fundamentadas e assinadas; (c) os trabalhadores devem eleger os instrutores para os processos; (d) uma vez concluídos, os processos serão apreciados pela Direcção, cabendo a esta enviá-los ao Ministério ou à Comissão Interministerial de Reclassificação a quem competia a decisão final (AH RTP/RDP, OS 9/74, 6/7/74).

Ao longo do mês de Julho, este primeiro documento regulador dos saneamentos na Emissora Nacional é complementado com novas instruções onde se clarificam alguns aspectos processuais. Nelas sobressai a ideia de que as denúncias e propostas de saneamento devem ser correctamente fundamentadas e que o instrutor de cada processo deve ser “escolhido de entre os funcionários do mesmo serviço, de categoria ou classe superior à do arguido ou mais antigo que ele na mesma categoria e classe” (AH RTP/RDP, OS 10/74, 10/7/74). Determina-se ainda que os funcionários sujeitos a penas de transferência regressem às secções a que pertenciam antes de 25 de Abril, salvo nos casos de manifesta conveniência dos serviços (AH RTP/RDP, OS 11/74, 12/7/75).

Finalmente, a 18 de Setembro, a direcção da Emissora Nacional determina a criação de uma Comissão Interna de Inquérito para Saneamento e Reclassificação (CIISR). Integrando todos os instrutores eleitos em cada direcção de serviço, num total de 24 membros, a CIISR era dirigida por três elementos a quem competia recolher as propostas de saneamento, seleccionar

as que se encontravam devidamente fundamentadas e promover a sua instrução. Num segundo momento, cabia-lhe elaborar as propostas de pena a aplicar (suspensão, transferência, aposentação ou demissão) e enviá-las à direcção. De acordo com as indicações então emitidas, o processo estaria concluído em finais de 1974, momento em que a Comissão terminaria o seu mandato (AH RTP/RDP, Informação anexa à OS 9/74, 18/9/74).

O processo de eleição dos elementos que integram a CIISR é longo, apenas estando concluído em finais de Outubro. Por isso, uma das suas primeiras determinações será o alargamento dos prazos para apresentação de propostas de saneamento, apelando à colaboração de todos os trabalhadores (AH RTP-RDP – Pasta 1080, Comunicado da CIISR, 30/10/74). As dificuldades avolumam-se. Desde logo, as decorrentes da sua complexa estrutura (secretariado, grupo de pesquisa, grupo de inquérito e grupo de consulta e apoio). Depois, devido à insatisfação de alguns sectores relativamente ao modo como os seus representantes na comissão de saneamento tinham sido eleitos.

Os pedidos de instauração de processo sucedem-se, assim como os protestos quanto à forma como estes estavam a ser conduzidos. Uma das maiores críticas tecidas à Comissão decorre do facto de os suspensos continuarem a receber o seu salário, nomeadamente os que tinham integrado a antiga direcção da EN. Em resposta, a CIISR recorda que todos os processos deveriam ser fundamentados sendo por isso necessário a apresentação de “documentação comprovativa das ligações, mesmo públicas e notórias, dos elementos da ex-Direcção com o Antigo Regime” (AH RTP-RDP – Pasta Nº 1065, Comunicado 5, 8/1/75). Paralelamente, dirige um apelo à Comissão Interministerial de Saneamento pedindo que os funcionários reformados compulsivamente não usufruam de um vencimento e que aqueles cujo “real comprometimento com o regime fascista deposto” se comprove sejam imediatamente demitidos (Comunicado da CIISR, 7/2/75 - AH RTP. RDP).

Apesar desta tomada de posição, os protestos não cessam, sendo sobretudo notório o surgimento de vozes que clamam por purgas mais amplas. Particularmente activa neste domínio, a célula do PCP dos trabalhadores da Rádio de Lisboa denuncia que a rádio “não está a acompanhar a dinâmica do processo revolucionário”, privando o “povo português” de um “importante órgão de formação política”. A sua exigência é que se proceda a um “saneamento não legalista mas revolucionário que afaste dos postos de decisão os que procuram travar o processo histórico” e que a rádio seja “posta decididamente ao serviço da comercialização do nosso povo, ao serviço do reforço da aliança povo-forças armadas” (AH RTP/EN, “Por uma rádio ao serviço da revolução portuguesa, com o MFA”). A ideia de uma rádio do povo ao serviço do povo volta à ordem do dia.

É neste ambiente de convulsão que chegamos a Março de 1975. De acordo com a CIISR estavam nesse momento em curso processos de averiguações a cerca de uma centena de funcionários. No entanto, apenas quatro se encontravam concluídos, resultado um em

arquivamento e os restantes enviados para o Ministério da Comunicação Social. As informações sobre os demais casos são difusas, referindo-se apenas a possibilidade de pronta conclusão dos processos relativos a mais de uma vintena de funcionários, na sua maioria já suspensos (AH RTP-RDP – Comunicado da CIISR, 7/2/75).

### **Por um saneamento justo, eficaz e irreversível**

A 11 de Março de 1975 o país amanhece sob o espectro de um golpe de estado. Tal como ocorrera no 28 de Setembro de 1974, a EN está no centro dos acontecimentos (cf. Santos, 2011: 240): a equipa de radiodifusão da 5ª Divisão/EMGFA ocupa as instalações e interrompe o noticiário para informar do ataque ao RAL1 e apelar à mobilização popular. Fracassada a tentativa de tomada do poder por António de Spínola, inaugura-se uma nova etapa do processo revolucionário caracterizada não apenas pela institucionalização do poder militar (através da criação do Conselho da Revolução - CR), como também pela radicalização da luta política (Rezola: 2006).

É neste contexto que se publica nova legislação que confere ao CR poderes para instaurar processos e abre a possibilidade de as comissões de saneamento serem presididas por militares (Lei 124/75, de 11 de Março). Determina-se ainda uma dilatação dos prazos de denúncia; alarga-se o âmbito dos saneamentos (atingindo, por exemplo, os reformados); possibilita-se a suspensão preventiva e a revisão das sanções; e, finalmente, alarga-se o leque dos funcionários sujeitos a demissão imediata (determinando, por exemplo, a imediata suspensão de todas as pessoas envolvidas em comissões de censura e exame prévio) (decreto-lei 123/75, de 11 de Março).

Estas novas disposições, que apontam para um aprofundamento dos saneamentos, têm inevitáveis reflexos na EN. Datam de então os incessantes apelos da CIISR a um maior empenho dos trabalhadores no processo. O lema "Por um saneamento justo, eficaz, irreversível" passa a integrar quase todos os seus comunicados. Paralelamente, a CIISR intensifica a sua acção suspendendo 10 funcionários, imediatamente após o 11 de Março. Entre estes, estão seis locutores afastados por causa de reportagens ou "afirmações proferidas durante a transmissão das cerimónias fúnebres de Salazar" (*Diário Popular*, 19/3/75). Segundo informações então fornecidas, o número total de suspensões ultrapassa as três dezenas e os inquéritos em curso atingem a centena (*Diário de Lisboa*, 20/3/75).

Apesar destas intervenções, a acção da Comissão de Saneamento da EN continua a ser alvo de contestação. Desde logo com o surgimento de novas vozes que clamam por transformações mais profundas. É o caso da organização de esquerda radical LUAR (Liga de Unidade e Acção Revolucionária) que exige a completa reestruturação da Emissora Nacional e o saneamento total dos "fascistas e fascizantes" (*Diário Popular*, 19/3/75).

Multiplicam-se também as denúncias sobre pagamentos efectuados a funcionários suspensos e sobre o não cumprimento da nova legislação dos saneamentos. Segundo alguns órgãos de imprensa, “em numerosos sectores” da Emissora Nacional, “reina um clima de decepção, senão mesmo de cepticismo”, quando à eficiência da CIIRS, acusando-a de se ter enredado numa teia de burocracia. É neste contexto que, em reunião geral de trabalhadores, se aprova “a constituição de um Conselho Consultivo Revolucionário e o imediato saneamento «não legalista e revolucionário» de elementos afectos ou comprometidos em actividades fascistas” (*Expresso*, 22/3/75). Este clima de contestação leva a CIIRS a fazer a sua “autocrítica revolucionária”, pedindo publicamente desculpas pela sua conduta e prometendo corrigir a situação:

“Agarrámo-nos a processos legalistas que, se por um lado, nos eram impostos pela Lei então vigente, por outro, nos foram enredando e mesmo desmotivando, ainda que a actividade e a intenção se mantivessem. Pelo facto nos sentimos penalizados e por tal buscamos a correcção.

Na necessidade de rever posições, apelamos para as forças democráticas existentes na Emissora Nacional e a trabalhadores progressistas, no sentido de uma conjugação de esforços, necessária à definição de uma política revolucionária de saneamento” (*República*, 5/4/75).

O clima de conflituosidade agrava-se quando, em finais de Abril, surgem os primeiros sinais públicos da existência de uma crise na direcção da emissora. Apesar da moção da CIISR reiterando a sua confiança na equipa de Calvão Borges e das manifestações de solidariedade de centenas de funcionários que nas ruas clamam que “a Emissora é do Povo”, os rumores de que a direcção estaria demissionária persistem. Segundo alguma imprensa, o problema arrastava-se desde finais de Fevereiro, altura em que a direcção da Emissora Nacional começara a insistir junto do ministro da Comunicação Social para que fosse aceite o seu pedido de demissão (*O Comércio do Porto*, 6/5/75). As razões desta atitude apenas serão conhecidas mais tarde, estando em causa a “intensidade da luta partidária e da luta de interesses individuais” (*Jornal Novo*, 22/5/75). Esta posição é, de certa forma, confirmada pelos trabalhadores socialistas da Emissora Nacional que, em comunicado, denunciam estar em curso na empresa uma escalada “de grupelhos de pseudo-revolucionários que se auto-intitulam de «vanguardas da classe operária»” (*Portugal Socialista*, 14/5/75).

Depois de alguns dias de impasse, em que a hipótese de a Emissora Nacional ficar na dependência directa da 5.ª Divisão é equacionada por alguns órgãos de imprensa, o CR rejeita o pedido de demissão de Calvão Borges (*O Primeiro de Janeiro*, 18/5/75).

Esta solução temporária da crise da direcção da Emissora Nacional não impede que continuem as desconfianças quanto à actuação da CIISR. Os processos arrastam-se. Os seus membros desmobilizam-se, invocando razões de carácter profissional ou pessoal para abandonar a Comissão. O retrato traçado pelo *Diário de Lisboa* é inequívoco quanto às reais possibilidades de sanear os quadros da Emissora Nacional:

“Acontece que, de uma forma geral, as pessoas que possuem informações ou documentos úteis à Comissão de Saneamento, ou não os fornecem (por motivos relacionados com a sua própria segurança) ou preferem guardá-los para uma eventual chantagem. Outras invocam questões de «consciência» como justificação do seu imobilismo e do seu silêncio. [...]

Pela sua parte, os membros da Comissão Interna de Inquérito para Saneamento e Reclassificação, por falta de conhecimentos de investigação e de bases jurídicas, debatem-se com grandes dificuldades de intervenção [...]. Todos estes factores levam a que o saneamento desejável - sempre inatingível por via legalista - não alcance sequer os limites do «possível». Centena e meia de inquéritos abertos, acabarão por produzir um saneamento perigosamente moderado. E os grandes e pequenos reaccionários da estação oficial [...] de há muito se misturam com os trabalhadores progressistas e de cravo ou punho ao peito, provocam a confusão e a divisão e atiram para cima dos partidos toda a responsabilidade da actual crise interna da EN” (*Diário de Lisboa*, 20/5/75)

Em finais de Maio, a hipótese de a Emissora Nacional ser controlada pelos trabalhadores começa a ser ventilada. De acordo com o *Comércio do Porto*, a iniciativa de entregar o poder aos trabalhadores teria partido do próprio Calvão Borges (*O Comércio do Porto*, 24/5/75). A agitação está ao rubro, agravando-se com a constituição de uma Comissão de luta dos trabalhadores demitidos e suspensos da RTP e Emissora Nacional. Neste contexto, a apresentação dos resultados do grupo de trabalho encarregue de estudar a reestruturação da Direcção dos Serviços Informativos da Emissora Nacional parece não ter qualquer impacto. A radicalização da luta política na Emissora Nacional dá lugar a episódios insólitos como o protagonizado pelos locutores do programa da manhã, quando, a 7 de Junho, leem que aos microfones da emissora um comunicado-manifesto contestando um programa anteriormente emitido. Segundo a Direcção da Emissora Nacional, esta atitude encerra uma “perspectiva monolítica da utilização do meio de comunicação” e uma tentativa de imprimir à programação uma “orientação sectorial ou partidária”. Uma atitude de “falta de distanciamento crítico e denunciadora de incapacidade para colocar os superiores interesses da Revolução acima dos

seus pruridos pessoais” que leva a Direcção a punir o responsável pelo programa da manhã (AH RTP/RDP, OS 44/75).

Esta situação explosiva que culmina, em finais de Junho, na demissão da Direcção de Calvão Borges, não é, no entanto, exclusiva da Emissora Nacional. Em termos de comunicação social, a situação era preocupante e turbulenta, com a eclosão dos casos República e Renascença e o crescente conflito em empresas como a RTP, RCP e Século. Em termos gerais, a dissolução da coligação que sustentava o IV Governo Provisório dá conta da crise política mais ampla que afecta o país e que, em breve, provocará o fraccionamento do próprio poder militar (Rezola: 2006).

### **Que rádio, que povo?**

A 3 de Julho toma posse uma nova direcção presidida por Manuel Bouza Serrano. Integram a equipa os capitães Santa-Clara Gomes e Jorge Manuel da Silva Alves e o tenente miliciano Carlos Manuel Rocha de Almeida. No seu discurso, o recém-empossado presidente sublinha a necessidade da “vigilância interna contra os divisionistas”, mas também de proceder a alterações na programação, liquidando de vez o “nacional-cançonetismo” e toda a música reaccionária, e promovendo uma informação “formativa” (*Jornal Novo*, 4/7/75).

A presença na sessão do ministro da Comunicação Social (comandante Correia Jesuíno), do responsável da 5.ª Divisão (comandante Ramiro Correia) e do director do Centro de Sociologia Militar (coronel Varela Gomes), deixa patente a sintonia da nova direcção com o poder gonçalvista. Esta estreita ligação acabará por ter um forte impacto na emissora, num momento em que o primeiro-ministro Vasco Gonçalves se encontra crescentemente isolado. Quando, a 5 de Agosto, o *Jornal Novo* divulga a intenção do ministro da Comunicação Social de criar uma comissão militar de análise dos meios, com poderes para avaliar a existência de práticas condenáveis e punir os seus responsáveis (*Lei Jesuíno*), as reacções são imediatas. Tal como acontece noutros meios de comunicação, o projecto de Lei gera uma onda de contestação na Emissora Nacional que leva a uma intervenção directa do ministro, determinando a suspensão do funcionário responsável por um dos turnos do programa de noticiário em que é transmitido um excerto da conferência de Imprensa da lista B candidata à direcção do Sindicato dos Jornalistas, contestando o documento (*Luta Popular*, 9/8/75).

As denúncias de que a Emissora Nacional estaria dominada pelo PCP e pela 5.ª Divisão, fazendo parte de uma estratégia de controlo dos meios de comunicação social, atingem o rubro em finais de Agosto na sequência da suspensão de 16 trabalhadores que denunciam a presença de elementos armados na Emissora Nacional na noite de 23-24 de Agosto. Recorde-se, a este respeito que, na noite seguinte, se constituiu a Frente Unida Popular (FUP), integrando vários partidos de extrema-esquerda (FSP, LCI, LUAR, MES, PRP/BR, grupo 1.º de

Maio) e comunistas (MDP/CDE e PCP), com o objectivo de reforçar as posições destes sectores e amenizar o impacto da publicação do *Documento do COPCON*.

Contestando esta situação, os suspensos desenvolvem uma campanha de denúncia do clima na emissora, fazendo referências à existência de um clima de "terrorismo político" e censura interna (traduzida, por exemplo, na proibição de qualquer referência ao *Documento dos Nove*). Na sua perspectiva, "a voz dos trabalhadores" e dos ouvintes não tinha "qualquer eco, tal como não tinha anteriormente" (*A Luta*, 26/8/75).

Reunidos em plenário, a 26 de Agosto, os trabalhadores da Emissora Nacional exigem a reintegração dos funcionários suspensos e a abertura de um inquérito aos acontecimentos. A onda de apoio aos suspensos alarga-se chegando à Assembleia Constituinte pela voz do deputado socialista Igrejas Caeiro. Alguns órgãos de imprensa falam em saneamentos selvagens, comparando este episódio ao caso do *Diário de Notícias* ou do *Documento Veloso* na RTP.

Apesar da autocritica revolucionaria efectuada pela direcção de Manuel Serrano, a contestação na empresa é insustentável, exigindo a imediata demissão da Comissão de Saneamento, assim como a demissão de um membro da Direcção (Jorge Alves) e a abertura de um inquérito aos restantes. Segundo os trabalhadores, a direcção não oferecia "garantias de informação objectiva, independente, ao serviço do povo", não merecendo a confiança dos trabalhadores (*O Primeiro de Janeiro*, 5/9/75).

Ao Verão Quente de 1975, segue-se um Outono escaldante. Apesar do afastamento do primeiro-ministro Vasco Gonçalves em inícios de Setembro, a esquerda revolucionária desencadeia uma série de acções que põe em causa o novo poder político-militar. A 25 de Setembro, manifestantes mobilizados pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas ocupam a Emissora Nacional com o objectivo de dar a conhecer a sua luta. As acções de distúrbio sucedem-se, com particular intensidade em Lisboa, gerando uma situação insustentável. O assalto e destruição do consulado e embaixada de Espanha em Lisboa, a 27 de Setembro, são paradigmáticos da situação.

É neste contexto que, a pretexto de se estar a viver uma situação de emergência, o recém-empossado primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo ordena a ocupação das estações de rádio e televisão a 29 de Setembro. Esse será um dia longo na Emissora Nacional. Enquanto nos Restauradores populares e militantes de extrema-esquerda exigem a Otelo Saraiva de Carvalho que tome o poder, os trabalhadores da Emissora Nacional decidem não acatar as determinações do governo e retomam a programação normal. Centenas de manifestantes concentram-se junto à Emissora Nacional, apoiando a luta dos trabalhadores. Perante uma situação que parece descontrolada, o ministro da Comunicação Social Almeida Santos envia o major João Figueiredo à Emissora Nacional para assumir "plenos poderes" de Direcção. A situação colhe de surpresa os funcionários, mas também a anterior direcção que interpreta o



gesto como uma demissão política. Na sua primeira alocução aos trabalhadores, João Figueiredo afirma que o seu papel seria o de “fazer daquela Estação um órgão do VI Governo”. Recordando que a “Emissora Nacional é do País” e que a Lei de Imprensa “teria que ser cumprida à risca”, Figueiredo alerta para os perigos “de um Chile em Portugal”, para a “hipótese de uma invasão espanhola” ou de “uma guerra civil” (*República*, 30/9/75).

Os primeiros momentos do mandato de João Figueiredo são particularmente difíceis. Os problemas sucedem-se com a ocupação do Emissor Regional da Madeira, que provoca 70 feridos (7 de Outubro), e os constantes problemas com o pessoal de Lisboa. Se nas ruas de todo o país esses são momentos de luta entre os que apoiam e contestam o VI Governo Provisório e os militares moderados, também os trabalhadores da Emissora Nacional se dividem. De um lado, a célula do PCP, denunciando estar em curso um saneamento à esquerda na empresa. Do outro, a comissão de trabalhadores que, rebatendo esta posição, revela publicamente o seu apoio ao VI Governo, “alvo preferencial na hecatombe social em que vivemos, último reduto da Democracia e derradeira via possível para a sociedade sem classes” (*Jornal Novo*, 19/11/75).

É neste ambiente que chegamos ao 25 de Novembro, provavelmente um dos episódios mais controversos da revolução portuguesa (Rezola, 2006: 480-498). Depois de meses de psicose golpista, o confronto parece iminente, opondo os partidários de um modelo de democracia popular e os da democracia representativa. A Emissora Nacional é palco de algumas das operações militares desencadeadas neste contexto, sendo ocupada às 17h por forças da Polícia Militar e do COPCON. Os seus apelos à revolução, em nome de Otelo e do poder popular, serão, no entanto, rapidamente neutralizados com a passagem da emissão para o Porto. A revolução chegara ao fim. Um dia depois do termo do Estado de Sítio, que vigorara em Lisboa durante mais de uma semana, o governo anuncia a sua decisão de nacionalizar todas as estações de rádio (3 de Dezembro). 42 funcionários da Emissora Nacional são suspensos por alegada implicação nos acontecimentos do 25 de Novembro. Outros seis serão suspensos dias depois. A emissora do povo e para o povo voltava a ser uma voz ordeira num país que dá então os últimos passos para a normalização democrática.

### **Bibliografia**

CARVALHO, Otelo Saraiva de (1977): *Alvorada em Abril*, Lisboa, Bertrand.

FERREIRA, José Medeiros (1994): Portugal em Transe. In: MATTOSO, José, *História de Portugal*, vol. VIII, Lisboa, Círculo de Leitores e Ed. Estampa.

FIGUEIRA, João (2007): *Os Jornais Como Actores Políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão quente de 1975*, Coimbra, Minerva Coimbra.

- MESQUITA, Mário (1988): Estratégias liberais e dirigistas na Comunicação Social de 1974-1975. Da Comissão Ad Hoc à Lei de Imprensa. *Jornalistas, Revista de Comunicação e Linguagens*, 8: 85-113.
- MESQUITA, Mário (1994): O caso República: um Incidente crítico. *Revista de História das Ideias* n. 16: 507-554.
- MESQUITA, Mário (1994): Os Meios de Comunicação Social. In: REIS, António (coord.), *Portugal, 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores: 360-405.
- REBELO, José (1994): Imagens de um Pretérito Imperfeito. In: MESQUITA, Mário e REBELO, José (orgs.), *O 25 de Abril nos Media Internacionais*, Porto, Afrontamento.
- REZOLA, Maria Inácia (2006): *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação.
- RIBEIRO, Nelson (2002): *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*, Lisboa, Universidade Católica.
- SANTOS, Sílvio Manuel Rodrigues Correia dos (2011): *Serviço Público de radiodifusão em Portugal: do controlo ideológico ao fim da representatividade social*, Dissertação de Doutoramento em Ciências da Comunicação, especialidade de Media e Sociedade, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SEREJO, Fernando (2001): Rádio – do marcelismo aos nossos dias (1968-1990). *Observatório*, 4: 65-95.
- STREET, John (2001): *Mass media, politics and democracy*, New York, Palgrave Macmillan.

---

Rogério Santos

## As audiências como elemento de compreensão das tendências da rádio entre as décadas de 1940 e 1970

---

139

**As audiências como elemento de compreensão das tendências da rádio entre as décadas de 1940 e 1970**

**Audiences as a key factor for trends in the Portuguese radio (1940s to 1970s)**

Rogério Santos (Universidade Católica Portuguesa)

[rogerio.santos@netcabo.pt](mailto:rogerio.santos@netcabo.pt)

### Resumo

No texto, analiso os estudos de audiência sobre rádio durante três décadas (1940-1970), em que se processa uma evolução – de pesquisas informais a inquéritos quantitativos. Se o primeiro painel surgiu na década de 1940, os estudos mais sérios, desenvolvidos pela rádio pública Emissora Nacional, apareceram a partir de 1951. Já na década de 1960, houve recurso contínuo a empresas especializadas na criação de inquéritos e com objetivos mais científicos. Apesar de realizados em regime ditatorial, com a opinião pública muito condicionada, os estudos tornaram-se importantes para as agências de publicidade e produtos e serviços anunciados na rádio, mas também na emergente televisão.

**Palavras-chave:** audiência, rádio, Emissora Nacional, inquérito.

### Abstract

The very first audience panel information on Portugal dates back to the 1940s. The BBC, much listened to in Portugal, made announcements inviting listeners to write in with letters detailing the levels of reception and the quality of programs. In 1943, a weekly average of 75 letters was being delivered to the British Embassy in Lisbon. The panel was empirical, informal and based on a specific question and not about actual listener habits. To the best of our knowledge, only in 1951 was the first proper study of the field in Portugal undertaken by Salviano Cruz. As the 1960s turned into the 1970s, more regular studies began to be

launched. The universities were not yet studying either the means of communication or the market with such activities left to private sector companies even while still facing difficulties in raising potentially bothersome questions. A study commissioned from the IPOPE (the Portuguese Institute for Public Opinion and Market Studies) for Coats & Clarks, a textile industry based company, did begin to ask some social questions. A work on religious liberty in 1973, when the Concordat was undergoing negotiation, and even with authorisation by the State, would run into trouble.

**Keywords:** audiences, radio, Emissora Nacional, survey.

### **Introdução**

Em 1965, o crítico de rádio Pedro do Vale, em artigo da revista *Flama*, perguntava qual o gosto do público ouvinte em termos de música portuguesa e internacional. A entrada de muita música de língua inglesa na rádio estava a introduzir forte perturbação na formação do gosto nacional. Dada a ausência de indicadores de audiência, Pedro do Vale não sabia “se uma qualquer emissora é mais ouvida no Norte, no Sul ou no Centro e, inclusivamente, se as condições de receção são ótimas, boas ou simplesmente regulares” (*Flama*, 7 de maio de 1965). As questões de gosto e de influência externa pareciam camufladas dentro da questão da receção técnica.

Por estas linhas, sente-se a premência de produtores de programas e anunciantes conhecerem as audiências e a ignorância, pelo jornalista, de inquéritos feitos pela BBC, no decurso da II Guerra Mundial, e pela Emissora Nacional.

No texto aqui presente, analiso os estudos de audiência sobre rádio em cerca de três décadas (1940-1970). Eles evoluem de uma orientação mais informal e básica para inquéritos quantitativos, próximos dos estudos desenvolvidos nos Estados Unidos desde o tempo de Paul Lazarsfeld. Como perguntas de partidas, formulo: quais os principais inquéritos? Qual o posicionamento da Emissora Nacional face às outras rádios? O artigo segue a metodologia de análise documental, em especial o arquivo da RTP no que concerne a estudos de audiências da rádio.

### **Primeiros inquéritos**

Os primeiros dados de um painel público em Portugal remontam à década de 1940, quando havia 185 mil recetores de rádio no país. A BBC, muito escutada em Portugal por causa das notícias sobre a II Guerra Mundial, convidara os ouvintes a escrever cartas detalhadas sobre níveis de receção e qualidade dos programas. Em 1943, uma média semanal de 75 cartas chegava à Embaixada Britânica em Lisboa (Ribeiro, 2014), painel empírico, informal e com

base numa questão específica e não sobre os hábitos do ouvinte real, e sem se debruçar sobre as rádios nacionais.

Pouco depois do fim da II Guerra Mundial, a Emissora Nacional procurou conhecer os seus ouvintes, com inquéritos próprios ou compra de estudos a entidades comerciais. O primeiro ocorreu em agosto de 1951, com pesquisa direta a domicílios, em Lisboa e no Porto, conduzido por Salviano Cruz (Arquivo RTP, caixa 77). Foi criado um processo de amostra estruturada, apesar de não se indicar o número de entrevistados e a margem de erro. O segundo inquérito, de Amaro Guerreiro e Joaquim Paes Moraes (Arquivo RTP, caixa 77), seguindo o método anterior e com a variável da intensidade geral de audição, realizou-se no final de 1953 e funcionou como inquérito piloto junto da Emissora Nacional. Durante dez anos, este modelo apoiou a programação da estação oficial, embora se solicitasse também a colaboração de ouvintes para a introdução de alterações aos programas. O escasso número de opiniões recolhidas (algumas centenas) não possuía valor estatístico, mas atuava como indicador de tendência.

Em 1958, a Emissora Nacional lançou um inquérito qualitativo, com quase mil ouvintes a responder, publicitado previamente nos media (*Flama*, 17 de outubro de 1958). Das questões principais, destacavam-se as dos separadores (evitar o mesmo género musical em programas que precedem ou sucedem), repetições (não passar a mesma obra em intervalos curtos), ópera (indicar nomes de intérpretes, seu timbre, papéis e pequenas notas sobre as peças), e diversidade de programas, caso de música séria (mesmo para um apreciador não podia suceder, na mesma noite, um recital de quarteto português, uma palestra, um quarteto estrangeiro). Os responsáveis da Emissora Nacional também receberam sugestões sobre programas de estúdio (o número elevado de artistas em cada espetáculo significava níveis diferentes de qualidade, pelo que se aconselhava a emissão apenas depois de edição) e locução (recomendar aos locutores do programa 2, quando anunciavam uma obra estrangeira, para pronunciar os nomes “com um mínimo de decência”).

Depois, a Emissora Nacional adquiria o *Estudo Nacional de Base sobre Cinco Meios Publicitários*, levado a efeito pela Eco Lusitana, em outubro-dezembro de 1965 (Arquivo RTP, caixa 77). Seria o primeiro estudo nacional (metropolitano continental) que a estação pública se serviu, na realidade, para a estruturação dos seus programas. Apesar de estudo sobre publicidade, aplicável a outros clientes (detetar compradores potenciais para produtos e não ouvintes), tinha a vantagem de empregar os métodos dos inquéritos anteriores feitos para a estação.

O inquérito foi conhecido quase na altura em que Pedro do Vale perguntou qual o perfil dos ouvintes portugueses, significando a entrada do tema na agenda pública. Por outro lado, apontava o objetivo, por parte da Emissora Nacional, de criar uma rotina de estudos para conhecer os ouvintes.

### **Primeiros estudos regulares de audiências**

No final da década de 1960 e inícios da de 1970, surgiram empresas comerciais que começaram a fazer estudos regulares, nomeadamente aplicados a produtos do mercado e que incluíam perguntas sobre os media (rádio e televisão) (Castro, 1971; Príncipe, 1973), bem como sondagens. O país passava por um período de transição, a Primavera Marcelista (governo de Marcello Caetano), entre o desaparecimento de Salazar (1968) e a queda do regime ditatorial (1974). As universidades ainda não faziam estudos de meios e de mercado, atividade deixada para as empresas privadas, que enfrentavam muitas dificuldades em levantar questões incómodas. Num estudo encomendado ao IPOPE (Instituto Português de Opinião Pública e Estudos de Mercado) para a Coats & Clarks, empresa ligada à indústria têxtil, introduziram-se várias questões sociais (José Vidal de Oliveira, entrevista pessoal em 12 de maio de 2011). Um trabalho sobre liberdade religiosa, em 1973, quando o país estava em fase de negociação da Concordata, e mesmo com autorização do Estado, traria problemas:

Antes do 25 de Abril [de 1974, data da queda da ditadura], no período de Marcello Caetano, fizemos duas sondagens: os portugueses e a religião e os portugueses e a política. A sondagem tinha patrocinadores. Era uma coisa ainda incipiente: se costumava votar, se não costumava votar, uma escala de atitudes a nível político. Numa terra da Guarda, o entrevistador fez o inquérito a uma senhora cujo marido era o chefe do posto da GNR. Ele [o chefe da GNR] telefonou aos postos próximos e [os polícias] começaram a prender os inquiridores (José Vidal de Oliveira, entrevista pessoal em 12 de maio de 2011).

De uma forma geral, os estudos eram importantes para as agências de publicidade e para a definição da política de informação e de sensibilização da opinião pública. O mercado de bens de consumo estava a crescer, com as marcas nacionais e internacionais a terem necessidade de saber hábitos de compra. A rádio tinha uma forte penetração e a televisão principiava a massificação, com um só canal. As empresas de meios e de publicidade respondiam a pedidos para fazer estudos sobre impacto de produtos, programas na rádio e na televisão e até, timidamente, opções políticas (José Vidal de Oliveira, entrevista pessoal em 12 de maio de 2011). Nasceram empresas como Eco Lusitana, SERTE (Sociedade de Estudos e Realizações Técnico-Económicas), IPOPE e Norma (ligada ao grupo industrial CUF), algumas delas filiais de empresas espanholas, desaparecidas ou que perderam importância na mudança de regime político em 1974. As empresas tinham pequenas estruturas operacionais: entre oito e nove pessoas na Eco Lusitana, 10 a 15 no IPOPE, 30 na Divisão de Estudos de Mercado e Opinião Pública da Norma (José Vidal de Oliveira, entrevista pessoal em 12 de maio de 2011). Por seu

lado, multinacionais como a Nestlé dotaram-se de departamentos de publicidade e audiências, encomendando estudos de mercado.

A formação base dos responsáveis das empresas de estudo de meios era matemática e engenharia, a que juntavam disciplinas como estatística e ciência política. Os dirigentes das empresas com licenciaturas de sociologia e psicologia social tinham frequentado cursos no exterior do país, o que atrasou a criação de um corpo estável e de qualidade na análise de mercado e de audiências. O trabalho de análise de dados das primeiras empresas foi feito em Espanha, o que mostra o pouco desenvolvimento do contexto nacional. José Vidal de Oliveira trabalharia em empresas como Eco Lusitana, Norma e Euroteste. Outro nome muito conhecido na área, até pelos trabalhos produzidos e publicados, seria Mário Bacalhau (entrevista pessoal em 13 de abril de 2011), que colaborou com a Norma e a Teor. Os dois investigadores seriam imprescindíveis no trabalho da Norma, empresa que lançou o inquérito de 1970, peça base na modernização da medição de audiências dos media em Portugal (Santos, Burnay, Roquette e Duarte, 2011).

### **Inquérito de 1969**

Em 1969, o presidente da direção da Emissora Nacional, Sollari Allegro, quis ouvir os seus colegas sobre um inquérito a lançar aos ouvintes. O primeiro orçamento foi mostrado pelo diretor técnico, Manuel Bivar: o inquérito custaria 431 mil escudos se realizado pelos próprios serviços, pelo que aconselhava um trabalho feito por empresas especializadas. Para ele, a Emissora Nacional tinha missões a cumprir e a existência de serviço próprio de auscultação permanente não era uma delas. Quando Sollari Allegro argumentou que o custo do inquérito seria mais baixo se feito dentro da rádio oficial, Manuel Bivar lembrou que a televisão pública tinha em curso um inquérito realizado por empresa especializada, com custo à volta de 200 mil escudos. O diretor de programas, Carlos Silva Gonçalves, admitiu a hipótese de consultar o INE. A direção da estação de rádio apuraria outros dois orçamentos, um de 400 contos e outro de cerca de 200 contos, da SERTE. Um primeiro consenso pareceu inclinar-se para o trabalho desta empresa: além do orçamento competitivo, a SERTE tinha pessoal em todo o país, assegurando inquiridores em regiões chave (Arquivo RTP, caixa 77).

O inquérito de 1969 acabaria por ser efetuado pela própria Emissora Nacional, com uma fase preparatória com o INE e um custo menor 1/3 do produzido por uma empresa comercial, além de formar pessoal para trabalhar em operações semelhantes no futuro (Arquivo RTP, caixa 77). O inquérito decorreu na semana de 22 a 30 de novembro de 1969, junto de amostra aleatória de pessoas com mais de 14 anos, com 8897 contactos e 8694 entrevistas no país, em 56 localidades, o que indica grande fiabilidade pelo número muito baixo de recusas. Pelo inquérito, quis saber-se o comportamento geral da população em termos de audição radiofónica durante uma semana, o equipamento de radiodifusão existente, hábitos de escuta

das pessoas entrevistadas de hora a hora e, em alguns períodos, de meia em meia hora, género de programas preferidos, e influência da televisão sobre a escuta radiofónica. A justificação para o total do trabalho seria

o afluxo aos centros urbanos com as conseqüentes alterações ao modo de vida e a transformação que se verificou nos meios rurais; a multiplicação das instalações de radiodifusão sonora com a expansão dos postos móveis de escuta (autorrádios e transístores), além da televisão, são fatores suscetíveis de modificar quaisquer dados que se possuam, de anteriores sondagens (Arquivo RTP, caixa 77).

O inquérito incluiu sete fatores de diferenciação: sexo, idade, estatuto económico e profissão, nível de instrução, situação da família, condições demográficas e condições geográficas. Não se pode enquadrar socialmente o inquérito sem se compreender a situação geral do país. Em 1969, decorreu um ato eleitoral e, embora a oposição acusasse o poder político de manipulação da campanha e dos resultados, a opinião pública estava disponível a responder a inquéritos de tendências de consumo. Em termos de sexo ouvinte, os autores do relatório seguiram Lazarsfeld, para quem "os ouvintes da manhã gostam de programas pouco barulhentos e que os desviem das suas preocupações, são atraídos por emissões que apresentam um interesse humano, gostam também por vezes de informações de carácter prático" (Arquivo RTP, caixa 77).

Saliento alguns resultados do inquérito: 65,3% ouviam rádio pelo menos uma vez por semana e 45,5% tinham ouvido na véspera da inquirição. Nas zonas Centro Litoral, Centro Interior e Sul verificava-se maior densidade diária de escuta, seguidas do Algarve, apesar de Lisboa (com 28,2% da totalidade dos aparelhos de rádio, contra 8,3% das zonas acima indicadas) e Porto aparecerem com menos densidade de escuta. Os autores do relatório do estudo avançavam outras causas, mas não as explicitam. A meu ver, a televisão começava a disputar as audiências. Escutava-se rádio habitualmente nos seguintes períodos: de 2ª a 6ª feira, 87,1% dos respondentes ouvia rádio em casa e 18,5% noutros sítios. De segunda-feira a sábado, os picos de audiência eram às horas de almoço e do jantar, decrescendo a intensidade de escuta a partir das 21:30. Entre as 17:00 e as 19:00 havia outro decréscimo, ocasionado pela televisão. Ao sábado, os valores mais elevados de escuta situavam-se ao almoço (45,3%) e durante a tarde (11,6%). Ao domingo, na altura da transmissão do programa de música ligeira, os picos de audiência iam das 15:00 às 17:00.

Ao pequeno-almoço, os programas preferidos eram o noticiário e a música ligeira, ao passo que os ouvintes gostavam de programas humorísticos à hora do almoço e de programas desportivos à tarde. A audição ao domingo, durante a manhã (35,3%), tinha mulheres (45,4%) de todas as idades. Ao almoço e à tarde, a escuta era mais equilibrada entre os dois



sexos. Durante a tarde, ouvia-se muita rádio em Lisboa, escuta feita em casa, por mulheres (93%), ao passo que em locais públicos (9,4%) e “noutra casa” (6,7%) eram os homens que predominavam. Em pequenas rubricas, em vez dos programas matinais e de despertar, os ouvintes preferiam ao domingo o boletim meteorológico, os noticiários e a música ligeira portuguesa. A escuta em automóveis ao domingo chegava aos 4,8%. Os que mais ouviam rádio no automóvel eram jovens e homens de meia-idade (45-54 anos) das classes alta e média alta, que se deslocavam em viagens de passeio.

Dos programas preferidos, os ouvintes listaram: *Parodiantes de Lisboa* (27,6%), teatro radiofónico (22,4%), discos pedidos (19,9%), música ligeira portuguesa (18,3%), folclore português (15%), *Quando o Telefone Toca* (11,8%), folhetins (11%), desporto (10,7%), fados (10,6%) e música erudita (2,7%) (Arquivo RTP, caixa 77). A maioria dos programas preferidos não pertencia à Emissora Nacional. O inquérito também abordou a distribuição dos aparelhos recetores em 1969: recetor ligado a eletricidade (59,4%), recetor portátil (transístor a pilhas) (47,2%) e autorrádio (4,3%).

Na generalidade, o inquérito de 1969 indicou que havia desinteresse acentuado pelos programas falados que não fossem de tipo informativo, com a música ligeira a ser o tipo de programas que mais interessava em qualquer hora, em todos os critérios ventilados. Sobre programas de formação ideológica, logo programas falados não informativos, como *A Voz do Ocidente*, não existe uma única linha de texto, o que pode indiciar desconforto por parte do analista. O autor do relatório final do inquérito escrevia que se estava perante um auditório habituado durante décadas a uma programação semelhante, distribuída com noticiários às 13:00 e às 20:00, agricultura e meteorologia no começo do dia e “programas com menos interesse colocados às horas de menor audição” (Arquivo RTP, caixa 77). Ele não indica o significado de “menos interesse”.

O inquérito colocou a Emissora Nacional Lisboa 1 com boa audição na generalidade das regiões, exceto o Norte Interior e o Porto, onde se captava habitualmente Rádio Clube Português (Miramar) e Emissora Nacional Porto 1. O emissor Lisboa 2 (música clássica), destinado a um auditório de classe alta, tinha escuta mínima se comparado com Rádio Clube Português e Emissora Nacional Lisboa 1 (programa generalista). Quanto às emissões em FM (frequência modulada), apenas 25,5% dos inquiridos tinham equipamentos que a captavam, o que tornava menos importante os dados obtidos. As emissões de FM transmitidas por Lisboa 1 tinham maiores picos às 9:00 e às 13:00 e, aos domingos, às 10:30. Em FM, Rádio Clube Português tinha mais densidade de ouvintes, exceto aos domingos, com preferência para Lisboa 1, e às sextas-feiras, das 17:00 às 19:00, com a Rádio Renascença. A estereofonia tinha mais ouvintes no Porto e em Lisboa. Tecnologia experimental desde 1968, apenas oferecida pela Emissora Nacional e por Rádio Clube Português em alguns horários, surge no

inquérito como nota de atualidade tecnológica. Fora das emissões nacionais, as estações espanholas tinham alguma audiência, embora sem outros detalhes.

O inquérito oferecia outras questões interessantes: quem se encarregava de ligar o rádio, escolha do programa feita pela voz do locutor ou de publicidade através da imprensa, seleção da emissora, desinteresse e desconhecimento de outros programas ou emissoras. Dos valores obtidos, a escolha de ocasião levava vantagem, mas o anúncio do locutor também conduzia os ouvintes à escolha do programa, embora poucos seguissem a promoção de programas pela imprensa. Grande número de inquiridos deixava o botão fixo numa dada emissora (62,2% para a Emissora Nacional), com a mulher a ter maior controlo na abertura do aparelho e na escolha de estação, exceto na classe baixa, comandada pelo marido (Arquivo RTP, caixa 77). A escuta era mais atenta nos mais velhos e menos abastados.

A grande vantagem do inquérito de 1969 foi o ter sido o primeiro estudo de grande envergadura a nível nacional e com possibilidade de vender os resultados para anunciantes nas rádios comerciais. Inexplicavelmente, o inquérito não abrangeu as estações particulares de Lisboa e Porto (Emissores Associados de Lisboa e Emissores do Norte Reunidos), então muito populares devido à sua programação de proximidade às populações dos bairros onde se inseriam, o que se traduz num enviesamento apreciável dos resultados, no que é a maior crítica ao inquérito.

### **Inquérito Norma (1970)**

No inquérito feito em 1970 a sete mil indivíduos, a Emissora Nacional atingia 39% da audiência total, seguida de Rádio Clube Português (36%), Rádio Renascença (15%), Rádio Graça (4%), Emissores Associados de Lisboa (3%) e Emissores Norte Reunidos (3%) (Castro, 1971: 124). A rádio não possuía a divisão de públicos tão acentuada como hoje, embora a programação noturna se distinguisse da diurna, em especial a da manhã, a partir da década de 1950, e a da tarde, na década de 1960, esta mais orientada para as donas de casa. As estações começaram a emitir na parte da tarde, ao longo da década de 1950. Na década de 1960, a mulher ainda permanecia maioritariamente em casa, tornando-se um alvo preferencial dos anunciantes na rádio.

Por exemplo, o sucesso da radionovela, cujo paradigma foi *Força do Destino* (mais popularmente conhecida como a coxinha do Tide), na segunda metade da década de 1950, todos os dias da semana às 14:30, associou-se à importância dos detergentes nas políticas de limpeza doméstica. Devido à radionovela, o Tide era o detergente mais conhecido das donas de casa em Portugal. A intérprete principal da radionovela teve uma enchente na igreja e uma multidão a acompanhá-la na cerimónia quando se casou na vida real; a pérfida na novela foi maltratada quando a descobriram na rua; berços e enxovais de criança demandaram a Rádio Graça, a emissora da novela, quando nasceu uma criança na trama da novela radiofónica

(Santos, 2014). Nestes exemplos na mesma radionovela, revela-se um fenómeno de comunicação de massa quase desconhecido na época em Portugal. Vida na novela radiofónica e vida real queriam misturar-se.

Segundo os dados do censo de 1960, havia 600 mil mulheres empregadas num universo de quase 3,8 milhões de indivíduos ativos, números alterados em 1970, com mais de 850 mil mulheres num universo de 3,4 milhões da população ativa (Carrilho, 1996: 11). As mudanças sociais, com a crescente saída da mulher do lar, refletir-se-iam na audição da rádio, obrigando a programação a adequar-se a um novo tempo.

Em termos de género de programas, os inquiridos davam a primazia a noticiários (38,6%), seguindo-se teatro (23,7%), discos pedidos (18,5%), música portuguesa (14,6%), fados (10,3%), programas desportivos (10,2%), música na estrada (5%), folclore (4,7%) e serões para os trabalhadores (3,9%) (Castro, 1971: 126). Dos programas, a distribuição era: *Parodiantes de Lisboa* (18,3%), *Quando o Telefone Toca* (9,8%), *Clube das Donas de Casa* (4,6%), *PBX* (4,2%), *23ª Hora* (3,6%), *Talismã* (3,6%), *Enquanto for Bom Dia* (2,4%), *Tempo Zip* (2%), *Página 1* (2%) e *Radorama* (2%). Um problema central nos inquéritos sobre consumos de véspera ou dias anteriores é o de levar o respondente a indicar a estação mais ouvida sem correspondência com a programação recordada, com a dominância do que parece correto dizer, pelo que a hierarquia aqui presente precisa de ser lida com cautela.

Os dados de preferência de programas invalidam, de novo, a preponderância da Emissora Nacional em termos de audiência, com a maioria dos programas identificados a pertencerem a Rádio Clube Português, facto que não mereceu ao autor do texto qualquer reparo. Podemos dividir os programas em gostos mais tradicionais, como *Talismã* (programa da manhã) e *Clube das Donas de Casa* (programa da tarde), e mais avançados e modernos, casos de *Página 1* (programa de fim de tarde) e *Tempo Zip* (programa noturno). Curiosamente, estes dois últimos programas seriam alvo de suspensão ou desaparecimento quando em setembro de 1972 o locutor Adelino Gomes fez um comentário sobre o massacre de israelitas por um comando palestino nos Jogos Olímpicos de Munique.

### **Inquérito Convívio (1972)**

A Emissora Nacional começara a emitir ininterruptamente 24 horas por dia desde 1970, embora algum tempo depois abandonasse essa prática por entender haver poucos ouvintes de madrugada, retomada cerca de dois anos depois. Por isso, a estação sentiu necessidade de proceder a mais estudos em termos de preferências dos ouvintes, como aconteceu em 1972. Então, a rádio oficial recolheu informação dos seus ouvintes através de cartas enviadas para a estação e de um inquérito através dos livretes de taxas da Emissora Nacional. A duplicação de inquéritos denota a preocupação em se conhecer as audiências mas revela a descoordenação

interna, como se lia num dos relatórios de Inquérito aos Ouvintes da Rádio (abril-dezembro de 1972):

De lamentar que simultaneamente se faça concorrer um outro inquérito, a que este serviço é alheio, pois dá origem a uma dispersão de esforços e pode até resultar em conclusões antagónicas por não serem adotadas hipóteses de trabalho semelhantes. A unidade estatística é necessariamente diferente e as características, principalmente culturais, afetaram os hábitos de escuta e as preferências sem possibilidades de correção ou ponderação estatística (Arquivo RTP, caixa 77).

Num dos boletins *Convívio* (nº 3, julho/setembro de 1972), ligado à Emissora Nacional, saiu a estrutura de inquérito de audiência lançado em 1972, com texto de abertura assinado por Beckert d'Assumpção, chefe da Divisão de Programação da Emissora Nacional. Com 959 cartas recebidas, os dirigentes da Emissora Nacional usaram essa informação como resultado de inquérito qualitativo (Arquivo RTP, caixa 77). O inquérito, que não integrava novamente as estações minhocas de Lisboa e Porto, procurava saber quando o ouvinte escutava rádio com mais frequência (de manhã, à tarde, à noite), que estações sintonizavam (Emissora Nacional, Rádio Clube Português, Rádio Renascença), as horas (períodos de horários: 8:00-10:00, 10:00-12:00, 12:00-14:00, 14:00-16:00, 16:00-18:00, 18:00-20:00, 20:00-22:00, 22:00-24:00, 0:00-2:00, 2:00-8:00) e os programas sintonizados (musicais, teatro radiofónico, desportivos, noticiários e informativos). O número de cartas recebido revela um grande sucesso, pois o envio de cartas respondia ao apelo da estação para auscultar os seus ouvintes, repetindo o que a inglesa BBC fizera em 1943 com os seus ouvintes portugueses.

Se, na segunda parte, se pedia aos inquiridos que destacassem os programas da Emissora Nacional (musicais, teatro radiofónico, desportivos, noticiários e informativos, além de três programas preferidos na rádio portuguesa, na terceira parte indagava-se sobre a escuta e o porquê da escolha de estações (Emissora Nacional, Rádio Clube Português, Rádio Renascença, em onda média e FM) e as condições de audição na região onde o inquirido morava (ótima, boa, regular, deficiente). Na quarta parte, o inquérito, com respostas abertas, queria saber se o ouvinte preferia programas musicais, programas musicais com apontamentos diversos, se concordava com a existência de apenas programas de música estrangeira ou música portuguesa, se aceitava a imposição de percentagem de música portuguesa em todos os programas musicais, qual a percentagem julgada adequada e a preferência de programas de música variada ou dedicada apenas a um determinado tipo de música. A quinta parte era orientada para o programa *Convívio* e a sexta e última parte, de pergunta aberta, pedia sugestões, críticas ou informações a dar à Emissora Nacional.

Destaco quatro temas que ressaltam das cartas recebidas: separadores de programas, ópera (necessidade de indicar intérpretes e peças), programas de estúdio e locução. Sobre a ópera transmitida (ou outro tipo de peça), os ouvintes entendiam ser necessária a indicação de nomes de intérpretes, seu timbre e papéis, solicitando ainda a inserção de pequenas notas sobre as peças. Por outro lado, pedia-se que, num programa de música clássica, não houvesse uma grande diversidade de programas. Por exemplo, seria errado emitir géneros distintos, num mesmo programa, como recital de quarteto português, palestra e quarteto estrangeiro. Uma das sugestões indicadas nas cartas era sobre separadores, a evitar do mesmo género musical em programas precedentes ou posteriores. Por outro lado, apesar de haver um funcionário capaz de impedir a repetição de uma mesma obra em intervalos curtos, era habitual ouvir-se a mesma obra em semanas seguidas ou até duas vezes na mesma semana. Quanto a programas de estúdio, devia proibir-se a transmissão direta de recitais de estúdio. Porque havia sempre um grande número de artistas, com qualidade e tonalidade de vozes muito diferentes, só deveria emitir-se depois da edição do programa. Isto servia como caução de qualidade dos artistas nacionais, dando oportunidades e cuidando do nível de qualidade dos seus programas. Na parte final, havia elementos sociográficos a solicitar: profissão, idade, residência (localidade) e grupo de escuta responsável pelo inquérito.

### **Outro inquérito de 1972**

Em 1971, Adolfo Simões Müller era nomeado diretor do Gabinete de Estudos de Programas. Entre outras atividades, o Gabinete era responsável por um projeto de inquérito de audiência, utilizando os livretes de licenças anuais e semestrais (taxas) da Emissora Nacional (Arquivo RTP, Caixa 121). Isso repercutiu-se no segundo inquérito aos ouvintes da rádio em 1972. Até 30 de abril de 1972, tinham sido distribuídos 101544 verbetes de resposta paga, através dos livretes de taxas da Emissora Nacional, e recebidos quatro mil respostas. A análise provisória de resultados indicava, quanto à primeira pergunta (estação habitualmente ouvida), a Emissora Nacional tinha uma ligeira vantagem sobre Rádio Clube Português, com este mais ouvido em toda a faixa litoral. Para a Emissora Nacional, iam as preferências dos ouvintes de mais de 35 anos, com o programa 2 da Emissora Nacional escutado especialmente pelo grupo de 55 anos em diante, e os homens a ouvirem a Emissora Nacional mais do que as mulheres. Se, na segunda pergunta (tipo de programas preferidos), surgiam à frente os musicais, com apenas os ouvintes com mais de 55 anos a se inclinarem para programas falados, na terceira pergunta (picos de audiência), as respostas apontavam para 8:00, 13:00 e 20:00 (horários dos noticiários). Antes do almoço e antes do jantar predominavam os ouvintes mais novos e sobretudo as mulheres (período da tarde).

Face à quarta pergunta (género musical preferido), a música ligeira portuguesa, com o folclore e o fado, encabeçava, com valores superiores a 50%. Mas as raparigas e os estudantes

preferiam música pop e a música erudita tinha número limitado de ouvintes. Já no tocante à quinta pergunta (programas falados preferidos), a ordem era: noticiários, desportivos, humorísticos, teatro, folhetim, científicos, literários e políticos. Na sexta pergunta (em que estação ouve o seu programa preferido), a grande maioria afirmava ouvir os programas da Emissora Nacional, mas em Lisboa, a percentagem beneficiava Rádio Clube Português. Quanto à sétima e última pergunta (de todos os programas que ouve, quais os que prefere), a ordem decrescente era música ligeira portuguesa, noticiários, discos pedidos, Parodiantes de Lisboa, Tarde Desportiva, teatro e folhetins da Emissora Nacional, fado e folclore.

Das conclusões gerais, o estudo indicava que Rádio Clube Português possuía maior audiência na faixa litoral do país e só a maior cobertura da Emissora Nacional evitava que Rádio Clube Português obtivesse percentagem maior. No relatório, o autor, ao escrever que o índice de audiências estava diretamente subordinado à cobertura do espaço geográfico, alertava para um decréscimo de ouvintes da estação oficial quando os outros emissores melhorassem a cobertura em ondas médias e quando evoluíssem as condições económicas da população. Além disso, os ouvintes da Emissora Nacional eram mais velhos do que os das outras estações e de classes sociais mais elevadas e a música ligeira portuguesa tinha larga preferência, com a música pop ouvida especialmente nos grandes centros.

### Dados de 1973

No texto do relatório referente ao 1º semestre de 1973, deu-se particular atenção a reclamações de ouvintes sobre a escassez de música portuguesa nos programas de ondas médias. Simões Müller faria uma exposição ao Conselho de Planeamento de Programas, com estatuto de órgão consultivo mas em que alguns diretores de primeira linha tinham assento, aprovando-se o aumento do tempo de emissão de música ligeira portuguesa. Foi ainda reconhecida a necessidade de promover mais a produção de música nacional, dentro do espírito do Centro de Preparação de Artistas da Rádio e da ligação à editora discográfica Rádio Triunfo.

Então, a Emissora Nacional distribuía a sua programação por música (ligeira e erudita) (68%), programas culturais e educativos (8%), dramáticos (5%), noticiários e informativos (13%) e programas especiais e diversos (6%) (Príncipe, 1973: 20). A rádio oficial continuava a dirigir estudos de audiência mas agora com base em estudos socioeconómicos da população portuguesa, como o feito pelo IPOPE (carta de J. de Sousa Monteiro, em abril de 1973, ao presidente da Emissora Nacional, Clemente Rogeiro, Arquivo RTP, caixa 77).

Entre 1969 e 1973, os programas mais escutados tinham mudado, como revela o quadro seguinte (Arquivo RTP, caixa 77):

	Inquérito de 1969	Relatório de 1973
--	-------------------	-------------------

1	Música na Estrada (EN)	Convívio (EN)
2	Quando o Telefone Toca (RR e RCP)	Quando o Telefone Toca (RR e RCP)
3	Programa da Noite (EN)	Espaço 3P (RCP)
4	Roteiro Musical (RCP)	Tarde Desportiva (EN)
5	Programa da Manhã (EN)	Teatro e Folhetim (EN)
6	23ª Hora (RR)	De um Dia para o Outro (EN)
7	Em Órbita (RCP)	PBX (RCP)
8	Radorama (RR)	Página 1 (RR)
9	Parodiantes de Lisboa (RCP)	Programa da Manhã (RR)
10	PBX (RCP)	Música na Estrada (EN)
11	Página 1 (RR)	-

Quadro 1: Programas mais escutados entre 1969 e 1973

A passagem de três para cinco programas da Emissora Nacional de entre os mais escutados deve, de novo, ler-se com cuidado. Uma razão é a mudança de metodologia: em 1969, usou-se um inquérito de amostra probabilística aleatória, ao passo que em 1973 se utilizaram respostas a inquéritos enviados com os livretes das taxas. Apesar da construção de ponderador para acompanhar a distribuição populacional, conforme os dados do INE e que o IPOPE seguiu, pode haver fortes discrepâncias face à realidade. Enquanto em 1969 se discriminaram títulos de programas, como *Em Órbita* e *Radorama*, em 1973 surgiram géneros de programas como teatro e tarde desportiva, o que evidencia uma perda de caracterização. Uma nota suplementar é a da perceção de, no final de 1973, as horas habitualmente fortes da rádio (manhã e noite) perderem interesse em benefício das tardes e das madrugadas (Arquivo RTP, caixa 77), o que significa uma distribuição da escuta por mais horas de emissão. Recorde-se que a Emissora Nacional inaugurou o serviço de emissão contínua 24 horas por dia no começo de 1970, mas abandonou a emissão da madrugada alguns meses depois, por considerar residual a audição noturna, reatando a oferta de 24 horas ininterruptas em 1972, o que teria impacto na análise de audiências.

O tema das audiências relacionou-se com a necessidade de novas estratégias políticas (Emissora Nacional) e comerciais (caso de Rádio Clube Português). Daí, o relevo para o crescimento do número de estações na passagem da década de 1960 para a seguinte. A estação oficial tinha canais de rádio orientados para a metrópole e para fora do país, com a política de aquisição de novas estações, caso da compra dos Emissores do Norte Reunidos, que garantiam mais ouvintes no norte do país, em especial o Grande Porto, no início de 1971. A Emissora Nacional compraria ou adaptaria os emissores regionais de S. Tomé e Príncipe e Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau) entre 1971 e 1973 e empreenderia conversações para instalar um emissor regional no arquipélago de Cabo Verde. Razões políticas de propaganda do

regime estiveram por detrás desta política de expansão em África, aliada ao reforço de programas de pendor ideológico (*A Voz do Ocidente*) na programação nacional, cooperação de programas com Rádio Oficial de Angola e com Rádio Clube de Moçambique, relação direta com a Raret (emissora da CIA a emitir, a partir de Glória do Ribatejo, de programas anticomunistas para os países do leste europeu) e parceria com a Marconi na interferência de emissões anticolonialistas de PAIGC em S. Tomé e Príncipe. Por seu lado, Rádio Clube Português seguiu uma política de aquisição de estações (Rádio Alto Douro, Rádio Ribatejo e Rádio Voz de Luanda), numa pura estratégia de grupo mediático, a que juntaria a aquisição de uma editora fonográfica (Imavox), um cinema para produzir espetáculos a transmitir pelos media (GL, depois chamado Nimas) e a revista *Antena* (depois *Nova Antena*).

### Conclusões

Uma parcela dos estudos sobre audiências aqui presentes resultou de encomendas efetuadas pela Emissora Nacional, quando a própria estação não os desenvolveu. A metodologia dos inquéritos foi variável, de inquéritos probabilísticos aleatórios a inquéritos qualitativos por receção de cartas. Mas isso não impede que se tracem tendências de gosto e impacto dos programas da estação oficial. Mesmo que os resultados pareçam enviesados, porque pode não existir comparação com o conjunto das estações no mercado, há, ao longo de três décadas, preferências dos ouvintes de programas de música ligeira, radionovelas, humor, desporto e informação, com detalhe para programas de autor ou com nome simbólico como *Serões para Trabalhadores*. O entretenimento era o mais escutado, tendência transferida depois para a televisão, o novo meio de comunicação.

A inclusão, nos inquéritos, de programas de discos pedidos e *Quando o Telefone Toca*, além da distinção entre música ligeira portuguesa e música pop, fazia parte do quadro cultural da época. Num dado momento, eclodiu também a questão de escassez de música portuguesa, que coincidiu com o texto do crítico Pedro do Vale na revista *Flama*. Em alguns inquéritos, a estereofonia aparecia como programa, pois a sua oferta estava condicionada a um período curto da emissão diária.

Da análise mais profunda aos diferentes estudos, conclui-se pela profissionalização rápida dos elementos ligados às empresas comerciais e à aquisição de saberes ligados à estatística e à organização de inquéritos. Se houve lenta evolução dos profissionais, isso também se deveu à escassa procura de estudos de mercado. Por outro lado, se os estudos da década de 1950 apontaram questões relacionadas apenas com a Emissora Nacional, os inquéritos de 1969 e seguintes tiveram uma preocupação maior: a comparação com a programação das outras estações. A definição do gosto radiofónico passava do programador para o ouvinte – ou pelo menos, este era consultado. Questões técnicas de receção, programas preferidos e géneros musicais eram perguntas habituais feitas aos inquiridos. Nos géneros musicais, a música



clássica aparecia sempre incluída: apesar de gosto minoritário, a Emissora Nacional considerava o Programa 2 como uma marca distintiva.

Dos diversos estudos de audiência, destaco o de 1969. Além de ter sido elaborado no interior da Emissora Nacional, foi bem estruturado e com resultados adequados. Ao analisar estes, percebe-se que a popularidade da estação oficial era já inferior às rádios comerciais. O texto agora apresentado não refletiu sobre a mudança de artistas e outros agentes culturais da rádio para a televisão, o que daria mais conta da importância da rádio como modelador da cultura popular de massa.

### **Bibliografia**

CARRILHO, Maria José (1996): *População ativa: conceito e extensão através dos censos*. [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_estudos&ESTUDOSest\\_boui=106158&ESTUDOSmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=106158&ESTUDOSmodo=2), (acedido em 11 de março de 2012).

CASTRO, Luís Oliveira (1971): Audiências dos meios de difusão em Portugal. Sep. no. 1, vol. II, *Boletim Informação, Cultura Popular, Turismo*: 105-133.

CRUZ, Salviano (s/d): *Rádio Ouvintes e Programas em Lisboa, Estudo Económico e Social* (Arquivo RTP, caixa 77).

GUERREIRO, Amaro D. e MORAES, Joaquim José Paes (s/d): *Inquérito Radiofónico* (Arquivo RTP, caixa 77).

PRÍNCIPE, Mário dos Reis (1973): *O Papel da Rádio no Estado Moderno*, Lisboa, Granelo.

RIBEIRO, Nelson (2014): *Salazar e a BBC na II Guerra Mundial. Informação e Propaganda*, Coimbra, Almedina.

SANTOS, Rogério, BURNAY, Catarina, ROQUETTE, Vera e DUARTE, Ema (2011): *Audiences as a key factor for trends in the Portuguese television market*. Texto inédito.

SANTOS, Rogério (2014): *Sempre Consigo, Sempre no Ar. A Rádio em Portugal, 1941-1968*, Lisboa, Colibri.

### **Entrevistas (feitas em parceria com Catarina Burnay)**

José Vidal de Oliveira, 12 de maio de 2011

Mário Bacalhau, 13 de abril de 2011

---

Suzana Cavaco

## Imprensa portuguesa em busca de um mercado luso-brasileiro

---

154

### Imprensa portuguesa em busca de um mercado luso-brasileiro (1825-1914)

#### Portuguese press in search of a Luso-Brazilian market (1825-1914)

Suzana Cavaco (Universidade do Porto)

[scavaco@scavaco.com](mailto:scavaco@scavaco.com)

#### Resumo

Após o reconhecimento da independência do Brasil por Portugal, que oportunidades e que constrangimentos se colocavam a uma empresa jornalística que em Portugal pretendesse explorar o mercado luso-brasileiro? Esta é a questão central que orienta o presente artigo.

Identificar as principais oportunidades e constrangimentos que se colocavam à imprensa passa por explorar elementos macroambientais ou forças externas (nomeadamente políticas, económicas, demográficas, culturais, naturais e tecnológicas) influenciadoras da produção e receção do jornal. Isto implica enquadrar o tema no contexto da emigração e no contexto das relações entre Portugal e o Brasil. Passa também por compreender o fenómeno periodístico invocador do Brasil, enquadrando-o no panorama da imprensa portuguesa em geral.

Este estudo faz um levantamento dos periódicos que ostentaram o vocábulo Brasil (ou palavra derivada) no título e/ou complemento do título, editados nas duas maiores cidades de Portugal continental (Lisboa e Porto), entre 1825 e 1914. O critério de seleção dos periódicos de âmbito luso-brasileiro apoia-se no pressuposto de que o cabeçalho é uma espécie de “cartão de identidade” de um periódico, ajudando o seu editor a definir e comunicar a sua “proposta de valor”.

A inventariação dos periódicos assentou na recolha de dados a partir dos catálogos hemerográficos da Biblioteca Nacional de Portugal e da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Serviu-se também das resenhas de Xavier da Silva Pereira publicadas no século XIX.

Para aferir a dimensão do fenómeno histórico/cultural em estudo, atende-se não só ao número anual de novos títulos, como também ao número de periódicos que circularam anualmente. Uma análise adicional ao conteúdo dos títulos/complementos de título permitiu identificar outras áreas de interesse.

O Porto foi um importante centro de emigração para o Brasil e sofreu um forte surto bancário nos anos setenta. Todavia, o número de periódicos invocadores do Brasil foi muito baixo até 1884. Este artigo propõe duas hipóteses explicativas.

A fundação de um periódico invocador do Brasil podia ter como principal objetivo explorar um nicho de mercado ou explorar as potencialidades de um mercado da língua portuguesa mais alargado. Podia ser movida para a obtenção de lucro e/ou por outro tipo de razões. As condições de distribuição (preço das comunicações e complexidade da logística) constituíram fatores chave no desenvolvimento e no (in)sucesso da imprensa luso-brasileira.

Este estudo exploratório visa contribuir para uma melhor compreensão da imprensa portuguesa, enquanto negócio sujeito a diversos constrangimentos, nomeadamente o reduzido mercado leitor, em contraste com os países do norte e centro da Europa.

O tema deste estudo pode fornecer pistas para melhor compreender os desafios que se colocam à imprensa na atualidade.

**Palavras-chave:** Imprensa, Jornalismo, Portugal, Brasil, Mercado.

### **Abstract**

After Portugal recognized the independence of Brazil, what opportunities and constraints faced the journalistic companies that wanted to explore the Luso-Brazilian market? This study aims to answer this question.

To identify the main opportunities and constraints posed to the press, we need to explore the macro-environmental elements and the external forces (namely, political, economic, demographic, cultural, nature and technological) that influence the production and reception of the newspaper. This approach requires the framing of the topic in the context of emigration and in the context of the relationship between Portugal and Brazil. We also need to understand the periodistic phenomenon that invokes Brazil in the title/ subordinate title in the context of the Portuguese press landscape.

This study inventories the periodicals that display the word Brazil (or a derivation of the word) in the title/ subordinate title, published in the two biggest cities in continental Portugal (Lisboa and Porto), between 1825 and 1914. The selection criterion of Luso-Brazilian periodicals is based on the assumption that the heading of the press is some sort of an "identity card", which helps the publisher to define and communicate its "value proposition".

The inventory of periodicals was based in the collection of data from the hemerographic catalogs of the Portuguese National Library and the Porto's Municipal Public Library. We also used Xavier da Silva Pereira's list of periodicals published in the XIX century.

To assess the dimension of the historical/cultural phenomenon in study, we addressed not just the number of annual new titles, but also the total number of periodicals in circulation annually.

An addition analysis of the content of the titles/subordinate title was used to identify other topics of interest.

Porto was an important center of emigration to Brazil and had a strong economic and financial development in the 1870s. However, the number of periodics that invoked Brazil in the title/subordinate title was small until 1884. We propose an explanatory hypothesis.

The goal of founding a periodic that invokes Brazil in the title/subordinate title may have been to explore a niche market or to explore the potential of a larger market (Portuguese speaking countries). The founder could be motivated by the pursuit of profit and/or other type of reasons. The distribution conditions (costs of communication and logistic complexity) were the key factors in the development and (in)success of the Luso-Brazilian press.

This exploratory study aims to contribute to a better understanding of the Portuguese press, as a business subject to a series of constraints, namely, the reduced reading market, in stark contrast to the northern and central European countries.

The topic of this study may provide clues to understand the current challenges of the press.

**Key words:** Press, Journalism, Portugal, Brazil, market.

## **Introdução**

Em 1808, cerca de três séculos depois da chegada de Pedro Álvares Cabral à Terra de Vera Cruz, a família real portuguesa refugiou-se no Brasil para salvaguardar a soberania do Império Português, dada a iminência de invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão. A transferência da corte portuguesa para o Brasil, a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, a introdução oficial da imprensa no Brasil e a passagem da capital para o Rio de Janeiro, permitiram ao Brasil se protagonizar e se impulsionar para uma nova identidade, que culminou com a proclamação da independência do Brasil em 1822 e com a sua desunião legal dos Reinos de Portugal e dos Algarves em 1825.

Após o reconhecimento da independência do Brasil por Portugal, que oportunidades e que constrangimentos se colocavam às empresas jornalísticas que em Portugal pretendessem explorar o mercado luso-brasileiro? Esta é a questão principal que orienta o presente artigo.

Dois acontecimentos delimitam o período temporal em análise: o reconhecimento da independência do Brasil por Portugal, que assinou com o novo Estado o Tratado de Paz e Aliança, em 1825; e o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, que, além de dar início a um novo ciclo económico e social, assinala o fim da idade de ouro da imprensa escrita no mundo ocidental (Jeanneney, 2003). O período em estudo abrange o fim do regime monárquico e a ascensão da República em 1899 no Brasil e em 1910 em Portugal. Em termos de história da imprensa periódica portuguesa, o estudo abrange o período romântico (ou de opinião) e o período da organização industrial da imprensa.

Identificar as principais oportunidades e constrangimentos que se colocavam à imprensa passa por explorar elementos macroambientais ou forças externas (forças políticas, forças económicas, forças demográficas, forças culturais, forças naturais e forças tecnológicas) que afetam a capacidade de uma empresa em satisfazer as necessidades/desejos dos clientes (Kotler e Armstrong, 2012); o que implica enquadrar o tema em estudo no contexto da emigração e no contexto das relações entre Portugal e o novo Estado soberano. Passa também por enquadrar o periodismo invocador do Brasil no panorama periodístico português.

Muitos periódicos editados em Portugal procuraram explorar o mercado luso-brasileiro, sem que nunca o tivessem expressado no título ou complementos do título. Um exemplo: o *Arquivo Pitoresco: semanário ilustrado* (Lisboa, 1857-1868) foi concebido como “jornal português para portugueses (...) útil ou agradável a ambos os hemisférios em que se fala a (...) língua que Camões imortalizou.”<sup>117</sup> Na impossibilidade de averiguar todos os periódicos editados em território nacional que procuravam ser lidos no Brasil e/ou que privilegiavam o tratamento de assuntos brasileiros e/ou luso-brasileiros, optamos por inventariar apenas os periódicos invocadores do Brasil, isto é, os periódicos que ostentaram o vocábulo Brasil (ou palavra derivada) no título e/ou complemento do título. Este critério de seleção sustenta-se na ideia de que o cabeçalho é uma espécie de “cartão de identidade” de um periódico, fornecendo, juntamente com o programa (ou estatuto editorial) e a ficha técnica, informações preciosas acerca da sua “proposta de valor”; sendo esta última entendida como conjunto de benefícios ou valores que a empresa promete proporcionar aos clientes para satisfazer suas necessidades (Kotler e Armstrong, 2012), podendo esses valores serem quantitativos (por exemplo, preço, rapidez de serviço) ou qualitativos (por exemplo, design) (Osterwalder e Pigneur, 2010). O critério de seleção aqui adotado ajuda-nos a aferir, ainda que por defeito, a importância/significação histórico-cultural do tema em estudo. Ele permite-nos traçar o panorama periodístico invocador do Brasil, a partir da contabilização do número de periódicos publicados; das áreas de interesse que destacavam; e do número de periódicos que circularam anualmente.

Restringimos a inventariação da imprensa invocadora do Brasil às duas maiores cidades de Portugal continental, Lisboa e Porto. Incluímos dois periódicos editados em Leça da Palmeira ao grupo dos jornais do Porto, dada a grande proximidade de Leça da Palmeira ao Porto e por aí estar localizado o porto de Leixões.

A inventariação dos periódicos para este artigo, para além de se servir das resenhas de Xavier da Silva Pereira publicadas no século XIX, assentou na recolha de dados a partir dos catálogos hemerográficos da Biblioteca Nacional de Portugal e da Biblioteca Pública Municipal do Porto,

---

<sup>117</sup> *Arquivo Pittoresco*, nº 1, de 1 de Julho de 1857.

cruzando a informação dos ficheiros em suporte papel com a informação do catálogo eletrónico (disponível online em outubro de 2016)<sup>118</sup>.

Qual a data inicial da publicação? Quando terminou? Interrompeu? Se sim, por quanto tempo e por que motivo/s? Quando mudou de propósitos/estratégia (de programa), mantendo o mesmo título? Quando alterou o título, mantendo os mesmos propósitos? O folhear mais atento de alguns periódicos inventariados permite-nos saber, por exemplo, que o *Diário Mercantil: político, literário, industrial e agrícola de Portugal e do Brasil* ao iniciar-se em 1861 continuou a numeração do título que o antecedeu: *Amigo do Povo: jornal comercial, político, literário e Agrícola*, iniciado em 1860. Lê-se na primeira edição do *Diário Mercantil* (número 387): “O *Amigo do Povo* fica-nos, como a coleção dos nossos primeiros ensaios. (...) Não vamos advogar os interesses de um povo só. Seremos felizes, se pudermos carear as simpatias de dois”. Todavia, a 1 de janeiro de 1865 deixou cair o subtítulo invocador do Brasil, afirmando que o programa continuava “a ser o mesmo dos seus cinco anos de existência”. Outro exemplo: *O Correio da Europa: Jornal Político Comercial e Noticioso* (1867-1868) sucedeu ao *Doze d’ Agosto: revista Luso-Brasileira* (1856-1866), apresentando-se diferente “no nome, no formato, no sistema e nos dias da publicação”, mas não nos propósitos, continuando a ter como público-alvo o português emigrado para o Brasil. “Não é novo o jornal que passamos a dirigir; é apenas modificado”, afirmou o diretor, Albano Coutinho, no primeiro número (a 13 de Janeiro de 1867) de *O Correio da Europa*, justificando desta forma a não publicação do programa (ou estatuto editorial) do jornal: “Dizendo-se que o *Correio da Europa* é a continuação do *Doze de Agosto*, subentende-se a desnecessidade de programa.” Por que passam a invocar o Brasil? Por que o deixam de fazer? Responder a estas e outras questões exige um estudo mais aprofundado da imprensa inventariada, o que ultrapassa claramente o âmbito deste artigo.

Relativamente a vários periódicos que inventariados, as interrogações feitas no parágrafo anterior ficarão sem resposta. Muitas coleções estão incompletas. Alguns títulos estão representados por dois ou três números. Há títulos que estão catalogados, mas indisponíveis (retirados da leitura) dado o péssimo estado de conservação. Outros terão existido, mas deles apenas (e quanto muito) nos restam referências indiretas, como são os casos: *Instrução Luso-brasileira: jornal universal* (Lisboa, 1856); *Correio de Lisboa: folha noticiosa, comercial da última hora para o norte do Brasil* (Lisboa, 1871-1873); *Notícias de Portugal: publicação dedicada ao império do Brasil* (Lisboa, 1878); *Mestre Popular: publicação linguística, semanal dedicada à instrução de todas as classes, adequada ao uso dos portugueses e brasileiros* (Porto, 1878); *Portugueses e Brasileiros: galeria biográfica ilustrada* (Porto, 1886); *Biblioteca*

---

<sup>118</sup> Esta é uma versão atualizada da inventariação apresentada na dissertação de mestrado intitulada *A América (1868-1871): um caso de publicismo ao serviço das relações luso-brasileiras*, defendida pela autora na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2000.

*do Pobre: leitura instrutiva dedicada às classes trabalhadoras de Portugal e Brasil* (Porto, 1886); entre outros.

Em 1941, Alfredo da Cunha lamentava o destino infeliz de muitos periódicos, quando comparado ao dos livros:

“E enquanto o volume passa de dono em dono e de geração em geração, o jornal dobra-se e desdobra-se, amarrota-se e amarfanha-se, e, depois de todas as torturas e maus tratos a que o sujeita quem o lê, é por fim, alijado, como objeto incómodo ou companheiro importuno. Por isso, nas próprias bibliotecas públicas faltam ou não estão completas muitas coleções de jornais antigos, e até modernos, e são poucas as bibliotecas particulares onde elas existam, porque os bibliófilos raramente ajuntam jornais, limitando-se, quando muito, à mera curiosidade de conservar os primeiros números publicados.” (Cunha, 1941: XXII-XXIII)

Gabriel Pereira, diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa entre 1887 e 1902, lamentava que “jornal acabado” significasse na “grande maioria dos casos” um “jornal perdido”, pelo que por vezes nem “mesmo na sede da publicação” se encontrava “um só número” (cit. por Cunha, 1941: XXIII).

Ainda que não nos seja possível oferecer mais do que uma imagem necessariamente incompleta do problema colocado, como bem explica Max Weber (2003: 124-129): “todo o conhecimento da realidade infinita, realizado pelo espírito humano finito, baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica”; este estudo exploratório pretende contribuir para um melhor conhecimento e compreensão da imprensa portuguesa, enquanto negócio sujeito a diversos constrangimentos.

O tema é atual e pertinente. Explorar o mercado de língua portuguesa além-fronteiras permanece como desafio, agora facilitado pela internet. “Queremos ser um jornal de todos os portugueses e de todos os que falam português e não apenas daqueles que vivem em Portugal. O *online* será a garantia de que podemos trabalhar em todas as latitudes (...)”, afirmou Paulo Baldaia, ao assumir a direção do *Diário de Notícias*, em 2016.

### **Imprensa invocadora do Brasil: uma visão geral**

“Eis o nome de um novo jornal. No nome o programa.” – lê-se no programa do “Eco do Ultramar: ante os poderes públicos de Portugal”, em 1865<sup>119</sup>. Apesar de não ser um dos periódicos inventariados neste estudo, serve de exemplo para mostrar como o título e/ou

---

<sup>119</sup> Programa de “O Ecco do Ultramar” in *Correspondência de Portugal*, nº 84, de 14 Julho 1865.

complemento(s) de título de um periódico podem ajudar o editor a definir e comunicar a sua "proposta de valor". Permitem ao leitor diferenciá-lo dos concorrentes em termos, por exemplo, de dimensão, temáticas/áreas de interesse, periodicidade, segmentos de clientes (massa, segmentado, nichos de mercado...) e propósitos. Os complementos de título são quem tendem a variar mais ao longo da existência de um periódico, em consonância com as estratégias adotados pelos seus responsáveis ao longo do tempo.

Dos oitenta e um periódicos invocadores do Brasil inventariados, a maioria (55,6%) invocou o Brasil em complemento de título; 38,3% fizeram-no em título; enquanto 6,2% fizeram-no duplamente.

Com base nas designações usadas na identificação do periódico, verificamos que 21% davam indicação de serem ilustrados, sendo estes mais numerosos nos anos 80. Há quinze periódicos (18,5%), dos quais cinco oriundos do Porto, que se dirigiam a nichos de mercado, nomeadamente, às mulheres (às "damas"), às crianças, à classe mercantil, aos professores, ao clero, entre outros. Se quatro se apresentavam claramente como defensores dos interesses portugueses no Brasil; há um que, surgido em 1913, se subintitulava "órgão dos interesses brasileiros em Portugal".

As áreas de interesse mais frequentes foram: "comercial, económico, financeiro" (23,5%); "letras, literário, artes, música" (18,5%); "noticioso" <sup>120</sup> (18,5%); "técnico-científico, agricultura, indústria" (14,8%); "anúncios, propaganda" (9,9%); "biográfico" (8,6%); "instrução, educação" (8,6%); e "almanaque" (8,6%). Seis periódicos invocadores do Brasil (7,4%) não se encaixam em nenhuma das categorias apresentadas na Tabela 1.

---

<sup>120</sup> Incluem-se nesta categoria, quatro títulos denominados "correio", e três denominados "diário".



Áreas de interesse	nº de periódicos	%
Comercial, Económico, Financeiro	19	23,5
Letras, Literário, Artes, Música	15	18,5
Noticioso	15	18,5
Técnico-científico, Agricultura, Indústria	12	14,8
Anúncios, Propaganda	8	9,9
Biográfico	7	8,6
Instrução, Educação	7	8,6
Almanaque	7	8,6
Religioso	6	7,4
Feminino, Moda, Costura	4	4,9
Político	3	3,7
Comemorativo	2	2,5
Infantil	1	1,2

Tabela 1: Áreas de interesse destacadas da imprensa invocadora do Brasil<sup>121</sup>

Poucos se assumiram como “políticos” (3,7%). Há um que rejeitou sê-lo: *O Correio da Europa: revista mensal não política, essencialmente noticiosa para as províncias ultramarinas e Brasil* (Lisboa, 1857-1859). A temática “comercial, económico, financeiro” teve maior incidência nos anos sessenta, setenta e oitenta; enquanto a temática “letras, literário, artes, música” foi mais frequente nos anos setenta e oitenta, tal como ocorreu com os “noticiosos”. A temática “técnico-científico, agricultura, indústria” destacou-se na segunda metade dos anos oitenta. Dedicaram-se a essa temática cerca de 24% dos periódicos editados no Porto. Seis dos periódicos que se dedicaram a “anúncios, propaganda” surgiram após 1889, de entre os quais se destaca *A Brasileira: órgão de propaganda da casa especial do Brasil* (Porto, 1903-1916). O movimento periodístico invocador do Brasil surgiu sobretudo a partir de 1855, altura em que o *Almanaque de Lembranças* passou a designar-se *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*. Até então (entre 1825 e 1854), apenas duas publicações foram lançadas, ambas nos anos 30:

<sup>121</sup> Esta contabilização pode pecar por defeito, pois, as alterações nos complementos de título são frequentes e para este artigo não incluímos outras categorias destacadas ao longo da existência, porque há categorias que caem ou são acrescentadas quando deixam de invocar o Brasil. As categorias não são mutuamente exclusivas, pois se, por exemplo, o *Eco de Portugal* (1866) apenas dizia tratar-se de noticiário para o Brasil, o *Diário Mercantil* (1861) apresentava-se como jornal político, literário, industrial e agrícola.

uma publicou-se no Porto em 1833<sup>122</sup> e chamava-se *Telescópio Brasiliense nos Açores ou o Brasileiro Emigrado*; a outra em Lisboa em 1837 e intitulava-se *O Brasileiro em Lisboa*.

A media anual de novos títulos invocadores do Brasil foi de 1,6 entre 1855 e 1859; atingindo valores médios mais altos nos quinquénios: 1875-1879 (2,2); 1880-1884 (2,0); e 1885-1889 (2,6).

A quantidade anual de novos periódicos é um indicador importante para aferir a dimensão do fenómeno; mas não suficiente, pois, por exemplo, em 1887, circularam treze títulos do género sem que nenhum destes tenha surgido nesse ano. A Figura 1 mostra o movimento do periodismo invocador do Brasil, respeitante à criação e à circulação, anuais, de periódicos entre 1825 e 1914.

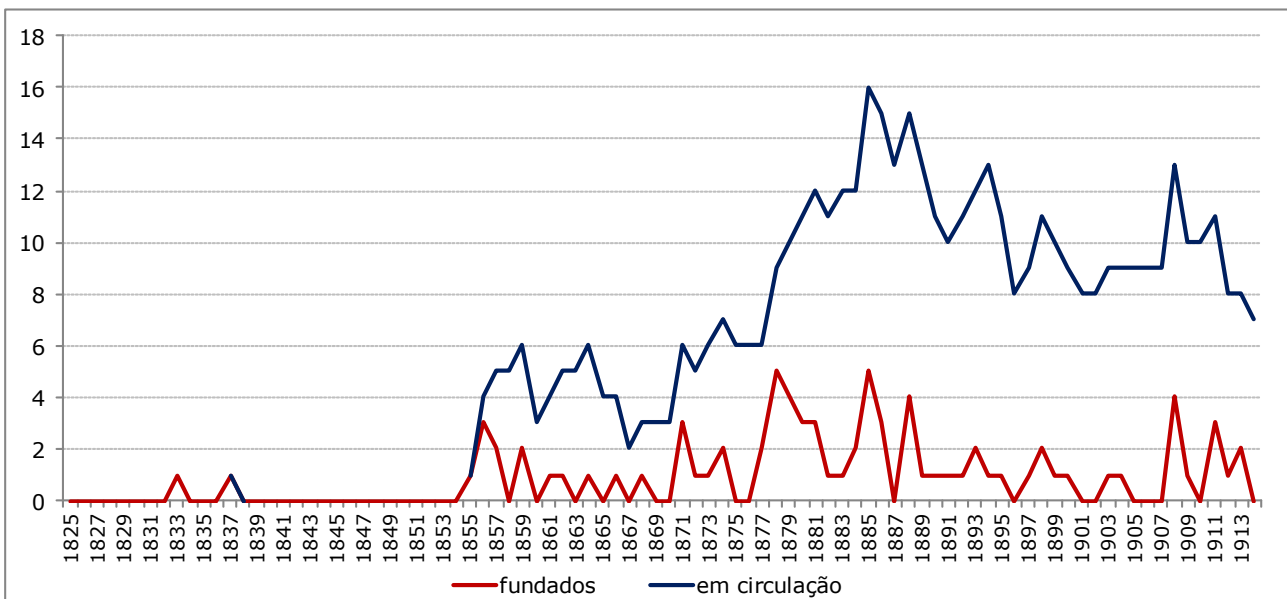


Figura 1: Fundação e circulação de periódicos invocadores do Brasil, 1825-1914

Registamos uma circulação média anual de 8,3 títulos invocadores do Brasil, entre 1855 e 1914. Verifica-se um aumento na circulação a partir dos anos 70, atingindo o pico no quinquénio 1885-1889, com uma média de 14,4 periódicos. Nos quinquénios posteriores, os valores de circulação mantiveram-se relativamente elevados, ainda que com algumas oscilações. Porém, entre 1910 e 1914, desapareceram quatro dos periódicos inventariados mais duradouros: *Comércio e Indústria: galeria biográfico-contemporânea luso brasileira* (1880-1910); *Biblioteca do Povo e das Escolas: propaganda de instrução para portugueses e brasileiros* (1881-1912); *O Luso-africano: folha quinzenal dedicada às classes burocrática, comercial e industrial de Portugal, África e Brasil* (1891-1912); *Correio de Portugal: jornal dedicado à colónia portuguesa no Brasil* (1904-1911).

<sup>122</sup> Indicava 1831 na primeira página.

A frequente suspensão da publicação, sem cumprir os compromissos assumidos com os leitores emigrados no Brasil que haviam feito o pagamento adiantado das assinaturas, afetava a confiança dos leitores em futuros periódicos (Cavaco, 2000). Os agentes que angariavam e cobravam assinaturas no terreno constituíam os parceiros chave da imprensa que pretendesse ser lida além-mar; porém nem sempre prestavam as devidas contas ao jornal resultando em prejuízos insustentáveis (Cavaco, 2000).

Cerca de 40% dos títulos inventariados (32 em 81) tiveram duração igual ou inferior a um ano.

### Imprensa invocadora do Brasil no contexto da imprensa em geral

Tal como acontecera com a promulgação da lei de imprensa em 1821 e com a vitória liberal em 1834, a Regeneração – período histórico iniciado em 1851 que aboliu a *Lei das Rolhas* – estimulou o desenvolvimento da imprensa portuguesa. A então pacificação política do país e o esforço de modernização das vias de comunicação e transportes, foram também favoráveis ao periodismo invocador do Brasil. Na segunda metade dos anos cinquenta, criaram-se oito títulos, representando cerca de 10% das oitenta e uma publicações editadas entre 1825 e 1914. A Figura 2 compara o ritmo de novos títulos invocadores do Brasil com o movimento do periodismo em geral, em Lisboa e Porto. Os valores relativos à imprensa em geral foram organizados a partir (apenas) das resenhas de Xavier da Silva Pereira, feitas no século XIX.

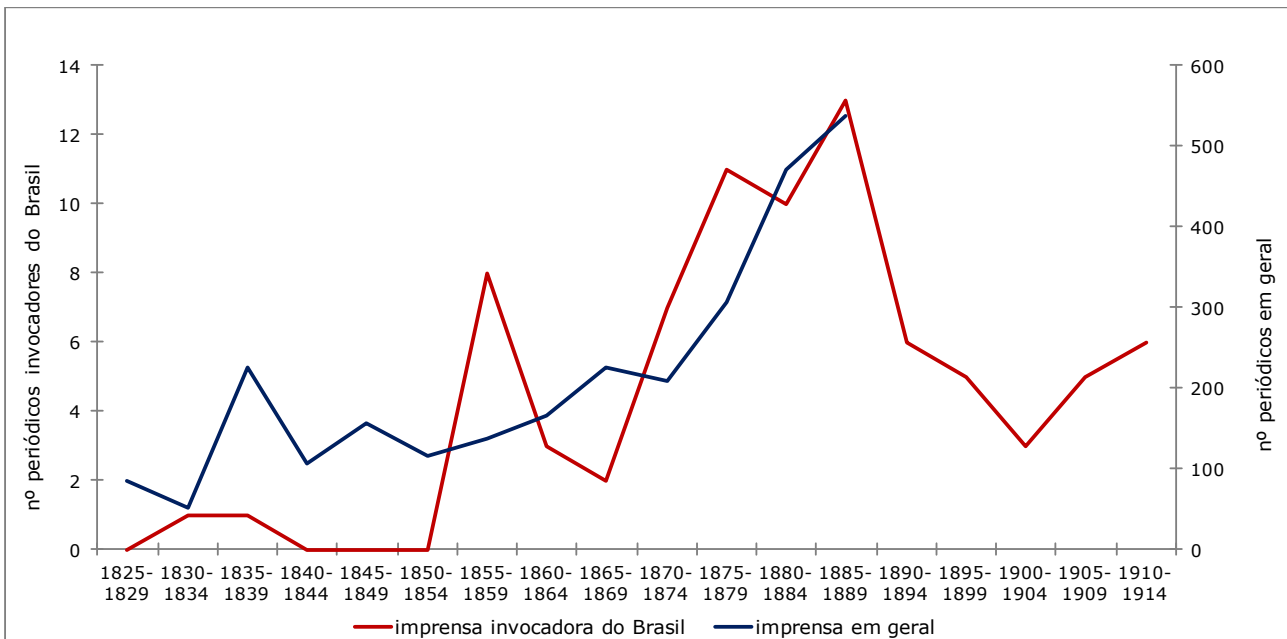


Figura 2: Evolução da imprensa invocadora do Brasil (1825-1914) e da imprensa em geral (1825-1889), em Lisboa e Porto

Relativamente ao peso que a imprensa invocadora do Brasil representou na imprensa em geral até 1889, verificamos que foi entre 1855 e 1859 que se atingiu o valor mais alto (5,8%), seguindo-se-lhe os quinquênios 1875-1879 (3,6%) e 1870-1874 (3,3%).

O crescimento do comércio e do número de bancos, que passou de três em 1858 para mais de meia centena em 1875 (Alves, 1994), fez aumentar o interesse pela informação e pela publicitação de anúncios, consubstanciando oportunidades para o incremento da imprensa. Só nas décadas de setenta e oitenta foram lançados mais de metade (41 em 81) dos títulos inventariados.

A frequência de novos títulos invocadores do Brasil decresceu com a mudança de regime político no Brasil (1889) e por altura do Ultimato inglês (1890), que forçou Portugal a dar maior atenção às suas colónias de África.

Apesar de condições de produção e de distribuição de periódicos mais favoráveis à difusão da informação jornalística, era patente o atraso de Portugal face ao desenvolvimento da imprensa noutros países da Europa. A Revolução Industrial chegou à tipografia cerca de três séculos e meio após a invenção de Gutenberg. Devem-se ao alemão Koenig, a invenção da prensa mecânica, em 1811, e a introdução da energia a vapor na impressão, em 1814. O britânico *The Times* foi o primeiro jornal a usar a rotativa a vapor, imprimindo mil e cem exemplares por hora em 1814. A mecanização da composição de tipos – usada pelo *New York Times*, em 1886 – veio acelerar o processo de composição dos jornais e aumentar a sua produtividade: um operador de *Linotype* podia compor o equivalente a sete ou oito compositores manuais (Heitlinger, 2006). Portugal tirou proveito, ainda que lentamente, destes progressos na indústria tipográfica (Tengarrinha, 1989).

Inovações tecnológicas oitocentistas nos domínios do papel foram também propícias à expansão da imprensa. A produção de papel a partir de polpa de madeira (em 1844, pelo alemão Keller) deu início a um novo ciclo industrial, permitindo maior quantidade de papel a preços mais baixos, o que respondia à procura então emergente de papel de jornal, “o novo modelo descartável de leitura, que diariamente se lê e deita fora” (Alves, 2000: 155). Porém, em Portugal, a indústria não estava suficientemente habilitada para fornecer este tipo de papel, o que limitava as possibilidades de desenvolvimento da imprensa, que lutou pela redução ou abolição da tributação alfandegária da sua principal matéria-prima. Em 1863 foi decretada a redução para metade do direito de importação sobre o papel de imprimir.

Também os serviços postais sofreram uma revolução no século XIX, acelerando a circulação de notícias. O telégrafo elétrico, concebido pelo americano Morse em 1837, chegou a Portugal em 1855. Os preços das comunicações telegráficas tornavam-nas inacessíveis ao grande público: uma mensagem até 20 palavras por telégrafo por cabo submarino, de Portugal para Pernambuco, em 1879, custava 25\$900 réis, acrescentando 14\$400 réis aos despachos que daí seguissem para o Rio de Janeiro (Nunes, 1879). Mas, proporcionavam uma oportunidade

atraente para a imprensa explorar. A *Correspondência de Portugal*, fundada em Lisboa em 1862, procurou tirar partido desta inovação oitocentista, propondo-se dar acesso, numa única “folha de fácil e rápida leitura”, às principais notícias políticas, económicas e comerciais do país e do estrangeiro, estando para tal telegraficamente ligado ao Porto, Madrid, Paris, Havre, Londres, Liverpool, Hamburgo, entre outras praças europeias. Em 1870, ampliou o seu portefólio de negócios ao lançar uma agência dedicada à transmissão de telegramas, via Lisboa, entre a Europa e o Brasil, Rio da Prata e Pacífico: a Agência Atlas. A *Correspondência de Portugal* – que se assumia como jornal de última hora concebido para ser enviado pelos paquetes transatlânticos para o Brasil, Madeira, Açores e possessões ultramarinas portuguesas – enquadra-se no limiar da organização industrial da imprensa (Cavaco, 2000), período que em Portugal foi inaugurado pelo *Diário de Notícias*, fundado em 1865 (Tengarrinha, 1989).

O período em que a imprensa se estruturou como verdadeira indústria distingue-se do período romântico pelo carácter noticioso, não partidário, pelo abaixamento do preço do jornal e pela publicidade como importante fonte de receita. Estas características, associadas a uma maquinaria mais aperfeiçoada, tinham em vista alcançar um mercado mais vasto (Tengarrinha, 1989). Em Inglaterra, França e Estados Unidos, a passagem do “jornalismo de convicção” em jornalismo comercial começara na década de 1830 (Habermas, 1974: 53). A ascensão da circulação dos jornais comerciais começou no sul da Europa (ou países mediterrânicos) ao mesmo tempo que os jornais de circulação massiva se desenvolviam no norte da Europa, na América do norte e no leste da Ásia; sendo que os jornais de circulação em massa não chegaram a se desenvolver no sul da Europa (Hallin e Mancini, 2010).

### **Portugal, o Brasil e o «brasileiro»**

O Brasil independente corporizava o sonho Eldorado para muitos portugueses que emigravam. Com o fim do ciclo da dominação colonial em que se verificou uma quebra nas trocas comerciais, as volumosas remessas monetárias dos emigrantes representavam importante sustentáculo do equilíbrio financeiro português, e contribuíam para revitalizar o tecido económico-social local do país. A preferência pelo Brasil como país de acolhimento permitia a manutenção (ou reciclagem) de um vínculo afetivo e económico com o outro lado do Atlântico. O português emigrado para o Brasil, entre nós chamado de «brasileiro» (Alves, 1994), servia de ponte para a colocação de produtos portugueses num mercado difícil de conquistar. As casas de comércio portuguesas representavam 34% das 53 mil existentes no Brasil em 1873, segundo o catálogo da presença brasileira na Exposição Universal de 1873.

A forte presença portuguesa no Brasil constituía uma oportunidade interessante a explorar e a imprensa colocava-se numa posição privilegiada para tal. Para além de se propor ligar o emigrante à Terra Natal através da satisfação das suas “justas curiosidades” e da exaltação das suas virtudes (nomeadamente o seu carácter patriota, filantropo e empreendedor), o

publicismo preconizado pela revista *A América* (1868-1871) encarava a imprensa como um importante instrumento ao serviço da construção de uma comunidade luso-brasileira, baseada na ideia de “povos irmãos” (Cavaco, 2000).

Todavia – apesar do estatuto de “nação mais favorecida e amiga” consagrado no Tratado de Paz e Aliança, assinado pelos dois Estados em 1825 – Portugal não era prioritário para o novo Estado emancipado, que estava mais interessado em conquistar mercados mais vastos e consumidores mais endinheirados. No fim do século XIX, o Brasil foi atingido por instabilidade política e crise económica. O câmbio da moeda brasileira sobre Londres decaiu drasticamente após a proclamação da República, em Novembro de 1889 e durante a década de 90. Carente de mão-de-obra para substituir o trabalho escravo (especialmente após a Lei Áurea de 1888, que extinguiu a escravatura), o Brasil tomou medidas para fixar o imigrante e impedir a saída de capitais. Por Decreto de 14 Dezembro 1889, qualquer indivíduo estrangeiro que não declarasse formalmente possuir outra nacionalidade, passava a ser considerado cidadão brasileiro.

Para o Brasil, seguiam dois tipos de emigrantes portugueses: os que se voltavam para os sectores do comércio e serviços, no meio urbano; e os que iam trabalhar nos campos no interior (no cultivo do café, da borracha, do cacau, do tabaco), como substitutos da antiga mão-de-obra escrava (Santos, 2000). Este segundo tipo era o preferido pelo jovem país de acolhimento, pois o emigrante pertencente a esse grupo não só satisfazia as necessidades brasileiras de força de trabalho braçal, como tendia a radicar-se no país de acolhimento, não acumulando riqueza para a transferir para o país de origem. Em situação desfavorecida e de horizontes curtos, este emigrante “torna-se brasileiro, sem reboço nem resistência”, não retornando a Portugal (Santos, 2000: 23). A instrução, ainda que rudimentar, distinguia o primeiro tipo do segundo tipo de emigrantes. A instrução apresentava-se, pois, como fator de sucesso na emigração, assumindo particular relevância as associações portuguesas no Brasil, preocupadas em fomentar o ensino e o gosto pela leitura (caso, por exemplo, do Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro).

A quantidade de emigrantes alfabetizados provenientes do Porto rondava os 60%, muito acima da média da população portuguesa em geral (Alves, 1994). Aliás, a taxa de literacia no fim do século XIX (em 1890) era muito baixa nos países mediterrânicos (exceto em França), em contraste com os países do norte e centro da Europa, onde a imprensa se desenvolveu com maior vigor (Hallin e Mancini, 2010).

Ou seja, perante as limitações inerentes a um mercado consumidor de muito pequena dimensão, como era Portugal continental, o Brasil – enquanto país com a escala de um continente – representava uma possibilidade de alargar horizontes.

Em Portugal, o «brasileiro» exprimia o seu gosto pela aprendizagem, contribuindo monetariamente para a construção de escolas, sendo o Conde de Ferreira (1782-1866) o caso

mais saliente. A tendência para a filantropia era uma das imagens mais visíveis do «brasileiro» e uma faceta que a imprensa procurou tirar proveito.

Fazer riqueza no Brasil e trazê-la para Portugal era encarado pelos portugueses, na generalidade, como um processo natural e útil à prosperidade do país. “Estender a mão” ao «brasileiro» na angariação de fundos para as mais diversas causas era um costume arraigado entre os portugueses. A imprensa desempenhava neste âmbito um papel importante. O jornal *O Atlântico: folha comercial, literária e noticiosa (...) expedida pelos paquetes transatlânticos com destino ao Brasil e Repúblicas do Rio da Prata* (1880-1895), no seu artigo inaugural de 1880, dirigindo-se aos compatriotas no Brasil, prometeu-lhes: “dizer da pátria quanto ela vos estima, quanto por vós chama, quanto em vós crê, quanto espera em vós, e quanto recebe de vós, em afeto, em sacrifício, em esperança”. O «brasileiro» que correspondesse ao “pedido de socorro” via, como compensação, o seu nome e respetivo donativo publicado no jornal (muitas vezes na primeira página). Interessava ao «brasileiro» a publicitação do seu nome e feitos, para uma sempre desejada ascensão social na pátria. O subtítulo da *Ilustração Lusitana* (Lisboa, 1893) é disso sugestivo: *galeria biográfica de beneméritos contemporâneos de Portugal, África e Brasil*.

### **Lisboa e Porto**

O período romântico da imprensa iniciou-se com a Revolução Liberal de 1820, que exigiu o regresso do rei D. João VI do Brasil e a realização de eleições para as Cortes Constituintes, cujos deputados teriam como missão, entre outros, elaborar e aprovar a primeira Constituição portuguesa. Por um lado, a imprensa periódica passou então a ser utilizada como veículo de influência político-partidária, ajudando a burguesia a ganhar apoio entre as camadas de potenciais aliados. Por outro lado, o jornalismo passou a funcionar como “trampolim” de acesso ao poder político, sendo a participação no aparelho de Estado um fator chave na definição da hierarquia intelectual. Os caminhos para ocupar a tribuna jornalística e a tribuna parlamentar intercetavam-se, influenciando-se mutuamente. “Fazer jornalismo (e particularmente jornalismo político) significava enveredar por uma via promocional que, nos novos tempos, exercia sobre os jovens desfavorecidos um poder de atração comparável ao da carreira eclesiástica no antigo regime” afirma Lima dos Santos (1985: 332-333). O saber, como valor meritocrático, passou a funcionar como promotor de poder social, sobrepondo-se às vias tradicionais (linhagem). Esta nova aristocracia do saber era propícia ao jornalismo e ao publicismo. A passagem de intelectuais consagrados pela imprensa tornou-se “obrigatória”, especialmente após 1834.

As duas maiores cidades de Portugal continental constituíam ambientes favoráveis ao desenvolvimento da imprensa, por concentrarem maior número de habitantes, por as taxas de alfabetização serem maiores, por oferecerem maior capacidade anunciadora, e por estarem

nelas sediadas as mais acreditadas instituições de formação e de sociabilização literária e científica. A capital destacava-se por ser o epicentro do poder político e possuir uma vida urbana intensa, funcionando como pólo de atração intelectual, para onde afluíam intelectuais para frequentar os aparelhos de sociabilidade, ocupar cargos políticos ou esperar por uma oportunidade (Santos, 1985). No Porto, o «brasileiro» contribuiu fortemente para a “animação económica”: “quer na reanimação da atividade agrícola, no campo comercial, em que o comércio com o Brasil era uma longa tradição, na febre financeira e de especulação bolsista da segunda metade do século [XIX], quer ainda no campo industrial” (Alves, 1993: 296). As grandes cidades comerciais são ao mesmo tempo centros de circulação de informação, pois com a expansão do comércio, o homem de negócios necessita de informação mais frequente e rigorosa sobre acontecimentos distantes, tornando imperativa a organização do tráfego de informação numa base permanente à medida que se torna também permanente a troca de mercadorias e de títulos de valor (Habermas, 2012).

Relativamente à imprensa em geral, verificamos que Lisboa representou 71,2% das publicações periódicas lançadas entre 1825 e 1884. Se em termos gerais o Porto representou 28,8%; em termos de imprensa invocadora do Brasil, o Porto teve um peso de 7,0% no mesmo período temporal. Como se compreende que o Porto sendo uma capital de emigração para o Brasil, importante fator para o surto bancário entre 1870-1874, registasse tão baixo número de periódicos invocadores do Brasil, sendo na maioria muito efémeros?

Avançamos com duas hipóteses explicativas, uma das quais passa pela utilização da energia a vapor pelos navios como fator impulsionador da imprensa concebida para ser lida além-mar. Os vapores transatlânticos, a circular a partir dos anos cinquenta, reduziram substancialmente o tempo de viagem do correio via veleiro, que era de 40 a 42 dias entre o Porto e o Rio de Janeiro. Tal permitiu o aumento do número de carreiras. Enquanto os veleiros habitualmente aguardavam no porto até terem carga suficiente, os paquetes tinham horários a cumprir. Ou seja, às vantagens do acelerar das comunicações, juntava-se a existência de frotas de vapores com horários e trajetos preestabelecidos. Em 1876, os vapores já dominavam o sector, deixando aos veleiros uma quota residual, inferior a 2% (Leite, 1996). A calendarização e o aumento do número das carreiras transatlânticas garantiam melhor regularidade na recepção no Brasil. Permitiam oferecer uma informação potencialmente menos desatualizada e, como tal, mais interessante; bem como, melhor acostumar e fidelizar o público leitor. Fatores essenciais à manutenção de uma publicação jornalística. Procurando conquistar cada vez mais clientes, os paquetes modernizaram-se. A concorrência entre companhias de navegação a vapor estimulou a publicidade, que é uma importante fonte de receita da imprensa.

Dada a incapacidade dos grandes navios e paquetes manobrar satisfatoriamente na barra do Douro (Porto), esta começou a sofrer um processo de esvaziamento progressivo em favor do porto de Lisboa, sendo por esta última substituída a partir dos anos setenta (Alves, 1994).



A situação alterou-se com a construção do porto artificial de Leixões (cuja primeira fase se verificou entre 1884 e 1892), que veio dar alguma autonomia ao Porto, refletindo-se no periodismo invocador do Brasil nesta cidade (Figura 3). Os catorze títulos publicados depois de 1884 contribuíram para que o Porto aumentasse o seu peso, passando a representar 21% do movimento periodístico invocador do Brasil entre 1825 e 1914.

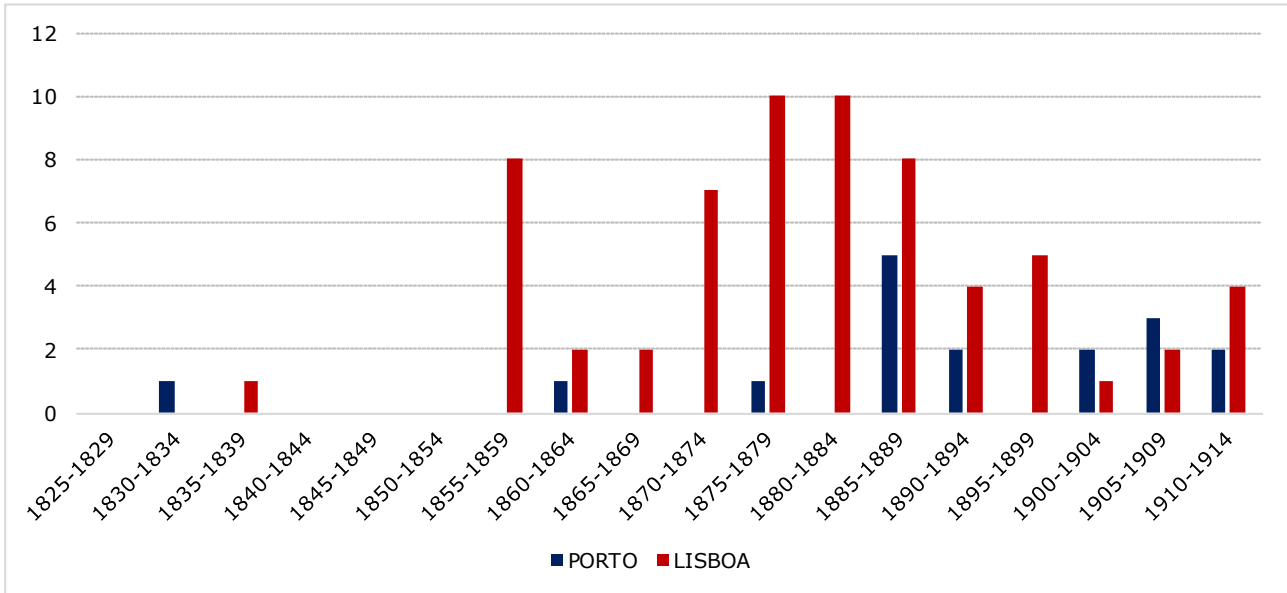


Figura 3: Imprensa invocadora do Brasil, em Lisboa e no Porto, 1825-1914

Outra hipótese explicativa para o parco número de periódicos editados no Porto passa por um fator microambiental: a concorrência. Apesar de não invocar o Brasil, *O Comércio do Porto* (1854-2005) era um diário que estava fortemente implantado junto da burguesia comercial, o que dificultava a entrada e manutenção de novos agentes no mercado da imprensa no Porto. Para além disso, este jornal portuense dava grande atenção ao Brasil e às relações luso-brasileiras: além de notícias genéricas sobre os eventos conexos às relações luso-brasileiras, acompanhou o que se passava na corte do Rio de Janeiro, assegurando uma correspondência semanal com grande destaque na primeira página (Alves. 1994). Entre 1889 e 1895, publicou uma média diária de dois artigos (Gonçalves. 1995).

### Conclusão

A Regeneração, período histórico iniciado em 1851, marcado pela pacificação política e o esforço de modernização do país, foi favorável ao desenvolvimento da imprensa portuguesa. O periodismo invocador do Brasil emergiu então com entusiasmo, após 30 anos de reconhecimento por Portugal da independência do Brasil. O dinamismo económico e financeiro dos anos setenta e oitenta foi também favorável aos jornais que viram aumentar o volume de

receitas publicitárias e o público interessado em notícias. Só nessas duas décadas foram lançados mais de metade dos periódicos inventariados.

Todavia, o Porto teve de esperar pela construção do porto artificial de Leixões para ver emergir o periodismo invocador do Brasil, pois a barra do Douro não oferecia condições de navegabilidade aos vapores. Na verdade, a utilização da energia a vapor pelos navios, nos anos cinquenta, mostrou-se fator chave no desenvolvimento da imprensa invocadora do Brasil. Em 1876, os paquetes transatlânticos dominavam o setor, deixando aos veleiros uma quota inferior a 2%.

A fundação de um periódico invocador do Brasil podia ter como principal objetivo explorar um nicho de mercado ou explorar as potencialidades de um mercado da língua portuguesa mais alargado. Podia ser movido para a obtenção de lucro e/ou por outro tipo de razões, nomeadamente afetivas, ideológicas, perseguição de influência política, angariação de donativos, propagação de saber técnico-científico, promoção de pessoas ou produtos/serviços, moda, entre outras. A prática jornalística/publicista apresentava-se então como uma forma de atividade política e de intervenção cívica, destacando-se neste caso o espírito voluntarioso de luta por uma comunidade luso-brasileira, à semelhança da anglo-americana. Na nova aristocracia do saber, que emergiu especialmente após a vitória liberal de 1834, a passagem de intelectuais consagrados pela imprensa tornou-se "obrigatória", contribuindo para um certo dinamismo na imprensa.

Todavia, as expectativas dos editores portugueses saíram muitas vezes goradas. O «brasileiro», apesar de constituir um mercado leitor mais atraente, conservava o hábito português do empréstimo e da partilha do jornal ou revista, resultando em menos vendas do que o expectável. Muitas publicações acabavam por não conseguir cumprir os compromissos de publicação e de regularidade. A má imagem que deixavam junto da comunidade portuguesa no Brasil constituía uma ameaça para as novas publicações que pretendessem atrair aí leitores.

A reduzida dimensão do mercado leitor em Portugal contribuiu para o atraso da imprensa face aos países do norte e centro da Europa. A insuficiente preparação da indústria papelreira nacional para a produção de papel de jornal; e a introdução lenta dos progressos na indústria tipográfica, foram outros grandes constrangimentos que a imprensa portuguesa teve de enfrentar. A estes constrangimentos/ameaças acrescentavam-se outros dois a quem ambicionasse a exportação: os elevados custos das comunicações e a complexidade da logística envolvida na distribuição. A distribuição constituía uma atividade essencial, contribuindo para o (in)sucesso da imprensa invocadora do Brasil.

## **Bibliografia**

- ALVES, Jorge Fernandes (2000): A estruturação de um sector industrial: a pasta de papel. *Revista da Faculdade de Letras: História*. III Série, I: 153-182.
- ALVES, Jorge Fernandes (1993): O «brasileiro» oitocentista e o seu papel social. *Revista de História*, XII: 257-296.
- ALVES, Jorge Fernandes (1994): *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto.
- BALDAIA, Paulo (2016): Queremos ser relevantes para os leitores. *Diário de Notícias*, 1-9-2016 <http://www.dn.pt/opiniao/editoriais/interior/queremos-ser-relevantes-para-os-leitores-5366236.html> (1-9-2016).
- CAVACO, Suzana (2000): *A América (1868-1871): um caso de publicismo ao serviço das relações luso-brasileiras*, Porto, FLUP [policopiado].
- CUNHA, Alfredo da (1941): *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*, Lisboa.
- GONÇALVES, Eduardo Cordeiro (1995): *Ressonâncias em Portugal da implantação da República no Brasil (1889-1895)*, Porto, Reitoria da Universidade do Porto.
- HABERMAS, Jürgen (1974): The public sphere: an encyclopedia article. *New German Critique*, 3: 49-55.
- HABERMAS, Jürgen (2012): *A transformação estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*, Lisboa, Calouste Gulbenkian.
- HALLIN, Daniel C., MANCINI, Paolo (2010): *Sistemas de media: estudo comparativo: três modelos de comunicação e política*, Livros Horizonte.
- HEITLINGER, Paulo (2006): *Tipografia: origens, formas e usos das letras*, Lisboa, Dinalibro.
- Comissão Brasileira na Exposição Universal de Vienna (1873): *O Imperio do Brazil na exposição universal de 1873 em Vienna d'Austria*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional.
- JEANNENEY, Jean-Noel (2003): *Uma história da comunicação social*, Lisboa, Terramar.
- KOTLER, Philip, ARMSTRONG, Gary (2012): *Principles of Marketing*, Boston, Pearson.
- LEITE, Joaquim da Costa (1996): Os negócios da emigração (1870-1914). *Análise Social*, XXXI, 136-137: 381-396.
- NUNES, Júlio César D'Abreu (1879): *Guia do viajante nos caminhos de ferro ao norte do Douro*. Porto, Imprensa Portugueza.
- OSTERWALDER, Alexander, PIGNEUR, Yves (2010): *Business Model Generation*, New Jersey, John Wiley and Sons.
- PEREIRA, A. X. Silva (1896): *O jornalismo portuguez*. Lisboa, Antiga Casa Bertrand.
- PEREIRA, A. X. Silva (1897): *Os Jornaes Portuguezes*, Lisboa, Imprensa de Libanio da Silva.
- SANTOS, Eugénio dos (2000): Os brasileiros de torna-viagem no noroeste de Portugal. In: *Os brasileiros de torna-viagem no noroeste de Portugal*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 15-25.

SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos (1985): *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença.

TELLES, João José de Sousa (1864): *Anuário portuguez scientifico, litterario e artistico: primeiro ano 1863*. Lisboa, Typ. Universal.

TENGARRINHA, José (1989): *História da imprensa periódica portuguesa*, Lisboa, Caminho.

WEBER, Max (1973): *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo, Cortez Editora.

---

**Xosé López, Ana Isabel Rodríguez Vázquez e Andrea Valencia-Bermúdez**

**El Caton Compostelano: 217 anos de publicacións periódicas na Galiza**

---

**El Caton Compostelano: 217 anos de publicacións periódicas na Galiza**

***El Caton Compostelano: 217 years of regular publications in Galicia***

Xosé López (Universidade de Santiago de Compostela)

[xlmorgan@gmail.com](mailto:xlmorgan@gmail.com)

Ana Isabel Rodríguez Vázquez (Universidade de Santiago de Compostela)

[anaisabelrodriguezvazquez@gmail.com](mailto:anaisabelrodriguezvazquez@gmail.com)

Andrea Valencia-Bermúdez (Universidad de Santiago de Compostela)

[andrea.v.bermudez@gmail.com](mailto:andrea.v.bermudez@gmail.com)

### **Resumo**

As orixes tardías do xornalismo en Galiza fan que no pasado ano 2016, cando se cumpriron cen anos da fundación das Irmandades da Fala, só poidésemos festexar douscentos dezaséis anos de publicacións periódicas. El Catón Compostelano, semanario dirixido por Francisco del Valle Inclán e publicado na cidade de Santiago, iniciou a historia da prensa en Galicia. Aínda que as fórmulas dialogadas das tertulias están nas orixes do xornalismo galego, a verdade é que na cronoloxía histórica convivimos en aceptar o punto de partida nos vintedous discursos que integran esta xoia do xornalismo impreso. Apareceu en castelán, porque o galego xa non vivía unha boa época como lingua culta –de emprego habitual nos documentos oficiais e nas comunicación públicas-, aínda que nos contidos dalgún discurso había unha defensa da lingua propia, o galego, e sostendo que non había poder humano capaz de alterar a lingua galega, “que es, fué y será”. O feito de ter sido a primeira iniciativa de aparición regular colocou a El Catón Compostelano nun lugar preferente a hora de analizar as bases sobre as que, nestes anos, se construiu o edificio do xornalismo moderno galego. Con todo, nas orixes hai que ter moi en conta, ademais dos antecedentes, en especial todas as manifestacións

protoxornalísticas que chegaron da man das tertulias, os primeiros diarios, que apareceron no ano 1808, en plena campaña contra das invasións francesas, ao abeiro da Guerra d'a Independencia. Eses antecedentes, *El Catón Compostelano* e os xornais *Diario de Santiago*, *Diario de La Coruña*, *Telégrafo Político y Literario de La Coruña* e *Gazeta de La Coruña*, constitúen, pois, os tres eixos das orixes xornalísticas en Galicia, aínda que non en galego. A Galiza comezaba así unha etapa, a marcada polos medios impresos, que chegou ao fisterra peninsular con certo atraso en relación co resto do Estado, sobre todo en relación a Madrid a Barcelona. Moi atrás quedaba o ano 1661, cando comezou a publicarse en Madrid a primeira *Gazeta*. A pesar do desfase e da escasa presenza de Galiza nos medios de Madrid, o certo é que logo moitos nomes galegos desempeñaron importantes papeis nos medios de Madrid e levaron contidos galegos ás primeiras planas. Esa tendencia de illamento, que se rompeu coa revista *España*, no ano 1915, coa colaboración de Rodrigo Sanz, Lúgrís Freire e Banet Fontenla, tivo a súa consolidación no ano 1917, a través do diario *El Sol*, no que houbo espazo constante para a opinión galega. Neste ano 2017, van aló douscentos dezasete anos de historia propiamente xornalística da Galiza, de productos que empegaron as linguas galega e castelán para as súas mensaxes comunicativas.

**Palabras chave:** Historia do Xornalismo, Xornalismo galego, publicacións periódicas na Galiza, Orixes xornalísticas.

### **Abstract**

Journalism arrived late to Galicia. 2017 marks the centenary of the foundation of the *Irmandades da Fala* and only 217 years of regular publications. *El Catón Compostelano*, led by Francisco del Valle Inclán, and published in Santiago, was the beginning of press history in Galicia. While dialogue-oriented formulas of talks are at the origins of Galician journalism, it is widely accepted that the starting point are the 22 discourses included in this jewel of printed journalism. It was a Spanish version, since there were not good times for Galician –it was not used in official documents and public communications. However, some contents of the discourses included defences of Galician language, arguing that there was no human power capable of altering Galician, “que es, fué y será.” The fact of being the first initiative of regular publications placed *El Catón Compostelano* in a preferential position when analysing the basis on which the modern Galician journalism was founded. However, while antecedents should be considered, a key role was also played by proto-journalistic manifestations, the gatherings, and the first journals that appeared in 1808, during the campaign against French invasion and the War of Independence. That background, together with *El Catón Compostelano* and *Diario de Santiago*, *Diario de La Coruña*, *Telégrafo Político y Literario de La Coruña* and *Gazeta de La Coruña*, formed the rationale behind the origin of journalism in Galicia, while they were not

written in Galician. The region therefore entered a stage, marked by printed media, which arrived late if compared with the major Spanish capitals, Madrid and Barcelona. Long gone was 1661, when the first *Gazeta* started to be published in Madrid. Even though the time-lag and the little presence of Galicia in the media of Madrid, many Galician people exercised key positions in those media outlets, and place contents related to Galicia on the first pages. That isolation trend, which was broken by the arrival of the magazine *España* in 1915, with the collaboration of Rodrigo Sanz, Luguís Freire and Banet Fontenla, was consolidated in 1917 through the journal *El Sol*, where there was a fixed space for opinion from Galicia. 2017 marks 217 years of press history in Galicia, using both Spanish and Galician for their communicative messages.

**Keywords:** History of Journalism, Galician journalism, regular publications in Galicia, journalistic origins.

### Introducción

As fórmulas dialogadas empregadas en varias publicacións de carácter irregular están nas raíces do xornalismo galego, que cristalizou tarde nas publicacións periódicas. Nas primeiras tres décadas do século XIX tiveron una grande importancia as tertulias, que baixo a apariencia de verosimilitude e transcripción didedigna da realidade, presentaban uns diálogos difundidos en folletos onde se recollían asuntos da vida relixiosa e política –sobre todo local– da época. A pugna entre liberáís e absolutistas que sacode a primeira metade do século XIX español está presente nestes textos anónimos que foron escritos para seren lidos en voz alta e contrarrestar así o poder comunicativo dos púlpitos relixiosos nunha sociedade que demandaba cada vez máis protagonismo (Aneiros e López, 2005). Tiñan, pois, unha clara finalidade contrapropagandística fronte ao discurso dominante da igrexa.

Os antecedentes destas fórmulas dialogadas en Galicia teñen piares fundamentais nas figuras do cura de Fruime, Antonio Zernadas de Castro, e do Padre Sarmiento, quen no século precedente empregou o diálogo como fórmula didáctica de aprendizaxe lingüística e relixiosa. Sen embargo, o antecedente máis claro desta modalidade expresiva atópase nos modelos catequéticos dos famosos padres Astete e Ripalda. O catecismo, como fórmula pregunta-resposta de contrastado éxito na formación das persoas parece ter unha influencia decisiva nos promotores destes textos. As tertulias reflectirán nas súas páxinas o enfrontamento ideolóxico da época e nelas atoparemos leccións adoutrinadoras de tipo político, relixioso e moral que nos fan entender estes folletos como auténtica propaganda partidaria. Esta modalidade expresiva está moi presente tamén na prensa, tanto en lingua galega como en castelá, especialmente en cabeceiras como a *Gaceta Marcial y Política de Santiago* ou o *Boletín Oficial de A Coruña* onde se publican varios diálogos (Aneiros e López, 2005). A fórmula é sinxela: un diálogo para dicir

cousas. O contido está moi condicionado polos debates da época na que se escriben, pero case sempre tentan persuadir con fórmulas propagandísticas.

Os anos 1820 e 1836 foron os de maior éxito na publicación de tertulias. Así, en 1820 ve a luz "La tertulia en la Quintana", "Diálogo entre Dominjos e Farruco sobre administrason de xústicia da súa aldea" e "Sigue la tertulia en la Quintana". No ano 1836 publícanse "Diálogo en la Alameda de Santiago entre Cristovo, Farruco y Freitoso" (setembro de 1836); "Tertulia de Picaños" (31/10/1836); "Diálogo segundo en la Alameda de Santiago" (15/11/1836); "Sigue la Tertulia de Picaños" (15/12/1836); "Diálogo tercero en la Alameda de Santiago entre los mismos Cristovo, Farruco y el cura consabido" (31/12/1836); "Parola que houbo entre Goriño, Antelo, Farruco Allende e Antón Térela a tarde de carta feira d'a outra semana n'a taberna de Cacheiras, relatada ó pé da letra por un urbano que á oeu agachado tras d'unha pipa; ó que viña de camiño (1836); "A tertulia de Concheiros. Diálogo entre Pascual, Basilio, Alberte y un cura" (1836) e "Encuentro y coloquio que tuvieron na pontella da Chainsa, cércana a la vila de Noya, Gurumete, Pedro de Atanasio e Pepe Alonso, o día 13 de novembro de 1836 en que se nombrou o Auntamento Costitucional" (1837). Son en total once tertulias editadas en folletos de seu -ás que hai que sumar outros diálogos como os poemas de Vicente Turnes, "O preiteante" de Gómez de Ferrol ou "Espello de diputados" de Florencio Pol e aqueloutros publicados na prensa- que nos permiten establecer parámetros comunicativos comúns (Aneiros; López, 2005). En definitiva, unha fórmula que comezou nas publicacións irregulares e que logo tivo algún eco nas publicacións periódicas.

Estes diálogos marcaron un antes e un despois na forma de contar historias do que acontecía na sociedade da época, que logo entraron por diversas vías nas publicacións periódicas que apareceron na Galiza nos século XX (sobre todo os diálogos dentro de pezas arredor dun tema). Con todo, a fórmula demostrouse moi eficaz nun momento determinado, nun contexto político e para un tipo de publicación irregular, sen que marcasse unha liña de actuación ou unha sección nas publicacións periódicas que apareceron coa entrada do segundo milenio.

### **Obxectivos, estado da cuestión e metodoloxía**

O obxectivo deste traballo é unha análise do papel de El Catón Compostelano nas orixes do xornalismo galego, tendo como base diferentes estudos feitos no marco da historia da Comunicación en Galicia Os catálogos Santos Gayoso (1990) e de Rosa Cal e Carmen Pérez (1993) e Santos Gayoso constitúen unha interesante aproximación, con achegas básicas dos principais medios desa primeira fase. Pero foron estudos posteriores destes autores e de Xosé Ramón Bareiro Fernández (1982 e 1991), Xusto Beramendi (1997 e 2008), Margarita Ledo (1982) e Ramón Villares (1984), sobre todo, os que analizaron estas primeiras publicacións ou esa época histórica con referencias á comunicación.

Para cumprir os obxectivos fixados, logo de situar os antecedentes da primeira publicación



periódica da Galiza, con referencia ás tertulias, procederemos a ao estudio das características dos discursos da iniciativa que puxo en marcha Francisco María del Valle Inclán na cidade de Santiago con vontade de incidir nos puntos de vista das élites do momento arredor dalgúns dos temas que consideraba capitais para un cambio de rumbo na sociedade.

O estudo parte dos traballos realizados no Consello da Cultura Galega sobre El Catón Compostelano, que acompañaron á edición facsimilar, e dunha revisión das características formais dos vintedous discursos constitúen outra fase da execución do proxecto de análise interpretativa. Tamén se sitúa no seu contexto a aparición desta publicación e das que saíron á luz a continuación, que constitúen os primeiros pasos do xornalismo galego como tal. Neste sentido, inténtase, a partir dunha revisión bibliográfica, definir sobre que pases comenzo a andaina do xornalismo na Galiza, cunha análise interpretativa dos primeiros pasos e unha exploración puntual ata a aparición das primeiras publicacións en galego.

Desde xeito, o resultado que se trata de ofrecer é un texto analítico-interpretativo que sitúe no seu contexto a aparición do xornalismo na Galiza e que explique aqueles aspectos máis relevantes para entender as bases sobre as que se constrúe a historia do xornalismo na Galiza. Trátase dun labor básico para poder analizar o xornalismo actual a partir das herdanzas recibidas e los pasos dados nas diferentes etapas históricas que viviu a Galiza como espazo cultural diferenciado no ámbito da Península Ibérica.

### **Os discursos na primeira publicación**

O modelo catequético das tertulias, con moita tradición nos folletos da Galicia do XIX e polo tanto en todas as manifestacións protoxornalísticas en Galicia e galegas, como tentamos explicar, non foi o seguido pola primeira publicación galega, que apareceu o 1 de maio de 1800. Neste caso son vintedous discursos máis canónicos como artigos de opinión, que, como explica o seu autor no primeiro número, “pretenden instruír en todas as materias políticas e literarias”. De feito, no número dous xa elixe como discursos monotemático a lingua, para afirmar que os escritores antigos latinizaron as voces patrias. O estilo destes discursos, que apareceron numerados, con periodicidade semanal, obedece as características do seu autor e a súa formación humanístico e o posto que ocupou (bibliotecario da Universidade de Santiago). Francisco María del Valle Inclán entende que el, nun momento da súa vida, acumulou a suficiente ciencia e ciencia para poder proxectar entre os seus lectores (Barreiro Fernández, 2000).

O autor dos discursos que apareceron regularmente tiña especial interese nas cuestións relacionadas coas linguas. De feito, o discurso número dous analiza a “latinización das voces patrias” e fala da eternidade das linguas, mentres no número tres insiste na súa teima da xénese das linguas, ao tempo que sostén que as linguas que se falaban na España da época eran as mesmas que nos deixaron os primeiros pobladores. O tema é recorrente, aínda que só

sexa con algún pequeno apunte, como, por exemplo, no discurso XXI. Con todo, a preocupación deste inquieto personaxe pola linguaxe e as linguas, e pola lingua galega en particular, ponse de manifesto nos discursos II, III e IV (Mariño Paz, 2000). E sempre defendendo a lingua nativa, como a que nunca se olvida.

Outros temas que tratou Francisco María del Valle Inclán foron as modas, a importancia da boa formación dos nenos, a liberdade ou as barbas, entre outros. As modas ocupan o discurso quinto, onde xa comeza as súas críticas aos homes que queren parecerse ás mulleres, sobre todo cunha defensa firme da barba. Sostén que os clérigos deben manter este atributo, ao tempo que explica como a barba está n aliña da doutrina da Igrexa. Tamén no discurso dezasete volve con este tema da barba, especificando as súas virtudes físicas e explicando que preserva ao home de moitos males.

No discurso noveno, o autor defende un papel máis ativo dos pais de familia na formación dos nenos, porque entende que non é suficiente que o Goberno actúe e que haxa bos Mestres. Considera o tema da formación moi importante para o futuro de calquera pobo, polo que aposta por sensibilizar aos pais para que inculquen aos seus fillos o pracer da aprendizaxe.

### **A lingua galega**

A preocupación de Francisco María del Valle Inclán pola formación e polas linguas, presente nos seus discursos, como explicamos, estivo acompañada dunha defensa das linguas que se falaban na Península Ibérica. Nos seus discursos manifestase convencido de que o galego, o éuscaro e o catalán mantiñan posición irremovibles dentro dos seus respectivos territorios. O seu punto de vista fundábase na ilusión de que o que era posible nas circunstancias históricas de 1800 había de seguir séndoo para sempre, é dicir, na cándida ilusión de que “nuestro Gallego es, fue, y será el mismo, sin que haya poder humano capaz de alterarlo” (Mariño Paz, 2000). Na evolución das linguas, o máis que admitía Francisco María del Valle Inclán eran modulacións dialectais.

Non hai dúbida das singulares teorías de Francisco María del Valle Inclán sobre as linguas. Pero hai que ter en conta que esas peculiares teorías tiñan, as veces, un atractivo especial para cantos profesan e viven nunha lingua minoritaria, aínda que iso non debe facernos esquecer a base pouco científica das súas concepcións (Barreiro Fernández, 2000).

O autor dos discursos de El Catón Compostelano escribía nun contexto no que o galego xa non vivía a súa etapa de máximo esplendor, que foi a idade media, cando os reis, os nobles, os bispos e os campesiños elixíano para expresarse e os trovadores e xograres empregábano para compondor as súas obras. Pero a partir do século XV todo mudou e unha serie de circunstancias políticas adversas afastaron a lingua do ensino, da igrexa, da xustiza e da administración (López, Calvo, Otero, Aneiros, 2009). O galego quedou nun segundo plano e non tivo protagonismo na comunicación mediada tecnoloxicamente cando se inventou a imprenta e nos

tempos posteriores, ata o século XX, cando acadou a recuperación como lingua da cultura, do xornalismo e outros campos do saber.

Nese contexto dunha etapa na que situación do galego no 1800 estaba nun segundo plano e no marco da visión do autor dos discursos de El Catón Compostelano das linguas dialectais, resultantes dun proceso progresivo, nos seus escritos sostén que o portugués é un dialecto do galego. Francisco María del Valle Inclán escribe no semanario: "Galicia y Portugal mientras formaron una sola Provincia, no tenían ni necesitaban de otra lengua que la Gallega, que era común de los dos; pero luego que este se separó y formó distinta Monarquía, y redujo su lengua vulgar á arte y escritura, compuso un diccionario tan voluminoso, como es el de Bluteau; y es el caso, que habiendo esta Nacion adoptado el sistema de fixarse con leyes y escritos patrios, no há discurrido hasta ahora letras equivalentes á las vocales obscuras, y acentos nunaritos y dentales, de que abunda este nuevo idioma, valiéndose para expresarlos de una mezcla y convinacion de letras que á todos aburre. Mas si le llamo nuevo, es por el inmediato principio que se le alcanza, no siendo sinó un nuevo dialecto de nuestro Gallego, que se conserva y conservará puro, mientras no se escriba -pp.51-52- (Mariño Paz, 2000). Hai, xa que logo, como moi ben analiza nos seus traballos Ramón Mariño Paz, desdén ante Portugal e o portugués, recollendo algunhas das ideas defendidas polo Padre Sarmiento.

O que si defendía Francisco María del Valle Inclán, na súa idea de que as linguas eran un atributo da divindade (Mariño Paz, 2000), era a pervivencia e o seu positivo papel na comunicación interpersonal e na vida diaria. Foi así que o autor dos discursos empregou a lingua dominante, a lingua que se falaba na Corte, e, ao mesmo tempo, defendía o galego como lingua que tiña longa vida porque non habería poder humano capaz de alterar a súa existencia.

### **O modelo xornalístico**

As características do modelo xornalístico de El Catón Compostelano, que empregaba o castelán nos seus textos, como explicamos, aparecen enmarcadas dentro do que coñecemos como xornalismo de opinión e, nos produtos, o xornal de opinión. A primeira cabeceira periódica da historia da Galiza afástase do criterio de actualidade inmediata e do valor noticia. O autor, Francisco del Valle Inclán, crea unha publicación que ten moito máis que ver co espírito ilustrado da divulgación e da reforma de costumes que co proeso de construción dos acontecementos de acordo cos feitos da actualidade (López e Gago, 200). O interese do autor dos discursos non é a actualidade dos acontecementos de Compostela, senón as cuestións que teñen que ver cos costumes, en definitiva, cuestións de fondo moi presentes na sociedade do momento.

O que busca o autor dos discursos é, a través do didactismo formal, facer crítica moral, a partir da súa visión, na que destaca a concepción da sociedade como unha engranaxe na que

cada parte ten unha función específica que debe empregar para contribuír ao correcto funcionamento de todo o conxunto. Francisco del Valle Inclán asume o seu papel intelectual, con boa formación e interese enciclopédico, e pretende reprimir os aspectos negativos que advirte e propoñer o que considera a verdade do que hai que facer en cada momento.

Desde o que considera superioridade intelectual, Francisco del Valle Inclán fai un esforzo para que se entenda o seu discurso -divulgación-, pero tenta fundamentalo nos autores que segue, ao tempo que combate o que considera invencións. Valle Inclán concede un papel importante ao público para que teña éxito a súa publicación, polo que lle preocupa a capacidade dese público para asimilar as súas propostas. Pero o autor ten unha gran confianza na escrita como forma de transformación do coñecemento e na retórica da opinión como motor para os cambios nas sociedades da época.

### **Un produto atípico**

O feito de que El Catón Compostelano sexa o primeiro xornal da Galiza converte o nacemento do xornalismo no noso país mediante un medio atípico para a época. Trátase dunha iniciativa vinculada a vontade individual dun autor, un ilustrado bibliotecario da Universidade de Santiago, que pon en marcha o seu proxecto sen que exista movemento algún que o ampare. Tamén era un modelo de produto que, a esas alturas, xa non era o máis habitual pois xa estaba entrando a información de actualidade con certa importancia nas publicacións existentes noutras latitudes.

Aínda que El Catón leva o nome de Compostela, a cidade onde se edita, non ten información local nin presta atención especial ao que acontece nesta localidade. A publicación de Francisco del Valle Inclán asumiu as estratexias da retórica persuasiva dominantes na Galicia de comezos do segundo milenio para realizar unha intervención sobre a sociedade que oscilaba entre o maxisterio e o debate participativo que se plasma nas súas páxinas (López e Gago, 2000). O que busca o xornal é formar nos criterios que ten o seu promotor e autor, quen, por outra parte, non tiña demasiado protagonismo de firma e, como moito, aparecían as súas iniciais na peza escrita.

Polo tanto, para entender este produto atípico hai que entender tamén a singularidade de Francisco María del Valle Inclán, un deses personaxes que medraban ante as dificultades e que nas situacións conflictivas era capaz de liderar, dirixir e seducir áos demais (Barreiro Fernández, 2000). Francisco María del Valle Inclán tiña paixón intelectual pola bibliofilia, era inquedo e desexaba un xornal para intervenir na euforia intelectual que vivía a Galiza da época, en especial arredor de Santiago.

Entendemos que por iso fixo un produto algo atípico, que non innovaba, con discursos que querían sentar cátedra da man da erudición e da nova racionalidade que chama ás portas do ámbito da intelectualidade deses anos, entre vellas e novas reflexións. E para iso elixiu o vello

modelo dos discursos, con profusión de citas, e neles incorporou moitas divagacións sobre temas que no momento suscitaban preocupación intelectual e animaban debates.

Non podemos esquecer que na Compostela de 1800 a Universidade marcaba o espírito da cidade onde se editaba a publicación (Pousa Estévez, 200) e que, nese marco, Francisco María del Valle Inclán recorre ao didactimo para, con ese amparo, construír os seus discursos moralistas, nos que con frecuencia empregaba como criterio de autoridade a historia (Barreiro Fernández, 2000). Neste sentido, algo moi propio para a época e pouco atípico.

### **A chegada dos diarios**

Ao igual que as publicacións periódicas, os diarios tampouco madrugaron a hora de aparecer na Galiza. Foi no ano 1808, da man das cabeceiras Diario de Santiago e Diario de La Coruña, ás que logo se sumaron Telégrafo Político y Literario de La Coruña e Gazeta de La Coruña. Os primeiros diarios galegos, Diario de Santiago e Diario de La Coruña, naceron co patrocinio do poder vixente, é dicir, ás Xuntas creadas tras a creba do poder absoluto, despois da invasión das tropas francesas de Napoleón (Viveiro Mogo, 2008). Era o comezo dunhas publicacións para influir na opinión pública do momento, cun proxecto axustado aos tempos e ao contexto social e político do ano 1808 na Península Ibérica.

Os cinco primeiros xornais de Galicia, xurdidos en Compostela e na Coruña como reacción contra a revolución francesa, abriron un camiño que axiña atopou seguidores. De feito, entre 1808 e 1815, Galiza situouse, con cuarenta e tres cabeceiras, como a terceira comunidade do Estado onde máis xornais se publicaron, detrás de Cádiz e Madrid.

Estes primeiros diarios tiñan como obxectivo axudar a frear a entrada dos franceses. Convén recordar que A Coruña ergueuse contra os franceses o 30 de maio de 1808 e ao día seguinte xa apareceu o primeiro xornal, *Diario de Santiago*, publicado baixo o patrocinio do arcebispo. A partir de aí, foron creándose outros xornais, como *Diario de La Coruña*, dirixido por Manuel Pardo de Andrade e subvencionado pola Xunta do Reino de Galicia. Máis tarde aparecería *La Gazeta de la Coruña*, dirixido por dous frades, e *Telégrafo Político y Literario de la Coruña*.

Con estas iniciativas, Galiza entra de cheo no mapa das publicacións no estado español, que comezaran no ano 1758, co Diario Noticioso, Curioso, Erudito y Comercial, Público y Económico, de Mariano de Nipho, quen con posterioridade promoveu outros xornais literarios. Era unha época relativamente favorable para o diarismo literario e moral, que precedeu a entrada no século XIX, que empezou baixo a sombra do decreto de 1791, que suprimiu todos os xornais, agás a Gaceta Oficial e o Diario de Madrid, que non podían tratar temas políticos.

O control dos gobernos sobre a prensa marcou a evolución dos diarios nestes anos, en tanto que a conquista da liberdade de impresión, consubstancial aos réximes liberáís, non se acadou ata despois da invasión das tropas francesas. De feito, apareceu dun xeito espontáneo ao se

decidiren moitos pensadores pola escrita de textos en contra de Napoleón e as súas iniciativas en España.

Neste contexto chega ese terceiro chanzo das orixes do xornalismo na Galiza, con estas primeiras publicacións diarias dedicadas a informar de todo o que favorecese a loita contra dos franceses e a persuadir aos cidadáns da necesidade de combatir aos invasores.

### **Unha fase de tránsito**

As primeiras publicacións que apareceron en Galicia estaban enmarcadas nun modelo de produto moi marcado polo libro, mesmo no tamaño, e pola opinión. Tanto El Catón Compostelano como os primeiros diarios son deudores da prensa do XVIII do noso entorno, que cultivaban formato reducido, poucas páxinas e pezas de carácter opinativo. O tempo das noticias aínda estaba en fase de maduración, con moitas limitacións para tratar cuestión por parte das cabeceiras existentes.

O ton propagandístico dominaba as publicacións da época, feito que cobrou novos impulsos cando comezan as iniciativas en contra da presenza dos franceses. En xeral, os medios impresos estaban nunha fase de transición, na espera da chegada dos principios liberáís, que un pouco máis tarde permitiría un novo escenario informativo. O feito de estar as portas desa nova etapa non incidiu especialmente nos proxectos xornalísticos postos en marcha na Galiza, xa que seguiron os vellos modelos do XVIII. Iso non impediu que despuntasen as habilidades de Francisco María del Valle Inclán en El Catón Compostelano ou de Manuel Pardo de Andrade en Diario de La Coruña.

O contexto político de 1808 permitiu unha etapa xornalística dinámica na Galiza, en especial para a conquista de novos espazos, a aparición de novas cabeceiras e os esforzos por contar historias en apoio das mobilizacións populares en contra dos invasores. Tanto nas cuestión formais como nas de fondo hai un intento de facer as cousas o mellor posible para demostrar as posibilidades que ofrece a comunicación impresa en momentos de conflito.

Certamente, o xornalismo estaba en vésperas dunha importante modernización, pero os avances eran tímidos. A situación non era a ideal para a innovación nin para tentar elaborar produtos que buscasen ocupar novos espazos. O obxectivo prioritario para a maioría dos que se acercaban ao xornalismo eran ter soportes impresos para difundir opinión e algunha información arredor do que acontecía, co fin de conseguir un apoio popular ás causas en disputa, tanto por parte dos patriotas como dos afrancesados. Eran tempos convulsos para os xornais, pero que presaxiaban grandes cambios na propia concepción dos diarios e que xa advertían das novas posibilidades que para o sector podían chegar das innovacións na impresión e do cambio no contexto sociopolítico e socioeconómico (Aneiros e López, 2009). O paso do tempo demostrou que había outros escenarios para o xornalismo.

Onde se viviu con máis dinamismo o nacemento desas cabeceiras foi na periferia, mentres desde Madrid se asistía con indiferenza ao nacemento de proxectos tanto a favor dos patriotas como a favor dos afrancesados. Quizá por iso Galiza comezou unha nova etapa nese momento, con pouca traxectoria xornalística, pero que a partir deses anos sería moi intensa, con moitas cabeceiras e con xornalistas cun grande recoñecemento tanto na propia Galiza como en Madrid. Era o comezo dunha etapa na que a Comunicación mediada tecnoloxicamente tamén se escribía con acento galego.

### **Prensa en galego**

A aparición de medios en Galicia proseguiu na primeira metade do século XIX, moi marcada polo escenario político, con etapas mellores –no período liberal- e peores –no restablecemento do absolutismo-. Neses anos xa aparece unha pequena nómina dos que escriben nos xornais, unha prensa enmarcada no campo da opinión política, pero tamén se consolida unha prensa temática (Barreiro Fernández, 1991). En conxunto, tratouse dunha etapa moi fértil en cabeceiras e propostas xornalísticas, sempre na busca de novos espazos.

A prensa monolingüe en galego, con todo, non chegou ata o 7 de febreiro de 1876, cando apareceu O Tío Marcos d’a Portela. Dalgunha forma recollía, noutro contexto, o obxectivo das tertulias, en concreto da coñecida como O Vello do Pico Sacro (1861), que estaba en galego. Agora trátase dunha publicación periódica cunha liña anticaciquil, cunha firme defensa do campesiñado e dos seus intereses.

O director e impulsor deste medio, Valentín Lamas Carvajal, presentousenos como un galego enxebre e “defensor do noso linguaxe como ninguén”, fixando os obxectivos colectivos dos galegos na conservación da lingua, na consabida unión e na conservación da cultura tradicional, vestimentas incluídas (Beramendi, 2007). Da súa man, a lingua galega entraba nos impresos periódicos e abría unha nova etapa na historia do xornalismo galego.

Pero unha das principais achegas de O Tío Marcos d’a Portela, que conseguiu unha gran popularidade e difusión na época, foi converterse nun modelo a imitar por outras publicacións que apareceron con posterioridade. O Señor Pedro, A Tía Catuxa ou A Fuliada buscan o seu espazo, logo do exemplo da cabeceira que dirixiu Lamas Carvajal. Nos anos seguintes do século XIX apareceron máis cabeceiras en galego (A Monteiro, O Labrego, As Burgas...), que precederon á aparición dunha publicación emblemática na historia do xornalismo galego e en galego, A Nosa Terra. Era o ano 1907, cando apareceu bilingüe, e foi no ano 1917, cando, ao se converter en órgano das Irmandades da Fala, comeza a estar escrita íntegramente en galego.

Neste ano 1917, con A Nosa Terra en galego, céntrase esa primeira etapa de convivencia entre publicacións en castelán e en galego, para comezar unha segunda, na que as publicacións en galego pelexan por acadar protagonismo e presenza no espazo de comunicación galego no

século XX. O certo é que o contexto político nunca lles foi moi favorable e nunca conseguiron ser dominantes na oferta informativa. O que si conseguiron, a pesar das trabas, en especial durante a ditadura, foi o impulso suficiente de sectores da sociedade galega para que tanto nos ámbitos da clandestinidade como nos legais houbera publicacións en galego e medios en galego en tódolos soportes.

### **A modo de conclusión**

El Catón Compostelano quedou nos anais da historia do xornalismo galego como a primeira publicación periódica, o que marca as características da aparición na nos aterra, con carácter tardío, desta técnica de comunicación social. Isto fai que na Galiza haxa unha ricaz experiencia protoxornalística que, sin embargo, ten pouco que ver coa primeira iniciativa que propiamente merece a denominación de xornalística. A gran maioría das técnicas empregadas na fase protoxornalística non teñen presenza na primeira publicación, aínda que si nas posteriores, que nalgúns casos inspiráronse naqueles sistemas didácticos dos diálogos para contar historias do momento.

El Catón Compostelano, vinculado ao proxecto de divulgación de coñecemento de Francisco María del Valle Inclán, e a súa vontade de intervir na sociedade do seu tempo cunha retórica de opinión que mudase comportamentos. Os discursos, como xénero opinativo, constitúe o instrumento formal elixido polo promotor e autor quen gosta argumentar para persuadir a favor dos seus puntos de vista, que tenta explicar con claridade e de forma fácilmente comprensibles.

Con todo, non pode negarse a importancia desta iniciativa e o mérito de Francisco María del Valle Inclán, que deixaron a súa impronta na historia da Galiza e sinalaron o camiño a seguir desde a Galiza, onde as publicacións periódicas editadas no exterior xa tiñan unha presenza meritoria. Pero, sobre todo, Francisco María del Valle Inclán deixou clara a súa visión dos medios impresos como un instrumento de formación das capas ilustradas da época.

A aparición dos primeiros diarios, no ano 1808, foi o impulso definitivo para a consolidación do xornalismo na Gaiza, no marco das iniciativas que nacero nao calor da loitra contra da invasión dos franceses. Nese contexto consolidouse un caldo de cultivo favorable á aparición de publicacións, que logo marcou unha estapa fructífera no campo da comunicación mediada tecnolóxicamente.

Nas orixes do xornalismo galego, amais da fase previa, marcada polas tertulias, tivo un papel seminal a experiencia de El Catón Comostelano e as iniciativas de Diario de Santiago e Diario de La Coruña, así como Telégrafo Político y Literario de La Coruña e Gazeta de La Coruña. Arredor deses medios e nese contesto levantouse a base do xornalismo galego, que tivo que esperar ata o ano 1876 para dispoñer da primeira publicación periódica monolingüe en galego, O Tío Marcos d'a Portela, e que hoxe conta con máis de dous séculos de historia.



## Bibliografía

- ANEIROS, R. y LÓPEZ, X. (2005): As fórmulas dialogadas nas orixes do xornalismo en lingua galega. In: FIDALGO, A. y SERRA, P. -ed.-, *Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM, II IBÉRICO, Volume 3*, Covilhá, Universidade da Beira Interior.
- ANEIROS, R. y LÓPEZ, X. (2008) O nacemento da prensa diaria galega: As noticias "más certas y testimoniadas, oculares", como grande arma contra o invasor. In: LÓPEZ, X. y ANEIROS, Rosa -coord.-, *Primeiros diarios galegos (1808-1809). Estudos críticos*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega.
- BARREIRO Fernández, X. R. (1982): *Historia contemporánea de Galicia (ss. XIX y XX)*, Madrid, Gamma.
- BARREIRO Fernández, X. R. (2000): Francisco María del Valle Inclán ou a extravagancia ó servicio da cultura. In: LÓPEZ, X. (coordinador), *El Catón Compostelano. Estudios*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega.
- BARREIRO Fernández, X. R. (1991): *Galicia. Historia. Tomo VI*, A Coruña, Hércules Edicións.
- BERAMENDI, X. (1997): *El nacionalismo gallego*, Madrid, Arco libros.
- BERAMENDI, X. (2008): *De provincia a nación. Historia do galleguismo político*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia.
- CAL MARTÍNEZ, R. y PÉREZ Pais, C. (1993) *Repertorio bibliográfico sobre a prensa galega*, Santiago de Compostela, Edicións Lea.
- LEDO ANDIÓN, M. (1982): *Prensa e galleguismo*, Sada-A Coruña, Edicións do Castro.
- LÓPEZ, X. y GAGO, M. (2000): O modelo xornalístico de El Catón Compostelano. In: LÓPEZ, X. (coordinador), *El Catón Compostelano. Estudios*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega.
- LÓPEZ, X., CALVO, M. D., OTERO, M., ANEIROS, R. (2009): O galego na comunicación: Xornalismo en galego. In: DÍAZ NOCI, Javier, *Kazetaritza Hizkuntza minorizatuetan: Espainiako kasua*, Bilbao, Universidad del País Vasco.
- MARIÑO PAZ, Ramón (2000): O debate lingüístico nas páxinas de El Catón Compostelano. In: LÓPEZ, Xosé (coordinador), *El Catón Compostelano. Estudios*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega.
- POUSA ESTÉVEZ, X. R. (2000): A Compostela de El Catón Compostelano. In: LÓPEZ, X. (coordinador), *El Catón Compostelano. Estudios*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega.
- SANTOS GAYOSO, E. (1990/1995): *Historia de la prensa gallega. Tomos I (1990) y II (1995)*, Sada-A Coruña, Editorial O Castro.
- VILLARES PAZ, R. (1984): *Galicia. A Historia*, Vigo, Galaxia.
- VIVEIRO MOGO, P. (2008): Os promotores dos primeiros diarios galegos: Diario de Santiago e

Diario de La Coruña. In: LÓPEZ, X. y ANEIROS, R. –coord.-, *Primeiros diários galegos (1808-1809)*. *Estudos críticos*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega.



